

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍ-**  
2 **LIO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - 2011 -ATA DO(A) PRIMEIRA**  
3 **SESSÃO REGULAR:** às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e um de  
4 março de dois mil e onze, nas dependências do Instituto Presbiteriano Macken-  
5 zie, sito à Avenida Mackenzie, no 905, Tamboré, Barueri - SP, Campus Rev. Bo-  
6 anerges Ribeiro, reúne-se a Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja  
7 Presbiteriana do Brasil - CE-SC/IPB, conforme convocação prévia. COMPOSI-  
8 ÇÃO DA DIREÇÃO DOS TRABALHOS: Rev. Roberto Brasileiro Silva - Presi-  
9 dente do SC/IPB, Rev. Juarez Marcondes Filho - Vice-Presidente; Rev. Ludgero  
10 Bonilha Moraes - Secretário Executivo e Presb. Renato José Piragibe - Tesou-  
11 reiro. Passa-se a palavra ao secretário executivo que dá início à chamada dos  
12 presidentes dos Sínodos. Registram-se as seguintes presenças: Sinodo Agreste  
13 Sul de Pernambuco - SAP, Rev. Flávio Marcus da Silva Souza; Sinodo Alagoas-  
14 Sergipe - SAS, Rev. Ronildo Farias dos Santos; Sinodo Araguaia-Tocantis - SAT,  
15 Rev. Alexandre Antunes Pereira Santos; Sinodo da Bahia - SBA, Rev. Vigor  
16 Freire de Almeida; Sinodo Baurú - SBR, Rev. Leonardo Santana de Oliveira;  
17 Sinodo Belo Horizonte - SBH, Rev. Antônio de Oliveira Júnior; Sinodo Brasília -  
18 SBS, Presb. Josimar Santos Rosa; Sinodo Brasil Central - SBC, Rev. Saulo Pe-  
19 reira de Carvalho; Sinodo Carajás - SCJ, Rev. Roberto Alves de Alencar; Sinodo  
20 Carioca - SCR, Rev. Carlos Alberto Castrino de Oliveira; Sinodo Central Espírito-  
21 Santense - SCE, Rev. Gilson Moreira; Sinodo Central Pernambuco - SCB, Rev.  
22 Reginaldo José de Pinho Borges; Sinodo Costa do Sol - SCS, Rev. José Alfredo  
23 de Almeida; Sinodo Curitiba - SCT - Presb. João Jaime Nunes Ferreira; Sinodo  
24 Espírito Santo-Rio de Janeiro - SER, Rev. Flávio Aguiar Fonseca; Sinodo Gara-  
25 nhuns - SGA, Rev. José Enando; Sinodo Grande ABC - SAB, Presb. Denivaldo  
26 Bahia de Melo; Sinodo Integração Catarinense - SIC, Rev. Osvaldo Henrique  
27 Hack; Sinodo Leste de Minas - SLM, Rev. Anderson Sathler; Sinodo Leste de  
28 São Paulo - SLP, Presb. Paulo Mastro Pietro; Sinodo Leste Fluminense - SLF,  
29 Rev. Davi Pires de Macedo; Sinodo Litoral Paulista - SLI, Rev. Milton Ribeiro;  
30 Sinodo Maranhão - SMA, Rev. Ivan José Santos Silva; Sinodo Mato Grosso do  
31 Sul - SMS, Rev. Isaias Moreira da Cunha; Sinodo Meridional, Rev. Carlos André  
32 Batista Barros, Sinodo Minas-Esperito Santo - SME, Rev. Marcelo Bernaldino da  
33 Silva, Sinodo Mojiana - SIM, Rev. Silvio Ferreira, Sinodo Nordeste - SNE, Rev.  
34 Francisco Antônio Hilton Rocha Matias, Sinodo Noroeste da Bahia - SNO, Rev.  
35 Jorge Ferreira Lola, Sinodo Noroeste do Brasil - SNB, Rev. Luiz Carlos da Silva,  
36 Sinodo Norte de Minas - SNM, Rev. Wendell Lessa Vilela Xavier, Sinodo Norte  
37 Fluminense - SNF, Rev. Zenilton do Amaral Coutinho, Sinodo Norte Paraná -  
38 SNP, Rev. Abner Emerick, Sinodo Norte Paulistano - SPN - Presb. Damocles  
39 Perroni Carvalho, Sinodo Oeste da Bahia - SOB, Rev. Antonio Brito, Sinodo  
40 Oeste de Belo Horizonte - SOH, Rev. Domingos da Silva Dias, Sinodo Oeste de  
41 Minas - SOM, Rev. João Aleixo, Sinodo Oeste Fluminense - SOF, Rev. André  
42 Luiz Ramos, Sinodo Oeste Rio de Janeiro - SOR, Rev. Francisco Carlos Kno-  
43 block da Silva, Sinodo Oeste São Paulo - SOP, Rev. Ronaldo Sathler, Sinodo  
44 Pampulha - SPA, Rev. Amauri Costa de Oliveira, Sinodo Paraíba - SPB, Rev.  
45 Aguinaldo Melo do Nascimento, Sinodo Pernambuco - SPE, Rev. Eduardo Ma-  
46 galhães Lira Souto Maior, Sinodo Piauí - SIP, Presb. - Airton Costa de Sousa,  
47 Sinodo Piratininga - SPI, Rev. Fernando de Almeida, Sinodo Rio de Janeiro -  
48 SRJ, Rev. Guilhermino Silva da Cunha, Sinodo Rio Doce - SRD, Rev. Eneziel  
49 Peixoto de Andrade, Sinodo Rio Grande do Norte - SRN, Rev. José Romeu da  
50 Silva, Sinodo Serrano Fluminense - SRF, Rev. Jailto Lima do Nascimento, Sinodo  
51 Sesquicentenário - SSC, Presb. Levi Oliveira de Alencar, Sinodo Setentrional -

1 SST, Rev. Alfredo Ferreira de Souza, Sínodo Sorocaba - SSR, Rev. Waldomiro  
 2 Nunes da Fonseca Jr., Sínodo Sudoeste Goiás - SSG, Rev. Luiz Antônio Ferraz,  
 3 Sínodo Sudoeste Paulista - SDP, Presb. Clodoaldo Waldemar Furlan, Sínodo Sul  
 4 da Bahia - SIB, Rev. Vicente Lucio Gouveia De Deus, Sínodo Sul de Minas -  
 5 SSM, Presb. - Belmiro José Mariano Heringer, Sínodo Sul Fluminense - SSF,  
 6 Rev. Otávio Henrique de Souza, Sínodo Triângulo Mineiro - STM, Rev. Emerson  
 7 Fernandes Miranda, Sínodo Tropical - STP, Rev. Carlos Alberto de Carvalho Gar-  
 8 cia, Sínodo Unido - SUN, Rev. Marco Antonio Rodrigues, Sínodo Vale do Aço -  
 9 SVA, Rev. Anderson Ribeiro, Sínodo Vale do Paraíba - SVP, Rev. Naitly Wesley  
 10 Schwenck Gripp, Vale do Tibagi - SVT, Rev. Moacir Antonio Nava. Constatase  
 11 a ausencia dos seguintes sínodos: Sínodo Acre - SAC, Rev. Joaquim Mateus  
 12 Barbosa, Sinodo Campinas - SCP, Rev. Silas Luiz de Souza, Sinodo Ceará -  
 13 SDC, Rev. Ricardo Régis Bandeira Rodrigues, Sínodo Centro América - SCA,  
 14 Rev. Donaldo Lima de Moraes, Sínodo Guanabara - SGB, Rev. João Batista  
 15 Borges, Sínodo Matogrossense - SMT, Rev. Adilson Maciel de Araújo, Sínodo  
 16 São Paulo - SSP, Rev. George Alberto Canêlhas, Sínodo Taguatinga - STG, Rev.  
 17 Geomário Carneiro, Sínodo Tocantins - STO, Rev. Lourival Luiz DodPrado. O  
 18 Rev. Roberto Brasileiro Silva dirige o exercício devocional convidando ao plená-  
 19 rio a cantar o hino 299 do hinário Novo Cantico e, em seguida ora o irmão Rev.  
 20 Emerson Fernandes Miranda. Medita-se no texto das Escrituras e em seguida o  
 21 plenário é convidado a orar em duplas em favor de nossa amada Igreja Presbite-  
 22 riana do Brasil. Encerra-se o exercício devocional com a impetração da bênção  
 23 apostólica pelo Rev. Roberto Brasileiro Silva. Declara-se instalada a Reunião da  
 24 Comissão Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil e dá-se inicio à distribuição  
 25 das Subcomissões. **CE-SC/IPB-2011 - DOC. I - Convocação** - Convocação<sup>1</sup>  
 26 **CE-SC/IPB-2011 - DOC. II - Ementário dos documentos - Doc. 001 - Presbi-**  
 27 **tério Vale de São Mateus** - Reintegração ao ministério do Rev. Cleuber Canedo  
 28 da Rocha ; **Doc. 002 - Presbitério Metropolitano de Goiânia** - Exoneração a  
 29 pedido do Rev. João Marcus de Melo Silva; **Doc. 003 - Presbitério Setentri-**  
 30 **onal** - Despojamento do Rev. Jair Nonato dos Santos; **Doc. 004 - Presbitério**  
 31 **Extremo Leste Paulistano** - Deposição do Rev. Rafael Sena Oliveira ; **Doc.**  
 32 **005 - Presbitério Sul de Rondônia** - Despojamento do Rev. Cícero Meyer Vas-  
 33 são Filho; **Doc. 006 - Presbitério Paraíba** - Deposição do ministro Vanderlan  
 34 Ferreira Guimarães; **Doc. 007 - Presbitério Paraíba** - Despojamento do minis-  
 35 tro Vitorio José Vieira Neto; **Doc. 008 - Presbitério Leste Belo Horizonte** -  
 36 Despojamento do ministro Acir Batista de; **Doc. 009 - Presbitério Leste Belo**  
 37 **Horizonte** - Despojamento sem do ministro João Batista ; **Doc. 010 - Presbi-**  
 38 **tério Triângulo Sul Goiano** - Exoneração a pedido do Rev. Francisco Joaquim  
 39 Alves; **Doc. 011 - Presbitério Central Vale do Aço** - Exoneração a pedido do  
 40 Rev. Wemerson Marinho dos Santos; **Doc. 012 - Sínodo Minas-Espírito Santo**  
 41 - Estatuto do Sínodo Minas Espírito Santo para aprovação; **Doc. 013 - Sínodo**  
 42 **Curitiba** - Estatuto do Sínodo Curitiba para aprovação; **Doc. 014 - Sínodo Oeste**  
 43 **Fluminense** - Estatuto do Sínodo Oeste Fluminense para aprovação; **Doc. 015**  
 44 **- Sínodo Sul de Minas** - Estatuto do Sínodo Sul de Minas para aprovação; **Doc.**  
 45 **016 - Sínodo Nordeste** - Estatuto do Sínodo Nordeste para aprovação; **Doc.**  
 46 **017 - Sínodo Paraíba** - Estatuto do Sínodo Paraíba para aprovação; **Doc. 018**  
 47 **- Sínodo Leste Fluminense** - Estatuto do Sínodo Leste Fluminense para apro-  
 48 vação; **Doc. 019 - Sínodo Oeste São Paulo** - Estatuto do Sínodo Oeste de São  
 49 Paulo para aprovação; **Doc. 020 - Presbitério Norte Ceará** - Jubilação do Rev.  
 50 Raimundo Vieira Rosa; **Doc. 021 - Presbitério Salinas** - Jubilação do Rev. Ma-

<sup>1</sup>CE-SC/IPB-2011 - DOC. I - Convocação

1 tusalém Nery; **Doc. 022 - Presbitério Sul Capixaba** - Jubilação do Rev. Jurandy  
2 Machado; **Doc. 023 - Presbitério Piratininga** - Jubilação do Rev. Moisés Araújo  
3 dos Santos; **Doc. 024 - Presbitério Carioca** - Jubilação do Rev. Délio Silva  
4 de Souza; **Doc. 025 - Presbitério Sorocaba** - Jubilação do Rev. Ely Barbosa;  
5 **Doc. 026 - Sínodo Noroeste do Brasil** - Desdobramento do Sínodo Noroeste do  
6 Brasil e organização do Sínodo do Acre; **Doc. 027 - Sínodo Meridional** - Des-  
7 dobramento do Sínodo Meridional; **Doc. 028 - Secretaria Executiva do SC/IPB**  
8 - Proposta da Universidade Federal de São Paulo quanto ao Arquivo Histórico  
9 de São Paulo; **Doc. 029 - Hospital Evangélico Escola de Enfermagem de Rio**  
10 **Verde** - Proposta para Instalação do Curso de Medicina em Rio Verde - GO pela  
11 Universidade Presbiteriana Mackenzie ; **Doc. 030 - Tesouraria do SC/IPB** - Re-  
12 latório do exercício da Tesouraria do SC/IPB; **Doc. 031 - Hospital Evangelico**  
13 **Dr. e Sra. Goldsby King** - Relatório Anual do Hospital Evangélico Dr. e Dra.  
14 Goldsby King 2010; **Doc. 032 - Trabalho Feminino** - Relatório da Secretaria  
15 Geral do Trabalho Feminino; **Doc. 033 - Supremo Concílio 2010** - Comemo-  
16 ração dos 500 da Reforma Protestante; **Doc. 034 - Presbitério Setentrional** -  
17 Recurso Administrativo contra o Sínodo Setentrional, do Presbitério Setentrional;  
18 **Doc. 035 - Sínodo Noroeste do Brasil** - Projeto de Consolidação da Extensão  
19 do Seminário Presbiteriano Brasil Central em Rondônia; **Doc. 036 - Secretaria**  
20 **Executiva do Supremo Concílio da IPB** - Comunicado da Secretaria Execu-  
21 tiva quanto a Publicação de Bíblias solicitadas pela Nossa Missão e respectivo  
22 pagamento.; **Doc. 037 - Fundação Educacional José Manoel da Conceição**  
23 - Comunicação de vencimento de mandato dos Conselheiros de Curadores e  
24 Conselho Fiscal ; **Doc. 038 - Presbitério Sesquicentenário** - Solicitação de Ju-  
25 bilação do Rev. Wormes Israel Ferreira; **Doc. 039 - Sínodo Leste de São Paulo**  
26 - Denúncia contra o Sínodo Leste de São Paulo; **Doc. 040 - Sínodo Vale do**  
27 **Paraíba** - Proposta de queda do item 2 da Resolução 223, Supremo Concílio Ex-  
28 traordinário 2010.; **Doc. 041 - Sínodo Vale do Paraíba** - Exoneração a pedido do  
29 Carlos Alberto Telji Costa ; **Doc. 042 - Previdência, Saúde e Seguridade** - Re-  
30 latório anual da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade - 2010; **Doc. 043**  
31 **- Sínodo Alagoas-Sergipe** - Despojamento de Manuel Martins da Silva; **Doc.**  
32 **044 - Sínodo Alagoas-Sergipe** - Voto de estranheza relativa ao item 10.3 Termo  
33 de aprovação do livro de atas, letra "c" do Manual para confecção de Atas Eletrô-  
34 nicas - Anexo 2.; **Doc. 045 - Sínodo Alagoas-Sergipe** - Voto de estranheza pela  
35 adoção da versão da Edição Revista e Corrigida da 1948, de João Ferreira de  
36 Almeida na Co-Edição Sociedade Bíblica do Brasil Casa Editora Presbiteriana -  
37 Anexo 3.; **Doc. 046 - Sínodo Alagoas-Sergipe** - Consulta ao Supremo Concílio  
38 sobre Carta de transferência de Membros Comungantes.; **Doc. 047 - Presbi-**  
39 **tério Rio Doce** - Pedido de Jubilação do Rev. José Olímpio de Carvalho; **Doc.**  
40 **048 - Instituto Samuel Graham** - Relatório do Instituto Presbiteriano Samuel  
41 Graham; **Doc. 049 - Colégio Quinze de Novembro** - Relatório do Instituto Pres-  
42 biteriano Quinze de Novembro; **Doc. 050 - Presbitério Londrina** - Deposição  
43 do Rev. Alexandre Rodrigues de Lima ; **Doc. 051 - Presbitério Extremo Leste**  
44 **Paulistano** - Jubilação do Rev. Paulo Venâncio Rodrigues ; **Doc. 052 - Sínodo**  
45 **Vale do Paraíba** - Jubilação do Rev. Francisco Antonio da Costa ; **Doc. 053 -**  
46 **Presbitério Vale do Ivaí** - Jubilação do Rev. João Francisco dos Anjos; **Doc.**  
47 **054 - Rede Presbiteriana de Comunicação** - Encaminhamento do Estatuto da  
48 APECOM para aprovação; **Doc. 055 - Junta de Missões Nacionais** - Relatório  
49 do exercício 2010 da Junta de Missões Nacionais ; **Doc. 056 - Sínodo Unido**  
50 - Jubilação do Rev. Carlos Alberto Brito Braz; **Doc. 057 - União da Mocidade**  
51 **Presbiteriana** - Relatório do exercício 2010 da Secetaria Geral da Mocidade ;

1 **Doc. 058 - Sínodo Oeste Fluminense** - Indicação de nome para composição  
2 da Junta de Missões Nacionais ; **Doc. 059 - Presbitério Cuiabá** - Jubilação do  
3 Rev. José Correa; **Doc. 060 - Comissão de Relações Inter-Eclesiásticas** - Re-  
4 latório do exercício 2010 da Comissão das Relações Inter-Eclesiásticas; **Doc.**  
5 **061 - Instituto Presbiteriano Gammom** - Proposta de Alteração no Estatuto do  
6 Instituto Presbiteriano Gammom; **Doc. 062 - Instituto Presbiteriano Gammom**  
7 - Relatório do exercício 2010 do Instituto Presbiteriano Gammom; **Doc. 063 -**  
8 **Rede Presbiteriana de Comunicação** - Relatório do exercício 2010 da Rede  
9 Presbiteriana de Comunicação ; **Doc. 064 - Fundação Educacional Presbi-**  
10 **teriana** - Relatório do exercício 2010 da Fundação Educacional Presbiteriana ;  
11 **Doc. 065 - Presbitério Leste Alto Paraíba** - Exoneração a pedido do rev.  
12 Gilmar Candido Gonçalves; **Doc. 066 - Rede Presbiteriana de Comunicação** -  
13 Relatório do exercício 2010 da APECOM; **Doc. 067 - Presbitério Juiz de Fora** -  
14 Análise Teológica feito em Relação a Bíblia de Estudos de Genebra ; **Doc. 068 -**  
15 **Presbitério Sudeste Paulistano** - Pedido de Renúncia do Rev. Paulo Audebert  
16 Delage de suas funções como relator da Comissão nomeada pelo SC-E 2010  
17 em Aracruz; **Doc. 069 - Hospital Evangélico Escola de Enfermagem de Rio**  
18 **Verde** - Relatório do exercício do Hospital Presbiteriano Dr. e Dra. Gordon; **Doc.**  
19 **070 - Sínodo Sudoeste Goiás** - Proposta de Parceria e Instalação do Curso de  
20 Medicina em Rio Verde - GO - entre o Hospital Evangélico de Rio Verde (Hospital  
21 Dr. e Dra. Gordon) e a Universidade Presbiteriana Manckenzie - IPM; **Doc. 071**  
22 **- Presbitério Nova Iguaçu** - Jubilação do Rev. Ozéias Machado; **Doc. 072 -**  
23 **Sínodo Piratininga** - Indicação de nome para composição da JURET/SP; **Doc.**  
24 **073 - Não Informado** - Relatório da APECOM juntado com Relatório do Pro-  
25 grama Verdade e Vida; **Doc. 074 - Educação Cristã e Publicações** - Relatório  
26 da CECEP e anexos; **Doc. 075 - Colégio Presbiteriano Agnes Erskine** - Re-  
27 latório quanto ao Colégio Presbiteriano Agnes Erskine; **Doc. 076 - Comissão**  
28 **Nacional Presbiteriana de Educação** - Relatório da Comissão Nacional Presbi-  
29 teriana de Educação; **Doc. 077 - Sínodo Leste de São Paulo** - Consulta quanto  
30 a Alínea "e" do Art. 56 da CI/IPB; **Doc. 078 - Educação Teológica** - Consulta  
31 sobre Solicitação da APMT quanto a parceria com o CPAJ/EAD; **Doc. 079 - Edu-**  
32 **cação Teológica** - Proposta à CE-SC/IPB 2011, sobre Decisão da CE-SC/IPB  
33 2010, Doc. XXVIII - Cassação do Diploma do Sr. Wilmar Rodrigues Ferreira ;  
34 **Doc. 080 - Educação Teológica** - Proposta à CE-SC/IPB 2011, sobre decisão  
35 da CE-SC/IPB 2010, Doc. XXIV - Quanto a "Harmonização do Manual do Candi-  
36 dato com a CI/IPB.; **Doc. 081 - Educação Teológica** - Relatório do exercício da  
37 Junta de Educação Teológica ; **Doc. 082 - Trabalho Masculino** - Relatório da  
38 Secretaria Geral do Trabalho Masculino; **Doc. 083 - Sínodo Vale do Paraíba** -  
39 Proposta para Criação de Matéria para os Seminários ; **Doc. 084 - Sínodo Vale**  
40 **do Paraíba** - Consulta sobre Pastor Emérito; **Doc. 085 - Sínodo Vale do Paraíba**  
41 - Estatuto do Sínodo Vale do Paraíba, para apreciação e aprovação ; **Doc. 086**  
42 **- Fundação Educacional José Manoel da Conceição** - Relatório do exercício  
43 2010 da Fundação Educacional Rev. José Manoel da Conceição ; **Doc. 087**  
44 **- Trabalho Infantil** - Relatório do exercício 2010 do Trabalho da Infância; **Doc.**  
45 **088 - Agência Presbiteriana de Missões Transculturais** - Relatório do exer-  
46 cício de 2010 da Agência Presbiteriana de Missões Transculturais; **Doc. 089 -**  
47 **Escola Presbiteriana Erasmo Braga** - Relatório do exercício de 2010 da Escola  
48 Presbiteriana Erasmo Braga ; **Doc. 090 - Sínodo Central Espírito-Santense** -  
49 Proposta quanto ao MUSI ; **Doc. 091 - Sínodo Central Espírito-Santense** -  
50 Proposta de Curso de Teologia através do modelo de ensino à distância ; **Doc.**  
51 **092 - Sínodo Central Espírito-Santense** - Proposta de normatização do ofício

1 de evangelistas; **Doc. 093 - Sínodo Central Espírito-Santense** - Encaminha-  
2 mento de Consulta referente a Criação de Autarquias; **Doc. 094 - Sínodo Cen-**  
3 **tral Espírito-Santense** - Encaminhamento de consulta referente a Estatutos de  
4 Igreja Local; **Doc. 095 - Sínodo Central Espírito-Santense** - Encaminhamento  
5 de Consulta referente instituições funcionais em Congregação Presbiterial; **Doc.**  
6 **096 - Plano Missionário Cooperativo** - Relatório do exercício 2010 do Plano  
7 Missionário Cooperativo ; **Doc. 097 - Presbitério Grande Morada da Serra** -  
8 Comunicado quanto a Recondução de Ministro ao Sagrado Ministério; **Doc. 098**  
9 **- Comissão Especial - SC/IPB 2010** - Relatório quanto ao Desdobramento do  
10 Sinodo Oeste do Rio de Janeiro ; **Doc. 099 - Sínodo Rio Grande do Norte**  
11 **- Solicitação de verba para aplicação em trabalho missionário e de edificação**  
12 **de templos próprios para as congregações do campo; Doc. 100 - Sínodo Rio**  
13 **Grande do Norte** - Proposta de Estatuto do Sínodo Rio Grande do Norte para  
14 apreciação e aprovação.; **Doc. 101 - Sínodo Rio Grande do Norte** - Encaminha-  
15 mento de grade curricular e emendas do Seminário Teológico de Natal (STEN)  
16 para apreciação da JET; **Doc. 102 - Sínodo Rio Grande do Norte** - Forma de  
17 entrega e destino dos dízimos dos pastores dos presbitérios; **Doc. 103 - Sínodo**  
18 **Rio Grande do Norte** - Consulta sobre Aplicabilidade do Manual de Preparo ao  
19 Sagrado Ministério; **Doc. 104 - Presbitério Oeste Riograndense** - Jubilação do  
20 Rev. Anselmo Rodrigues da Costa ; **Doc. 105 - Sínodo Piratininga** - Indicações  
21 de nomes para JURET/SP; **Doc. 106 - Trabalho da Adolescência** - Relatório  
22 do exercício 2010 da Secretaria Geral do Trabalho da Adolescência ; **Doc. 107**  
23 **- Presbitério Sul do Ceará** - Reintegração do Rev. José Joabson Bacurau de  
24 Alencar; **Doc. 108 - Sínodo Unido** - Pedido de Jubilação para o Rev. Dolivar  
25 Delfini Filho; **Doc. 109 - Presbitério Aliança** - Pedido de Criação de uma Comis-  
26 são Especial para que apresente projeto Auxílio financeiro para a reconstrução  
27 das igrejas Presbiterianas afetadas pelas enchentes.; **Doc. 110 - Presbitério**  
28 **Aliança** - Exoneração de ministro Paulo José Benício; **Doc. 111 - Presbitério**  
29 **Aliança** - Exoneração de ministro Shim Hwak Hwang ; **Doc. 112 - Ação Social**  
30 **- Relatório do exercício 2010 do Conselho de Ação Social ; Doc. 113 - Sínodo**  
31 **Espírito Santo-Rio** - Despojamento de Ministro por Exoneração a pedido de Gil-  
32 berto Jorge Costa ; **Doc. 114 - Sínodo Espírito Santo-Rio** - Despojamento de  
33 Ministro por Deposição de Anderson Rodrigues Batalha ; **Doc. 115 - Presbitério**  
34 **Marília** - Indicação de nomes para o Conselho da LPC; **Doc. 116 - Presbitério**  
35 **Leste do Ceará** - Restauração ao Sagrado Ministério de Palavra o senhor José  
36 Jesivaldo de Almeida ; **Doc. 117 - Sínodo Costa do Sol** - Consulta sobre Trans-  
37 ferência irregular de ministro; **Doc. 118 - Sínodo Costa do Sol** - Comunicação  
38 de Despojamento e exclusão de Halan Edilson Petronilha ; **Doc. 119 - Trabalho**  
39 **da Terceira Idade** - Relatório da Secretaria Geral da Terceira Idade ; **Doc. 120**  
40 **- Missão Caiuá** - Relatório do exercício da Missão Evangélica Caiuá; **Doc. 121**  
41 **- Não Informado** - Relatório parcial da Comissão Permanente para revisão do  
42 Manual Presbiteriano, nomeada pelo SC-iPB 2010; **Doc. 122 - Instituto Cristão**  
43 **de Castro** - Relatório do exercício do Colégio Instituto Cristão de Castro; **Doc.**  
44 **123 - Curadores do Instituto Presbiteriano Mackenzie** - Relatório do exercí-  
45 cio do Instituto Presbiteriano Mackenzie; **Doc. 124 - Associação Nacional de**  
46 **Escolas Presbiterianas** - Relatório do exercício da Associação Nacional de Es-  
47 colas Presbiterianas; **Doc. 125 - Plano Missionário Cooperativo** - Relatório  
48 do exercício 2010 do Plano Missionário Cooperativo; **Doc. 126 - Sínodo Bra-**  
49 **sília** - Relatório da Comissão Especial sobre o Sínodo de Brasília ; **Doc. 127 -**  
50 **Junta Patrimonial, Econômica e Financeira** - Relatório da Junta Patrimonial,  
51 Econômica e Financeira ; **Doc. 128 - Secretaria Executiva do Supremo Con-**

1 **cílio da IPB** - Relatório da Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB ;  
2 **Doc. 129 - Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB** - Estatutos de  
3 igrejas locais e impedimentos impostos pelos cartórios de Registro; **Doc. 130**  
4 **- Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB** - Proposta para Votação  
5 Eletrônica nas reuniões da CE e SC/IPB; **Doc. 131 - Escola Presbiteriana de**  
6 **Alta Floresta** - Relatório do exercício de 2010 da Escola Presbiteriana de Alta  
7 Floresta; **Doc. 132 - Tribunal de Recursos do SC** - Relatório do exercício 2010  
8 do Tribunal de Recursos do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil;  
9 **Doc. 133 - Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB** - Relatório da  
10 Votação proposta de Emendas Constitucionais ; **Doc. 134 - Comitê Gestor do**  
11 **Fundo Missionário da IPB** - Relatório do Comitê Gestor do Fundo Missionário  
12 da IPB; **Doc. 135 - Conselho de Hinologia, Hinódia e Música** - Relatório  
13 da Comissão de Hinologia, Hinódia e Música da IPB; **Doc. 136 - Conselho**  
14 **de Hinologia, Hinódia e Música** - Proposta de Alteração do Regimento Interno  
15 da Comissão de Hinologia, Hinódia e Música da IPB; **Doc. 137 - Secretaria**  
16 **Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil** - Pedido  
17 que seja registrado em Ata a aprovação do Estatuto da AMEPEC, aprovada na  
18 reunião da CE 2010; **Doc. 138 - Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano**  
19 **Mackenzie** - Cessão por Comodato de Fração de Terreno do Mackenzie  
20 em Tamboré ; **Doc. 139 - Escola Presbiteriana de Alta Floresta** - Solicitação  
21 de homologação do novo Estatuto da Escola Presbiteriana de Alta Floresta; **Doc.**  
22 **140 - Secretaria Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do**  
23 **Brasil** - Crachá de identificação de pastores e presbíteros da IPB; **Doc. 141 -**  
24 **Secretaria Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil** - Pedido de verba para  
25 apresentação do Módulo iCalvinus versão Presbitérios e Sínodos; **Doc. 142 -**  
26 **Patrimonial, Econômico e Financeira** - Exame de contas da Secretaria Ger  
27 al do Trabalho Feminino ; **Doc. 143 - Patrimonial, Econômico e Financeira** -  
28 Exame de contas da Secretaria Geral da Mocidade ; **Doc. 144 - Patrimonial,**  
29 **Econômico e Financeira** - Exame de contas da Secretaria Geral da Infância ;  
30 **Doc. 145 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Exame de contas da Se  
31 cretaria Geral do Trabalho Masculino; **Doc. 146 - Patrimonial, Econômico e Fi**  
32 **nanceira** - Relatório de visita a Rede Presbiteriana de Comunicação-APECOM;  
33 **Doc. 147 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Relatório da Tesouraria  
34 do SC/IPB; **Doc. 148 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Relatório da  
35 Fundação Gammom de Ensino de Paraguaçu Paulista ; **Doc. 149 - Patrimo**  
36 **nia, Econômico e Financeira** - Proposta orçamentária para 2011; **Doc. 150 -**  
37 **Patrimonial, Econômico e Financeira** - Proposta do Mackenzie concessão de  
38 direito de uso dos lotes 8 e 9, Quadra 906, SGA Sul, Brasília ; **Doc. 151 - Patri**  
39 **monial, Econômico e Financeira** - Relatório da Junta Patrimonial, Econômica  
40 e Financeira - JPEF - sobre projeto "Repartir"; **Doc. 152 - Patrimonial, Econô**  
41 **mico e Financeira** - Exame de contas do Plano Missionário Cooperativo - PMC  
42 ; **Doc. 153 - Hospital Evangélico Escola de Enfermagem de Rio Verde** - Pro  
43 posta de captação de Recursos do Hospital Evangélico de Rio Verde; **Doc. 154**  
44 **- Patrimonial, Econômico e Financeira** - Relatório de visita à Junta de Missões  
45 Nacionais- JMN; **Doc. 155 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Solicitação  
46 do Instituto Bíblico Eduardo Lane - IBEL de Retificação de numeração de lotes ;  
47 **Doc. 156 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Relatório de visita do Hos  
48 pital de Rio Verde; **Doc. 157 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Estatuto  
49 da APECOM; **Doc. 158 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Diretrizes de  
50 Gestão de pessoas da administração direta e indireta; **Doc. 159 - Patrimonial,**  
51 **Econômico e Financeira** - Diretrizes para atuação no Ministério - Estrutura de

1 Cômruas Pastorais ; **Doc. 160 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Exame  
2 de contas da Comissão de Relação Inter-Eclesiásticas - CRIE; **Doc. 161 - Pa-**  
3 **trimonial, Econômico e Financeira** - Exame de contas da Comissão de Previ-  
4 dência, Seguridade e Saúde; **Doc. 162 - Patrimonial, Econômico e Financeira**  
5 - Exame de contas dos Congressos de Revitalização da Comissão Nacional da  
6 Evangelização - CNE ; **Doc. 163 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Re-  
7 latório de Exame de Contas da Confederação Nacional das SAFs.; **Doc. 164**  
8 **- Patrimonial, Econômico e Financeira** - Possibilidade abertura de CNPJ de  
9 Congregações vinculadas às Igrejas e Concílios da IPB; **Doc. 165 - Patrimonial,**  
10 **Econômico e Financeira** - Relatório da Confederação Nacional da Mocidade;  
11 **Doc. 166 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Relatório da Confederação  
12 Nacional de Adolescentes e dos Homens Presbiterianos.; **Doc. 167 - Patrimo-**  
13 **nia, Econômico e Financeira** - Relatório de visita à Agência Presbiteriana de  
14 Missões Transculturais.; **Doc. 168 - Patrimonial, Econômico e Financeira** -  
15 Relatório de Exame de Contas do Conselho de Hinologia, Hinódia e Música da  
16 IPB.; **Doc. 169 - Secretaria Executiva do SC/IPB** - Solicitação de alteração no  
17 Manual de Atas Eletrônicas; **Doc. 170 - Sínodo Agreste Sul de Pernambuco** -  
18 Consulta quanto a procedimento a serem adotados pelo presbitério em relação a  
19 ministros; **Doc. 171 - Patrimonial, Econômico e Financeira** - Relatório quanto  
20 a determinação da CE-SC/IPB 2010 - Pedido de Renovação de Comodato;<sup>2</sup> **CE-**  
21 **SC/IPB-2011 - DOC. III - NOMEAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES** - A seguir são  
22 nomeadas as seguintes SUBCOMISSÕES DE EXPEDIENTE, a saber: **SUBCO-**  
23 **MISSÕES - Subcomissão I Finanças I** - Relator: Presb. Renato José Piragibe .  
24 Sub-relator: Presb. João Jaime Nunes Ferreira . Membros: Presb. José Alfredo  
25 Marques De Almeida, Rev. Agnaldo Melo do Nascimento APAGAR; **Subcomis-**  
26 **são II Finanças II** - Relator: Presb. Damocles Perroni Carvalho. Sub-relator:  
27 Rev. Silvio Ferreira. Membros: Rev. Moacir Antonio Nava, Rev. André Luiz Ra-  
28 mos, Rev. Antônio de Oliveira Júnior; **Subcomissão III Finanças III** - Relator:  
29 Rev. Emerson Fernandes Miranda. Sub-relator: Rev. Davi Pires de Macedo.  
30 Membros: Presb. Clodoaldo Waldemar Furlan, Rev. Carlos Aranha Neto, Presb.  
31 Airton Costa de Sousa; **Subcomissão IV Educação Teológica I** - Relator: Rev.  
32 Guilhermino Silva da Cunha. Sub-relator: Rev. Alfredo Ferreira de Souza. Mem-  
33 bros: Presb. Belmiro José Mariano Heringer, Rev. Lourival Luiz Do Prado, Rev.  
34 Luiz Antônio Ferraz; **Subcomissão V Legislação e Justiça I** - Relator: Rev. Mil-  
35 ton Ribeiro. Sub-relator: Rev. Flávio Marcus da Silva Souza. Membros: Rev.  
36 Stéfano Alves dos Santos, Rev. Waldomiro Nunes da Fonseca Jr., Rev. Naity  
37 Wesley Schwenck Gripp; **Subcomissão VI Legislação e Justiça II** - Relator:  
38 Rev. José Romeu da Silva. Sub-relator: Rev. Flávio de Aguiar Fonseca. Mem-  
39 bros: Rev. Ivan José Santos Silva, Presb. Vicente Lucio Gouveia De Deus, Rev.  
40 Jailto Lima do Nascimento; **Subcomissão VII Legislação e Justiça III** - Relator:  
41 Rev. Ludgero Bonilha Moraes. Sub-relator: Rev. Márcio Tadeu de Marchi. Mem-  
42 bros: Presb. Denivaldo Bahia de Melo, Rev. Isaias Moreira da Silva, Rev. Fran-  
43 cisco Carlos Knobloch Da Silva; **Subcomissão VIII Consultas e Outros Papéis**  
44 **I** - Relator: Rev. Saulo Pereira de Carvalho. Sub-relator: Rev. Eneziel Peixoto  
45 de Andrade. Membros: Rev. Joaquim Mateus Barbosa, Rev. Reginaldo José de  
46 Pinho Borges, Rev. Pedro Fernando Nunes Lino; **Subcomissão IX Consultas**  
47 **e Outros Papéis II** - Relator: Rev. Carlos Alberto de Carvalho Garcia. Sub-  
48 relator: Rev. Fernando de Almeida. Membros: Rev. George Alberto Canêlhas,  
49 Rev. Osni Ferreira, Rev. Carlos Alberto Castorino de Oliveira; **Subcomissão X**  
50 **Forças de Integração** - Relator: Rev. Juarez Marcondes Filho. Sub-relator: Rev.

<sup>2</sup>Doc. II - Ementário - 171 documentos.

1 Gilson Moreira. Membros: Rev. Eduardo Magalhães Lira Souto Maior, Rev. Luiz  
 2 Carlos da Silva, Rev. Anderson Sathler; **Subcomissão XI Juntas, Comissões**  
 3 - Relator: Rev. Ronildo Farias dos Santos. Sub-relator: Rev. João Batista Bor-  
 4 ges. Membros: Presb. Josimar Santos Rosa, Rev. Vigor Freire de Almeida, Rev.  
 5 Osvaldo Henrique Hack; **Subcomissão XII Entidades e Autarquias I** - Relator:  
 6 Rev. Geomário Carneiro. Sub-relator: Rev. Adilson Maciel de Araújo. Membros:  
 7 Rev. Francisco Antônio Hilton Rocha Matias, Rev. Antônio de Brito Oliveira, Rev.  
 8 Carlos André Batista Barros; **Subcomissão XIII Entidades e Autarquias II** - Re-  
 9 lator: Rev. Roberto Alves de Alencar. Sub-relator: Rev. Domingos da Silva Dias.  
 10 Membros: Rev. José Ernando Pereira Vasconcelos, Rev. Anderson Ribeiro,  
 11 Rev. Ronaldo Gomes Sathler; **Subcomissão XIV Entidades e Autarquias III** -  
 12 Relator: Rev. Amauri Costa de Oliveira. Sub-relator: Rev. Leonardo Santana de  
 13 Oliveira. Membros: Rev. Wendell Lessa Vilela Xavier, Rev. Jorge Ferreira Lola,  
 14 Presb. Paulo Mastro Pietro; **Subcomissão XV Despojamento e restauração**  
 15 - Relator: Rev. Ricardo Régis Bandeira Rodrigues. Sub-relator: Rev. Donald  
 16 Lima de Moraes. Membros: Rev. João Aleixo Marques; **Subcomissão XVI Ju-  
 17 bilação** - Relator: Rev. Alexandre Antunes Pereira Santos. Sub-relator: Rev.  
 18 Marcelo Bernaldino da Silva. Membros: Rev. Zenilton do Amaral Coutinho;<sup>3</sup> **CE-  
 19 SC/IPB-2011 - DOC. IV - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCUMENTOS PELAS SUB-  
 20 COMISSÕES** - Os documentos, conforme o ementário descrito nesta ata, são  
 21 distribuídos pelas Subcomissões, na seguinte ordem: **Subcomissão I Finanças**  
 22 **I** - Docs. 028, 036, 099, 102, 109, 130, 141, 149, 158, 159, 164; **Subcomissão**  
 23 **II Finanças II** - Docs. 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 154, 160, 161,  
 24 162, 163, 165, 166, 167, 168; **Subcomissão III Finanças III** - Docs. 030, 127,  
 25 138, 140, 150, 153, 155, 156, 171; **Subcomissão IV Educação Teológica I** -  
 26 Docs. 035, 072, 079, 080, 081, 083, 091, 101, 103, 105; **Subcomissão V Legis-  
 27 lação e Justiça I** - Docs. 026, 027, 034, 046, 068, 077, 092, 098, 117, 121, 126;  
 28 **Subcomissão VI Legislação e Justiça II** - Docs. 039, 040, 044, 045, 133, 169;  
 29 **Subcomissão VII Legislação e Justiça III** - Docs. 012, 013, 014, 015, 016, 017,  
 30 018, 019, 085, 094, 100, 129; **Subcomissão VIII Consultas e Outros Papéis I**  
 31 - Docs. 033, 067, 084, 095, 128; **Subcomissão IX Consultas e Outros Papéis**  
 32 **II** - Docs. 093, 132, 137, 170; **Subcomissão X Forças de Integração** - Docs.  
 33 032, 057, 082, 087, 090, 106, 119; **Subcomissão XI Juntas, Comissões** - Docs.  
 34 042, 055, 058, 060, 076, 078, 088, 096, 112, 120, 125, 134, 135, 136; **Subco-  
 35 missão XII Entidades e Autarquias I** - Docs. 037, 054, 063, 066, 073, 115,  
 36 122, 124, 157; **Subcomissão XIII Entidades e Autarquias II** - Docs. 029, 031,  
 37 064, 069, 070, 074, 089, 123; **Subcomissão XIV Entidades e Autarquias III** -  
 38 Docs. 048, 049, 061, 062, 075, 086, 131, 139, 148; **Subcomissão XV Despoja-  
 39 mento e restauração** - Docs. 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010,  
 40 011, 041, 043, 050, 065, 097, 107, 110, 111, 113, 114, 116, 118; **Subcomissão**  
 41 **XVI Jubilação** - Docs. 020, 021, 022, 023, 024, 025, 038, 047, 051, 052, 053,  
 42 056, 059, 071, 104, 108;<sup>4</sup> **SUSPENSÃO DOS TRABALHOS:** Ora às dezesseis  
 43 horas e cinco minutos Rev. Vigor Freire de Almeida encerrando os trabalhos.  
 44 **ATA DO(A) SEGUNDA SESSÃO REGULAR: INÍCIO DA SEGUNDA SESSÃO**  
 45 **REGULAR:** às oito horas e dez minutos do dia vinte e dois de março de dois  
 46 mil e onze, reúne-se a Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Pres-  
 47 biteriana do Brasil, no campus da Universidade Presbiteriana Mackenzie, bairro  
 48 Tamboré, Barueri-SP. O vice presidente Rev. Juarez Macondes inicia o momento  
 49 devocional seguindo esta ordem: canta-se o hino 63 do hinário Novo Cantico, em

<sup>3</sup>Doc. III - Nomeação das Subcomissões.

<sup>4</sup>Doc. IV - Distribuição dos documentos.

1 seguida ora o Rev. Ludgero Bonilha Moraes; lê-se o texto bíblico de Isaias 53; o  
2 plenário é convidado a orar silenciosamente por alguns instantes e em seguida  
3 ora o Rev. Ronildo Farias dos Santos. Para reflexão é lido o Salmo 115, canta-se  
4 o hino 104 do Novo Cantico e encerra-se o momento devocional com oração e  
5 impetração da benção apostólica o Rev. Guilhermino Cunha. **COMPOSIÇÃO**  
6 **DA MESA:** O presidente compõe a mesa da CE-SC/IPB: Estavam presentes os  
7 irmãos Rev. Juarez Marcondes Filho - Presidente, Rev. Ludgero Bonilha Moraes  
8 - Secretário Executivo. O presidente convida o irmão Presb. Damócles Perrone  
9 Carvalho para assumir a Vice-Presidencia e o Rev. Lourival Luis do Prado para  
10 o lugar do Tesoureiro. A seguir, passa-se à chamada dos presidentes dos sínodos,  
11 verificando-se a presença dos seguintes sínodos: Sínodo Acre - SAC, Rev.  
12 Joaquim Mateus Barbosa; Sinodo Agreste Sul de Pernambuco - SAP, Rev. Flávio  
13 Marcus da Silva Souza; Sínodo Alagoas-Sergipe - SAS, Rev. Ronildo Farias  
14 dos Santos; Sínodo Araguaia-Tocantis - SAT, Rev. Alexandre Antunes Pereira  
15 Santos; Sinodo da Bahia - SBA, Rev. Vigor Freire de Almeida; Sínodo Baurú -  
16 SBR, Rev. Leonardo Santana de Oliveira; Sínodo Belo Horizonte - SBH, Rev.  
17 Antônio de Oliveira Júnior; Sínodo Brasília - SBS, Presb. Josimar Santos Rosa;  
18 Sínodo Brasil Central, Rev. Saulo Pereira de Carvalho; Sinodo Campinas - SCP,  
19 Rev. Marcio Tadeu de Machi; Sínodo Carioca - SCR, Rev. Carlos Alberto Cas-  
20 torino de Oliveira; Sinodo Central Pernambuco - SCB, Rev. Reginaldo José de  
21 Pinho Borges; Sinodo Curitiba - SCT - Presb. João Jaime Nunes Ferreira; Si-  
22 nodo Garanhuns - SGA, Rev. José Enando; Sínodo Grande ABC - SAB, Presb.  
23 Denivaldo Bahia de Melo; Sínodo Guanabara - SGB, Rev. João Batista Bor-  
24 ges; Sínodo Integração Catarinense - SIC, Rev. Osvaldo Henrique Hack; Sínodo  
25 Leste de Minas - SLM, Rev. Anderson Sathler; Sínodo Leste de São Paulo - SLP,  
26 Presb. Paulo Mastro Pietro; Sínodo Leste Fluminense - SLF, Rev. Davi Pires de  
27 Macedo; Sínodo Maranhão - SMA, Rev. Ivan José Santos Silva; Sínodo Mato  
28 Grosso do Sul - SMS, Rev. Isaias Moreira da Cunha; Sínodo Meridional, Rev.  
29 Carlos André Batista Barros; Sínodo Minas-Esírito Santo - SME, Rev. Marcelo  
30 Bernaldino da Silva; Sínodo Mojiana - SIM, Rev. Silvio Ferreira; Sínodo Nordeste  
31 - SNE, Rev. Francisco Antônio Hilton Rocha Matias; Sínodo Noroeste da Bahia  
32 - SNO, Rev. Jorge Ferreira Lola; Sínodo Noroeste do Brasil - SNB, Rev. Luiz  
33 Carlos da Silva; Sínodo Norte de Minas - SNM, Rev. Wendell Lessa Vilela Xa-  
34 vier; Sínodo Norte Fluminense - SNF, Rev. Zenilton do Amaral Coutinho; Sínodo  
35 Norte Paraná - SNP, Rev. Ebenezer Emerick; Sínodo Norte Paulistano - SPN  
36 - Presb. Damocles Perroni Carvalho; Sínodo Oeste de Belo Horizonte - SOH,  
37 Rev. Domingos da Silva Dias; Sínodo Oeste de Minas - SOM, Rev. João Aleixo;  
38 Sínodo Oeste Rio de Janeiro - SOR, Rev. Francisco Carlos Knoblock da Silva;  
39 Sínodo Pampulha - SPA, Rev. Amauri Costa de Oliveira; Sínodo Paraíba - SPB,  
40 Rev. Aguinaldo Melo do Nascimento; Sínodo Piratininga - SPI, Rev. Fernando  
41 de Almeida; Sínodo Rio de Janeiro - SRJ, Rev. Guilhermino Silva da Cunha;  
42 Sínodo Rio Grande do Norte - SRN, Rev. José Romeu da Silva; Sínodo Ses-  
43 quicentenário - SSC, Presb. Levi Oliveira de Alencar; Sínodo Setentrional - SST,  
44 Rev. Alfredo Ferreira de Souza; Sínodo Sudoeste Goiás - SSG, Rev. Luiz Antô-  
45 nio Ferraz; Sínodo Sul da Bahia - SIB, Rev. Vicente Lucio Gouveia De Deus;  
46 Sínodo Sul de Minas - SSM, Presb. - Belmiro José Mariano Heringer; Rev. Ge-  
47 omário Carneiro, Sínodo Tocantins - STO, Rev. Lourival Luiz DodPrado; Sínodo  
48 Tropical - STP, Rev. Carlos Alberto de Carvalho Garcia; Sínodo Vale do Aço -  
49 SVA, Rev. Anderson Ribeiro; Sínodo Vale do Paraíba - SVP, Rev. Naitly Wesley  
50 Schwenck Gripp; Vale do Tibagi - SVT, Rev. Moacir Antonio Nava. Constata-se  
51 a ausencia dos seguintes sínodos: Sinodo Carajás - SCJ, Rev. Roberto Alves de

1 Alencar; Sinodo Ceará - SDC, Rev. Ricardo Régis Bandeira Rodrigues; Sinodo  
2 Central Espírito-Santense - SCE, Rev. Gilson Moreira; Sinodo Centro América  
3 - SCA, Rev. Donaldo Lima de Moraes; Sinodo Costa do Sol - SCS, Rev. José  
4 Alfredo de Almeida; Sinodo Espírito Santo-Rio de Janeiro - SER, Rev. Flávio  
5 Aguiar Fonseca; Sinodo Guanabara - SGB, Rev. João Batista Borges, Sinodo  
6 Litoral Paulista - SLI, Rev. Milton Ribeiro; Sinodo Matogrossense - SMT, Rev.  
7 Adilson Maciel de Araújo, Sinodo Oeste da Bahia - SOB, Rev. Antonio Brito, Sí-  
8 nodo Oeste Fluminense - SOF, Rev. André Luiz Ramos, Sinodo Oeste São Paulo  
9 - SOP, Rev. Ronaldo Satlher, Sinodo Pernambuco - SPE, Rev. Eduardo Maga-  
10 lhães Lira Souto Maior, Sinodo Piauí - SIP, Presb. - Airton Costa de Sousa, Sí-  
11 nodo Rio Doce - SRD, Rev. Eneziel Peixoto de Andrade, Sinodo São Paulo - SSP,  
12 Rev. George Alberto Canêlhas, Sinodo Serrano Fluminense - SRF, Rev. Jailto  
13 Lima do Nascimento, Sinodo Sorocaba - SSR, Rev. Waldomiro Nunes da Fon-  
14 seca Jr., Sinodo Sudoeste Paulista - SDP, Presb. Clodoaldo Waldemar Furlan,  
15 Sinodo Sul Fluminense - SSF, Rev. Otávio Henrique de Souza, Sinodo Triângulo  
16 Mineiro - STM, Rev. Emerson Fernandes Miranda, Sinodo Unido - SUN, Rev.  
17 Marco Antonio Rodrigues. **REGISTRA-SE A PRESENÇA DOS VISITANTES E**  
18 **MEMBROS EX-OFÍCIO:** Alisson Massote Carvalho (Instituto Gammon), Ander-  
19 son Pimentel Meneguice (UMP), Dna Eunice Souza da Silva (Secretária Geral  
20 do Trabalho Feminino), Flávio Antonio Santana (LPC), Paulo Roberto da Silva  
21 Daflon (CNHP), Presb. Carlos Ayala (Chile), Presb. Djalma Hack (PMC), Presb.  
22 Maurício Pesalto (Escola Presbiteriana Erasmo Braga e Hospital Evangélico de  
23 Dourados), Rev Dídimo de Freitas (ANEP), Rev Eudoxio Mendes dos Santos  
24 (Instituto Samuel Graham), Rev. Alexander Alves Melo, Rev. Antonio Olimpio  
25 dos Reis, Rev. Benones Vieira dos Santos (HPDG), Rev. Charles Melo de Oli-  
26 veira (Conselho de Hinologia), Rev. Daniel Alves da Costa (Projetos Especiais -  
27 RS), Rev. Davi Luna dos Santos da Silva, Rev. Elionai F. Pinto Bandeira (JMN),  
28 Rev. Ely Medeiros (JET), Rev. Jedeias de Almeida Duarte (PMC), Rev. Joci-  
29 der Correa Batista (JMN), Rev. José Roberto Rodrigues Coelho (Secretário da  
30 Infancia da IPB), Rev. Josué Torres de Oliveira, Rev. Juan Medina (Projetos  
31 Especiais - RS), Rev. Leandro de Almeida (Chile), Rev. Marcos Agripino de Mes-  
32 quita (APMT), Rev. Mauro Meister (CECEP), Rev. Obedes Ferreira da Cunha  
33 Jr. (APMT), Rev. Paulo Sérgio Martins Nascimento (APMT), Rev. Sérgio Lima  
34 (Projetos Especiais - RS), Rev. Vagner Queiroz (CSM), Sra. Ana Maria do Prado  
35 (SAF), Wilson Nascimento, Wipson da Silva Almeida (Hospital Evangélico de Rio  
36 Verde), Davi Charles Gomes. **SUSPENSÃO DOS TRABALHOS:** às oito horas  
37 e cinquenta minutos são suspensos os trabalhos dando continuidade à análise  
38 dos documentos nas subcomissões. **REINÍCIO DOS TRABALHOS:** às quatorze  
39 horas e seis minutos o presidente chama a casa à ordem e solicita que todos os  
40 integrantes tomem assento à mesa. Ora Rev. Wendel Lessa. Passa-se a pala-  
41 vra Rev. Ludgero Bonilha Moraes para instruções quanto ao uso dos *pads* para  
42 votação eletrônica. **SUBCOMISSÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-**  
43 **2011 - DOC.V - Quanto ao documento 126 - Oriundo do(a): Sinodo Brasília**  
44 **- Ementa: Relatório da Comissão Especial sobre o Sinodo de Brasília. A**  
45 **CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:** 1- Aprovar o relatório nos seus termos, agrade-  
46 cendo a Deus os resultados obtidos. 2- Aprovar as atas do Sinodo de Brasília  
47 por se encontrarem com as devidas observações corrigidas. 3- Registrar e apro-  
48 var a criação do Sinodo Central de Brasília, composto pelos seguintes presbité-  
49 rios: Presbitério Brasília Norte - PRBN Presbitério Noroeste de Minas - PNOM  
50 Presbitério Pioneiro de Brasília - PRPB 4 - Determinar ao Secretário Executivo  
51 que estabeleça a sigla do novo sínodo. 5 - Rogar as bênçãos de Deus sobre o

1 novo Concílio. <sup>5</sup> Dá-se assento ao Rev. Pedro Bernardo Lino, ao Rev. George  
 2 Alberto Canelhas e ao Rev. Joaquim Mateus Barbosa. **SUBCOMISSÃO V - Le-**  
 3 **gislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.VI - Quanto ao documento 026**  
 4 **- Oriundo do(a): Sínodo Noroeste do Brasil - Ementa: Desdobramento do**  
 5 **Sínodo Noroeste do Brasil e organização do Sínodo do Acre.** A CE/SC/IPB  
 6 - 2011 **RESOLVE:** A- Aprovar o relatório. B- Registrar a criação do Sínodo do  
 7 Acre, composto pelos seguintes presbitérios: Presbitério do Acre - PRAC Pres-  
 8 bitério de Rio Branco - PRRB Presbitério Vale do Juruá - PVJU C - Determinar  
 9 que o Secretário Executivo estabeleça a nova sigla. D - Rogar a bênção de Deus  
 10 sobre o novo Concílio. <sup>6</sup> **SUBCOMISSÃO V - Legislação e Justiça I - CE-**  
 11 **SC/IPB-2011 - DOC.VII - Quanto ao documento 046 - Oriundo do(a): Sínodo**  
 12 **Alagoas-Sergipe - Ementa: Consulta ao Supremo Concílio sobre Carta de**  
 13 **transferência de Membros Comungantes..** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 14 1- Esclarecer que a norma constitucional não veda a entrega da carta de trans-  
 15 ferência ao solicitante. Normatiza sim, a quem deva ser endereçada a referida  
 16 carta. 2- Declarar não ser ilícito a entrega das referidas cartas aos portadores,  
 17 nos termos dos artigos 18 a 21 da CI-IPB. <sup>7</sup> **SUBCOMISSÃO V - Legislação e**  
 18 **Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.VIII - Quanto ao documento 077 - Oriundo**  
 19 **do(a): Sínodo Leste de São Paulo - Ementa: Consulta quanto a Alínea e**  
 20 **do Art. 56 da CI/IPB.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Reafirmar os termos da  
 21 obrigatoriedade, constante na norma constitucional, em que sempre seja "ou-  
 22 vida a Igreja". <sup>8</sup> **SUBCOMISSÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011**  
 23 **- DOC.IX - Quanto ao documento 121 - Oriundo do(a): - Ementa: Relató-**  
 24 **rio parcial da Comissão Permanente para revisão do Manual Presbiteriano,**  
 25 **nomeada pelo SC-iPB 2010.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1- Registrar o  
 26 esforço da comissão, que já se reuniu 5 vezes e que atualmente aguarda a che-  
 27 gada dos manuscritos originais da CI-IPB , para prosseguimento dos trabalhos.  
 28 2- Rogar a bênção de Deus sobre o trabalho da Comissão. <sup>9</sup> **SUBCOMISSÃO V**  
 29 **- Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.X - Quanto ao documento**  
 30 **027 - Oriundo do(a): Sínodo Meridional - Ementa: Desdobramento do Sí-**  
 31 **nodo Meridional.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** a) Atender o pedido. b) No-  
 32 mear comissão para o desdobramento do Sínodo Meridional, com os seguintes  
 33 membros: Reverendos: Juarez Marcondes Filho, Osvaldo Hack (Relator) e Car-  
 34 los André Batista de Barros. Presbíteros: João Jaime Nunes Ferreira e Djalma  
 35 Henrique Hack. c) Aprovar a criação do Sínodo Sul do Brasil, com os seguintes  
 36 Presbitérios: Rio Grande do Sul (PRGS), Oeste Catarinense (PROC) e Vale dos  
 37 Sinos (PRVS). d) Determinar ao Secretário Executivo que estabeleça a sigla do  
 38 novo sínodo. e) Rogar a bênção de Deus sobre o novo Concílio. <sup>10</sup> **SUBCOMIS-**  
 39 **SÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XI - Quanto ao do-**  
 40 **documento 092 - Oriundo do(a): Sínodo Central Espírito-Santense - Ementa:**  
 41 **Proposta de normatização do ofício de evangelistas.** A CE/SC/IPB - 2011  
 42 **RESOLVE:** Tomar conhecimento do ofício do Presbitério de Guarapari - Sínodo

<sup>5</sup>Doc. V - Quanto ao documento 126 - Relatório da Comissão Especial sobre o Sínodo de Brasília.

<sup>6</sup>Doc. VI - Quanto ao documento 026 - Desdobramento do Sínodo Noroeste do Brasil e organização do Sínodo do Acre.

<sup>7</sup>Doc. VII - Quanto ao documento 046 - Consulta ao Supremo Concílio sobre Carta de transferência de Membros Comungantes..

<sup>8</sup>Doc. VIII - Quanto ao documento 077 - Consulta quanto a Alínea e do Art. 56 da CI/IPB.

<sup>9</sup>Doc. IX - Quanto ao documento 121 - Relatório parcial da Comissão Permanente para revisão do Manual Presbiteriano, nomeada pelo SC-iPB 2010.

<sup>10</sup>Doc. X - Quanto ao documento 027 - Desdobramento do Sínodo Meridional.

1 Central Espiritossantense - agradecendo a Deus a normatização efetuada com  
 2 a decisão LXXVI do SC-E 2010. <sup>11</sup> Dá-se assento ao Rev. Carlos Alberto Cas-  
 3 torino de Oliveira do novo Sínodo Carioca em seguida ora o Rev. Donaldo Lima  
 4 de Moraes. **SUBCOMISSÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 -**  
 5 **DOC.XII - Quanto ao documento 098 - Oriundo do(a): Comissão Especial**  
 6 **- SC/IPB 2010 - Ementa: Relatório quanto ao Desdobramento do Sinodo**  
 7 **Oeste do Rio de Janeiro.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1- Aprovar o re-  
 8 latório. 2- Registrar a criação do Sínodo Carioca, constituído pelos seguintes  
 9 presbitérios: Presbitério Carioca - PCRA Presbitério Novo Rio - PNOR Presbi-  
 10 tério Oeste do Rio de Janeiro - PORJ 3 - Determinar ao Secretário Executivo  
 11 a criação da nova sigla. 4 - Rogar a bênção de Deus sobre o novo Concílio.  
 12 <sup>12</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XIII - Quanto ao**  
 13 **documento 021 - Oriundo do(a): Presbitério Salinas - Ementa: Jubilação do**  
 14 **Rev. Matusalém Nery.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento  
 15 2 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 § 2 combinado com o § 6 da CI-  
 16 IPB, sem ônus para IPB. 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu  
 17 profícuo ministerio considerando os seguintes destaques: a) pastoreou as igre-  
 18 jas: Santa Maria da Vitoria-BA, Lagarto-SE, Varzea Grande-MT e Salinas -MG,  
 19 b) ocupou as seguintes funções conciliares: presidiu os presbiterios de Cuiabá,  
 20 Centro América, Varzea Grande, e Salinas, c) presidiu os Sínodos: Brasil Central,  
 21 Matogrossense e Centro América, d) secretario executivo do Presbiterio de Cui-  
 22 abá, e) secretarias presbiteriais: UPH, SAF, UMP, UPA, f) secretarias sinodais:  
 23 Educação Religiosa, Terceira Idade, g) formou-se bacharel em direito pela Uni-  
 24 versidade Federal de Mato Grosso e licenciatura em filosofia pela Universidade  
 25 Católica de Pernambuco, h) foi condecorado com o título de cidadão honorário  
 26 de Varzea Grande. 4 - Congratular-se com sua esposa Sra. Neide Mendes Costa  
 27 Nery, auxiliadora e intercessora de seu ministerio. 5 - Conferir-lhe o respectivo  
 28 diploma de jubilação pelos relevantes serviços prestados a IPB, e medalha a sua  
 29 digníssima esposa. <sup>13</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 -**  
 30 **DOC.XIV - Quanto ao documento 022 - Oriundo do(a): Presbitério Sul Ca-**  
 31 **pixaba - Ementa: Jubilação do Rev. Jurandy Machado.** A CE/SC/IPB - 2011  
 32 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento, 2 - Jubilar o referido ministro conforme ar-  
 33 tigo 49 §2, combinado com o § 6da CI-IPB sem ônus para a IPB, 3 - Agradecer  
 34 a Deus pela vida do nobre ministro e seu profícuo ministério, considerando o se-  
 35 guinte destaque: Pastoreou as igrejas : IPB Celina, IPB do Córrego do Rancho,  
 36 IPB de Jerônimo Monterio, IPB de River, IPB de Itaici, Congregação Presbiterial  
 37 de Vila do Sul em Alegre-ES, e 2 IPB de Guaçuí, 4 - Congratular-se com sua  
 38 esposa sra Luzinete Barbosa de Oliveira Machado, auxiliadora e intercessora de  
 39 seu ministério, 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos prestimo-  
 40 sos serviços prestados a IPB e medalha a sua digníssima esposa.<sup>14</sup> **SUBCOMIS-**  
 41 **SÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XV - Quanto ao documento 023**  
 42 **- Oriundo do(a): Presbitério Piratininga - Ementa: Jubilação do Rev. Moisés**  
 43 **Araújo dos Santos.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento, 2  
 44 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o paragrafo 6  
 45 da CI-IPB sem ônus para a IPB, 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro

<sup>11</sup> Doc. XI - Quanto ao documento 092 - Proposta de normatização do ofício de evange-  
 listas.

<sup>12</sup> Doc. XII - Quanto ao documento 098 - Relatório quanto ao Desdobramento do Sinodo  
 Oeste do Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Doc. XIII - Quanto ao documento 021 - Jubilação do Rev. Matusalém Nery.

<sup>14</sup> Doc. XIV - Quanto ao documento 022 - Jubilação do Rev. Jurandy Machado.

1 e seu profícuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Pastoreou  
 2 as igrejas : IPB Marambaia, IPB Guamã, IPB de Capanema, IPB Santarém, 1  
 3 IPB de Teresina, 2 IPB de Teresina, IPB Flecheira Grande, IPB Betel, IPB Feira  
 4 de Santana, IPB Vila Carolina, IPB Vila Diva, IPB Monte Alegre, IPB Bosque  
 5 da Saúde, IPB Jabaquara e IPB Bela Vista, b) Bacharelou-se em Teologia pelo  
 6 SPN, c) Funções ocupadas: Secretário Executivo nos Sínodos Setentrional, Nor-  
 7 deste, Piratininga, d) Foi Diretor do Colégio Evangelico de Teresina, foi Diretor do  
 8 Instituto Presbiteriano Educacional de Araguari, foi Coordenador Auxiliar de Di-  
 9 reção e Professor do Ensino Fundamental e Médio na Rede Estadual de São  
 10 Paulo, e) Foi Professor no Seminário JMC, na Faculdade de Letras e Pedagogia  
 11 MACKENZIE, onde exerceu os cargos de Diretor Geral do Colégio e Escola Ame-  
 12 ricana, e Assessor da Vice-Presidência educacional 4 - Congratular-se com sua  
 13 esposa senhora Maria Enilda Souza dos Santos, auxiliadora e intercessora de  
 14 seu ministério, 5 - Conferir-lhe o respectivo Diploma de jubilação pelos prestimo-  
 15 sos e relevantes serviços prestados a IPB e medalha a sua digníssima esposa.  
 16 <sup>15</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XVI - Quanto ao**  
 17 **documento 104 - Oriundo do(a): Presbitério Oeste Riograndense - Ementa:**  
 18 **Jubilação do Rev. Anselmo Rodrigues da Costa.** A CE/SC/IPB - 2011 **RE-**  
 19 **SOLVE:** 1- Tomar conhecimento; 2- Jubilar o referido ministro nos termos do  
 20 artigo 49 § 2 combinado com o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3- Agrade-  
 21 cer a Deus pela vida do nobre ministro e seu profícuo ministério, observando os  
 22 destaques de seu histórico ministerial: a) Pastoreou as seguintes Igrejas: IPB de  
 23 Itapipoca, IPB Mossoró-RN, IPB Alexandria-RN, IPB de Caicó-RN, IPB Currais  
 24 Novos -RN, IPB Açu-RN , IPB Ipanguaçu-RN, IPB José da Penha-RN, IPB Ro-  
 25 cas Natal-RN; b) Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte,  
 26 em Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco UNICAP, Curso de Inglês  
 27 no Instituto Brasil-Estados Unidos IBEU, e Especialização com Concentração  
 28 em Epistemologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN;  
 29 c) Funções ocupadas: Presidente do Presbitério Potiguar, Presidente da AMEM  
 30 (Associação de Ministros Evangélicos de Mossoró), Apresentador do Programa  
 31 Evangélico de Televisão na TCM- TV a Cabo de Mossoró, Fundador do Desafio  
 32 Jovem (Centro de Recuperação de Viciados), Deu assistência ao Hospital São  
 33 Camilo, Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN; 4 -  
 34 Congratular-se com sua esposa Sra. Aldeniza Maria da Silva Costa, auxiliadora  
 35 e intercessora de seu ministério; 5- Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação  
 36 pelos relevantes serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa.  
 37 <sup>16</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XVII - Quanto ao**  
 38 **documento 025 - Oriundo do(a): Presbitério Sorocaba - Ementa: Jubilação**  
 39 **do Rev. Ely Barbosa.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento;  
 40 2. Jubilar o referido ministro nos termos do artigo 49 § 1. combinado com o § 6.  
 41 da CI-IPB, sem ônus para a IPB; 3. Agradecer a Deus pela vida do nobre minis-  
 42 tro e seu profícuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Pastoreou  
 43 as Igrejas : IPB em Salto de Pirapora, IPB de Bairro da Ilha, IPB de Araçoiaba  
 44 da Serra, Congregação de Jundiacanga, IPB de Alumínio, IPB de Piedade, IPB  
 45 de Votorantim, IPB de Vila Hortência, IPB do Jurupará, IPB da Barcelona, IPB  
 46 Jardim Magnólias, Atos pastorais: na IPB de Vargem Grande Paulista; b) Fun-  
 47 ções ocupadas: 1 Secretário do Presbitério de Sorocaba; 4. Congratular-se com  
 48 sua esposa Sra. Eunice Rodrigues do Couto Barbosa, auxiliadora e interces-

<sup>15</sup>Doc. XV - Quanto ao documento 023 - Jubilação do Rev. Moisés Araújo dos Santos.

<sup>16</sup>Doc. XVI - Quanto ao documento 104 - Jubilação do Rev. Anselmo Rodrigues da Costa.

1 sora de seu ministério; 5. Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos  
 2 prestimosos serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa.<sup>17</sup>  
 3 **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XVIII - Quanto ao**  
 4 **documento 024 - Oriundo do(a): Presbitério Carioca - Ementa: Jubilação do**  
 5 **Rev. Délio Silva de Souza.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhe-  
 6 cimento; 2. Jubilar o referido ministro nos termos do artigo 49 § 2. combinado  
 7 com o § 6º. da CI-IPB, sem ônus para a IPB; 3. Agradecer a Deus pela vida do  
 8 nobre ministro e seu profícuo ministério, considerando os seguintes destaques:  
 9 a) Pastoreou as Igrejas Presbiterianas de: Jequié, Itapetinga, Japeri, Governador  
 10 Portela, Miguel Pereira, Centenário, Piraquara, Anchieta, Marechal Hermes,  
 11 Realengo; b) Foi Professor de Filosofia pela Rede Estadual de Ensino do Rio de  
 12 Janeiro por mais de trinta anos; 4. Congratular-se com sua esposa Sra. Nelma  
 13 Barbosa de Souza, auxiliadora e intercessora de seu ministério; 5. Conferir-lhe  
 14 o respectivo diploma de jubilação pelos serviços prestados a IPB, e medalha a  
 15 sua digníssima esposa. <sup>18</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011**  
 16 **- DOC.XIX - Quanto ao documento 059 - Oriundo do(a): Presbitério Cuiabá**  
 17 **- Ementa: Jubilação do Rev. José Correa.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 18 1. Tomar conhecimento; 2. Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 § 2.  
 19 combinado com o § 6. da CI-IPB, sem ônus para a IPB; 3. Agradecer a Deus  
 20 pela vida do nobre ministro e seu profícuo ministério, considerando o seguinte  
 21 destaque: Pastoreou as Igrejas Presbiterianas de: Jaciara, São Pedro da CIPA,  
 22 Juscimeira, Dom Aquino, Poxorel, Brilhante, Caceres, Salto do Céu, Rio Branco,  
 23 Roncador, Jauru, Lucialva, Pontes e Lacerda, Areão (Cuiabá), Peniel, Congrega-  
 24 ção Presbiterial do Jardim Eldorado; 4. Congratular-se com sua esposa Sra.  
 25 Juçara Matos Correa, auxiliadora e intercessora de seu ministério; 5. Conferir-  
 26 lhe o respectivo diploma de jubilação pelos prestimosos serviços prestados a IPB  
 27 e medalha a sua digníssima esposa.<sup>19</sup> **SUBCOMISSÃO XV - Despojamento e**  
 28 **restauração - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XX - Quanto aos documentos 003, 004,**  
 29 **005, 006, 008, 050, 110, 111, 114, 118 - Oriundos do(a): Presbitério Seten-**  
 30 **trional; Presbitério Extremo Leste Paulistano; Presbitério Sul de Rondônia;**  
 31 **Presbitério Paraíba; Presbitério Leste Belo Horizonte; Presbitério Londrina;**  
 32 **Presbitério Aliança; Presbitério Aliança; Sínodo Espírito Santo-Rio; Sínodo**  
 33 **Costa do Sol - Ementas: Despojamento do Rev. Jair Nonato dos Santos;**  
 34 **Deposição do Rev. Rafael Sena Oliveira; Despojamento do Rev. Cícero**  
 35 **Meyer Vassão Filho; Deposição do ministro Vanderlan Ferreira Guimarães;**  
 36 **Despojamento do ministro Acir Batista de; Deposição do Rev. Alexandre**  
 37 **Rodrigues de Lima; Exoneração de ministro Paulo José Benício; Exonera-**  
 38 **ção de ministro Shim Hwak Hwang; Despojamento de Ministro por Depo-**  
 39 **sição de Anderson Rodrigues Batalha; Comunicação de Despojamento e**  
 40 **exclusão de Halan Edilson Petronilha.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. To-  
 41 mar conhecimento. 2. Solicitar que o Secretário de Apoio Pastoral da IPB entre  
 42 em contato com os despojados. 3. Rogar ao Senhor pela vida dos referidos

<sup>17</sup>Doc. XVII - Quanto ao documento 025 - Jubilação do Rev. Ely Barbosa.

<sup>18</sup>Doc. XVIII - Quanto ao documento 024 - Jubilação do Rev. Délio Silva de Souza.

<sup>19</sup>Doc. XIX - Quanto ao documento 059 - Jubilação do Rev. José Correa.

1 irmãos e de suas famílias. <sup>20</sup> **SUBCOMISSÃO XV - Despojamento e restauração - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXI** - Quanto aos documentos 002, 007, 009, 2  
 3 010, 011, 041, 043, 065, 113 - Oriundos do(a): Presbitério Metropolitano de  
 4 Goiânia; Presbitério Paraíba; Presbitério Leste Belo Horizonte; Presbitério  
 5 Triângulo Sul Goiano; Presbitério Central Vale do Aço; Sínodo Vale do Para-  
 6 raíba; Sínodo Alagoas-Sergipe; Presbitério Leste Alto Paranaíba; Sínodo  
 7 Espírito Santo-Rio - Ementas: Exoneração a pedido do Rev. João Marcus  
 8 de Melo Silva; Despojamento do ministro Vitorio José Vieira Neto; Despo-  
 9 jamento sem do ministro João Batista; Exoneração a pedido do Rev. Fran-  
 10 cisco Joaquim Alves; Exoneração a pedido do Rev. Wemerson Marinho  
 11 dos Santos; Exoneração a pedido do Carlos Alberto Telji Costa; Desopo-  
 12 jamento de Manuel Martins da Silva; Exoneração a pedido do rev. Gilmar  
 13 Candido Gonçalves; Despojamento de Ministro por Exoneração a pedido de  
 14 Gilberto Jorge Costa. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE**: 1. Tomar conhecimento.  
 15 2. Lamentar a decisão dos irmãos. 3. Rogar ao Senhor pela vida dos referidos  
 16 irmãos exonerados e suas famílias. <sup>21</sup> **SUBCOMISSÃO XV - Despojamento**  
 17 **e restauração - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXII** - Quanto aos documentos 001,  
 18 097, 107, 116 - Oriundos do(a): Presbitério Vale de São Mateus; Presbité-  
 19 rio Grande Morada da Serra; Presbitério Sul do Ceará; Presbitério Leste do  
 20 Ceará - Ementas: Reintegração ao ministério do Rev. Cleuber Canedo da  
 21 Rocha; Comunicado quanto a Recondução de Ministro ao Sagrado Ministé-  
 22 rio; Reintegração do Rev. José Joabson Bacurau de Alencar; Restauração  
 23 ao Sagrado Ministério de Palavra o senhor José Jesivaldo de Almeida. A  
 24 CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE**: 1. Tomar conhecimento, 2. Louvar ao Senhor  
 25 pela restauração dos referidos Ministros ao Sagrado Ministério. 3. Rogar as  
 26 bênçãos de Deus sobre suas vidas, famílias e ministérios. <sup>22</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 27 **XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXIII** - Quanto aos docu-  
 28 mentos 096, 125 - Oriundos do(a): Plano Missionário Cooperativo; Plano  
 29 Missionário Cooperativo - Ementas: Relatório do exercício 2010 do Plano  
 30 Missionário Cooperativo; Relatório do exercício 2010 do Plano Missionário  
 31 Cooperativo. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE**: Aprovar com os seguintes desta-  
 32 ques: 1 - Parabenizar pelo esforço para apresentar à IPB a realidade do trabalho  
 33 executado pelo órgão, o que ficou expresso no relatório quadrienal apresentado  
 34 na última reunião do SC-IPB e neste relatório 2010; 2 - Elaboração de direti-

<sup>20</sup>Doc. XX - Quanto aos documentos 003, 004, 005, 006, 008, 050, 110, 111, 114, 118 - Despojamento do Rev. Jair Nonato dos Santos; Deposição do Rev. Rafael Sena Oliveira; Despojamento do Rev. Cícero Meyer Vassão Filho; Deposição do ministro Vanderlan Ferreira Guimarães; Despojamento do ministro Acir Batista de; Deposição do Rev. Alexandre Rodrigues de Lima; Exoneração de ministro Paulo José Benício; Exoneração de ministro Shim Hwak Hwang; Despojamento de Ministro por Deposição de Anderson Rodrigues Batalha; Comunicação de Despojamento e exclusão de Halan Edilson Petronilha.

<sup>21</sup>Doc. XXI - Quanto aos documentos 002, 007, 009, 010, 011, 041, 043, 065, 113 - Exoneração a pedido do Rev. João Marcus de Melo Silva; Despojamento do ministro Vitorio José Vieira Neto; Despojamento sem do ministro João Batista; Exoneração a pedido do Rev. Francisco Joaquim Alves; Exoneração a pedido do Rev. Wemerson Marinho dos Santos; Exoneração a pedido do Carlos Alberto Telji Costa; Despojamento de Manuel Martins da Silva; Exoneração a pedido do rev. Gilmar Candido Gonçalves; Despojamento de Ministro por Exoneração a pedido de Gilberto Jorge Costa.

<sup>22</sup>Doc. XXII - Quanto aos documentos 001, 097, 107, 116 - Reintegração ao ministério do Rev. Cleuber Canedo da Rocha; Comunicado quanto a Recondução de Ministro ao Sagrado Ministério; Reintegração do Rev. José Joabson Bacurau de Alencar; Restauração ao Sagrado Ministério de Palavra o senhor José Jesivaldo de Almeida.

1 vas de trabalho para o PMC e realização de 04 reuniões com destaque para  
 2 as seguintes resoluções: a) Estratégias para funcionamento do PMC, notada-  
 3 mente o uso de recursos de informática (programas, site, etc); b) Programação  
 4 de 04 encontros regionais para o ano de 2011, buscando capacitar, inspecionar  
 5 e pastorear junto aos proponentes e plantadores no cumprimento dos projetos  
 6 em execução; c) Consecução de programa de capacitação dos plantadores de  
 7 igrejas do PMC através de video-aula que estará disponível a partir de agosto  
 8 de 2011; d) Interação e parceria com a JMN; 3 - A existência de 50 Projetos  
 9 ativos até 2010 com destaque para um total de 18 projetos no estado do Rio  
 10 Grande do Sul; 4 - Quanto aos investimentos nos projetos ativos: Valor total de  
 11 R\$ 10.913.628,70 assim distribuídos: PMC:R\$ 3.755.882,85 e PROPONENTES:  
 12 R\$ 7.157.745,85; 5 - O zelo por parte do PMC no acompanhamento da aplica-  
 13 bilidade dos recursos sob seu gerenciamento; 6 - O investimento em projetos  
 14 especiais no Rio Grande do Sul: a) **06** projetos estratégicos para consolidação  
 15 (compra de imóveis e construção) b) **14** projetos de plantação e revitalização  
 16 (parceria com as Igrejas Reformadas da Holanda - Libertadas) 7 - Aprovação de  
 17 **21** novos projetos de plantação de igreja para o ano de 2011, os quais compor-  
 18 tam um investimento total de R\$ 4.043.988,86, sendo PMC: R\$ 1.594.338,70 e  
 19 PROPONENTES: R\$ 2.449.650,16 8 - Parabenizar o secretário executivo, Rev.  
 20 Jedeias Duarte de Almeida, do PMC pelo trabalho no cumprimento de suas fun-  
 21 ções, especialmente no início da Consolidação dos Projetos Especiais do Rio  
 22 Grande Sul e no atendimento das demandas dos projetos ativos do PMC através  
 23 de visitas, reuniões estratégicas e motivacionais. Além disso, atuou na mobili-  
 24 zação de concílios, buscando um movimento direcionado regional para o plantio  
 25 de novas igrejas e na mobilização dos Seminários para o Projeto Despertando  
 26 Vocações. Prestou ainda atendimento à igrejas, presbitérios e regiões na pre-  
 27 gação em ocasiões especiais; 9 - Agradecer a Deus pela organização da Igreja  
 28 Presbiteriana de Uruguaiana, um marco da nova realidade missionária da IPB  
 29 no Rio Grande do Sul. Outro fato importante foi a organização do Presbitério  
 30 Vale dos Sinos - redesenhando a geografia presbiteriana do referido estado. 10  
 31 - Agradecer a Deus pela inclusão do Licenciado do Presbitério Oeste Catarine-  
 32 nese, participante do Projeto Despertando Vocações (Projeto de parceria JET e  
 33 CG), no Projeto Missionário de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 11 - Registrar  
 34 a liberação de recursos para os projetos em 2010 na ordem de R\$ 1.782.434,84  
 35 12 - Rogar as bênçãos de Deus sobre a vida, ministério e família dos que com-  
 36 põem o PMC. <sup>23</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011**  
 37 **- DOC.XXIV - Quanto ao documento 135 - Oriundo do(a): Conselho de Hi-**  
 38 **nologia, Hinódia e Música - Ementa: Relatório da Comissão de Hinologia,**  
 39 **Hinódia e Música da IPB. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:** aprovar com as se-  
 40 guintes observações: I - Quanto ao relatório: 1º) Registrar: 1.1 A posse dos  
 41 membros da Comissão de Hinologia, Hinódia e Música ocorrida em 12/08/10,  
 42 na Igreja Presbiteriana Nacional, dia em que foi eleita a Diretoria da Comissão  
 43 assim constituída: Presidente: Rev. Charles Melo de Oliveira; Secretário: Rev.  
 44 Donald Bueno Monteiro; Membros: Rev. Sebastião Guimarães da Costa Filho,  
 45 Rev. Jairo Santos Júnior e Prof<sup>fa</sup> Laura Aimbiré; 1.2 A realização de seminá-  
 46 rios, encontros e simpósios, palestras e debates nos Estados de Minas Gerais,  
 47 São Paulo e Espírito Santo sobre os temas "A Música na Igreja" e "Culto Refor-  
 48 mado"; 2º) Destacar: A realização do projeto-piloto da Comissão denominado

<sup>23</sup>Doc. XXIII - Quanto aos documentos 096, 125 - Relatório do exercício 2010 do Plano Missionário Cooperativo; Relatório do exercício 2010 do Plano Missionário Cooperativo.

1 "Simpósio Arte e Júbilo de Música", evento realizado na Sexta Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e que constou de palestra do Rev. Donald, participação musical do Rev. Charles e do Rev. Guimarães; oficinas de "Música de Conjunto", evento que se encerrou com um encontro de corais. Registra-se que a Comissão planeja realizar tal projeto em outros locais do Brasil. II - Quanto à proposta de inserção de novos hinos no Hinário Novo Cântico: a) Registrar que são 51 hinos, dos quais houve informação apenas dos títulos. Não foram informadas as respectivas letras. Alguns títulos de hinos não estão grafados em Língua Portuguesa. b) Registrar que o artigo 7º, alínea "k", do Regimento Interno da CHHM apontado pela Comissão para fundamentar a inclusão de novos hinos no Hinário Novo Cântico - HNC não ampara essa providência. Tal medida é competência do Supremo Concílio, nos termos do Art. 97, alínea "a" da CI/IPB. c) Os hinos poderão ser incluídos mediante apresentação para análise do Supremo Concílio das questões teológicas e tradução das letras, com informação dos respectivos direitos autorais. III - Finalmente, a CE-SC/IPB-2011 parabeniza a CHHM pelo trabalho realizado, apresentado no presente relatório.<sup>24</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXV - Quanto ao documento 120 - Oriundo do(a): Missão Caiuá - Ementa: Relatório do exercício da Missão Evangélica Caiuá.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**

20 Aprovar com as seguintes observações: 1º) Registrar que o Relatório apresenta os seguintes dados: a) Histórico em que conta a caminhada da Missão desde a organização da Associação Evangélica de Catequese dos Índios, em 1928, até os dias atuais, denominada Missão Evangélica Caiuá; b) Objetivos da Entidade, em que apresenta o respectivo Estatuto e c) Organograma da Entidade, com informação dos membros de cada instância, a saber: Assembléia Geral, Conselho Diretor, Diretores, Departamentos, Responsáveis pelos Campos Avançados, Quadro de Aldeias distribuídas pelos municípios de Dourados, Caarapó, Amambai, Coronel Sapucaia, Tacuru, Japorã, Antonio João; Aldeias com missionários indígenas; aldeias sem obreiros residentes; aldeias não alcançadas. Ainda nesse item Organograma, o relatório faz referência aos seus Departamentos, isto é: Departamento Espiritual: abrangência, igrejas que constituem - cada uma identificada com fotografia dos templos e de alguns dos seus membros - alvos para o ano, instituto bíblico e traduções da Bíblia; Departamento de Educação, com a estatística escolar; Departamento de Saúde, com a composição dos recursos humanos utilizados, corpo clínico, movimento ambulatorial, desempenho hospitalar, pacientes internos por categoria convenial e pacientes internos segundo a procedência, custo dos serviços prestados, atendimentos hospitalares com internações apresentadas ao SUS - Sistema Único de Saúde, e custo total; ainda há no relatório informações de convênio com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, mesa administrativa da Igreja Índigena Presbiteriana no Brasil e Mackenzie Solidário. Por fim, o relatório apresenta o relatório financeiro relativo ao período de 01/01/2010 a 31/12/2010. 2º) Parabenizar a Missão Caiuá pelo relatório apresentado, rogando ao Senhor da Seara que continue a sustentar os queridos irmãos na proclamação das verdades do Reino de Deus ao povo indígena.<sup>25</sup> Às dezesseis horas suspendem-se os trabalhos para um recesso. O presidente chama a casa à ordem e reiniciam-se os trabalhos às quinze horas e cinco minutos. **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 -**

<sup>24</sup>Doc. XXIV - Quanto ao documento 135 - Relatório da Comissão de Hinologia, Hinódia e Música da IPB.

<sup>25</sup>Doc. XXV - Quanto ao documento 120 - Relatório do exercício da Missão Evangélica Caiuá.

1 **DOC.XXVI - Quanto ao documento 058 - Oriundo do(a): Sínodo Oeste Flumi-**  
2 **nense - Ementa: Inidcação de nome para composição da Junta de Missões**  
3 **Nacionais.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Nao atender a solicitação por  
4 não haver qualquer documento formal enviado a esta CE-SC-IPB informando so-  
5 bre a alegada vacância; 2 - Recomendar a JMN que informe a CE-SC-IPB os  
6 casos de renúncia que porventura houver para as devidas considerações neces-  
7 sárias; 3 - Agradecer ao Concílio proponente o seu desejo de bem servir a IPB.  
8 <sup>26</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXVII -**  
9 **Quanto ao documento 078 - Oriundo do(a): Educação Teológica - Ementa:**  
10 **Consulta sobre Solicitação da APMT quanto a parceria com o CPAJ/EAD.**  
11 Considerando: A. A relevância da proposta; B. O parecer favorável emitido pela  
12 Junta de Educação Teológica da IPB; C. A pertinente ponderação formulada pela  
13 JET/IPB quanto da necessidade de maior fundamentação dos aspectos gerenci-  
14 ais e legais relacionados com a matéria; A CE/SC-2011 **Resolve:** 1. Parabenizar  
15 a Agência Presbiteriana de Missões Transculturais pela preocupação com a boa  
16 formação e preparo de seus missionários; 2. Encaminhar a matéria ao Conse-  
17 lho de Curadores do Instituto Presbiteriano Mackenzie com orientação para que  
18 sejam realizados estudos que atestem legalidade e viabilidade da proposta, uma  
19 vez considerados os regimentos e estatutos do Instituto Presbiteriano Macken-  
20 zie; 3. Conceder prazo até a CE/SC-2012, para recepção de parecer; <sup>27</sup> **SUB-**  
21 **COMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXVIII - Quanto**  
22 **ao documento 076 - Oriundo do(a): Comissão Nacional Presbiteriana de**  
23 **Educação - Ementa: Relatório da Comissão Nacional Presbiteriana de Edu-**  
24 **cação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar o relatório com as seguintes  
25 observações: 1. O Relatório apresentado corresponde ao período de julho/2010  
26 a fevereiro2011, período no qual foram realizadas três reuniões destacando a  
27 preocupação com exploração de temas relacionados com os objetivos e área de  
28 atuação da comissão; 2. Eleição da nova diretoria realizada em 12 de agosto de  
29 2010, ficando assim constituída: Presidente - Rev. Lamartine Gaspar de Oliveira  
30 Vice-Presidente - Rev. Gilson Moreira Secretário Executivo - Rev. Geomário Mo-  
31 reira Carneiro Tesoureiro - Presb. Paulo Santos Terra Nova; 3. Esclarecer que  
32 segundo Regimento interno da CONAPE não existe funções de Vice-Presidente  
33 e Secretário Executivo na composição da diretoria da comissão, razão pela qual,  
34 torna-se sem efeito a eleição dos membros para referidas funções; 4. Escla-  
35 recer que, com base no que preceitua o art. 97 em suas alíneas "a", "g" e pa-  
36 ragrafo único, é competência específica do SC/IPB formar sistemas e padrões  
37 de doutrinas e prática quanto a fé. Assim, lembrar a douta comissão que os  
38 planos de produção de texto que expresse a filosofia IPB quanto a educação  
39 formal, requer que seja submetido a exame e aprovação do SC/IPB.<sup>28</sup> **SUBCO-**  
40 **MISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXIX - Quanto ao**  
41 **documento 055 - Oriundo do(a): Junta de Missões Nacionais - Ementa: Re-**  
42 **latório do exercício 2010 da Junta de Missões Nacionais.** A CE/SC/IPB  
43 - 2011 **RESOLVE:** Aprovar o relatório com os seguintes observações e desta-  
44 ques: 1. Expressiva participação das forças de integração no trabalho realizado  
45 pela JMN/IPB; 2. Efetiva participação da Casa Editora Presbiteriana na doação

<sup>26</sup>Doc. XXVI - Quanto ao documento 058 - Inidcação de nome para composição da Junta de Missões Nacionais.

<sup>27</sup>Doc. XXVII - Quanto ao documento 078 - Consulta sobre Solicitação da APMT quanto a parceria com o CPAJ/EAD.

<sup>28</sup>Doc. XXVIII - Quanto ao documento 076 - Relatório da Comissão Nacional Presbiteriana de Educação.

1 de material de auxílio aos missionários na realização do trabalho; 3. Expressivo  
2 envolvimento da JMN em favor das vítimas atingidas pelas fortes chuvas regis-  
3 tradas na região de Alagoas e Pernambuco; 4. Doação de R\$ 37.150,00 com  
4 a finalidade de prover sustento aos pastores atingidos pelas fortes chuvas nas  
5 regiões acima mencionadas; 5. O significativo número de 191 campos missio-  
6 nários mantidos pela JMN; 6. A presença da JMN em quase todas as Unidades  
7 da Federação, exceção apenas do Estado de São Paulo onde não se registra  
8 trabalho de implantação realizado pela Junta de Missões; 7. Parabenizar a JMN  
9 pelo envio de seus obreiros ao Centro de Treinamento Missionário em Patrocí-  
10 nio/MG e Curso de Formação de Obreiros em Garanhuns/PE, bem como pela  
11 realização de encontros regionais em Imperatriz/MA, Jequié/BA, Recife/PE e Te-  
12 resina no Piauí, ações essas que visaram prover oportunidade para o melhor  
13 preparo e formação; 8. Registro de receita total em 2010 com valor superior a  
14 seis milhões de reais; 9. Observar que o terceiro maior custo verificado nas con-  
15 tas da JMN refere-se a despesa com divulgação, com valor total de aplicação  
16 de R\$ 320.356,00; 10. Expressivo número de membros nos campos adminis-  
17 trados pela JMN num total apresentado de 1320 membros comungantes e 786  
18 não comungantes e 2276 alunos matriculados na EBD em 2010; 11. Parabe-  
19 nizar a direção da JMN e seus obreiros pelo eficiente trabalho realizado. <sup>29</sup>. O  
20 presidente Rev. Roberto Brasileiro Silva passa a presidência ao vice presidente  
21 Rev. Juarez Marcondes Filho. **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-**  
22 **SC/IPB-2011 - DOC.XXX - Quanto ao documento 112 - Oriundo do(a): Ação**  
23 **Social - Ementa: Relatório do exercício 2010 do Conselho de Ação Social.**  
24 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar. 1. Quanto ao relatório do Conselho  
25 de Ação Social CAS, destacar: a. Expressivo número de assessórias presta-  
26 das pelo CAS a várias entidades visando efetivação de projetos em áreas como:  
27 Saúde, educação, complementação de renda, geração de emprego, erradica-  
28 ção do trabalho infantil; b. Significativo número de reuniões de trabalho para  
29 avaliação e análise e definição de projetos; c. Realização de 5 mini-fóruns de  
30 ação social com finalidade de promover consciência de responsabilidade social  
31 no contexto da Igreja; d. Contratação de parceria com Instituto Presbiteriano  
32 Mackenzie, Missão AEI, Associação Presbiteriana de Ação Social Américo Car-  
33 doso de Menezes, 1ª. Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte com a finalidade  
34 de realização do projeto: "Alfabetização que transforma construindo cidadania  
35 através da alfabetização e interação social"; e. Alfabetização de aproximada-  
36 mente 2000 pessoas em 2010 através do projeto Alfabetização que transforma;  
37 f. Efetivo envolvimento e coordenação das ações em favor da assistência aos  
38 atingidos por chuvas no contexto das regiões do Rio de Janeiro, Pernambuco e  
39 Alagoas; g. Recolhimento e aplicação de valor superior a setecentos mil reais  
40 em benefício das vítimas das fortes chuvas nas regiões acima mencionadas; h.  
41 Auxílio a pastores e igrejas atingidas pelas chuvas com aquisição de móveis e  
42 utensílios; 2. Quanto a Associação de Preservação e Assistência aos Depen-  
43 dentes de Drogas "APAAD" destacar: a. Realização de palestras preventivas em  
44 escolas, igrejas, empresas públicas e privadas; b. Realização de 2296 aten-  
45 dimentos ambulatoriais; c. Renovação da concessão do Título de entidade de  
46 Utilidade Pública Federal; 3. Quanto a Diaconia, destacar: a. Continuidade das  
47 ações em favor da promoção da justiça e inclusão social; b. Esforço em favor da  
48 assistência e inclusão social de pessoas infectadas pelo HIV; c. Promoção de  
49 debates buscando alcançar e despertar a consciência de jovens e adolescentes

<sup>29</sup>Doc. XXIX - Quanto ao documento 055 - Relatório do exercício 2010 da Junta de Missões Nacionais.

1 quanto a relevância dos seguintes temas: Família, Relação Social, Trabalho, Vi-  
 2 olência, Cidadania, Diversidade e futuro; 4. Quanto a Associação de Capelania  
 3 Evangélicas Hospitalares, parabenizar a Sra. Eleny Vassão de Paula Aitken pela  
 4 valiosa contribuição, destacando: a. Expressivo número de atendimentos regis-  
 5 trados, num total de 150.000 pessoas assistidas na casa de acolhimento e demais  
 6 capelarias hospitalares conveniadas a essa associação; b. Produção de litera-  
 7 turas em favor da promoção do conforto a pessoas atingidas por diferentes tipos  
 8 de adversidades, destacando parceria com a Casa Editora Presbiteriana e Socie-  
 9 dade Bíblica do Brasil para concretização da publicação do material produzido; c.  
 10 Prestação de consultoria a capelarias de outras regiões; d. Realização de curso  
 11 de capelania no Instituto Bíblico Eduardo Lane; e. Elaboração de controles e  
 12 pesquisas para pacientes e profissionais da saúde dos hospitais; 5. Parabenizar  
 13 ao Conselho de Ação Social e demais associações a ele ligadas pelos relevantes  
 14 trabalhos realizados.<sup>30</sup> O Rev. Juarez Marcondes retorna a presidência ao Rev.  
 15 Roberto Brasileiro Silva. **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-**  
 16 **2011 - DOC.XXXI - Quanto ao documento 060 - Oriundo do(a): Comissão de**  
 17 **Relações Inter-Eclesiásticas - Ementa: Relatório do exercício 2010 da Co-**  
 18 **missão das Relações Inter-Eclesiásticas.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 19 Aprovar com os seguintes destaques: 1 - O relatório refere-se ao período de  
 20 agosto a dezembro de 2010; 2 - A CRIE reuniu-se tres vezes no período mencio-  
 21 nando para o planejamento de atividades e programação de viagens para 2011  
 22 com o intuito de fortalecer relacionamentos eclesiais aprovados pelo SC-IPB;  
 23 3 - O planejamento merece destaque pelo detalhamento das áreas de atuação  
 24 definidas e o diagrama apresentado, o qual ilustra que a CRIE-IPB cumpre o  
 25 seu mandato regimental de "Estabelecer e manter relacionamentos e convênios  
 26 inter-eclesiais, no Brasil e no Exterior, mediante aprovação do SC e nos in-  
 27 terregnos da CE-SC"RI - CRIE - IPB Art 1o.; e o faz organizando suas áreas de  
 28 atuação sob seis cabeçalhos: a) Relações denominacionais internacionais: - Es-  
 29 tados Unidos - PCA (Igreja Presbiteriana na América), EPC (Igreja Presbiteriana  
 30 Evangélica), OPC (Igreja Presbiteriana Ortodoxa), BPC (Igreja Presbiteriana Bí-  
 31 blica); - América Latina - IPCH (Igreja Presbiteriana do Chile), Igreja Presbiteri-  
 32 ana do Paraguai, Igreja Presbiteriana Ortodoxa do Uruguai; - África - IPA (Igreja  
 33 Presbiteriana de Angola), IPM (Igreja Presbiteriana de Moçambique), Igreja Pres-  
 34 biteriana Unida do Sul Africanol; - Europa - GKN (Igrejas Reformadas da Holanda  
 35 Libertadas), PCI (Igreja Presbiteriana da Irlanda), CS (Igreja da Escócia), Igreja  
 36 Evangélica Presbiteriana da Espanha, Igreja Reformada Francesa Livre. - Ásia -  
 37 PCK - Igreja Presbiteriana da Coréia TONGHAP, Igreja Presbiteriana do Japão;  
 38 b) Relações denominacionais no país: - Acompanhamento de movimentos de  
 39 lideranças e associações interdenominacionais; - Formar eventuais acordos de  
 40 cooperação e promoção de eventos com fins comuns; c) Acompanhamento de  
 41 questões contemporâneas que possuam implicações para o relacionamento in-  
 42 tereclesialístico e para manter a liderança da IPB informada: - Posicionamento  
 43 das denominações quanto à: aborto, ordenação feminina, aceitação do homose-  
 44 xualismo, questões relacionadas à participações em fraternidades e entidades,  
 45 bioética, criacionismo; - Monitoramento das relações Igreja-Estado; d) Relacio-  
 46 namentos com organismos inter-eclesiais internacionais: - Confraternidade  
 47 Latino Americana de Igrejas Reformadas e Fraternidade Mundial Reformada; -  
 48 Monitoramento de outros organismos ecumênicos (CLAI, WCC, AMIR, etc); e)  
 49 Monitoramento de tendências dentro das igrejas relevantes às relações inter-

<sup>30</sup>Doc. XXX - Quanto ao documento 112 - Relatório do exercício 2010 do Conselho de Ação Social.

1 eclesiásticas: - Teologia Relacional, Movimento Neo-Pentecostal, Igrejas Emer-  
 2 gentes, Movimento Pós-denominacional e outros; f) Administração intradenomi-  
 3 nacional dos relacionamentos (de acordo com o artigo 4 da RI - CRIE-IPB que  
 4 diz:"Os contatos com quaisquer igrejas ou denominações no exterior, devem ser  
 5 feitos através da CRIE e/ou com seu conhecimento). Isto significa que a CRIE  
 6 trabalha junto a outros organismos da IPB auxiliando-os na manutenção de suas  
 7 relações de cunho inter-eclesiástico. Destaca-se dentre outros a ANEP, APMT,  
 8 CEP, JET, PMC; 4 - O relatório apresenta o "status" dos relacionamentos com di-  
 9 versas denominações e organizações, observando os três níveis aprovados pelo  
 10 SC-IPB: NÍVEL 1 - Contatos ecumênicos NÍVEL 2 - Relacionamento correspon-  
 11 dente NÍVEL 3 - Igrejas irmãs, relações fraternas (**IGREJAS:** Igreja Reformada  
 12 da Holanda - Libertada; Igreja Presbiteriana Evangélica dos Estados Unidos;  
 13 Igreja Presbiteriana na América - **Instituições e organismos:** Confraternidade  
 14 Latino Americana de Igrejas Reformadas e Fraternidade Mundial Reformada.  
 15 <sup>31</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXII**  
 16 **- Quanto ao documento 088 - Oriundo do(a): Agência Presbiteriana de Mis-**  
 17 **ões Transculturais - Ementa: Relatório do exercício de 2010 da Agência**  
 18 **Presbiteriana de Missões Transculturais. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:**  
 19 Aprovar o relatório com os seguintes destaques: 1 - Registrar a abundância de  
 20 informações em relação aos campos missionários ao derredor do mundo no ano  
 21 de 2010; 2 - Tomar conhecimento do Projeto Missionário BASE EUROPA liderado  
 22 pelo Rev. Carlos Del Pino, procurando alcançar a Espanha, Portugal, Inglaterra,  
 23 Escócia, Itália e Romênia; 3 - Dar graças a Deus pela expansão da APMT em  
 24 30 países dos 05 continentes com a profícua dedicação dos 124 missionários e  
 25 suas famílias; 4 - Reconhecer o árduo trabalho administrativo da APMT, liderado  
 26 pelo Rev. Marcos Agripino Mesquita na condição de Executivo da Agência; 5  
 27 - Parabenizar a APMT pela preocupação com seus obreiros, assistindo-os com  
 28 apoio logístico para trâmites legais, seguro de vida, contribuição do INSS e re-  
 29 colhimento de imposto de renda; 6 - Apoiar a continuidade de publicações no  
 30 sentido de divulgar os trabalhos missionários por meio da Revista Alcance e o  
 31 Quadro de Missionários, Site da APMT e outras ações pertinentes; 7 - Regis-  
 32 trar o crescimento da contribuição da IPB para com a APMT em torno de 6,5%  
 33 em 2009 - R\$ 1.600.127,59 para R\$ 1.700.204,62 em 2010 e o crescimento das  
 34 ofertas de igrejas e pessoas em 9,05% de R\$ 2.356.833,84 em 2009 para R\$  
 35 2.570.243,67 em 2010; 8 - Registrar voto de gratidão a Deus e reconhecimento  
 36 pela benção da atuação da APMT na história da IPB com sua visão missionária.  
 37 <sup>32</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXIII**  
 38 **- Quanto ao documento 042 - Oriundo do(a): Previdência, Saúde e Seguri-**  
 39 **dade - Ementa: Relatório anual da Comissão de Previdência, Saúde e Se-**  
 40 **gurança - 2010. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:** 1 - Aprovar o relatório com os  
 41 seguintes destaques: a) O plano de saúde da IPB recebeu em 2010 a adesão  
 42 de 75 missionários, 77 pastores e líderes como a adesão de novos contratos  
 43 incluindo 12 Igrejas e 02 Presbitérios; b) Usuários excluídos em 2010 e Janeiro  
 44 2011 totalizou 79; 2 - Manter o contrato com a UNIMED nos moldes atuais; 3  
 45 - Autorizar a CPSS estabelecer os reajustes para os planos após os novos re-  
 46 latórios da UNIMED; 4 - Finalizar o contrato a vencer em abril de 2012 com a  
 47 empresa FRP CONSULT, devendo a CPSS contratar serviços de outra empresa,

<sup>31</sup>Doc. XXXI - Quanto ao documento 060 - Relatório do exercício 2010 da Comissão das Relações Inter-Eclesiásticas.

<sup>32</sup>Doc. XXXII - Quanto ao documento 088 - Relatório do exercício de 2010 da Agência Presbiteriana de Missões Transculturais.

1 quando forem necessários; 5 - Manter o contrato atual com a ICATU SEGUROS.  
2 <sup>33</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXIV -**  
3 **Quanto ao documento 134 - Oriundo do(a): Comitê Gestor do Fundo Missi-**  
4 **onário da IPB - Ementa: Relatório do Comitê Gestor do Fundo Missionário**  
5 **da IPB.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar o relatório do Comitê Gestor  
6 com os seguintes destaques: 1- O percentual de 52% dos recursos previstos  
7 para o exercício de 2010 totaliza R\$ 9.152.000,00, muito embora o orçado totali-  
8 zasse R\$ 9.736.901,37, cuja diferença foi transferida do saldo existente no fundo  
9 missionário; 2- Para a JMN a destinação de R\$ 4.551.000,00 para a execução de  
10 todos os projetos, realça o montante de R\$ 2.089.416,00, investidos em novos  
11 projetos a partir de 2010; 3 - Com a APMT do total de R\$ 1.700.00,00, para a  
12 execução de todos os projetos, R\$ 579.000,00 foram destinados a novos proje-  
13 tos a partir de 2010 e a título de aditivos, renovações e redirecionamentos foram  
14 pontuados R\$ 206.808,89; 4 - Através PMC o montante de R\$ 1.865.901,37 para  
15 os diferentes projetos, R\$221.401,50 voltam-se para novos projetos a partir de  
16 2010; 5 - A CNE valeu-se do orçamento de R\$ 1.400.00,00 para cobertura de  
17 diferentes frentes de trabalho, cumprindo os objetivos precípuos da comissão;  
18 6 - Constata-se a existência de projetos para o ano de 2011 orçados dentro da  
19 dimensão seguinte: PMC - R\$ 1.710.000,00, JMN - R\$ 5.400.000,00, APECOM  
20 - R\$ 2.000.000,00, APMT - R\$ 2.000.000,00; 7 - Registra-se o alcance de ci-  
21 dades nos diferentes estados brasileiros pelas frentes de evangelização, como  
22 também a consolidação do trabalho das frentes missionárias no exterior, alcan-  
23 çando diferentes continentes; 8 - Determinar ao Comitê Gestor que a reunião  
24 para a aprovação de novos projetos e aditivos para o ano seguinte ao ano em  
25 curso seja realizada no mês de setembro; 9 - Rogar a Deus as suas bênçãos  
26 sobre este Comitê Gestor no gerenciamento dos recursos financeiros para a ma-  
27 nutenção e expansão da causa do Senhor. <sup>34</sup>. Concede-se a palavra ao Rev.  
28 Ricardo Mota que fala sobre a APECOM. Em seguida o Rev. Roberto Brasileiro  
29 Silva faz alguns comunicados e convida o plenário a orar suspendendo os tra-  
30 balhos para o jantar às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, com retorno  
31 marcado para às vinte horas. Às vinte horas e dezenove minutos o presidente  
32 chama a casa à ordem fazendo a verificação do quórum e ora o Rev. Leonardo  
33 Santana de Oliveira abrindo os trabalhos. **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação -**  
34 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXV - Quanto ao documento 052 - Oriundo do(a):**  
35 **Sínodo Vale do Paraíba - Ementa: Jubilação do Rev. Francisco Antonio da**  
36 **Costa.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento; 2 - Jubilar o  
37 referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da CI-IPB sem  
38 ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu profí-  
39 cuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Pastoreou as seguintes  
40 IPBs: Vila Pinheiro, Congregação Presbiterial do Jardim Imperial, Jambeiro; 4 -  
41 Congratular-se com sua esposa Sra. Helena Monteiro Costa, auxiliadora e inter-  
42 cessora de seu ministério, 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos  
43 serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa.<sup>35</sup> **SUBCOMIS-**  
44 **SÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXVI - Quanto ao documento**  
45 **056 - Oriundo do(a): Sínodo Unido - Ementa: Jubilação do Rev. Carlos Al-**

<sup>33</sup>Doc. XXXIII - Quanto ao documento 042 - Relatório anual da Comissão de Previdência, Saúde e Seguridade - 2010.

<sup>34</sup>Doc. XXXIV - Quanto ao documento 134 - Relatório do Comitê Gestor do Fundo Missionário da IPB.

<sup>35</sup>Doc. XXXV - Quanto ao documento 052 - Jubilação do Rev. Francisco Antonio da Costa.

1 **berto Brito Braz.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento; 2 -  
 2 Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da CI-IPB  
 3 sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu  
 4 profícuo ministério, considerando o seguinte destaque: Pastoreou as seguintes  
 5 IPBs: IP de Alphaville e IP Aldeia da Serra; 4 - Congratular-se com sua esposa  
 6 Sra. Sonia Gripp Novais Lacerda, auxiliadora e intercessora de seu ministério;  
 7 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos serviços prestados a  
 8 IPB, e medalha a sua digníssima esposa. <sup>36</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação -**  
 9 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXVII - Quanto ao documento 108 - Oriundo do(a):**  
 10 **Sínodo Unido - Ementa: Pedido de Jubilação para o Rev. Dolivar Delfini**  
 11 **Filho.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento; 2 - Jubilar o  
 12 referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da CI-IPB sem  
 13 ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu profí-  
 14 cuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Pastoreou as seguintes  
 15 IPBs: Vila Biachi, Bragança Paulista, Franco da Rocha, Vila Garcia, Atibaia, Es-  
 16 treito, Betânia em Florianópolis, Campo Limpo Paulista; b) Atuação Conciliar: Foi  
 17 Secretário Presbiterial de Educação do Presbiterio Unido, 1secretário e 2 secre-  
 18 tário do presbiterio Unido, 1 secretario do Sínodo Unido, Secretário presbiterial  
 19 de Educação Cristã do Presbiterio de Florianópolis; 4 - Conferir-lhe o respec-  
 20 tivo diploma de jubilação pelos serviços prestados a IPB. <sup>37</sup> **SUBCOMISSÃO XVI**  
 21 **- Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXVIII - Quanto ao documento 071 -**  
 22 **Oriundo do(a): Presbitério Nova Iguaçu - Ementa: Jubilação do Rev. Ozéias**  
 23 **Machado.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento; 2 - Jubilar  
 24 o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da CI-IPB sem  
 25 ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu pro-  
 26 fícuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Atuou no Presbitério  
 27 de Itapemirim onde foi ordenado, pastoreou as seguintes IPBs: Juscelino, Boa  
 28 Esperança, Bairro Botafogo; b) Atuação conciliar: Foi secretario Presbiterial de  
 29 Apoio Pastoral no Presbitério de Nova Iguaçu; 4 - Congratular-se com sua esposa  
 30 Sra. Maria da Conceição Medeiros, auxiliadora e intercessora de seu ministério;  
 31 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos serviços prestados a  
 32 IPB, e medalha a sua digníssima esposa. <sup>38</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação -**  
 33 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.XXXIX - Quanto ao documento 051 - Oriundo do(a):**  
 34 **Presbitério Extremo Leste Paulistano - Ementa: Jubilação do Rev. Paulo**  
 35 **Venâncio Rodrigues.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento;  
 36 2 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da  
 37 CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e  
 38 seu profícuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Pastoreou as  
 39 seguintes IPBs: Nova Lima, 7 de Belo Horizonte, 4 de Belo Horizonte, Boa Vista,  
 40 Bairro da Glória, Pedra do Sino, Glória, Vila Monte Alegre, 1ª de Ferraz de Vas-  
 41 concelos, Lorena e Guaianases; b) Atuação Conciliar: presidente do Presbiterio  
 42 Norte de Belo Horizonte, Secretário Executivo do Presbiterio de Belo Horizonte,  
 43 do Presbiterio Extremo Leste Paulistano, do Presb. Médio Vale do Paraíba e do  
 44 Sínodo Leste de São Paulo, 1secretário do Presb de Belo Horizonte e do Sínodo  
 45 da Pampulha, 2 secretário do Presbitério Extremo Leste Paulistano e do Sínodo  
 46 de Belo Horizonte Secretário Presbiterial do Trabalho Feminino, do trabalho mas-  
 47 culino, de Educação Religiosa membro do Tribunal de Recursos do Sínodo de

<sup>36</sup>Doc. XXXVI - Quanto ao documento 056 - Jubilação do Rev. Carlos Alberto Brito Braz.

<sup>37</sup>Doc. XXXVII - Quanto ao documento 108 - Pedido de Jubilação para o Rev. Dolivar Delfini Filho.

<sup>38</sup>Doc. XXXVIII - Quanto ao documento 071 - Jubilação do Rev. Ozéias Machado.

1 Belo Horizonte, Deputado nas Reuniões do SC 1978, 1990, 1998, 1999, 2002,  
 2 membro da JURET São Paulo sendo vice-presidente e secretário executivo; c)  
 3 Atuação na area de Ensino: professor no Seminario Presbiteriano do Sul, Semi-  
 4 nário Rev. Denoel Nicodemos Eller, Seminario José Manoel da Conceição; 4 -  
 5 Congratular-se com sua esposa Sra. Mirna Hedy Krähembühl Venâncio, auxili-  
 6 adora e intercessora de seu ministério, 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de  
 7 jubilação pelos prestimosos e relevantes serviços prestados a IPB, e medalha a  
 8 sua digníssima esposa.<sup>39</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011**  
 9 **- DOC.XL - Quanto ao documento 053 - Oriundo do(a): Presbitério Vale do**  
 10 **Ivaí - Ementa: Jubilação do Rev. João Francisco dos Anjos.** A CE/SC/IPB -  
 11 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento; 2 - Jubilar o referido ministro conforme  
 12 artigo 49 §1 combinado com o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer  
 13 a Deus pela vida do nobre ministro e seu profícuo ministério, considerando os  
 14 seguintes destaques: a) Pastoreou as seguintes IPBs: Guayra, Iporã, Campo  
 15 Mourão onde recebeu título de pastor emerito; b) Atuação Conciliar: presidente  
 16 5 vezes do Sínodo Norte do Paraná, 3 vezes Vice-presidente do Sínodo Norte  
 17 do Paraná, 11 vezes presidente do presb Vale do Ivaí e 8 vezes vice, participou  
 18 de 10 reuniões executivas do SC, e em 8 Reuniões do Supremo Concílio da IPB,  
 19 onde exerceu por diversas vezes a relatoria de comissões; 4 - Congratular-se  
 20 com sua esposa Sra. Marilene Prado dos Anjos, auxiliadora e intercessora de  
 21 seu ministério, 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos prestimo-  
 22 sos e relevantes serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa.  
 23 <sup>40</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLI - Quanto**  
 24 **ao documento 172 - Oriundo do(a): Presbitério Bom Jesus Itabapoana -**  
 25 **Ementa: Pedido de Jubilação do Rev. David Araújo nos termos do Art.**  
 26 **49, parágrafo 1ª da CI/IPB.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhe-  
 27 cimento; 2 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §1 combinado com  
 28 o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do no-  
 29 bre ministro e seu ministério, considerando os seguintes destaques: a) Serviu a  
 30 igreja em diversas instancias nos seguintes presbiterios: Centro de Pernambuco,  
 31 Itaperuna, Bom Jesus do Itabapuaana, Caruarú, Sul Fluminense, Sul Capixaba,  
 32 Norte Fluminense, Itapemirim, e nos sínodos: Espirito Santo-Rio de Janeiro, Sul  
 33 Fluminense e Garanhuns; b) Atuou na sociedade Biblica do Brasil (diretório da  
 34 Paraíba), e capelania Hospitalar Evangélica (CAEH) da Paraíba; 4 - Conferir-lhe  
 35 o respectivo diploma de jubilação pelos serviços prestados a IPB.<sup>41</sup> **SUBCOMIS-**  
 36 **SÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLII - Quanto ao documento**  
 37 **038 - Oriundo do(a): Presbitério Sesquicentenário - Ementa: Solicitação de**  
 38 **Jubilação do Rev. Wormes Israel Ferreira.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 39 1 - Tomar conhecimento; 2 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2  
 40 combinado com o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus  
 41 pela vida do nobre ministro e seu ministério ressaltando sua atuação Pastoral  
 42 junto a Congregação de Sabará; 4 - Congratular-se com sua digníssima esposa  
 43 Sra. Eugeniaestela Pereira Ferreira auxiliadora e intercessora de seu ministé-  
 44 rio; 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos serviços prestados

<sup>39</sup>Doc. XXXIX - Quanto ao documento 051 - Jubilação do Rev. Paulo Venâncio Rodrigues.

<sup>40</sup>Doc. XL - Quanto ao documento 053 - Jubilação do Rev. João Francisco dos Anjos.

<sup>41</sup>Doc. XLI - Quanto ao documento 172 - Pedido de Jubilação do Rev. David Araújo nos termos do Art. 49, parágrafo 1ª da CI/IPB.

1 a IPB e medalha a sua digníssima esposa. <sup>42</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação**  
2 **- CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLIII - Quanto ao documento 020 - Oriundo do(a):**  
3 **Presbitério Norte Ceará - Ementa: Jubilação do Rev. Raimundo Vieira Rosa.**  
4 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento; 2. Jubilar o referido mi-  
5 nistro conforme artigo 49 § 2 combinado com o § 6 da CI-IPB, sem ônus para  
6 a IPB; 3. Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu ministério, consi-  
7 derando os seguintes destaques; a) pastoreou as IPBs de: Iguatu, Cedro, 1ª de  
8 Mantena, Baturité e Parque Americano; b) atuação conciliar: Presidente de Pres-  
9 bitério Norte do Ceará, e Presidente do Sínodo do Nordeste; 4. Congratular-se  
10 com sua esposa Sra. Wandiza Sudário Rosa, auxiliadora e intercessora de seu  
11 ministério; 5. Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos prestimosos  
12 serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa. <sup>43</sup> **SUBCOMIS-**  
13 **SÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLIV - Quanto ao documento**  
14 **047 - Oriundo do(a): Presbitério Rio Doce - Ementa: Pedido de Jubilação**  
15 **do Rev. José Olímpio de Carvalho.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar  
16 conhecimento; 2 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado  
17 com o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do  
18 nobre ministro e seu profícuo ministério, considerando os seguintes destaques:  
19 a) Pastoreou as seguintes IPBs: 3 IP de Juiz de Fora, Ubá, 3 IP de Mantena;  
20 b) No âmbito secular atuou como Professor em Escola Superior e de Ensino Fun-  
21 damental e Médio, nas áreas de lingüística, geografia, história, sociologia; 4 -  
22 Congratular-se com sua esposa Sra. Leonor Sartori Carvalho, auxiliadora e inter-  
23 cessora de seu ministério; 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos  
24 serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa. <sup>44</sup> **SUBCOMIS-**  
25 **SÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLV - Quanto ao documento**  
26 **173 - Oriundo do(a): Presbitério Transamazônico - Ementa: Jubilação do**  
27 **Rev. Francisco Cristino de Souza.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar  
28 conhecimento; 2 - Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado  
29 com o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do  
30 nobre ministro e seu profícuo ministério; 4 - Conferir-lhe o respectivo diploma de  
31 jubilação pelos serviços prestados a IPB. <sup>45</sup> **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação**  
32 **- CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLVI - Quanto ao documento 174 - Oriundo do(a):**  
33 **Presbitério Sul do Tocantins - Ementa: Pedido de Jubilação do Rev. Otávio**  
34 **Alves Caixeta.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento; 2 -  
35 Jubilar o referido ministro conforme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da CI-IPB  
36 sem ônus para a IPB; 3 - Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu  
37 profícuo ministério, considerando os seguintes destaques: a) Pastoreou as se-  
38 guintes IPBs: Itapuranga, Nova Glória, Rialma, Rubiataba, Crixas, Mozarlândia,  
39 Uruana, Ceres, IP do Gama, Filadelfia, Congregação Jardim Alto Paraíso, IP de  
40 Campinas -GO, 2ª IP de Gurupi; b) Trabalhos missionários: Rio Branco, Cru-  
41 zeiro do Sul, Rodrigues Alves e Santa Teresinha; c) Na Junta de Missões atuou  
42 em: Baião-PA, Aragoiania e Lagoa da Confusão-TO; 4 - Congratular-se com sua  
43 digníssima esposa Sra. Sheyla Marcia de Freitas auxiliadora e intercessora de  
44 seu Ministério; 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma de jubilação pelos relevantes

<sup>42</sup>Doc. XLII - Quanto ao documento 038 - Solicitação de Jubilação do Rev. Wormes Israel Ferreira.

<sup>43</sup>Doc. XLIII - Quanto ao documento 020 - Jubilação do Rev. Raimundo Vieira Rosa.

<sup>44</sup>Doc. XLIV - Quanto ao documento 047 - Pedido de Jubilação do Rev. José Olímpio de Carvalho.

<sup>45</sup>Doc. XLV - Quanto ao documento 173 - Jubilação do Rev. Francisco Cristino de Souza.

1 e prestimosos serviços prestados a IPB, e medalha a sua digníssima esposa.<sup>46</sup>  
2 **SUBCOMISSÃO XVI - Jubilação - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLVII - Quanto ao**  
3 **documento 175 - Oriundo do(a): Presbitério Sul do Tocantins - Ementa:**  
4 **Pedido de Jubilação do Rev. Jospe Gonçalves de Siqueira.** A CE/SC/IPB  
5 - 2011 **RESOLVE:** 1- Tomar conhecimento; 2 - Jubilar o referido ministro con-  
6 forme artigo 49 §2 combinado com o § 6 da CI-IPB sem ônus para a IPB; 3 -  
7 Agradecer a Deus pela vida do nobre ministro e seu profícuo ministério, conside-  
8 rando os seguintes destaques: a) Pastoreou as seguintes IPBs: 1 IP Gurupi, Vila  
9 Operaria, Itumbiara, Jataí, Congregação Presbiterial Valdir Lins; b) Atuação conciliar: secretário Presbiterial do trabalho feminino e masculino, vice-presidente  
10 do Presbiterio de Goiania, Presidente do Presbitério de Goiania, Presidente do  
11 Presbitério de Tocantins, Presidente do Sínodo Brasil Central, Presidente do Sí-  
12 nodo Sudoeste de Goiás, Presidente do Sínodo Araguaia-Tocantins, Presidente  
13 da JURET Brasil Central; c) Fundador do Colégio Presbiteriano Finsocial em  
14 Goiania; 4 - Congratular-se com sua esposa Sra. Rute Gonçalves de Siqueira,  
15 auxiliadora e intercessora de seu ministério; 5 - Conferir-lhe o respectivo diploma  
16 de jubilação com voto de apreciação pelos relevantes serviços prestados a IPB,  
17 e medalha a sua digníssima esposa.<sup>47</sup> **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões**  
18 **- CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLVIII - Quanto ao documento 136 - Oriundo do(a):**  
19 **Conselho de Hinologia, Hinódia e Música - Ementa: Proposta de Alteração**  
20 **do Regimento Interno da Comissão de Hinologia, Hinódia e Música da IPB.**  
21 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Não aprovar a solicitação nos termos apre-  
22 sentados, por falta de projeto de minuta consolidada do regimento interno para  
23 o CHHM; 2 - Rogar a Deus as suas bênçãos sobre o Conselho de Hinologia,  
24 Hinódia e Música da IPB, em face da missão ao mesmo confiada.<sup>48</sup> **SUBCO-**  
25 **MISSÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XLIX - Quanto ao**  
26 **documento 068 - Oriundo do(a): Presbitério Sudeste Paulistano - Ementa:**  
27 **Pedido de Renúncia do Rev. Paulo Audebert Delage de suas funções como**  
28 **relator da Comissão nomeada pelo SC-E 2010 em Aracruz.** A CE/SC/IPB -  
29 2011 **RESOLVE:** 1 - Atender ao pedido de renúncia do Rev. Paulo Audebert De-  
30 lage da Relatoria e da Comissão de Estudos sobre a possibilidade de recepção  
31 de pessoas não casadas civilmente como membros da IPB. 2 - Nomear o Rev.  
32 Márcio Tadeu De Marchi como membro e como relator da referida comissão.  
33 3 - Rogar as ricas bênçãos do Senhor Deus sobre os trabalhos da comissão.  
34 <sup>49</sup> **SUBCOMISSÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.L -**  
35 **Quanto ao documento 117 - Oriundo do(a): Sínodo Costa do Sol - Ementa:**  
36 **Consulta sobre Transferência irregular de ministro.** Considerando: 1- Que o  
37 recebimento do ministro, pelo Presbitério de Niteroi, tornou-o membro daquele  
38 Concílio da IPB; 2- Que o recebimento do ministro pelo Presbitério de Macaé,  
39 deu-se de forma constitucional, atendendo plenamente à norma dos Artigos 45  
40 e 46 da CI-IPB; 3- Que não há qualquer referência a problemas teológicos ou  
41 litúrgicos em relação ao referido ministro; 4- Que o ministro está pastoreando a  
42 Igreja Presbiteriana de Macaé, há mais de três anos, sendo reeleito por mais  
43

<sup>46</sup>Doc. XLVI - Quanto ao documento 174 - Pedido de Jubilação do Rev. Otávio Alves Caixeta.

<sup>47</sup>Doc. XLVII - Quanto ao documento 175 - Pedido de Jubilação do Rev. Jospe Gonçalves de Siqueira.

<sup>48</sup>Doc. XLVIII - Quanto ao documento 136 - Proposta de Alteração do Regimento Interno da Comissão de Hinologia, Hinódia e Música da IPB.

<sup>49</sup>Doc. XLIX - Quanto ao documento 068 - Pedido de Renúncia do Rev. Paulo Audebert Delage de suas funções como relator da Comissão nomeada pelo SC-E 2010 em Aracruz.

1 cinco anos; A CE/SC/IPB - 2011 Resolve: Responder ao Presbitério de Ma-  
 2 caé, que o Rev. Edilson Nogueira Botelho, é pastor presbiteriano no gozo de  
 3 todos os direitos e atribuições constantes do Artigo 30 da CI-IPB. <sup>50</sup> **SUBCOMIS-**  
 4 **SÃO V - Legislação e Justiça I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LI - Quanto ao do-**  
 5 **documento 034 - Oriundo do(a): Presbitério Setentrional - Ementa: Recurso**  
 6 **Administrativo contra o Sínodo Setentrional, do Presbitério Setentrional.**  
 7 Considerando: 1- Que a Alínea "g"do Art. 91 da CI-IPB concede competência  
 8 aos sínodos para examinar as atas dos presbitérios por ele jurisdicionados, com  
 9 vistas a verificar a constitucionalidade dos atos dos mesmos, podendo aprová-  
 10 los ou não; 2- Que a decisão tomada pelo Sínodo não teve caráter disciplinar  
 11 e sim administrativo; 3- Que a decisão tomada pela CE do Presbitério Seten-  
 12 trional, em transformar a congregação da Igreja em congregação presbiterial,  
 13 sem que tenha havido pedido da Igreja para tal e sem decisão do presbitério,  
 14 afronta o Artigo 104, letra "b"e seu "Parágrafo Único"da CI-IPB. A CE/SC/IPB -  
 15 2011 Resolve: Não atender ao recurso administrativo do Presbitério Setentrio-  
 16 nal, orientando-o a seguir as decisões do Sínodo Setentrional, no que se refere  
 17 aos passos constitucionais necessários para a organização da Congregação em  
 18 Igreja. <sup>51</sup> **SUBCOMISSÃO VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 -**  
 19 **DOC.LII - Quanto ao documento 019 - Oriundo do(a): Sínodo Oeste São**  
 20 **Paulo - Ementa: Estatuto do Sínodo Oeste de São Paulo para aprovação.**  
 21 A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: Aprovar sem alterações. <sup>52</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 22 **VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LIII - Quanto ao docu-**  
 23 **mento 085 - Oriundo do(a): Sínodo Vale do Paraíba - Ementa: Estatuto do**  
 24 **Sínodo Vale do Paraíba, para apreciação e aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011  
 25 **RESOLVE:** Aprovar com as seguintes observações: 1. Que se corrija no Art. 7 §  
 26 1 a palavra "Qualquer", redigindo-a com a inicial minúscula: "qualquer"; 2. Acres-  
 27 centar à redação do número III, do Art. 11 onde se lê: "organizar a ordem do dia  
 28 de cada reunião", a seguinte sentença: "juntamente com o Secretário Executivo".  
 29 Passando, portanto, a ler-se: "organizar, juntamente com o Secretário Executivo,  
 30 a ordem do dia de cada reunião"; 3. No Art. 14, número III, colocar "do Presbi-  
 31 tério"no plural; 4. No Art. 20, letra c, separar a palavra "ajuízo"; 5. No Art. 21,  
 32 número II, corrigir a palavra "Dissolver"para "dissolver"; 6. Renumerar os artigos  
 33 a partir do 21; 7. Corrigir o § 2. do Art. 23: onde se lê "§ 20", leia-se "§ 2"e,  
 34 ainda, onde se lê "Quando"leia-se "quando"; 8. Excluir a palavra "presentes"no  
 35 Art. 30. <sup>53</sup> **SUBCOMISSÃO VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 -**  
 36 **DOC.LIV - Quanto ao documento 014 - Oriundo do(a): Sínodo Oeste Flumi-**  
 37 **nense - Ementa: Estatuto do Sínodo Oeste Fluminense para aprovação.** A  
 38 CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar com a seguinte observação: 1. No Art.  
 39 1, § 2 corrigir a palavra "Testamento", colocando-a no plural. <sup>54</sup> **SUBCOMIS-**  
 40 **SÃO VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LV - Quanto ao**  
 41 **documento 013 - Oriundo do(a): Sínodo Curitiba - Ementa: Estatuto do Sí-**  
 42 **nodo Curitiba para aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Considerar o

<sup>50</sup>Doc. L - Quanto ao documento 117 - Consulta sobre Transferência irregular de minist-  
 tro.

<sup>51</sup>Doc. LI - Quanto ao documento 034 - Recurso Administrativo contra o Sínodo Seten-  
 trional, do Presbitério Setentrional.

<sup>52</sup>Doc. LII - Quanto ao documento 019 - Estatuto do Sínodo Oeste de São Paulo para  
 aprovação.

<sup>53</sup>Doc. LIII - Quanto ao documento 085 - Estatuto do Sínodo Vale do Paraíba, para  
 apreciação e aprovação.

<sup>54</sup>Doc. LIV - Quanto ao documento 014 - Estatuto do Sínodo Oeste Fluminense para  
 aprovação.

1 documento prejudicado por já ter sido aprovado pela Comissão de Sistemas e  
 2 Métodos. <sup>55</sup> **SUBCOMISSÃO VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011**  
 3 **- DOC.LVI - Quanto ao documento 016 - Oriundo do(a): Sínodo Nordeste -**  
 4 **Ementa: Estatuto do Sínodo Nordeste para aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011  
 5 **RESOLVE:** Aprovar com as seguintes observações: 1. No Art. 1, § 2. corrigir  
 6 a palavra "Testamento", colocando-a no plural; 2. Corrigir o erro de digitação no  
 7 Art. 15, inciso I: onde se lê "aas", leia-se "as". <sup>56</sup> **SUBCOMISSÃO VII - Legis-**  
 8 **lação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LVII - Quanto ao documento 018**  
 9 **- Oriundo do(a): Sínodo Leste Fluminense - Ementa: Estatuto do Sínodo**  
 10 **Leste Fluminense para aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar  
 11 com as seguintes observações: 1. No Art. 1, § 2 corrigir a palavra "Testamento",  
 12 colocando-a no plural; 2. Acrescentar ao Art. 9 a frase "de ministros e pres-  
 13 bíteros", ficando este artigo com a seguinte redação: "A Comissão Executiva,  
 14 também citada como Mesa do Sínodo, se compõe de ministros e/ou presbíteros  
 15 representantes dos Presbitérios conforme art. 4, eleitos para os cargos menci-  
 16 onados no artigo 10 deste estatuto."; 3.Retirar do título da seção III a frase: "E  
 17 DO TRIBUNAL DE RECURSOS", deixando apenas: "DO CONSELHO FISCAL";  
 18 4. Excluir o Art. 24 bem como o seu parágrafo único; 5. Renumerar os artigos  
 19 seguintes, conforme a ordem utilizada anteriormente; 6. Incluir o Art. 27, no  
 20 capítulo V com a seguinte redação: "Somente poderão ser eleitos para cargos  
 21 de diretorias das confederações membros em comunhão com uma das igrejas  
 22 jurisdicionadas pelo Sínodo."<sup>57</sup> **SUBCOMISSÃO VII - Legislação e Justiça III**  
 23 **- CE-SC/IPB-2011 - DOC.LVIII - Quanto ao documento 017 - Oriundo do(a):**  
 24 **Sínodo Paraíba - Ementa: Estatuto do Sínodo Paraíba para aprovação.** A  
 25 CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar com a seguinte observação: Corrigir no  
 26 Art. 1, § 2 a palavra "Testamento", colocando-a no plural. <sup>58</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 27 **VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LIX - Quanto ao docu-**  
 28 **mento 100 - Oriundo do(a): Sínodo Rio Grande do Norte - Ementa: Proposta**  
 29 **de Estatuto do Sínodo Rio Grande do Norte para apreciação e aprovação..**  
 30 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar com a seguinte observação: Corrigir  
 31 no Art. 1, § 2. a palavra "Testamento", colocando-a no plural. <sup>59</sup> **SUBCOMIS-**  
 32 **SÃO VII - Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LX - Quanto ao**  
 33 **documento 015 - Oriundo do(a): Sínodo Sul de Minas - Ementa: Estatuto**  
 34 **do Sínodo Sul de Minas para aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 35 Aprovar com as seguintes observações: 1. Corrigir no § 1 do Art 2 a seguinte  
 36 sentença: "...um presbítero para cada grupo de dois membros", passando a ser  
 37 "...um presbítero para cada grupo de dois mil membros."; 2. Corrigir a redação:  
 38 onde deveria constar o artigo 3 está § 3; 3. Transcrever no plural a frase: "do Pres-  
 39 bitério", constante no Art. 14, número III; 4. Excluir a palavra "pela"no Art. 22; 5.  
 40 No § 2. do Art. 25 corrigir a palavra "substituídos", transcrevendo-a no singular;  
 41 6. No Art. 27, substituir a palavra "eleitas"por eleitos. <sup>60</sup> **SUBCOMISSÃO VII -**  
 42 **Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXI - Quanto ao documento**  
 43 **012 - Oriundo do(a): Sínodo Minas-Espírito Santo - Ementa: Estatuto do Sí-**

<sup>55</sup>Doc. LV - Quanto ao documento 013 - Estatuto do Sínodo Curitiba para aprovação.

<sup>56</sup>Doc. LVI - Quanto ao documento 016 - Estatuto do Sínodo Nordeste para aprovação.

<sup>57</sup>Doc. LVII - Quanto ao documento 018 - Estatuto do Sínodo Leste Fluminense para aprovação.

<sup>58</sup>Doc. LVIII - Quanto ao documento 017 - Estatuto do Sínodo Paraíba para aprovação.

<sup>59</sup>Doc. LIX - Quanto ao documento 100 - Proposta de Estatuto do Sínodo Rio Grande do Norte para apreciação e aprovação..

<sup>60</sup>Doc. LX - Quanto ao documento 015 - Estatuto do Sínodo Sul de Minas para aprovação.

1 **nodo Minas Espírito Santo para aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
2 Aprovar com as seguintes observações: 1. No Art. 1, alterar a citação do nú-  
3 mero "VII"para "IV"do art. 44 do Código Civil Brasileiro; 2. Mudar a redação do  
4 Art. 11, inciso V, deixando-o da seguinte forma: "votar segunda vez, em caso de  
5 desempate"; 3. No Art. 14, inciso III, substituir a expressão "do Presbitério"para  
6 "dos Presbitérios"; 4. Alterar a redação do Art. 16, inciso II, ficando da seguinte  
7 maneira: "Abrir, movimentar e encerrar conta bancária."; 5. Alterar a redação  
8 do Art. 16, inciso III, ficando da seguinte maneira: "Fazer balancetes contábeis  
9 trimestrais e apresentar relatório contábil ao conselho fiscal."; 6. No Art. 20, letra  
10 c, acrescentar "de"na sentença "...em casos grave importância", ficando: "...em  
11 casos de grave importância"; 7. No Art. 21, inciso IX, alterar a frase para: "eleger  
12 a sua diretoria (Comissão Executiva ou Mesa)"; 8. No Art. 23, inciso I, alterar  
13 as palavras "semestralmente"para "trimestralmente"e "bienalmente"para "anual-  
14 mente"; 9. No Art. 30, excluir a palavra "presentes". <sup>61</sup> **SUBCOMISSÃO VII -**  
15 **Legislação e Justiça III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXII - Quanto aos documen-**  
16 **tos 094, 129 - Oriundos do(a): Sínodo Central Espírito-Santense; Secreta-**  
17 **ria Executiva do Supremo Concílio da IPB - Ementas: Encaminhamento de**  
18 **consulta referente a Estatutos de Igreja Local; Estatutos de igrejas locais e**  
19 **impedimentos impostos pelos cartórios de Registro. CONSIDERANDO:** 1.  
20 Que o doc. 094 trata de consulta a respeito de alterações em estatuto de igreja  
21 local para atender exigências cartorárias, bem como solicita eventuais correções  
22 em texto que submete à apreciação desta CE, no entanto, não aponta quais se-  
23 jam tais exigências, dificultando análise e julgamento; 2. Que o doc. 129, de  
24 lavra do Sr. SE-IPB, traz ao conhecimento da CE o recebimento de inúmeras  
25 consultas feitas por igrejas que afirmam "impedidas de registrarem seus estatu-  
26 tos e outras tantas sucumbem ao que lhes esta sendo ditado, vendo maculado  
27 o direito que lhes foi assegurado"pela lei que inclusive deu ao Código Civil nova  
28 redação ao texto regente da matéria; 3. Que o referido doc. 129 traz proposta de  
29 nomeação de comissão especial para trato dessa matéria, prestando assessoria  
30 ao Presidente e ao Secretário Executivo do Supremo Concílio da IPB; 4. Que há  
31 notícias de outros concílios que têm tido dificuldade em tratar dessa matéria, de  
32 modo especial os sínodos, eis que na maioria organizados há muitos anos, sendo  
33 confrontados pelos cartórios com exigências de apresentação de documentação  
34 pessoal de antigas diretorias, o que é na maioria dos casos impossível ante a  
35 alteração recorrente da legislação e o fato de que muitos líderes já faleceram ou  
36 até deixaram a denominação; 5. Que se aventa aqui e acolá a alternativa de  
37 simplesmente descontinuar a vida dos concílios, apresentando documentação  
38 contemporânea aos cartórios, o que implica em abandonar a história deles; 6.  
39 Que exigências desse teor feitas pelos cartórios contrariam a alteração feita pela  
40 Lei 10.825, de 22.12.2003, no Código Civil, em seu art. 44, no espírito da se-  
41 paração entre Igreja e Estado, com o acréscimo do inciso IV, que prevê a figura  
42 das "organizações religiosas", ao lado de outras espécies de pessoas jurídicas  
43 de direito privado. Prevê o parágrafo primeiro de tal dispositivo que "São livres  
44 a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das orga-  
45 nizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento  
46 ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento". Não se  
47 pode confundir a organização religiosa com outras espécies, tais como "asso-  
48 ciação"ou "sociedade", para as quais há tratamento específico no regramento  
49 civil, não se podendo estender àquela, como têm feito muitos cartórios, o que

<sup>61</sup>Doc. LXI - Quanto ao documento 012 - Estatuto do Sínodo Minas Espírito Santo para aprovação.

1 deve ser contrariado pelos meios legais disponíveis, de acordo com a Lei de Re-  
 2 registros Públicos e com as normas das Corregedorias de cada Estado; 7. Que  
 3 a CE, nas últimas reuniões tem se ocupado de legislar sobre estatuto sinodal,  
 4 conforme Res. CE-SC/IPB-2008 - Doc. CXXXVI, que aprovou o modelo oficial  
 5 de estatuto para os Sínodos, alterada pela Res. CE-SC/IPB-2009 - Doc. XXVII,  
 6 que alterou a redação do art. 30 do Estatuto, e pela Res. CE-SC/IPB-2010 -  
 7 Doc. LXXXII, que transferiu a competência à CE/SC-IPB para aprovação dos  
 8 Estatutos; 7.1 Que os sínodos, quase regra geral, desconhecem os limites em  
 9 que podem ser feitas alterações no modelo ofertado, atendendo questões regio-  
 10 nais e praxe local, nos limites da CI/IPB e dos símbolos de fé da IPB, conforme  
 11 permissão da Res. CE-SC/IPB-2008 - Doc. CXXXVI, item 5; 8. Que a IPB se  
 12 ressentida da inexistência de órgão de caráter jurídico que preste auxílio e as-  
 13 sessoramento nesta e em outras matérias, A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE: A.**  
 14 Solicitar ao Sínodo Central Espiritossantense que explicita as exigências feitas  
 15 pelo cartório, bem como indique os novos artigos inseridos no seu modelo, sub-  
 16 metendo novamente o documento à apreciação da CE; B. Constituir Comissão  
 17 Especial para tratar da questão referente às exigências feitas pelos cartórios para  
 18 registro dos atos constitutivos conciliares; C. Dar poderes a essa comissão para  
 19 estudo de viabilidade de criação de órgão jurídico na estrutura administrativa da  
 20 Igreja, para fins de assessoria à direção da IPB e aos seus órgãos, bem como  
 21 tratar de questões de interesse geral dos concílios, devendo construir perfil do  
 22 profissional, atribuições, forma de contratação e de remuneração. D. Compor a  
 23 Comissão Especial com os seguintes membros: Rev. Marcio Tadeu De Marchi  
 24 (Relator), Rev. Roberto Brasileiro Silva, Rev. Ludgero Bonilha Moraes, Presbí-  
 25 teros José do Carmo, Jairo Boy de Vasconcelos Junior e Anísio Alves Borges,  
 26 devendo apresentar relatório na reunião CE-2012. <sup>62</sup> Aprova-se a Ata da pri-  
 27 meira seção e às vinte e uma horas e cinquenta e três minutos. Aprova-se a  
 28 Ata da primeira seção e com oração feita pelo Rev. Anderson Sathler encerra-se  
 29 a segunda seção. **ATA DO(A) TERCEIRA SESSÃO REGULAR:** Às oito horas  
 30 e quinze minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, o presidente  
 31 inicia os trabalhos com o exercício devocional seguindo esta ordem: canta-se o  
 32 hino 67 do hinário Novo Cantico; ora o Rev. Domingos da Silva Dias; passa-se  
 33 a palavra ao Rev. Augustus Nicodemus Gomes Lopes que convida ao plenário  
 34 à leitura e meditação no livro de Josué em seu capítulo 7. Canta-se a terceira  
 35 e a quarta estrofe do hino 67 do hinário Novo Cântico. Ora e impetra a benção  
 36 o Rev. Joaquim Mateus Barbosa. **COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO DOS TRA-**  
 37 **BALHOS:** Rev. Roberto Brasileiro Silva - Presidente do SC/IPB, Rev. Juarez  
 38 Marcondes Filho - Vice-Presidente; Rev. Ludgero Bonilha Moraes - Secretário  
 39 Executivo e Presb. Renato José Piragibe - Tesoureiro. O presidente chama a  
 40 casa à ordem para o início dos trabalhos das relatorias. Passa-se a palavra  
 41 ao Rev. Amauri Costa de Oliveira. **SUBCOMISSÃO XIV - Entidades e Autar-**  
 42 **quias III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXIII - Quanto ao documento 048 - Oriundo**  
 43 **do(a): Instituto Samuel Graham - Ementa: Relatório do Instituto Presbiteri-**  
 44 **ano Samuel Graham.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Aprovar o Relatório,  
 45 com os seguintes destaques: A. Parabenizar a direção do Instituto, bem como o  
 46 trabalho do representante do SC/IPB, Rev. Eudoxio Mendes dos Santos Junior  
 47 pelo bom exercício de suas funções; B. O investimento na capacitação de pro-  
 48 fessores; C. A utilização do Sistema Mackenzie de Ensino, a partir de 2011, no

<sup>62</sup>Doc. LXII - Quanto aos documentos 094, 129 - Encaminhamento de consulta referente a Estatutos de Igreja Local; Estatutos de igrejas locais e impedimentos impostos pelos cartórios de Registro.

1 maternal e ensino fundamental I; D. A reforma na estrutura física e administrativa;  
 2 E. A parceria com a Sociedade Bíblica do Brasil e o CECEP para fornecimento  
 3 de material bíblico e evangelístico para o projeto de Capelania, com distribuição  
 4 de 2000 folhetos, 400 Novos Testamentos, 150 Bíblias e 70 exemplares do Brasil  
 5 Presbiteriano; F. O aumento no número de matrícula em 2011, gerando superávit  
 6 no número de alunos, ao ponto de gerar limitação na recepção de novos alunos,  
 7 que em 2010 era de 1218; G. O superávit financeiro no valor de R\$ 85.210,72;  
 8 H. O bom trabalho do capelão, Rev. Djaik Souza Neves, em dedicação integral,  
 9 atendendo a professores, pais e alunos, com o desenvolvimento de projetos so-  
 10 ciais e de treinamento. 2. No que se refere à solicitação de posicionamento da  
 11 IPB quanto à cessão do terreno para construção de parque público, conforme  
 12 proposta anexa da Prefeitura Municipal de Jataí - GO, determinar que o Presi-  
 13 dente do Supremo Concílio da IPB e o presidente da Junta Patrimonial ofereçam  
 14 consultoria, prestando relatório à CE-SC/2012. <sup>63</sup> **SUBCOMISSÃO XIV - Enti-**  
 15 **dades e Autarquias III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXIV - Quanto ao documento**  
 16 **062 - Oriundo do(a): Instituto Presbiteriano Gammom - Ementa: Relatório**  
 17 **do exercício 2010 do Instituto Presbiteriano Gammom.** A CE/SC/IPB - 2011  
 18 **RESOLVE:** 1. Aprovar o Relatório com os seguintes destaques: A. Parabenizar  
 19 a Direção do Instituto pelo bom trabalho realizado no exercício 2010; B. A clas-  
 20 sificação do Gammon entre as 20 melhores escolas particulares do Estado de  
 21 Minas Gerais no ENEM 2009/2010, e 1o. lugar das escolas filiadas à ANEP e 65  
 22 aprovações em universidades públicas; C. Implantação da Rádio Gammon Web,  
 23 para veiculação de projetos culturais e confessionais; D. Aprovação para funcio-  
 24 namento de Bacharel em Educação Física e reconhecimento do curso de Bacha-  
 25 rel em Sistemas de Informação na Fagammon; E. Criação do Prêmio Professor  
 26 Nota 10, o qual premia os melhores projetos pedagógicos, valorizando o profes-  
 27 sor; F. Implantação da Coleta Seletiva de Resíduos, como método de proteção  
 28 ao meio ambiente; G. Investimento no esporte com premiações significativas em  
 29 níveis estadual, nacional e internacional, com conquistas sulamericanas; H. Au-  
 30 mento no número de alunos para 2011: 134 a mais que em 2010; I. Melhorias  
 31 no patrimônio com reformas prediais, laboratoriais e de material pedagógico. J.  
 32 Inauguração da Sede da Unidade de Guanhães MG. <sup>64</sup> **SUBCOMISSÃO XIV -**  
 33 **Entidades e Autarquias III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXV - Quanto ao docu-**  
 34 **mento 086 - Oriundo do(a): Fundação Educacional José Manoel da Concei-**  
 35 **ção - Ementa: Relatório do exercício 2010 da Fundação Educacional Rev.**  
 36 **José Manoel da Conceição.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar o Rela-  
 37 tório com os seguintes destaques: 1. Parabenizar a Direção Geral da Fundação  
 38 pelo bom trabalho administrativo realizado, na clareza da prestação de contas,  
 39 informações e nos empreendimentos; 2. Zelo pelo patrimônio da Fundação, de-  
 40 monstrado no acompanhamento constante e nos gastos relativos à manutenção;  
 41 3. O cuidado no cumprimento no repasse de verba para manutenção do Semi-  
 42 nário Rev. José Manoel da Conceição, destacando a concessão de ajuda de  
 43 custo para aluguel mensal no valor de R\$ 250,00 para alunos casados que não  
 44 têm, temporariamente, vagas nos alojamentos, bem como a solicitação de um  
 45 dos imóveis para ampliação de tais vagas; 4. Aprovação do aumento no repasse  
 46 ao Seminário JMC no percentual de 8,49%, de R\$ 67.500,00 para R\$ 73.250,00  
 47 mensais, num total de 878.260,00 em 2010; 5. Aplicações financeiras no va-

<sup>63</sup>Doc. LXIII - Quanto ao documento 048 - Relatório do Instituto Presbiteriano Samuel Graham.

<sup>64</sup>Doc. LXIV - Quanto ao documento 062 - Relatório do exercício 2010 do Instituto Presbiteriano Gammom.

1 lor de R\$ 8.386.545,43. <sup>65</sup> **SUBCOMISSÃO XIV - Entidades e Autarquias III**  
 2 **- CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXVI - Quanto ao documento 049 - Oriundo do(a):**  
 3 **Colégio Quinze de Novembro - Ementa: Relatório do Instituto Presbiteriano**  
 4 **Quinze de Novembro.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar o relatório com  
 5 os seguintes destaques: 1. Parabenizar a Direção Geral do Colégio Presbiteri-  
 6 ano XV de Novembro, pelo bom trabalho administrativo e pedagógico realizado;  
 7 2. Parabenizar pelos 110 anos de atividades; 3. Considerado o melhor colé-  
 8 gio de Garanhuns pelo 10o. ano consecutivo; 4. Superávit de R\$ 350.149,71,  
 9 apesar da inadimplência de 7,2%. 5. O empréstimo ao Colégio Presbiteriano  
 10 Agnes Erskine, no valor de R\$ 270.000,00; 6. Aumento de 11,6% no número  
 11 de matrículas em 2011; 7. Capelania atuante, com realização de cultos diários,  
 12 envolvendo alunos, professores e funcionários, além dos cultos em datas espe-  
 13 ciais; 8. O cuidado com o desenvolvimento pedagógico, psicológico e disciplinar;  
 14 9. A concessão de 143 bolsas de estudos. <sup>66</sup> **SUBCOMISSÃO XIV - Entidades**  
 15 **e Autarquias III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXVII - Quanto ao documento 148**  
 16 **- Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório**  
 17 **da Fundação Gammom de Ensino de Paraguaçu Paulista.** Considerando: 1.  
 18 Os avanços alcançados pela Comissão Especial do SC-IPB, quanto às negocia-  
 19 ções com o Poder Público Municipal, referente à retirada do nome "Gammom" da  
 20 Fundação Gammom de Ensino de Paraguaçu Paulista - FUNGE; 2. Que a Junta  
 21 Patrimonial Econômica e Financeira tem dado o acompanhamento necessário;  
 22 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Aprovar o Relatório; 2. Reconduzir a Comis-  
 23 são Especial para o exercício 2011. <sup>67</sup>. Passa-se a presidência ao Rev. Juarez  
 24 Marcondes Filho - vice-presidente. Discute-se documento e devolve-se a presi-  
 25 dência ao Rev. Roberto Brasileiro Silva. Suspendem-se os trabalhos para um  
 26 recesso às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Às dez horas e vinte e cinco  
 27 minutos o presidente chama a casa à ordem para continuidade dos trabalhos.  
 28 Passa-se a palavra ao Presb. Damocles Perrone Carvalho. **SUBCOMISSÃO II**  
 29 **- Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXVIII - Quanto ao documento 167 -**  
 30 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório**  
 31 **de visita à Agência Presbiteriana de Missões Transculturais..** A CE-SC/IPB  
 32 2011 Resolve: 1 - Tomar conhecimento. 2 - A contabilidade está regularizada.  
 33 3 - Há regularidade fiscal em todos os itens exigidos por lei. 4 - O patrimônio  
 34 está devidamente legalizado e as obrigações com os mesmos em ordem. 5 - As  
 35 receitas oriundas da tesouraria da IPB bem como as ofertas foram aplicadas na  
 36 finalidade do órgão. 6 - O conselho fiscal do órgão recomendou a aprovação das  
 37 contas e demonstrações contábeis. <sup>68</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II - CE-**  
 38 **SC/IPB-2011 - DOC.LXIX - Quanto ao documento 144 - Oriundo do(a): Patri-**  
 39 **monial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de contas da Secretaria**  
 40 **Geral da Infância.** A CE-SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1- Tomar conhecimento 2  
 41 - Aprovar as contas da Secretaria Geral da infância. 3 - Congratular-se com a  
 42 Secretaria Geral da infância pelo excelente trabalho e organização dos documen-

<sup>65</sup>Doc. LXV - Quanto ao documento 086 - Relatório do exercício 2010 da Fundação Educacional Rev. José Manoel da Conceição.

<sup>66</sup>Doc. LXVI - Quanto ao documento 049 - Relatório do Instituto Presbiteriano Quinze de Novembro.

<sup>67</sup>Doc. LXVII - Quanto ao documento 148 - Relatório da Fundação Gammom de Ensino de Paraguaçu Paulista.

<sup>68</sup>Doc. LXVIII - Quanto ao documento 167 - Relatório de visita à Agência Presbiteriana de Missões Transculturais..

1 tos. <sup>69</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXX** - Quanto  
 2 **ao documento 168 - Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira -**  
 3 **Ementa: Relatório de Exame de Contas do Conselho de Hinologia, Hinó-**  
 4 **dia e Música da IPB..** A CE-SC/IPB 2011 Resolve: 1 - Tomar conhecimento  
 5 2 - Aprovar as contas do Conselho de Hinologia, Hinódia e música da IPB 3 -  
 6 Congratular-se com o Conselho de Hinologia, hinódia e música da IPB pelo exce-  
 7 lente trabalho e organização dos documentos.<sup>70</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças**  
 8 **II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXI** - Quanto ao documento 163 - Oriundo do(a):  
 9 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório de Exame de Con-**  
 10 **tas da Confederação Nacional das SAFs..** A CE-SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1  
 11 - Tomar conhecimento. 2 - Aprovar as contas da Confederação do Trabalho Fe-  
 12 minino. 3 - Congratular-se com a Confederação do Trabalho Feminino pelo exce-  
 13 lente trabalho, organização dos documentos e zelo quanto a apresentação dos  
 14 documentos comprobatórios das despesas.<sup>71</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
 15 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXII** - Quanto ao documento 142 - Oriundo do(a):  
 16 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de contas da Secre-**  
 17 **taria Geral do Trabalho Feminino.** A CE-SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar  
 18 conhecimento 2 - Aprovar as contas da Secretaria Geral do Trabalho Feminino.  
 19 3 - Congratular-se com a secretaria Geral do Trabalho Feminino pelo excelente  
 20 trabalho e organização dos documentos. <sup>72</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
 21 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXIII** - Quanto ao documento 160 - Oriundo do(a):  
 22 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de contas da Comis-**  
 23 **são de Relação Inter-Eclesiásticas - CRIE.** A CE-SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1  
 24 - Tomar conhecimento. 2 - Aprovar as contas da Comissão de Relação Intere-  
 25 clesiásticas. 3 - Congratular-se com a Comissão de Relação Intereclesiásticas  
 26 pelo excelente trabalho e organização dos documentos.<sup>73</sup> **SUBCOMISSÃO II -**  
 27 **Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXIV** - Quanto ao documento 166 -  
 28 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório**  
 29 **da Confederação Nacional de Adolescentes e dos Homens Presbiterianos..**  
 30 A CE-SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 - Tomar conhecimento 2 - Lamentar a não  
 31 apresentação de contas. 3 - Determinar que os devidos relatórios financeiros  
 32 destas confederações sejam apresentados até 20 de maio do corrente ano à  
 33 JPEF, sob pena de suspensão da liberação de verbas. <sup>74</sup> **SUBCOMISSÃO II**  
 34 **- Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXV** - Quanto ao documento 162 -  
 35 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de**  
 36 **contas dos Congressos de Revitalização da Comissão Nacional da Evan-**  
 37 **gelização - CNE.** A CE-SC/IPB 2011 Resolve: 1 - Tomar conhecimento 2 - Não  
 38 aprovar as contas da Comissão Nacional de Evangelização - CNE pelos seguin-  
 39 tes motivos: a - Não houve apresentação de vários tickets que comprovam a  
 40 utilização dos serviços adquiridos junto as empresas aéreas. b - As prestações

<sup>69</sup>Doc. LXIX - Quanto ao documento 144 - Exame de contas da Secretaria Geral da Infância.

<sup>70</sup>Doc. LXX - Quanto ao documento 168 - Relatório de Exame de Contas do Conselho de Hinologia, Hinódia e Música da IPB..

<sup>71</sup>Doc. LXXI - Quanto ao documento 163 - Relatório de Exame de Contas da Confederação Nacional das SAFs..

<sup>72</sup>Doc. LXXII - Quanto ao documento 142 - Exame de contas da Secretaria Geral do Trabalho Feminino.

<sup>73</sup>Doc. LXXIII - Quanto ao documento 160 - Exame de contas da Comissão de Relação Inter-Eclesiásticas - CRIE.

<sup>74</sup>Doc. LXXIV - Quanto ao documento 166 - Relatório da Confederação Nacional de Adolescentes e dos Homens Presbiterianos..

1 de contas dos congressos realizados na cidade de Palmas, Macapá e Goiania  
 2 não apresentaram todos os comprovantes de despesas. 3 - Registrar a doação  
 3 de R\$5.301,79 para o acampamento "Aprisco do Cordeiro"no evento realizado  
 4 em 05 a 07 de novembro de 2009. 4 - Determinar que os comprovantes sejam  
 5 enviados à JPEF no prazo de 60 dias, sob pena de reembolso por quem de direito  
 6 pelas despesas que não forem devidamente comprovadas. <sup>75</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 7 **II - Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXVI - Quanto ao documento 152**  
 8 **- Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de**  
 9 **contas do Plano Missionário Cooperativo - PMC.** A CE/SC/IPB - 2011 **RE-**  
 10 **SOLVE:** 1 - Tomar conhecimento 2 - Aprovar as contas do Plano Missionário  
 11 Cooperativo. 3 - Congratular-se com a Secretaria Geral do Plano Missionário  
 12 Cooperativo pelo excelente trabalho e organização dos documentos. <sup>76</sup> **SUBCO-**  
 13 **MISSÃO II - Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXVII - Quanto ao docu-**  
 14 **mento 143 - Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa:**  
 15 **Exame de contas da Secretaria Geral da Mocidade.** A CE-SC/IPB 2011 **Re-**  
 16 **solve:** 1 - Tomar conhecimento 2 - Aprovar as contas da Secretaria Geral da Mo-  
 17 cidade. 3 - Congratular-se com a Secretaria Geral da Mocidade pelo excelente  
 18 trabalho e organização dos documentos. <sup>77</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
 19 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXVIII - Quanto ao documento 161 - Oriundo do(a):**  
 20 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de contas da Comis-**  
 21 **são de Previdência, Seguridade e Saúde.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1  
 22 - Tomar conhecimento 2 - Aprovar o relatório com a seguinte observação: a) Há  
 23 um pagamento de despesas com correio no valor de R\$22,90, por duplicidade  
 24 de lançamento, que deverá ser devolvido à tesouraria; 3 - Congratular-se com  
 25 a sobredita comissão pelo excelente trabalho e organização dos documentos.  
 26 <sup>78</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXIX - Quanto**  
 27 **ao documento 154 - Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira**  
 28 **- Ementa: Relatório de visita à Junta de Missões Nacionais- JMN.** A CE-  
 29 SC/IPB 2011 **Resolve:** 1 - Tomar conhecimento 2 - Aprovar as contas da Junta  
 30 de Missões Nacionais com as seguintes observações: a) Os imobiliários e mo-  
 31 biliários da Junta estão em ordens e documentados. b) Os recursos recebidos  
 32 tanto da Tesouraria da IPB quanto ofertas diretas à missionários foram aplica-  
 33 dos corretamente. c) Foi apontado uma pendência de R\$535.437,10 no balanço  
 34 de 2010 sendo que no balanço de 2009 esta pendência era de R\$ 419.753,05,  
 35 referente a adiantamentos efetuados pelo sr. tesoureiro à Junta e que estão  
 36 pendentes de prestação de contas. Determinar que a Junta Patrimonial, Econô-  
 37 mica e Financeira realize auditoria especifica visando liquidar essa pendência.  
 38 d) Determinar que a Junta de Missões Nacionais normatize o procedimento para  
 39 adiantamentos para coibir os recorrentes atrasos na prestação de relatórios de  
 40 despesas. e) Recomendar pontualidade nos pagamentos de despesas ou fatu-  
 41 ras, evitando pagamentos com acréscimos. f) Que as remessas enviadas aos  
 42 missionários sejam devidamente especificadas a que se destinam. g) Que todos  
 43 pagamentos efetuados a locadores de imóveis sejam devidamente comprova-

<sup>75</sup>Doc. LXXV - Quanto ao documento 162 - Exame de contas dos Congressos de Revitalização da Comissão Nacional da Evangelização - CNE.

<sup>76</sup>Doc. LXXVI - Quanto ao documento 152 - Exame de contas do Plano Missionário Cooperativo - PMC.

<sup>77</sup>Doc. LXXVII - Quanto ao documento 143 - Exame de contas da Secretaria Geral da Mocidade.

<sup>78</sup>Doc. LXXVIII - Quanto ao documento 161 - Exame de contas da Comissão de Previdência, Seguridade e Saúde.

1 dos com recibos emitidos pelo locador. <sup>79</sup> **SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
 2 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXX - Quanto ao documento 145 - Oriundo do(a):**  
 3 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Exame de contas da Secretaria**  
 4 **Geral do Trabalho Masculino. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: 1 - Tomar**  
 5 **conhecimento 2 - Aprovar as contas da Secretaria Geral do Trabalho Masculino.**  
 6 **3 - Congratular-se com a Secretaria Geral do Trabalho Masculino pelo excelente**  
 7 **trabalho e organização dos documentos. <sup>80</sup> SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
 8 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXI - Quanto ao documento 165 - Oriundo do(a):**  
 9 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório da Confederação**  
 10 **Nacional da Mocidade. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: Devolver o documento**  
 11 **à Junta Patrimonial Econômica e Financiera para que apresente relatório com-**  
 12 **patível com a realidade presente da Confederação Nacional de Mocidade. <sup>81</sup>**  
 13 **SUBCOMISSÃO II - Finanças II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXII - Quanto**  
 14 **ao documento 147 - Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira**  
 15 **- Ementa: Relatório da auditoria na Tesouraria do SC/IPB. A CE/SC/IPB -**  
 16 **2011 Considerando : I. Que a JPEF reunida em Cachoeiro de Itapemirim to-**  
 17 **mou conhecimento do relatório da Tesouraria da IPB; II. Que as demonstrações**  
 18 **Contábeis e Financeiras da Tesouraria referente ao exercício de 2010 foram re-**  
 19 **alizadas; III. Que o movimento nas 34 contas bancárias apresenta um saldo de**  
 20 **R\$ 1.956.112,50; IV. Os Bancos - Conta Poupança - apresentam um saldo de**  
 21 **R\$ 70.894,42 referente às contas dos seminários SPS,SPN,SNE, SPB e SDNE;**  
 22 **V. Aplicação Financeira apresenta um saldo de R\$ 833.713,98 resultante de re-**  
 23 **ursos de diversos órgãos sendo que R\$ 438.827,15 são oriundos da Junta de**  
 24 **Missões Nacionais e, R\$ 236.374,44, são da Tesouraria da IPB; VI. Existem**  
 25 **salDOS de adiantamento diversos a colaboradores, Secretaria Executiva, Tesou-**  
 26 **raria, Junta Patrimonial, JMN, PMC, CNE, CRIE, CPSS, Secretários Nacionais e**  
 27 **Confederações Nacionais; VII. Existe um saldo de aplicação financeira a longo**  
 28 **prazo no valor de R\$ 6.574,069,26; VIII. Há um saldo a receber no valor de**  
 29 **R\$ 10.340.444,84 referente aos empréstimos dos contratos de 146 igrejas e 03**  
 30 **escolas; IX. Houve um aumento significativo do imobilizado correspondente a**  
 31 **18,37% passando de R\$ 10.655,465,81 em 31/12/2009 para R\$ 12.613.553,87**  
 32 **em 31/12/2010; X. Houve um crescimento de 9,50% do orçado para 2010 de**  
 33 **R\$ 18.000.000,00 e o alcançado foi de R\$ 19.709.145,98. A CE-SC/IPB 2011**  
 34 **Resolve: a) Tomar conhecimento; b. Determinar que os valores referentes a**  
 35 **adiantamentos, sejam prestados contas num prazo de 30 dias; c. Determinar à**  
 36 **Tesouraria da IPB que regularize as pendências de 2009 conforme órgão, enti-**  
 37 **dade e favorecido; d. Registrar que existe na Tesouraria da IPB um adiantamento**  
 38 **à Confederação Nacional da Mocidade no valor de R\$ 47.341,42, sem a devida**  
 39 **regularização. e. Agradecer a Deus pelo crescimento financeiro da IPB; f. Pa-**  
 40 **rabenizar o trabalho realizado pela Junta Patrimonial bem como do tesoureiro**  
 41 **da IPB na aplicação e zelo dos recursos a eles confiados; g. Aprovar as con-**  
 42 **tas da Tesouraria do exercício de 2010. <sup>82</sup> SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
 43 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXIII - Quanto ao documento 151 - Oriundo do(a):**

<sup>79</sup>Doc. LXXIX - Quanto ao documento 154 - Relatório de visita à Junta de Missões Nacionais- JMN.

<sup>80</sup>Doc. LXXX - Quanto ao documento 145 - Exame de contas da Secretaria Geral do Trabalho Masculino.

<sup>81</sup>Doc. LXXXI - Quanto ao documento 165 - Relatório da Confederação Nacional da Mocidade.

<sup>82</sup>Doc. LXXXII - Quanto ao documento 147 - Relatório da auditoria na Tesouraria do SC/IPB.

1 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório da Junta Patrimo-**  
 2 **nia, Econômica e Financeira - JPEF - sobre projeto Repartir.** A CE/SC/IPB -  
 3 2011 Considerando: O evento coordenado pelo Conselho de Ação Social (CAS)  
 4 da IPB que deu o nome de REPARTIR I. Que o CAS da IPB coordenou evento  
 5 para atender aos desabrigados nas enchentes das regiões Mata Sul e Mata  
 6 Norte dos Estados de Pernambuco e Alagoas; II. Que o referido projeto deno-  
 7 minado Repartir constituído pelos Revs. Marcos André Marques (idealizador),  
 8 Carlos Alberto, Reginaldo Pinho Borges, Sérgio Lyra, Elias Brito e o Presbítero  
 9 Clineu Aparecido Francisco, visando fazer análise das aplicações dos recursos  
 10 doados à Igreja Presbiteriana do Brasil; III. Que as cidades de Barreiros, Cortêz,  
 11 Escada, Palmares e Palmerina, tiveram seus templos parcial ou totalmente des-  
 12 truídos; IV. Houve uma arrecadação de R\$ 548.412,02 totalizando 334 doadores  
 13 procedentes de igrejas e pessoas físicas; V. Além dos recursos em espécie fo-  
 14 ram arrecadados aproximadamente 150 toneladas de alimentos, roupas, água,  
 15 colchonetes, agasalho que foram despachados para as regiões atendidas; VI.  
 16 Que a aplicação dos recursos foi no restabelecimento do culto, assistência ma-  
 17 terial aos pastores e membros das respectivas comunidades; VII. Que o projeto  
 18 Repartir auxiliou cinco pastores que foram diretamente atingidos ajudando-os no  
 19 pagamento de salário pastoral pago através de convênio com a JMN/IPB, com-  
 20 pra de móveis e compra de equipamento de trabalho; VIII. A elaboração de kits  
 21 com mais de 13 itens envolvendo produtos do lar foram distribuídos às famílias  
 22 que perderam tudo; IX. Todos os gastos efetivados foram através de documen-  
 23 tos fiscais hábeis, tais como cupom fiscal ou nota fiscal. A CE-SC/IPB 2011  
 24 **RESOLVE:** a. Tomar conhecimento; b. Agradecer aos idealizadores do Projeto  
 25 Repartir o carinho coragem e fidelidade com que se envolveram no sentido de  
 26 administrar os bens doados; c. Agradecer a JPEF pela clareza com que analisou  
 27 os relatórios; d. Determinar que o saldo remanescente de R\$ 179.496,51 seja  
 28 aplicado na manutenção dos aluguéis dos salões e casas pastorais até junho de  
 29 2011, bem como na aplicação de projetos que as igrejas da região apresentem  
 30 tendo o parecer prévio da JPEF; e. Agradecer a Deus pelo empenho e esforço de  
 31 todos; f. Aprovar o relatório com voto de apreciação pelos trabalhos realizados.  
 32 <sup>83</sup> Passa-se a palavra ao Rev. Roberto Alves de Alencar. **SUBCOMISSÃO XIII -**  
 33 **Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXIV - Quanto ao docu-**  
 34 **mento 089 - Oriundo do(a): Escola Presbiteriana Erasmo Braga - Ementa:**  
 35 **Relatório do exercício de 2010 da Escola Presbiteriana Erasmo Braga.** A  
 36 CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1) Aprovar; 2) Destacar: a) A boa coordenação  
 37 pedagógica com excelentes projetos baseados na cosmovisão cristã calvinista  
 38 com resultados significativos tanto na aprendizagem dos alunos quanto no bem  
 39 estar de toda a família; b) A boa administração estratégica com um crescimento  
 40 de 421,8%, no período de 10 anos com numero de alunos passando de 263  
 41 para 915 alunos; c) A avaliação periódica e constante da instituição demons-  
 42 trando a preocupação com a transparência; d) Saúde financeira com receita de  
 43 R\$ 2.757.668,31 e um superávit de R\$ 728.546,08; e) Recomendar cautela na  
 44 concessão de bolsas de estudos; 3) Registrar voto de apreciação pelo esforço e  
 45 competência da gestão atual da escola. <sup>84</sup> **SUBCOMISSÃO XIII - Entidades e**  
 46 **Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXV - Quanto ao documento 064 -**  
 47 **Oriundo do(a): Fundação Educacional Presbiteriana - Ementa: Relatório do**

<sup>83</sup>Doc. LXXXIII - Quanto ao documento 151 - Relatório da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira - JPEF - sobre projeto Repartir.

<sup>84</sup>Doc. LXXXIV - Quanto ao documento 089 - Relatório do exercício de 2010 da Escola Presbiteriana Erasmo Braga.

1 **exercício 2010 da Fundação Educacional Presbiteriana.** A CE/SC/IPB - 2011  
2 **RESOLVE:** 1) Aprovar; 2) Destacar: a. Foram concedidas 113 bolsas a estuda-  
3 tes de 14 cursos diferentes atingindo um valor de R\$ 455.103,99; b. A boa gestão  
4 dos recursos com aplicações financeiras sólidas no valor de R\$ 1.710.010,28; c.  
5 O programa de atendimento ao estudante de baixa renda; d. Digitalização dos  
6 arquivos ativos/mortos; e. Busca da ampliação da Federação de Escolas Pres-  
7 biterianas - FEP, mediante depósitos judiciais a serem disponibilizados durante o  
8 exercício de 2011; f. Divulgação do programa de bolsas restituíveis entre igrejas  
9 e pastores; g. Programa de atividades entre as instituições da igreja; 3) Registrar  
10 voto de apreciação pelos relevantes serviços prestados pela instituição. <sup>85</sup> **SUB-**  
11 **COMISSÃO XIII - Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXVI -**  
12 **Quanto ao documento 074 - Oriundo do(a): Educação Cristã e Publicações**  
13 **- Ementa: Relatório da CECEP e anexos.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
14 1. Aprovar; 2. Destacar: 2.1. O lançamento de 45 novos títulos com 138.056  
15 unidades; 2.2. Reedição de 13 títulos com 48.822 unidades; 2.3. A produção  
16 de revistas para a Escola Bíblica Dominical e sociedades internas no total de  
17 23 títulos com 700.000 unidades; 2.4. Os preparativos para a realização do 3º  
18 Congresso Nacional de Educação Cristã a ser realizado na cidade de Águas de  
19 Lindóia-SP, com o tema "Educação Cristã Integrada na Igreja Local" e como expo-  
20 sitor principal o Rev. Dr. John Sittema. O evento contará com diversos preletores  
21 nacionais e várias oficinas; 2.5. O novo currículo de Escola Dominical implantado  
22 e mantido sob cuidadosa avaliação; 2.6. Na área financeira a Editora apresenta  
23 boa capacidade de liquidez, ou seja, liquidez seca de 2,34, significando que para  
24 cada real de dívida temos 2,34 reais disponíveis para pagamento; 2.7. A doa-  
25 ção de material para a Junta de Missões Nacionais; 2.8. O envio de todos os  
26 lançamentos para as Bibliotecas de todos os seminários e institutos da IPB; 2.9.  
27 O envio de livros para os professores dos seminários relacionados às disciplinas  
28 ministradas; 2.10. A doação de 300 kits com 110 títulos para as Igrejas Presbi-  
29 terianas de Moçambique e Angola num total de aproximadamente 30.000 obras;  
30 2.11. A realização de 14 congressos de treinamento de professores em diversas  
31 jurisdições sinodais da IPB, sob a coordenação do Editor Rev. Claudio Antô-  
32 nio Batista Marra; 2.12. A iminente instalação de duas centrais de distribuição de  
33 seus materiais nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco com vistas a melhor  
34 atender o público nestas regiões. 3. Informar as seguintes providências tomadas  
35 em atendimento ao Supremo Concílio da IPB/2010: 3.1. Quanto a "criação de  
36 uma agenda quadrienal de eventos visando o treinamento em Educação Cristã  
37 em todas as regiões do nosso país", informar que os agendamentos estão sendo  
38 feitos de maneira sistemática contemplando todas as regiões do país; O CECEP  
39 elaborou uma cartilha para a realização desses eventos; 3.2. Quanto a "reali-  
40 zação de uma pesquisa com os presbitérios buscando conhecer as realidades  
41 regionais quanto ao uso dos materiais da Editora principalmente para a Escola  
42 Dominical, Periódicos das Sociedades Internas e Brasil Presbiteriano", informar  
43 que o texto da pesquisa já foi elaborado; 3.3. Quanto a "busca de publicação de  
44 literatura Reformada de autores da IPB, inclusive obras sobre a História da IPB  
45 nas regiões do País", informar que essa decisão já está sendo cumprida, com  
46 a publicação de vários títulos de autores brasileiros. Quanto aos livros de histó-  
47 ria o CECEP formou comissão de estudo, junto com o historiador oficial da IPB,  
48 Dr. Alderi Souza de Matos, para dar cumprimento a esta determinação; dentro  
49 desta solicitação já foi aprovada a publicação da História da Missão Caiuá; 3.4.

<sup>85</sup>Doc. LXXXV - Quanto ao documento 064 - Relatório do exercício 2010 da Fundação Educacional Presbiteriana.

1 Quanto a "adoção de uma nova política de marketing que inclua uma maior expo-  
 2 sição pública do material da Editora Cultura Cristã", informar que a Casa Editora  
 3 Presbiteriana tem investido no seu site de vendas que em 2010 cresceu 74,28%  
 4 na venda de periódicos e 46,92% na venda de livros e outros. Nas vendas por  
 5 meio da Central de Vendas telefônicas, estas cresceram em 2010 na casa de  
 6 28,39% em periódicos e 6,02% em livros. Em vendas para igrejas há um pro-  
 7 jeto de incremento, uma vez que os periódicos são vendidos para 1224 igrejas  
 8 e livros para 1605 igrejas. Considerando o universo da IPB, há ainda um con-  
 9 siderável percentual de crescimento para ser atingido; 3.5. Quanto ao Manual  
 10 Presbiteriano, informar que o CECEP está aguardando manifestação da Comis-  
 11 são Permanente para supervisionar as novas edições do Manual Presbiteriano e  
 12 publicar o referido Manual; 4. Reconduzir o presbítero Denivaldo Bahia de Melo  
 13 como suplente para novo mandato de 4 anos e nomear o Rev. Fernando Ha-  
 14 milton Costa como suplente para um mandato de 4 anos; 5. Registrar voto de  
 15 apreciação pelo bom trabalho do Superintendente Presbítero Haveraldo Ferreira  
 16 Vargas, do Editor Rev. Claudio Antônio Batista Marra e funcionários da Editora;  
 17 6. Registrar voto de apreciação ao CECEP pelo zelo no cumprimento de suas  
 18 atribuições. <sup>86</sup> **CE-SC/IPB-2011 - DOC. LXXXVII - Solicitação de Revisão de**  
 19 **Matéria** - Sr. Presidente, fundamentados no Art. 30 do Regimento Interno do  
 20 SC/IPB vimos solicitar que a matéria referente ao documento nº076, oriundo da  
 21 Comissão Nacional Presbiteriana de Educação seja reconsiderada em razão do  
 22 seguinte motivo: À luz do regimento interno da CONAPE em seu artigo 3, alínea  
 23 "b", está prevista do cargo de secretário executivo, o que foi contraditado pelo pa-  
 24 recer emitido pela subcomissão XI da qual somo integrantes. Rev. Vigôr Freire  
 25 de Almeida (membro), Rev. Ronildo Farias dos Santos (relator)<sup>87</sup>. Às quatorze  
 26 horas o presidente chama a casa à ordem para continuação dos trabalhos. Ora  
 27 o Rev. Juarez Marcondes Filho. Passa-se a palavra ao Rev. Roberto Alves de  
 28 Alencar que continua apresentando os relatórios da comissão. **SUBCOMISSÃO**  
 29 **XIII - Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXVIII - Quanto**  
 30 **ao documento 123 - Oriundo do(a): Curadores do Instituto Presbiteriano**  
 31 **Mackenzie - Ementa: Relatório do exercício do Instituto Presbiteriano Mac-**  
 32 **kenzie.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Aprovar; 2. Destacar: 2.1. que o  
 33 Instituto Presbiteriano Mackenzie continua com uma forte e sólida situação finan-  
 34 ceira conforme demonstra a posição de recursos aplicados em 31/12/2010; 2.2.  
 35 o posicionamento da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 11º lugar entre  
 36 as 20 melhores universidades do País e o 5º lugar em termos de receita bruta;  
 37 2.3. investimentos realizados em 2010 atingindo 48,9 milhões; 2.4. a conclusão  
 38 das obras do Campus Campinas, sendo 30.000 m de área construída com re-  
 39 cursos próprios e com capacidade para abrigar 3.200 novos alunos por período  
 40 letivo; 2.5. a posse da nova equipe da Diretoria executiva que ficou composta  
 41 da seguinte forma: Diretor-Presidente Presb. Hesio Cesar de Souza Maciel;  
 42 Diretor de Planejamento e Finanças, Presb. Solano Portela; Diretor de Admi-  
 43 nistração e de Gestão de Pessoas, Presb. Wallace Sabaini; Diretor de Ensino  
 44 e Desenvolvimento, Presb. José Paulo Fernandes; 2.6. as comemorações dos  
 45 140 anos de fundação do Mackenzie com lançamento de selo comemorativo, ex-  
 46 posição histórica e culto de ação de graças; 2.7. a implantação do Novo Sistema  
 47 Operacional do Mackenzie; 2.8. consolidação dos laboratórios de informática do  
 48 Mackenzie Rio de Janeiro; 2.9. revisão e reformulação do material de Educação  
 49 Infantil do Sistema Mackenzie de Ensino; 2.10. publicação da Carta de Prin-

<sup>86</sup>Doc. LXXXVI - Quanto ao documento 074 - Relatório da CECEP e anexos.

<sup>87</sup>**CE-SC/IPB-2011 - DOC. LXXXVII - Solicitação de Revisão de Matéria**

1 cípios 2010 da Universidade Presbiteriana Mackenzie com o título "Mackenzie  
 2 140 anos: Educando com Qualidade a partir da Visão Cristã de Mundo"; 2.11.  
 3 produções de programas para a TV digital; 2.12. realização do I Congresso Inter-  
 4 nacional de Religião, Teologia e Igreja com cerca de 600 inscritos, sendo preletor  
 5 o Dr. Michael Horton; 2.13. a realização do III Congresso Internacional Darwi-  
 6 nismo Hoje com o tema "Design Inteligente: Ciência ou Religião?"contando com  
 7 vários palestrantes de alto gabarito, destacando-se entre eles o Dr. Stephen  
 8 Meyer; 2.14. posse do Dr. Pedro Ronzelli Júnior como novo reitor no dia 04 de  
 9 novembro de 2010; 2.15. outorga da dignidade acadêmica de Doctor Honoris  
 10 Causa ao Rev. Roberto Brasileiro Silva; 2.16. o dia do Mackenzie Voluntário  
 11 com 180 projetos, 27.153 voluntários atingindo aproximadamente 400.000 pes-  
 12 soas; 3. Registrar voto de apreciação pelo excelente trabalho do Conselho de  
 13 Curadores e da Diretoria Executiva do Instituto Presbiteriano Mackenzie; 4. Re-  
 14 gistrar voto de apreciação pela riqueza de informações apresentado no relatório  
 15 a esta CE contemplando 95 páginas e 51 páginas de anexos;<sup>88</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 16 **XIII - Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.LXXXIX - Quanto**  
 17 **ao documento 070 - Oriundo do(a): Sínodo Sudoeste Goiás - Ementa: Pro-**  
 18 **posta de Parceria e Instalação do Curso de Medicina em Rio Verde - GO**  
 19 **- entre o Hospital Evangélico de Rio Verde (Hospital Dr. Gordon) e a Uni-**  
 20 **versidade Presbiteriana Manckenzie. Considerando: a) que o hospital é de**  
 21 **categoria "E"de porte médio com 114 leitos; b) a abrangência com atendimento**  
 22 **a 27 municípios; c) que tem UTI, Centro Obstétrico e estrutura de exames com-**  
 23 **plementares, itens necessários a um hospital escola; d) a atuação social junto**  
 24 **a população do sudoeste do estado de Goiás; e) O devido registro junto a ANS**  
 25 **(Agencia Nacional de Saúde); f) O desenvolvimento e crescimento econômico da**  
 26 **região; g) Que a parceria proporcionaria mão de obra especializada para a re-**  
 27 **gião; h) A localização estratégica na microrregião do sudoeste do estado; i) A im-**  
 28 **portância do Hospital Presbiteriano Dr. Gordon, sendo este 100% presbiteriano,**  
 29 **com 73 anos na região e com capacidade de ampliação da assistência; j) O am-**  
 30 **plo apoio do Sínodo Sudoeste de Goiás - SSG; A CE-SC/IPB 2011 RESOLVE:**  
 31 **Enviar ao Conselho de Curadores do Instituto Presbiteriano Mackenzie para que**  
 32 **estude a viabilidade de celebrar parceria com o Hospital Presbiteriano Dr. Gor-**  
 33 **don para a implantação de cursos educacionais na area de ciências da saúde. <sup>89</sup>**  
 34 **SUBCOMISSÃO XIII - Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XC**  
 35 **- Quanto ao documento 029 - Oriundo do(a): Hospital Evangélico Escola**  
 36 **de Enfermagem de Rio Verde - Ementa: Proposta para Instalação do Curso**  
 37 **de Medicina em Rio Verde - GO pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.**  
 38 **A CE - 2011 RESOLVE: Considerar prejudicado pois ser cópia do documento**  
 39 **70. <sup>90</sup> SUBCOMISSÃO XIII - Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 -**  
 40 **DOC.XCI - Quanto ao documento 069 - Oriundo do(a): Hospital Evangélico**  
 41 **Escola de Enfermagem de Rio Verde - Ementa: Relatório do exercício do**  
 42 **Hospital Presbiteriano Dr. Gordon. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: Aprovar o**  
 43 **relatório com as seguintes observações: 1. Situação financeira deficitária da ins-**  
 44 **tituição; 2. Há projetos de investimento na reforma da UTI e centros cirúrgicos;**

<sup>88</sup>Doc. LXXXVIII - Quanto ao documento 123 - Relatório do exercício do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

<sup>89</sup>Doc. LXXXIX - Quanto ao documento 070 - Proposta de Parceria e Instalação do Curso de Medicina em Rio Verde - GO - entre o Hospital Evangélico de Rio Verde (Hospital Dr. Gordon) e a Universidade Presbiteriana Manckenzie.

<sup>90</sup>Doc. XC - Quanto ao documento 029 - Proposta para Instalação do Curso de Medicina em Rio Verde - GO pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

1 3. Há projeto para ampliar o atendimento pelo SUS, particulares e convênios; 4.  
 2 Ressaltar o trabalho de capelania que evidencia zelo e dedicação, destacando-  
 3 se 1836 visitas a pacientes e 1526 a famílias, 378 cultos e reuniões de oração  
 4 e a publicação de 13500 exemplares do jornal da capelania; 5. Determinar a  
 5 JPEF o acompanhamento da instituição na busca do saneamento financeiro; 6.  
 6 Registrar voto de apreciação pela iniciativa da instituição na busca de novos par-  
 7 ceiros para sua revitalização. <sup>91</sup>. O Rev. Fernando Hamilton é convidado a dar  
 8 uma palavra sobre a situação do Hospital Dr. e Sra Goldsby King em Dourados.  
 9 **SUBCOMISSÃO XII - Entidades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XCII**  
 10 **- Quanto ao documento 037 - Oriundo do(a): Fundação Educacional José**  
 11 **Manoel da Conceição - Ementa: Comunicação de vencimento de mandato**  
 12 **dos Conselheiros de Curadores e Conselho Fiscal.** A CE/SC/IPB - 2011  
 13 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento de que os mandatos dos conselheiros, re-  
 14 presentantes da IPB no conselho de curadores da Fundação Educacional Rev.  
 15 José Manoel da Conceição, terão seus mandatos vencidos em 05 de Abril de  
 16 2011; 2. Registrar que os conselheiros com mandato em vencimento são: Ti-  
 17 tular Presb. Valdnei Alves de Oliveira; Suplente Rev. Avaci Jose dos Santos,  
 18 ambos em segundo mandato; 3. Tomar conhecimento de que os mandatos dos  
 19 membros do Conselho Fiscal da referida Fundação também terão seus manda-  
 20 tos vencendo em 5 de Abril de 2011; 4. Nomear o Rev. Cledinaldo Menezes Lima  
 21 como membro titular e o Presb. Marcus Vinicius Vieira como membro suplente,  
 22 representantes da IPB junto ao Conselho de Curadores da Fundação Educa-  
 23 cional Rev. José Manuel da Conceição, a partir de Abril de 2011 em primeiro  
 24 mandato; 5. Nomear os membros do Conselho Fiscal: Rev. Laercio Rios Gui-  
 25 marães e Suplente o Presb. Dr. Wilson de Souza; 6. Registrar voto de gratidão  
 26 a Deus pelo tempo em que serviram a referida Fundação os irmãos: Rev. Avaci  
 27 José dos Santos e Presb. Valdnei Alves de Oliveira. <sup>92</sup> **SUBCOMISSÃO XII - En-**  
 28 **tidades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XCIII - Quanto ao documento**  
 29 **115 - Oriundo do(a): Presbitério Marília - Ementa: Indicação de nomes para**  
 30 **o Conselho da LPC.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Agradecer ao Concí-  
 31 lio pela indicação; 2. Informar ao Concílio solicitante não haver vacância para  
 32 o cargo pretendido, visto que, o Supremo Concílio IPB 2010, já preencheu as  
 33 vagas conforme resolução SC/IPB-2010 Doc. 211. <sup>93</sup> **CE-SC/IPB-2011 - DOC.**  
 34 **XCIV - Voto de Dissentimento** - Registra-se voto de dissentimento por parte  
 35 do Presb. Damocles Perroni Carvalho que, posteriormente, foi retirado.<sup>94</sup> **SUB-**  
 36 **COMISSÃO XII - Entidades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XCV -**  
 37 **Quanto ao documento 124 - Oriundo do(a): Associação Nacional de Esco-**  
 38 **las Presbiterianas - Ementa: Relatório do exercício da Associação Nacional**  
 39 **de Escolas Presbiterianas.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhe-  
 40 cimento e aprovar; 2. Registrar os seguintes destaques: a - Que o Conselho de  
 41 Administração e Diretoria tem mandato até Maio de 2012, nos termos do Esta-  
 42 tuto e do Regimento; b - Que a coleção "Crer e Ser" está passando por revisão  
 43 e ampliou a sua abrangência para as séries do sexto ao nono ano, com muito  
 44 boa aceitação; c - Que a realização de encontros regionais e participações da  
 45 ANEP em ocasiões de Congressos de Educação em diferentes regiões do Brasil

<sup>91</sup>Doc. XCI - Quanto ao documento 069 - Relatório do exercício do Hospital Presbiteriano Dr. Gordon.

<sup>92</sup>Doc. XCII - Quanto ao documento 037 - Comunicação de vencimento de mandato dos Conselheiros de Curadores e Conselho Fiscal.

<sup>93</sup>Doc. XCIII - Quanto ao documento 115 - Indicação de nomes para o Conselho da LPC.

<sup>94</sup>**CE-SC/IPB-2011 - DOC. XCIV - Voto de Dissentimento**

1 revela a dimensão do trabalho desta Autarquia no âmbito da Educação Confes-  
 2 sional; d - Que a criação e revitalização de associações regionais de escolas  
 3 presbiterianas com o objetivo estatutário da ANEP, tem concretizado e oferecido  
 4 excelentes contribuições para o desenvolvimento de escolas da região, onde se  
 5 situam as respectivas associações, quais sejam: AMEP (Associações Matogros-  
 6 sence de Escolas Presbiterianas), AMESP (Associação Minas-Espírito Santo de  
 7 Escolas Presbiterianas), ACOEP (Associação Centroeste de Escolas Presbite-  
 8 rianas) e ABEP (Associação Bahiana de Escolas Presbiterianas); e - Que o  
 9 relacionamento com a ABIEE (Associação Brasileira de Instituições Educacio-  
 10 nais Evangélicas), tem possibilitado a representação permanente dos interesses  
 11 da ANEP e das cinco outras Associações Confessionais que a compõem junto  
 12 aos órgãos governamentais do Poder Executivo e do Poder Legislativo; f - Que o  
 13 fundo de empréstimo da IPB, para a ajuda de escolas presbiterianas permanece  
 14 a espera da habilitação do fundo e de escolas associadas que têm buscado esse  
 15 provisionamento; g - Que o convênio ANEP/I. P. Mackenzie, foi assinado em 23  
 16 de Fevereiro de 2010, visando as prestações de serviços que o Instituto Presbite-  
 17 riano Mackenzie poderá oferecer às escolas presbiterianas associadas à ANEP;  
 18 h - Que o planejamento estratégico da ANEP, elaborado em quatro encontros de  
 19 trabalhos em 2010, contando com a representação da CONAPE (Comissão Na-  
 20 cional Presbiteriana de Educação), está em fase de publicação, por meio de um  
 21 portfólio que será produzido em 2011; i - Que os planos e parcerias da ANEP,  
 22 envolvem: convênio ANEP/APMT (Agência Presbiteriana de Missões Transcul-  
 23 turais); Congresso Nacional de Educadores Cristãos, ACSI (Associação Interna-  
 24 cional de Escolas Cristãs)/ANEP para a realização, entre 23 e 25 de Junho de  
 25 2011, nas dependências do Instituto Presbiteriano Mackenzie em São Paulo, SP;  
 26 parcerias com as empresas: Humus, Dell, Kaspersky, Fundação Oracle, e repre-  
 27 sentante da Microsoft; ainda dando os primeiros passos na direção de parceria  
 28 com a Lego Zoom no Brasil, possibilitam à ANEP agregar valores e serviços que  
 29 podem ser repassados aos associados; j - Que as informações financeiras constam  
 30 de um demonstrativo de despesas e receitas apresentando um superávit do  
 31 exercício no valor de R\$ 48.781,89 (Quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e  
 32 um reais e oitenta e nove centavos); 3 - Louvar a Deus pelo trabalho da ANEP  
 33 no exercício 2010, "sabendo que Ele é poderoso para fazer infinitamente mais do  
 34 que tudo quanto pedimos ou pensamos"(Ef. 3.20).<sup>95</sup> **SUBCOMISSÃO XII - Enti-**  
 35 **dades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XCVI - Quanto ao documento**  
 36 **063 - Oriundo do(a): Rede Presbiteriana de Comunicação - Ementa: Relató-**  
 37 **rio do exercício 2010 da Rede Presbiteriana de Comunicação.** A CE/SC/IPB  
 38 - 2011 **RESOLVE:** 1- Tomar conhecimento e aprovar; 2- Registrar os seguintes  
 39 destaques: a - Que no exercício 2010 o Conselho Deliberativo da instituição rea-  
 40 lizou três reuniões: Fevereiro, Abril e Novembro; b - Que o demonstrativo da RPC  
 41 no exercício 2010, consta de R\$ 1.808.654,94 (Um milhão oitocentos e oito mil  
 42 seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) de receitas  
 43 total, e, R\$ 1.793.477,12 (Um milhão setecentos e noventa e três mil quatrocen-  
 44 tos e setenta e sete reais e doze centavos), do total das despesas, com saldo  
 45 para 2011 de R\$ 15.177,82 (Quinze mil cento e setenta e sete reais e oitenta e  
 46 dois centavos); c - Que as atividades do portal IPB, atendeu aos princípios gerais  
 47 da linha editorial da RPC (Rede Presbiteriana de Comunicação), bem como pro-  
 48 curou promover e divulgar as atividades da IPB na internet; d - Que, quanto aos  
 49 aspectos gerais, segundo dados gerados pelo Google Analytics em 2010, o por-

<sup>95</sup>Doc. XCV - Quanto ao documento 124 - Relatório do exercício da Associação Nacional de Escolas Presbiterianas.

1 tal IPB recebeu 3.915.567 visitas, com média de 10.877 visitas por dia; e - Que,  
 2 quanto ao conteúdo institucional, manteve-o sempre atualizado, adequando e re-  
 3 adaptando textos sobre as autarquias, as comissões, os conselhos, as juntas, as  
 4 agências, as secretarias, as diretorias e todos os setores da IPB; f - Que, quanto  
 5 ao conteúdo noticioso, procurou produzir reportagens positivas, pró ativas, para  
 6 a edificação da Igreja, dentre elas: divulgação dos atos oficiais da Igreja; divul-  
 7 gação dos trabalhos missionários da IPB no Brasil e exterior, com iniciativas das  
 8 agências missionárias; cobertura de eventos com a presença da equipe da RPC;  
 9 g - Que, quanto ao banco de imagens colocou a disposição um grande arquivo  
 10 fotográfico dos cultos, com a colaboração de fotógrafos voluntários e cobertura  
 11 de equipe fotográfica da RPC; h - Que o portal IPB serviu para pautar o noticiá-  
 12 rio de outros veículos de comunicação tais como: Rádio IPB WEB; Jornal Brasil  
 13 Presbiteriano; site da Luz para o Caminho; i - Que a equipe do portal buscou  
 14 utilizar as novas ferramentas da WEB 2.0 e a participação ativa dos internautas  
 15 na construção do seu conteúdo deixando a disposição a Galeria de Fotos do  
 16 Portal IPB; j - Que, quanto as mídias sociais, relacionamento com o público e  
 17 outros serviços, foi implantado o sistema de mídias sociais da IPB, com Twitter,  
 18 atingindo no fim de 2010, 3.859 seguidores; o Orkut que conta atualmente com  
 19 6 moderadores e 2.110 membros; Facebook; Youtube, que estão em fase de  
 20 crescimento e estruturação; 3 - Informar que a RPC/APECOM tem como meta  
 21 criar um pacote promocional das mídias sociais e "linkar" a nossa marca da IPB a  
 22 grandes veículos de comunicação; 4 - Tomar conhecimento de que o Portal IPB  
 23 reformulou seu serviço de atendimento ao público, criando um novo mecanismo  
 24 para o Link "entre em contato"; 5 - Registrar que o Portal IPB lançou a campanha  
 25 de atualização dos dados das igrejas, que visa a atualização dos dados cadas-  
 26 trais das respectivas igrejas; 6 - Informar que a RPC/APECOM dará continuidade  
 27 na criação de e-mails institucionais para a padronização da comunicação interna  
 28 de todos os órgãos da IPB; 7 - Dar conhecimento que a Rádio IPB, completou  
 29 4 anos de existência , registrando 39.000 ouvintes/mês em Fevereiro de 2011;  
 30 8 - Registrar que, segundo dados gerados pelo Google Analytics, em 2010 a  
 31 IPBTV, recebeu em média 166.896 visitas mensais; 9 - Informar que em 2010,  
 32 houve transmissões de eventos "ao vivo": Maio, Julho, Agosto e Novembro; 10  
 33 - Registrar as seguintes metas da RPC/APECOM: a - Apoiar a cobertura jorna-  
 34 listica de todos os eventos nacionais e regionais da IPB; b - Integrar ao Portal  
 35 IPB, os site de todos os órgãos e autarquias da IPB para fins de padronização  
 36 e harmonização da identidade visual da IPB; c - Ampliar a programação da Rá-  
 37 dio IPB e da IPBTV; d - Adquirir equipamentos para a captura de imagens e  
 38 transmissão com streaming ao vivo e on demand (sob demanda), na IPBTV; e  
 39 - Veicular novos programas institucionais da IPB em rede aberta de Televisão; f  
 40 - Veicular o programa Verdade e Vida em novo horário para a melhoria de sua  
 41 audiência; 11 - Louvar a Deus pelo bom trabalho realizado pela RPC/APECOM,  
 42 em 2010.<sup>96</sup> Registra-se a presença dos capelões militares evangélicos: Tenente  
 43 Coronel Rev. Walter Pereira de Melo (Exército), Capitão de Corveta Rev. Ailton  
 44 Nascimento Pereira (Marinha), 1 Ten. Rev. Marcelo Coelho Almeida (Aeronau-  
 45 tica), Major Rev. Claudio Machado Pombal (Corpo de Bombeiros do RJ), 1 Ten.  
 46 Rev. Daniel Alves da Costa (Aeronautica), 1 Ten. Edmilson Guveia (Corpo de  
 47 Bombeiros do DF), Rev. Aluísio Laurindo da Silva, presidente da Associação Pró  
 48 Capelania Militar Evangélica do Brasil (ACMEB), 1 Ten. Rev. Christian David So-  
 49 ares Bitencurt (Exército), Capitão de Fragata Rev. Paulo Roberto Muniz Gomes

<sup>96</sup>Doc. XCVI - Quanto ao documento 063 - Relatório do exercício 2010 da Rede Presbiteriana de Comunicação.

1 (Marinha), 1 Ten. Gisleno Gomes de Faria Alves (Polícia Militar - DF), 2 Ten.  
2 Itamar Clímaco Ximenes (Exército). Faz uso da palavra o Rev. Aluísio Laurindo  
3 da Silva e ora o Rev. Guilhermino Cunha pelo exemplar trabalho da capelania  
4 militar evangélica rogando as mais ricas bençãos do Senhor a estes capelães.  
5 Suspendem-se os trabalhos às dezesseis horas para um recesso. Retoma-se os  
6 trabalhos às dezesseis horas e vinte e dois minutos. **SUBCOMISSÃO XII - Enti-**  
7 **dades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XCVII - Quanto ao documento**  
8 **122 - Oriundo do(a): Instituto Cristão de Castro - Ementa: Relatório do exer-**  
9 **cício do Colégio Instituto Cristão de Castro. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:**  
10 1- Tomar conhecimento e aprovar; 2- Informar que a AIC (Associação Instituto  
11 Cristão), fundada em 1952, administrou o Colégio do Instituto Cristão até 1964,  
12 quando estabeleceu contrato de comodato com a Igreja Evangélica Reformada  
13 de Castrolanda; 3- Registrar o seguinte: a - Que o Colégio Instituto Cristão tem  
14 como Razão Social: Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão (AE-  
15 RIC), fundada em 30 de Julho de 1964, com personalidade jurídica adquirida em  
16 10 de Setembro de 1964, e declarada de utilidade pública municipal por Lei Mu-  
17 nicipal nº 12/73 de 22 de Junho de 1973; b - Que consta do relatório da Direção  
18 um declínio de alunos novos em comparação a 2009, isto é, em 2010, ingres-  
19 saram 67 alunos, enquanto 2009 ingressaram 73 alunos; c - Que, não obstante  
20 alguns problemas, na análise isolada Colégio e Internato mostram um superá-  
21 vit financeiro de R\$ 80.843,97 (Oitenta mil oitocentos e quarenta e três reais e  
22 noventa e sete centavos), alcançado graças a receita obtida com a realização  
23 dos cursos de inseminação artificial em parceria com o SENAR (Serviço Naci-  
24 onal de Aprendizagem Rural); d- Que, na área pedagógica, as aulas seguiram  
25 o calendário proposto segunda a SINEPE (Sindicato da Escolas Particulares);  
26 e- Que foi alcançado um alto índice de produtividade com praticamente 100%  
27 de frequência de professores e ritmo adequado ao preparo para vestibular; f-  
28 Que no segundo semestre foram introduzidas aulas de biologia e química, que  
29 se somaram às aulas de matemática e física em contraturno, visando o preparo  
30 para o Processo Seletivo Simplificado (PSS); g- Que foi retirada a solicitação de  
31 aprovação do projeto do curso técnico de agropecuária integrado encaminhado  
32 à Secretaria Estadual de Educação no fim de 2009; h- Que em 2010 a ELE-  
33 TRORURAL, fez doação de recursos que possibilitou uma nova pintura externa  
34 nos prédios, valorizando-os perante toda a comunidade; i- Que, quanto ao In-  
35 ternato o mesmo sofreu uma redução no número de alunos hóspedes; j- Que o  
36 destaque maior quanto ao resultado dos alunos, coube a aprovação no ENEM  
37 (Exame Nacional do Ensino Médio), no qual o Colégio alcançou o primeiro lu-  
38 gar entre as Escolas Particulares dos Campos Gerais; l- Que, quanto ao rela-  
39 tório das atividades do Deão, registram-se 188 aulas, 189 meditações diárias,  
40 8 reuniões com a AERIC, e representação da AERIC na reunião do Supremo  
41 Concílio da IPB, em Curitiba em Julho de 2010; 4- Tomar conhecimento do ba-  
42 lanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2010; 5- Registrar o total do Ativo R\$  
43 1.542.016,00 (Hum milhão quinhentos e quarenta e dois mil e dezesseis reais);  
44 6- Registrar a demonstração do resultado dos exercícios findos em Dezembro  
45 de 2010, pela AERIC, com superávit do exercício em R\$ 124.322,00 (Cento e  
46 vinte e quatro mil trezentos e vinte e dois reais); 7- Registrar para fins históricos  
47 que o Instituto Cristão, iniciou suas atividades em 1911, com o missionário Rev.  
48 Harry P. Midkiff e sua esposa Anna Midkiff, que comprou uma área de trezen-  
49 tos hectares de terra distante 4 Km da cidade , com trinta cabeças de gado; 8-  
50 Informar que a escola nasceu autossuficiente em 1915, denominada como "Ins-  
51 tituto Cristão das Artes Práticas"; 9- Registrar que o Instituto Cristão possui hoje

1 material adequado, e conta com ampla infraestrutura que possibilita o ensino  
 2 em três modalidades de atuação: Ensino Médio; Preparatório para o Vestibular  
 3 "Terceirão", e Técnico em Agropecuária, numa propriedade de 3.340.600 m; 10-  
 4 Tomar conhecimento de que o Conselho Fiscal da AERIC examinou os balan-  
 5 cetes mensais, o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício,  
 6 e as notas explicativas complementares do exercício financeiro em 31 de De-  
 7 zembro de 2010 e aprovou a previsão orçamentária para o exercício de 2011;  
 8 11- Informar que o contrato de comodato foi denunciado em 2009 e terá o seu  
 9 término em Fevereiro de 2014, ocasião em que a propriedade e o Colégio retor-  
 10 narão à AIC (Associação do Instituto Cristão); 12- Determinar que o Conselho  
 11 de Curadores do Instituto Presbiteriano Mackenzie faça um estudo da viabilidade  
 12 quanto a realização de convênio entre o Instituto Presbiteriano Mackenzie e a  
 13 Associação do Instituto Cristão (AIC), conforme resolução do SC-E/IPB 2010,  
 14 doc. 43; 13- Agradecer a Deus pelas atividades desenvolvidas nesta instituição,  
 15 e rogar as Suas bênçãos para que ela possa cumprir seus objetivos estatutá-  
 16 rios.<sup>97</sup> **SUBCOMISSÃO XII - Entidades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 -**  
 17 **DOC.XCVIII - Quanto ao documento 066 - Oriundo do(a): Rede Presbiteri-**  
 18 **ana de Comunicação - Ementa: Relatório do exercício 2010 da APECOM.**  
 19 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1- Tomar conhecimento e aprovar; 2- Registrar  
 20 o seguinte destaque: Quanto ao relatório do Secretário Executivo da CNE Rev.  
 21 Cicero Ferreira da Silva, a realização de Congressos de revitalização estadual  
 22 em número de dez; "Workshops O Evangelho em suas mãos"; 3- Tomar conhe-  
 23 cimento e aprovar o projeto "Chamado Para Acordar o Líder", apresentado pela  
 24 APECOM com as seguintes iniciativas: a- Apoiar este projeto com bolsas de es-  
 25 tudos no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) cada, para 150 pastores da  
 26 IPB; b- Auxiliar na divulgação do projeto que terá acontecimento no mês de Maio  
 27 deste ano em Bragança Paulista; 4- Louvar a Deus pelas atividades de seus  
 28 servos no exercício de seus respectivos ministérios.<sup>98</sup> **SUBCOMISSÃO XII - En-**  
 29 **tidades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.XCIX - Quanto ao documento**  
 30 **073 - Oriundo do(a): - Ementa: Relatório da APECOM juntado com Relató-**  
 31 **rio do Programa Verdade e Vida.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1- Tomar  
 32 conhecimento e aprovar; 2- Fazer os seguintes destaques: a- Que o programa  
 33 Verdade e Vida completará cinco anos de exibição ininterrupta em rede nacional  
 34 pela Rede TV, no dia 01 de Abril; b- Que o programa Verdade e Vida tem se ca-  
 35 racterizado como um diferencial entre os programas evangélicos, principalmente  
 36 pela fidelidade aos princípios bíblicos; c- Que dados do Ibope, fornecidos pela  
 37 Rede TV constataam uma audiência consolidada do programa Verdade e Vida  
 38 exibido das 8.15h às 8.45h nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro; d- Que,  
 39 segundo o relatório, em cada grupo de mil pessoas impactadas pelo programa  
 40 Verdade e Vida o custo é de apenas R\$ 13,85 (Treze reais e oitenta e cinco cen-  
 41 tavos); e- Que há um grupo significativo de pessoas sendo pastoreado sábado  
 42 após sábado e que tem acrescentado membros às igrejas visíveis daqueles a  
 43 quem Deus escolheu para serem seus servos fiéis; f- Que o programa Verdade  
 44 e Vida é exibido também pela TV Lages; TV Alphaville; VTV, Satélite e pelo site  
 45 www.verdadeevida.com.br, com mais de 214.653 acessos, tendo 13.947 acessos  
 46 a partir de mais de 60 países, destacando-se Portugal e Japão; g- Que a criação  
 47 do escritório de captação de recursos com vistas à sustentabilidade do programa  
 48 Verdade e Vida possibilitou captar no ano de 2010, R\$ 523.318,72 (Quinhentos

<sup>97</sup>Doc. XCVII - Quanto ao documento 122 - Relatório do exercício do Colégio Instituto Cristão de Castro.

<sup>98</sup>Doc. XCVIII - Quanto ao documento 066 - Relatório do exercício 2010 da APECOM.

1 e vinte e três mil, trezentos e dezoito reais e setenta e dois centavos); h- Que  
 2 há previsão de que no ano de 2012, no sexto aniversário do programa Verdade  
 3 e Vida, se alcance a autossustentabilidade; i- Que há desafios para serem al-  
 4 cançados ainda em 2011: exibir o programa em todo o território nacional em TV  
 5 Aberta e parceria com a APMT, para colocar o programa em países de língua  
 6 portuguesa, em especial, no Continente Africano; j- Que hoje já são 105 Igrejas  
 7 Presbiterianas que contribuem mensalmente com o programa Verdade e Vida, e  
 8 cerca de 1.400 contribuintes das mais diversas Igrejas, inclusive católicos; l- Que  
 9 os custos previstos com o programa Verdade e Vida para o ano de 2011, estão  
 10 orçados em R\$ 1.605.090,00 (Hum milhão seiscentos e cinco mil e noventa re-  
 11 ais), sendo que destes valores a IPB participará com R\$ 907.530,00 (Novecentos  
 12 e sete mil e quinhentos e trinta reais), e o escritório de captação de recursos le-  
 13 vantará R\$ 697.560,00 (Seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta  
 14 reais); m- Que serão lançados no 5º aniversário 7 DVDs especiais abordando as  
 15 mensagens de forma temática e dos programas que mais causaram impacto nos  
 16 telespectadores; n- Que o objetivo de evangelizar a nação brasileira através da  
 17 televisão chega a mais de 2.166.000 pessoas em todo o território nacional; 3-  
 18 Louvar a Deus pela atuação dos irmãos que fazem o programa Verdade e Vida.  
 19 <sup>99</sup>. É cedida a palavra ao Dr. Jairo Boy Junior, presidente do Tribunal de Recur-  
 20 sos da IPB. Passa-se a palavra ao Rev. Carlos Alberto de Carvalho Garcia para  
 21 apresentar o relatório da sua subcomissão. **SUBCOMISSÃO IX - Consultas  
 22 e Outros Papéis II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.C - Quanto ao documento 132 -  
 23 Oriundo do(a): Tribunal de Recursos do SC - Ementa: Relatório do exercício  
 24 2010 do Tribunal de Recursos do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana  
 25 do Brasil. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: 1. Tomar conhecimento 2. Aprovar  
 26 o relatório com os seguintes destaques: a. A realização de uma reunião em  
 27 12.08.2010 por ocasião da posse na qual foi eleita a seguinte diretoria: Presi-  
 28 dente: Presb. Jayro Boy de Vasconcelos Jr, Vice-Presidente: Rev. Eudes Oaks e  
 29 Secretário: Presb. Renato Laranjo Silva. b. Que na gestão anterior (março a ju-  
 30 lho de 2010) foram julgados dois processos e na atual gestão (agosto de 2010 a  
 31 fevereiro de 2011), foram distribuídos cinco processos para apreciação com pre-  
 32 visão de julgamento na próxima sessão do Tribunal de Recursos prevista para  
 33 ocorrer em abril de 2011.<sup>100</sup> **SUBCOMISSÃO IX - Consultas e Outros Papéis  
 34 II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CI - Quanto ao documento 137 - Oriundo do(a):  
 35 Secretaria Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Bra-  
 36 sil - Ementa: Pedido que seja registrado em Ata a aprovação do Estatuto  
 37 da AMEPEC, aprovada na reunião da CE 2010. Considerando que o estatuto  
 38 da AMEPEC já foi aprovado na CE-IPB 2010, conforme Doc CXI e que faltou,  
 39 entretanto seu registro em ata. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: **Transcrever  
 40 o referido estatuto conforme já aprovado: ASSOCIAÇÃO MACKENZIE DE  
 41 EDUCAÇÃO, PESQUISA E CULTURA. Ata da Reunião Extraordinária da AME-  
 42 PEC — Associação Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura, previamente  
 43 convocada, pelo Representante do Associado Vitalício e Presidente do Supremo  
 44 Concilio da Igreja Presbiteriana do Brasil, REV. ROBERTO BRASILEIRO SILVA,  
 45 conforme Artigo 37 do Estatuto desta Associação. A Assembléia teve início às  
 46 18:00 horas do dia vinte e nove de maio do ano de 2009, no salão nobre do Edifí-  
 47 cio João Calvino, à Rua da Consolação, n 896, 9 andar, São Paulo-SP, pelo Rev.******

<sup>99</sup>Doc. XCIX - Quanto ao documento 073 - Relatório da APECOM juntado com Relatório do Programa Verdade e Vida.

<sup>100</sup>Doc. C - Quanto ao documento 132 - Relatório do exercício 2010 do Tribunal de Recursos do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

1 Roberto Brasileiro Silva, com a presença do Dr. José do Carmo Veiga de Oliveira;  
2 Rev. Juarez Marcondes Filho; Dr. Hesio César de Souza Maciel; Dr. Mauricio  
3 Melo de Meneses; Dr. Anaor Donizzetti Carneiro; Dr. Wellinton Tesch Sabaini;  
4 Dr. Ciro Aimbiré de Moraes Santos, Dr. Dante Venturini de Barros; Rev. Sirgis-  
5 berto Queiroga da Costa; Rev. Osvaldo Henrique Hack; Dr. José Inácio Ramos;  
6 Dr. José Milton Pinto; Rev. Ludgero Bonilha de Moraes e Dr. Benedito Guima-  
7 rães Aguiar Neto e com a seguinte pauta: 1. Alteração de Estatuto; 2. Eleição da  
8 Diretoria; 3. Eleição do Conselho Fiscal; 4. Transferência/Doação de três imó-  
9 veis, registrados no 5 Cartório de Registro Geral de Imóveis de São Paulo, nas  
10 matrículas n.ºs. 36.476, 46.600, 46.601, para o Instituto Presbiteriano Macken-  
11 zie. O representante do Associado Vitalício, Reverendo Roberto Brasileiro Silva,  
12 informa que desde o ano de 2001 os membros do Conselho de Administração  
13 da AMEPEC, na categoria de Associados Eleitos, estão com mandatos venci-  
14 dos, sendo que o Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie,  
15 conforme CI-CD 121/2009, de 5 de maio de 2009, indicou os seguintes nomes  
16 para compor o Conselho de Administração da AMEPEC, na categoria de Asso-  
17 ciados Eleitos: Dr. José do Carmo Veiga de Oliveira brasileiro, casado, Juiz de  
18 Direito, RG n.º M.2.178.050 SSP/MG, CPF n.º 347.594.176-72, com endereço A.  
19 Av. Augusto de Lima n.º 1549, sala G346, 3 andar — Belo Horizonte-MG, com  
20 mandato de 4 (quatro) anos; Rev. Juarez Marcondes Filho, brasileiro, casado,  
21 Ministro Presbiteriano, RG n.º 1.613.813.4 SSP/PR, CPF n.º 489.276.279-20, com  
22 endereço A. Rua Prof. Assis Gonçalves, 1442, apto. 602, Curitiba - PR, com  
23 mandato de 2 (dois) anos; Dr. Hesio César de Souza Maciel, brasileiro, casado,  
24 Administrador de Empresas, RG n.º 3.932.288 IFP-RJ, CPF n.º 410.952.437-72,  
25 com endereço A. Rua Ipanema, 99, Apto. 1103 — Barra da Tijuca, RJ, com man-  
26 dato de 3 (três) anos; Dr. Mauricio Melo de Meneses, brasileiro, casado, Em-  
27 presário, RG n.º 350.198 SSP/GO, CPF n.º 142.098.701-10, com endereço A. Rua  
28 Brigadeiro Eduardo Gomes, 135, Apto. 1202 — Cuiabá — MT, com mandato  
29 de 3 (três) anos; Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva, brasileiro, casado, Eco-  
30 nomista, RG n.º 0 1.063.198 — SSP/GO, CPF n.º 706.571.067-04, com endereço á  
31 Av. Mal. Floriano Peixoto, 1600, Apto. 1403, Cuiabá — MT, com mandato de 1  
32 (um) ano; Dr. Guilherme Simon, brasileiro, casado, Administrador Escolar, RG n.º  
33 1.293.522-7, CPF n.º 022.201.137-87, com endereço A. Rua Andrade Neves, 296,  
34 apto. 401, Rio de Janeiro - RJ, com mandato de 1 (um) ano; Dr. Wellinton Tesch  
35 Sabaini, brasileiro, casado, administrador, residente na Rua Coronel Schwab Fi-  
36 lho, 263, apto. 1301, Bento Ferreira Vitória, Estado do Espírito Santo, Cédula de  
37 Identidade n.º 008342/0-3-CRC-ES e CPF n.º 989.368.917-15, com mandato de 4  
38 (quatro) anos; Dr. Ciro Aimbiré de Moraes Santos, brasileiro, casado, Adminis-  
39 trador de Empresas, RG n.º 000.1185.052, CPF n.º 305.717.589-91, com endereço  
40 A. Rua Jonas Alves Messina, 197, Florianópolis - SC, com mandato de 1 (um)  
41 ano, Dr. Dante Venturini de Barros, brasileiro, casado, Engenheiro civil, RG n.º  
42 3.267.218 IFP, CPF n.º 601.730.927-72, com mandato de 2 (dois) anos. Os no-  
43 mes indicados são eleitos por unanimidade e, em seguida, o Reverendo Roberto  
44 Brasileiro Silva declara empossados os Associados Eleitos, que passam a com-  
45 por o Conselho de Administração da AMEPEC. Em seguida o representante do  
46 Associado Vitalício, Reverendo Roberto Brasileiro Silva, informa que o Conselho  
47 Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie, indicou os seguintes nomes  
48 para compor o Conselho Fiscal da AMEPEC, na condição de membros Titulares:  
49 Rev. Sirgisberto Queiroga da Costa, brasileiro, casado, Ministro Presbiteriano,  
50 RG n.º 1.043.763 SSP/PB, com endereço A. Av. Flamboyant, lote 10/801 — Águas  
51 Claras, Brasília-DF, com mandato para 4 (quatro) anos ; Rev. Osvaldo Henrique

1 Hack, brasileiro, casado, Pastor IPB e Professor, RG n 1/R 147.961 SSP/SC,  
2 CPF n 008.399.739-34, com endereço A. Av. Trompowsky 0 265, apto.901 —  
3 Bloco B — Florianópolis-SC, com mandato de 3 (três) anos; Dr. José Inácio  
4 Ramos, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, RG n 355.857-SSP-DF,  
5 CPF n 119.627.041-49, com endereço à SQS 102 - Bloco G, Apto. 405, Brasília  
6 - DF, com mandato de 2 (dois) anos; na condição de membros Suplentes: Dr.  
7 José Milton Pinto, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, RG n0 3757 3241-  
8 X, CPF n 088.951.126-87, com endereço A. Rua Joaquim Antunes, 996, apto.  
9 142 - São Paulo - SP, com mandato de 4 (quatro) anos; Rev. Ludgero Bonilha  
10 de Moraes, brasileiro, casado, Ministro Presbiteriano, RG no 5.260609 SSP/SP,  
11 CPF n 719.808.068-53, com endereço à Rua Luiz Soares da Rocha, 456, Bloco  
12 A — Apto. 1901, com mandato de 3 (três) anos e Dr. Benedito Guimarães Aguiar  
13 Neto, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, RG n 220.065 SSP/PB, CPF n  
14 089.262.044-72, com mandato de 2 (dois) anos. Os nomes indicados são eleitos  
15 por unanimidade pelo Conselho de Administração da AMEPEC e, em seguida,  
16 o Reverendo Roberto Brasileiro Silva declara empossados os novos membros  
17 do Conselho Fiscal da AMEPEC e seus respectivos suplentes. Ora o Dr. Hesio  
18 César de Souza Maciel em favor dos novos membros do Conselho de Administra-  
19 ção e do Conselho Fiscal da AMEPEC. Dando prosseguimento à Assembléia, o  
20 Reverendo Roberto Brasileiro Silva indica para compor a nova Diretoria da AME-  
21 PEC os seguintes nomes: Presidente: Dr. Wellinton Tesch Sabaini, já qualificado  
22 acima; Vice- Presidente: Dr. José do Carmo Veiga de Oliveira, já qualificado  
23 acima e Secretário: Dr. Maurício Melo de Meneses, já qualificado acima. Os  
24 indicados são eleitos por unanimidade e, em seguida, o Reverendo Roberto Bra-  
25 sileiro Silva declara empossados os novos membros da Diretoria, que terão um  
26 mandato de 2 (dois) anos. Ora o Dr. Ciro Aimbiré de Moraes Santos em favor da  
27 nova Diretoria da AIVIEPEC. O Reverendo Roberto Brasileiro Silva passa a pala-  
28 vra ao novo Presidente da AMEPEC, Dr. Wellinton Tesch Sabaini, para dirigir os  
29 trabalhos. O Dr. Wellinton Tesch Sabaini agradece a todos e conta com o apoio  
30 dos mesmos para dirigir a AMEPEC em prol das suas finalidades. Em seguida,  
31 o Dr. Wellinton Tesch Sabaini passa a palavra ao Reverendo Roberto Brasileiro  
32 Silva, que faz a proposta de alteração do Estatuto, visando modernização e ade-  
33 quação ao novo código civil brasileiro, conforme minuta apresentada, que após  
34 apreciação e debates, não havendo nenhum questionamento é colocada em vo-  
35 tação, sendo, o novo Estatuto da AMEPEC APROVADO, por unanimidade, nos  
36 seguintes termos: "ASSOCIAÇÃO MACKENZIE DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E  
37 CULTURA "AMEPEC- ESTATUTO - CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, DOS  
38 FINS E DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO. Artigo I - A Associação Mackenzie de Edu-  
39 cação, Pesquisa e Cultura, sucessora da Sociedade Mackenzie de Educação,  
40 Pesquisa e Cultura, identificada pela sigla AMEPEC, inscrita no CNPJ/MF sob o  
41 n. 45.567.104/0001-10, com sede e foro na cidade de São Paulo, na Rua Pas-  
42 cal, 1165, CEP 04.616.-004, Campo Belo, São Paulo — SP, doravante designada  
43 simplesmente de ASSOCIAÇÃO é uma Instituição sem fins econômicos, de di-  
44 reito privado e de interesse público que se destina R. I — estimular P apoiar  
45 atividades educacionais, culturais e projetos de pesquisa científica, tanto básica  
46 quanto avançada e tecnológica, inclusive os de interesse do Instituto Presbiteri-  
47 ano Mackenzie, com recursos próprios ou provenientes de captação, parcerias,  
48 acordos e convênios com terceiros; II — promover o desenvolvimento da cultura,  
49 a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; III — defender a pre-  
50 servação e a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento  
51 sustentável; IV — apoiar a promoção do desenvolvimento econômico e social e

1 o combate à pobreza; V — incentivar, apoiar ou organizar e promover; conferên-  
2 cias, colóquios, seminários e simpósios que se destinem a debater e difundir co-  
3 nhecimentos científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, filosóficos, éticos,  
4 teológicos, administrativos ou artísticos; VI — apoiar a produção e a editoração,  
5 por meio da gravação e impressão escrita ou gravação eletrônica e divulgação  
6 de obras de interesse científico, tecnológico, educacional, artístico, teológico, fi-  
7 losófico e cultural; VII — promover fé em Deus, a ética, a a- paz, a cidadania, os  
8 direitos humanos, a democracia e outros valores universais; VIII — prestar servi-  
9 ços de educação, inclusive concedendo bolsas de estudo segundo critérios pre-  
10 viamente estabelecidos—,e aprovados pelo seu conselho de administração; IX  
11 — atuar como órgão de fomento, promovendo e apoiando estudos e projetos de  
12 pesquisas visando à obtenção e ao desenvolvimento de novos conhecimentos e  
13 de conhecimentos e de tecnologias alternativas, produção e divulgação de infor-  
14 mações e conhecimentos técnicos, científicos e culturais que digam respeito às  
15 atividades mencionadas neste artigo. Parágrafo único — A associação tem du-  
16 ração por tempo indeterminado, prestando os serviços previstos neste Estatuto  
17 sem qualquer discriminação de pessoas, independentemente de sexo, raça ou  
18 crença. Art. 2 - A associação dará cumprimento às suas finalidades estatutárias  
19 diretamente ou por intermédio de contratos, convênios ou parcerias. CAPÍTULO  
20 II - DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS AS-  
21 SOCIADOS. Art. 3 - A Associação compõe-se de duas categorias de associados  
22 que integram a sua assembleia, a saber: I — associados eleitos, em número de  
23 9 (nove); II — associado vitalício, que 6., com exclusividade, a Igreja Presbite-  
24 riana do Brasil, sempre representada pelo presidente do seu Supremo Concílio  
25 ou por seu substituto legal; III — O representante do associado vitalício obtém  
26 posse formal no ato de sua eleição. § 1 - Os associados eleitos são propostos,  
27 na proporção de 2 (dois) nomes para cada vaga, pelo Conselho Deliberativo do  
28 Instituto Presbiteriano Mackenzie ao representante do associado vitalício que os  
29 encaminhará à diretoria da associação, em tempo hábil, para a eleição pelos  
30 conselheiros remanescentes. § 2 - O mandato dos associados eleitos será da  
31 seguinte forma: 05 (cinco) associados eleitos com mandato de 4 (quatro) anos  
32 e 4 (quatro) associados eleitos com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida  
33 uma reeleição para mandato consecutivo. § 3 - Em caso de indicação de nomes  
34 à reeleição, ou de indicação de nome de pessoa que já tenha servido á associ-  
35 ação como gestor ou contratado, caberá á diretoria da associação manifestar-se  
36 favoravelmente ou não e ao Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mac-  
37 kenzie acolher ou não os motivos apresentados. § 4 - Em caso de vacância por  
38 renúncia, perda de mandato ou morte, que implicará demissão do associado da  
39 Associação, o novo associado eleito completará o mandato interrompido. § 5  
40 - Compete ao representante do associado vitalício, em reunião da assembléia  
41 da associação dar posse aos associados eleitos. Art. 40 - A exclusão de as-  
42 sociado, que pressuporá infração a este Estatuto, bem como ao ordenamento  
43 jurídico vigente ou á moral e aos bons costumes, ou, ainda, a qualquer decisão  
44 da Assembléia ou Diretoria, ocorrerá mediante procedimento específico, no qual,  
45 caracterizada a justa causa, serão assegurados o direito de defesa e de recurso,  
46 a serem exercidos em 15 (quinze) dias, contados da ciência da notificação ou  
47 decisão, respectivamente, com posterior análise pela Assembléia Geral Extraor-  
48 dinária especialmente convocada para esse fim. CAPÍTULO III - DOS DIREITOS  
49 E DEVERES DOS ASSOCIADOS. Art. 5 - É dever dos associados conjugar es-  
50 forços para o fiel desempenho de seus mandatos e das responsabilidades que  
51 lhes foram atribuídas para que a associação alcance as suas finalidades esta-

1 tutárias, devendo, para tanto, comparecer a todas as Assembléias, para votar  
2 e ser votado, se o caso, na forma deste ato constitutivo. Art. 6 - Os associa-  
3 dos não são remunerados nem percebem benefícios ou vantagens, por qualquer  
4 forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são  
5 atribuídas pelo estatuto social; podendo, todavia, ser ressarcidos de despesas  
6 comprovadas por documentos hábeis, que efetivamente tenham realizado para  
7 o cumprimento das referidas atividades. § 1 - Não pode servir como associado  
8 eleito nem como representante do associado vitalício, pessoa que exerça cargo  
9 ou função remunerada na própria associação ou no Instituto Presbiteriano Mac-  
10 kenzie, suas escolas e universidades. § 2 - Por proposta da mesa, o plenário  
11 da assembléia dos associados poderá aprovar ato normativo que substitua por  
12 jetons o ressarcimento das despesas referidas no caput deste artigo, em valo-  
13 res compatíveis com as médias das despesas efetivamente realizadas, nesta  
14 rubrica, no exercício anterior. Art. 70 - Os associados não respondem solidaria-  
15 ria nem subsidiariamente pelas obrigações da associação. CAPITULO IV - DO  
16 MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS. Art. 8' - A Assembléia dos associados, constituída de 9 (nove) associados  
17 eleitos e mais o representante do associado vitalício, é o órgão superior de deci-  
18 sões da associação. § 1 - A Assembléia reúne-se, ordinariamente, uma vez por  
19 ano, sempre no primeiro semestre, por convocação do presidente da Diretoria  
20 ou do representante do associado vitalício, em qualquer caso, com antecedência  
21 mínima de 10 (dez) dias. § 2 - Reuniões extraordinárias poderão ser realiza-  
22 das sempre que necessário, por convocação do presidente da mesa diretora, do  
23 representante do associado vitalício ou Por requerimento assinado por 1/5 (um  
24 quintos)) dos associados. § 3 - O quorum de instalação das reuniões ordinárias e  
25 extraordinárias 6. de 5 (cinco) associados eleitos mais o representante do asso-  
26 ciado vitalício, salvo se, pela natureza do assunto o estatuto determine quorum  
27 especial. § 4 - Nas reuniões extraordinárias a Assembléia só poderá tratar de  
28 assuntos que hajam sido incluídos na convocação. § 5 - De todas as reuniões  
29 da Assembléia serão lavradas atas contendo o registro das deliberações toma-  
30 das. Art. 9 - Os associados eleitos deverão comparecer a todas as Assembléias,  
31 sob pena de ser destituídos de seus mandatos, em decorrência de 3 (três) faltas  
32 consecutivas, sem a indispensável justificativa aceita por 2/3 (dois terços) dos  
33 presentes à Assembléia, na forma do art. 4. Art. 10 — Compete à Assembléia: I  
34 deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse da associação; II - aprovar  
35 orçamentos; III - aprovar projetos que exijam dotações extra-orçamentárias; IV  
36 - receber, apreciar e deliberar sobre os relatórios do Conselho Fiscal; V - deli-  
37 berar sobre os relatórios e os balanços anuais e contratar serviços de auditoria  
38 sempre que julgar conveniente ou por imposição de normas legais vigentes; VI  
39 - deliberar sobre aquisição, alienação, doação, venda, oneração ou empréstimo  
40 de imóveis, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados eleitos e, também, o do  
41 representante do associado vitalício; VII deliberar sobre aceitação de doações  
42 ou legados com ônus, empréstimos financeiros e outros encargos; VIII - delibe-  
43 rar sobre alteração no seu próprio estatuto, observadas as normas vigentes e o  
44 disposto no art. 28 deste estatuto; IX - deliberar sobre o encerramento das ati-  
45 vidades da associação ou sobre a sua extinção, após manifestação por escrito,  
46 do associado vitalício, por meio do seu representante legal; X - deliberar sobre  
47 atos normativos de interesse da associação; XI - eleger e destituir os membros  
48 da Diretoria, no segundo caso, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados  
49 eleitos e, também, o do representante do associado vitalício; XII - encaminhar  
50 ao associado vitalício, anualmente, relatório e balanço social de suas atividades;

1 XIII deliberar sobre aprovação de convênios, contratos e parcerias; XIV - eleger,  
2 dentre os nomes indicados pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, os associa-  
3 dos eleitos e os membros do Conselho Fiscal; XV - deliberar sobre a aplicação a  
4 ser dada aos eventuais resultados operacionais que se verificarem no exercício  
5 financeiro após aprovar os relatórios de atividades e o balanço do ano anterior.  
6 Parágrafo único — Salvo previsão deste Estatuto, o quorum para deliberação da  
7 Assembléia corresponderá á maioria simples dos presentes. CAPÍTULO V - DA  
8 FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DA DIRETORIA. Art. 11 - A Direto-  
9 ria da associação é composta de presidente, vice-presidente e secretário, todos  
10 com mandatos de 2 (dois) anos, eleitos entre seus pares e empossados na reu-  
11 nião ordinária do primeiro semestre. § 1 - O representante do associado vitalício  
12 é membro nato da Diretoria; § 2 - O representante do associado vitalício é a au-  
13 toridade competente para dar posse aos membros da Diretoria da associação.  
14 Art. 12 - A Diretoria da associação reúne-se a qualquer tempo por convocação  
15 do seu presidente, do seu substituto legal ou do representante do associado vi-  
16 talício, podendo deliberar ad referendum da Assembléia. § 1 - O quorum para as  
17 reuniões da Diretoria é de 2 (dois) membros. § 20 - O representante do associ-  
18 ado vitalício será obrigatoriamente convidado a participar de todas as reuniões  
19 da Diretoria. § 30 - De todas as reuniões da Diretoria serão lavradas atas con-  
20 tendo o registro das resoluções tomadas. Art. 13 - Compete á Diretoria velar  
21 pelos interesses da associação. Art. 14 - O presidente da Diretoria é também o  
22 presidente da associação, competindo-lhe: I - convocar e presidir as reuniões da  
23 Assembléia;-II - dar o voto de desempate, além do voto de associado eleito, nos  
24 casos em que a votação permanecer empatada após três votações sucessivas;  
25 III - representar a associação, inclusive em juízo, cabendo-lhe neste caso, junta-  
26 mente com outro membro da diretoria, outorgar procuração ad judicium et extra;  
27 IV - visar, em nome da associação, mediante prévia autorização da Assembléia,  
28 contratos, convênios e parcerias; V - assinar, com outro membro da diretoria,  
29 escrituras públicas de aquisição, alienação, doação, venda, permuta, cessão em  
30 comodato ou hipoteca de bens imóveis. Art.15 - O presidente é substituído nas  
31 suas ausências ou impedimentos, obedecida á seguinte ordem de precedência:  
32 vice-presidente e secretário. Art. 16 - Ao vice-presidente compete dar assis-  
33 tência ao presidente em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências ou  
34 impedimentos temporários. Art. 17 - Ao secretário compete: I - secretariar as  
35 reuniões da Assembléia, lavrando as respectivas atas; II - zelar pelo bom fun-  
36 cionamento do expediente e pelos serviços da secretaria da Assembléia; III -  
37 supervisionar os registros e o arquivo de documentos gravados por meios ele-  
38 trônicos e de papéis de interesse da associação e que ficarão sob a custódia  
39 da sua secretaria executiva; IV - substituir o vice-presidente nas suas faltas ou  
40 e impedimentos eventuais, CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL. Art. 18 -  
41 O Conselho Fiscal constituído de 3 (três) titulares e respectivos suplentes será  
42 eleito pela assembléia da associação, dentre os nomes indicados pelo Conselho  
43 Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie. § 10 - O mandato dos mem-  
44 bros do Conselho Fiscal é de 4 (quatro) anos, admitida a reeleição para mandato  
45 integral e consecutivo, uma única vez; § 2 - Na primeira eleição para a com-  
46 posição do Conselho Fiscal, ou na eventualidade de substituição total de seus  
47 membros, 1/3 (um terço) terá mandato de 4 (quatro) anos; 1/3 terá mandato de 3  
48 (três) anos e 1/3 (um terço) terá mandato de 2 (dois) anos, sendo que nos exer-  
49 cícios subsequentes todos terão mandato de 4 (quatro) anos; § 3 - Ao ser eleito  
50 o titular, eleger-se-á, também, o respectivo suplente; § 4 - Em caso de renúncia,  
51 falecimento ou perda de mandato de um titular, assumirá o respectivo suplente,

1 para completar o mandato interrompido. Art. 19 - O Conselho Fiscal terá um  
2 presidente e um secretário, eleitos entre os titulares com mandato de dois anos,  
3 admitida a recondução por mais de um mandato consecutivo, uma única vez.  
4 Art. 20 - Ao presidente compete, dentre outras, as seguintes atribuições: I - Con-  
5 vocar as reuniões do Conselho Fiscal e presidi-las na condição de moderador; II  
6 - orientar o encaminhamento dos assuntos relacionados com o Conselho Fiscal.  
7 Art. 21 - Ao secretário compete, dentre outras atribuições: I - lavrar as atas das  
8 reuniões do Conselho Fiscal; II - encarregar-se da correspondência inerente ao  
9 Conselho Fiscal. Art. 22 - Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar e opinar  
10 sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações  
11 patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a assembléia da associação. II  
12 - Emitir prévio parecer sobre matéria de sua competência, sempre que solicitado  
13 pela Diretoria. Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal não são remu-  
14 nerados pelo exercício de suas funções, mas serão reembolsados por despesas  
15 efetiva e comprovadamente realizadas, mediante apresentação de documentos  
16 hábeis, para o pleno desempenho das suas atribuições. Art. 23 - A Associação  
17 proporcionará ao Conselho Fiscal a infra-estrutura e as condições necessárias  
18 para o seu pleno funcionamento. Art. 24 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordi-  
19 nariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por  
20 convocação do seu presidente. Parágrafo único - O quorum para as reuniões  
21 do Conselho Fiscal é de 2 (dois) membros.—CAPITULO VII - DO PATRIMÔNIO.  
22 Art. 25 - O patrimônio da associação será constituído por doações, legados, pro-  
23 duto de aplicações financeiras e eventuais recursos resultantes de parcerias ou  
24 de contratos, conforme previsto no artigo 1 deste estatuto, e quaisquer outras  
25 fontes permitidas em lei. Art. 26 - A associação não distribui entre seus conse-  
26 lheiros, associados, doadores, benfeitores, diretores e empregados, dividendos  
27 nem quaisquer parcelas de seus rendimentos, rendas ou de seu patrimônio, ou  
28 excedentes operacionais brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de  
29 suas atividades, sob a forma de participação no resultado, lucro ou quaisquer  
30 outras rubricas que tenham o mesmo significado, aplicando-os integralmente na  
31 consecução dos fins previstos no estatuto da associação. CAPITULO VIII - DAS  
32 DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 27 — A Diretoria da associação prestará relatórios  
33 anuais Assembléia, com cópias ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e ao Su-  
34 premo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil ou à sua Comissão Executiva.  
35 Art. 28 — O presente estatuto poderá ser alterado em reunião extraordinária con-  
36 vocada para esse fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. § 1 - Todas  
37 as alterações devem obter 2/3 (dois terços) dos votos dos associados eleitos e  
38 mais o voto do Associado Vitalício. § 20 - Da convocação a que se refere o caput  
39 deste artigo se enviará cópia, com 30 (trinta) dias de antecedência, todos os as-  
40 sociados. Art. 29 — Os casos omissos serão resolvidos pelo consenso ou pelo  
41 voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia e a expressa aprovação  
42 do representante do associado vitalício. Art. 30 — Caso a Associação venha a  
43 dissolver-se, depois de liquidado todo o passivo, o patrimônio remanescente será  
44 destinado à instituição de fins iguais ou semelhantes, sediada no território nacio-  
45 nal, registrada no CNAS — Conselho Nacional de Assistência Social e indicada,  
46 de comum acordo, pelo associado vitalício e pelo Instituto Presbiteriano Macken-  
47 zie. Art. 31 — Após a aprovação pela Comissão Executiva do Supremo Concílio  
48 da Igreja Presbiteriana do Brasil, o presente estatuto será registrado no Cartório  
49 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 4 Ofício, da Capital, em substituição ao  
50 anterior, de 05 de fevereiro de 2001, protocolado e registrado em microfilme sob  
51 o n 0434081, no Livro "A" do mesmo Cartório, em 02 de outubro de 2001."Em se-

1 guida o Reverendo Roberto Brasileiro Silva informa que a CE-SC 2008, na forma  
 2 do documento Carta 1693-09 - Doc. CXXXIV — documento 170A, APROVOU  
 3 a doação/transferência de três imóveis da AMEPEC, situados A. Rua Piaui, n  
 4 181, 185, 187 e 187 — fundos, registrados no 5 Cartório de Registro Geral de  
 5 Imóveis de São Paulo, nas matriculas ifs. 36.476, 46.600, 46.601, ao Instituto  
 6 Presbiteriano Mackenzie, que já estão sendo utilizados pelo Mackenzie na forma  
 7 de Comodato. O Conselheiro Dr. José do Carmo Veiga de Oliveira faz a pro-  
 8 posta de doação, sendo aprovado por unanimidade. Às 19:30, o Presidente da  
 9 AMEPEC agradece a presença de todos e encerra a reunião, solicitando que o  
 10 Reverendo Osvaldo Henrique Hack orasse. Para constar, lavrei a presente Ata  
 11 que foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente, Dr. Wellington Tesch Sabaini,  
 12 pelo Representante do Associado Vitalício, Reverendo Roberto Brasileiro Silva,  
 13 e por mim, Mauricio Melo de Meneses, secretário.<sup>101</sup> **SUBCOMISSÃO IX - Con-**  
 14 **sultas e Outros Papéis II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CII - Quanto ao documento**  
 15 **093 - Oriundo do(a): Sínodo Central Espírito-Santense - Ementa: Encami-**  
 16 **nhamento de Consulta referente a Criação de Autarquias.** Considerando 1.  
 17 Que o concílio consulta a CE-IPB sobre a legalidade da criação de uma autarquia  
 18 para gerir um acampamento de propriedade do próprio concílio. 2. Que a CI-IPB,  
 19 preceitua em seu Art. 105 - Podem os concílios organizar, sempre que julgarem  
 20 oportuno, autarquias, para cuidar dos interesses gerais da Igreja. § 1º - As autar-  
 21 quias são entidades autônomas no que se refere ao seu governo e administração  
 22 interna, subordinadas, porém, ao concílio competente. § 2º - As autarquias se re-  
 23 gem por estatutos aprovados pelos respectivos concílios, aos quais deverão dar  
 24 relatório das atividades realizadas. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Responder  
 25 ao concílio que a organização de autarquias é prevista em nossa Constituição  
 26 sendo a conveniência de sua criação, competência do Concílio.<sup>102</sup> **SUBCOMIS-**  
 27 **SÃO IX - Consultas e Outros Papéis II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CIII - Quanto**  
 28 **ao documento 170 - Oriundo do(a): Sínodo Agreste Sul de Pernambuco -**  
 29 **Ementa: Consulta quanto a procedimento a serem adotados pelo presbité-**  
 30 **rio em relação a ministros.** Considerando: 1. Que o referido ministro, conforme  
 31 apurado pelo presbitério, não tem mais participado em nenhuma Igreja Presbi-  
 32 teriana do Brasil, nem tem zelado pela condição espiritual de sua família e não  
 33 tem sido dizimista fiel. 2. Que segundo o Art. 32 da CI-IPB: "O ministro, cujo  
 34 cargo e exercício são os primeiros na Igreja, deve conhecer a Bíblia e sua teo-  
 35 logia; ter cultura geral; ser apto para ensinar e são na fé; irrepreensível na vida;  
 36 eficiente e zeloso no cumprimento dos seus deveres; ter vida piedosa e gozar  
 37 de bom conceito, dentro e fora da Igreja."A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Res-  
 38 pender ao presbitério que é de sua competência privativa, segundo Art. 88: "c)  
 39 admitir, transferir e disciplinar ministros e propor a sua jubilação;"e "e) velar para  
 40 que os ministros se dediquem diligentemente ao cumprimento da sua sagrada  
 41 missão"; e Art. 20 - Inciso I - alínea "a"do CD/IPB - Processar e julgar original-  
 42 mente: a) Ministros. Consequentemente, em primeira instância, é o presbitério o  
 43 responsável por definir a situação do referido ministro.<sup>103</sup> Concede-se a palavra  
 44 ao Rev. Juarez Marcondes Filho, relator da subcomissão X. **SUBCOMISSÃO X**  
 45 **- Forças de Integração - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CIV - Quanto ao documento**

<sup>101</sup> Doc. CI - Quanto ao documento 137 - Pedido que seja registrado em Ata a aprovação do Estatuto da AMEPEC, aprovada na reunião da CE 2010.

<sup>102</sup> Doc. CII - Quanto ao documento 093 - Encaminhamento de Consulta referente a Criação de Autarquias.

<sup>103</sup> Doc. CIII - Quanto ao documento 170 - Consulta quanto a procedimento a serem adotados pelo presbitério em relação a ministros.

1 **087 - Oriundo do(a): Trabalho Infantil - Ementa: Relatório do exercício 2010**  
 2 **do Trabalho da Infância.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conheci-  
 3 mento; 2. Aprovar com os seguintes destaques: a) Visitas a 10 igrejas, sendo  
 4 05 em João Pessoa, 02 em Recife, 01 em Rio Verde, 01 no DF e 01 no RJ;  
 5 b) Parceria feita com a CEP e o apoio desta Editora a Congressos promovidos  
 6 pela Secretaria; c) Implantação do Projeto: "Máquina do Tempo", EBF em âm-  
 7 bito nacional, e do Projeto "Mãos e Coração", capacitação dos coordenadores;  
 8 d) Produção de oito (08) textos inspiradores para a área infantil da IPB; e) Projeto  
 9 para a construção de um site; f) Realização de treinamentos regionais; g) Real-  
 10 zação de nove (09) oficinas em várias Igrejas e regiões do Brasil; h) Participação  
 11 em congressos regionais e em reuniões de CEs e com Secretários Gerais de  
 12 vários Concílios; i) Alvos estabelecidos para 2011, nas seguintes áreas: Evan-  
 13 gelização, crescimento, capacitação e comunicação; j) Apresentação do projeto  
 14 do Planejamento Estratégico 2010 - 2014, contemplando os seguintes pontos:  
 15 Visão - baseada na consistência, equilíbrio e funcionalidade. Missão - ênfase  
 16 no evangelismo, missão e discipulado. Objetivo - evangelização, crescimento,  
 17 capacitação e comunicação. Metas - desdobramento em subítens dos objetivos  
 18 elencados. 3. Determinar ao Secretário Geral da Infância que elabore, no prazo  
 19 de 30 dias, um projeto detalhado de suas atividades para o ano de 2011, a ser  
 20 apresentado à Mesa do SC-IPB 4. Registrar voto de apreciação pelo desempe-  
 21 nho do SGI, rogando a Deus suas dadas bençãos sobre todas as progama-  
 22 ções deste quadriênio. <sup>104</sup>. Faz uso da palavra o Secretário Nacional o Presb.  
 23 Haroldo Peyneau e o Presb. Paulo Daflon, presidente da Confederação Nacio-  
 24 nal das UPH's. **SUBCOMISSÃO X - Forças de Integração - CE-SC/IPB-2011 -**  
 25 **DOC.CV - Quanto ao documento 082 - Oriundo do(a): Trabalho Masculino -**  
 26 **Ementa: Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Masculino.** A CE/SC/IPB  
 27 - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento; 2. Aprovar com os seguintes des-  
 28 taques: a) Comemoração de 44 anos de organização da CNHP; b) Realização  
 29 do XII Congresso Nacional no SESC de Gruaí-RJ, nos dias 21 a 25 de abril de  
 30 2010, com a presença de 850 participantes, sendo 354 delegados inscritos; c)  
 31 Realização da Reunião da CE/CNHP-2010, na IPB de Vitória, nos dias 22 a 25  
 32 de setembro de 2010; d) Aprovação das contas da CNHP pela Junta Patrimo-  
 33 nial Econômica e Financeira; e) Grande empenho na evangelização, tendo como  
 34 meta a distribuição de 30.000 unidades do NT/UPH; em 2010 foram distribuídos  
 35 20.000; f) Organização de 04 novas Sinodais: Rio de Janeiro, Guanabara, Tocan-  
 36 tins e Acre; e a reorganização da Sinodal Agreste Sul de Pernambuco; g) Mu-  
 37 dança do nome da revista, que passou a ser chamada de "Revista da UPH", com  
 38 crescimento de 10% nas assinaturas em 2010; h) Sucesso do projeto "Mão na  
 39 Massa", com a construção de templos na Bolívia e Colniza-MT (Campo da JMN);  
 40 i) Grande número de projetos em andamento, num total de 23; j) Relevante par-  
 41 ticipação do Secretário Geral, acompanhando o trabalho em UPHs, Federações  
 42 e Confederações; k) Realização de dois Fóruns de Responsabilidade Social, em  
 43 Taguatinga e Uberlândia; l) Valorização do Dia do Homem Presbiteriano com a  
 44 realização de cultos e homenagens ao Homem Presbiteriano "Padrão"; m) Inves-  
 45 timento na vida cristã do homem presbiteriano através de material incentivando  
 46 a prática do culto doméstico e leitura anual da Bíblia; n) Excelentes alvos para  
 47 2011, tais como: realização de novos Fóruns de Responsabilidade Social; me-  
 48 lhoria do trabalho das secretarias de atividades; kit para congressos; aumento do  
 49 número de assinaturas da Revista da UPH; parceria com a JMN visando ampliar

<sup>104</sup>Doc. CIV - Quanto ao documento 087 - Relatório do exercício 2010 do Trabalho da Infância.

1 o projeto "Mão na Massa"; o) Realização de duas reuniões da diretoria da CNHP  
 2 com pauta bem definida; p) Expressiva participação do presidente da CNHP em  
 3 cultos promovidos por UPHs, Federações e Confederações, reuniões diversas,  
 4 eventos especiais, inúmeras palestras e mensagens das Escrituras; q) Relevân-  
 5 cia do tema e subtemas deste quadriênio: "HOMENS COMPROMETIDOS IN-  
 6 TEGRALMENTE"(1Co.15.58). 2010 - "Homens Comprometidos com a Palavra  
 7 de Deus"(2Tm.2.15); 2011 - "Homens Comprometidos com a Oração"(Cl.4.2-4);  
 8 2012 - "Homens Comprometidos com a Evangelização"(Mc.8.35 e 16.15); 2013 -  
 9 "Homens Comprometidos com a Igreja"(At.16:5). 3. Reiterar o apelo às Igrejas,  
 10 Presbitérios e Sínodos que valorizem mais o trabalho masculino, oferecendo todo  
 11 o apoio no sentido de alcançar a organização e reorganização de UPHs, Federa-  
 12 ções e Confederações. Partindo dos oficiais, que todos os homens sejam sócios  
 13 da UPH. 4. Registrar voto de apreciação pelo desempenho do SGTM e para-  
 14 benizar a respectiva Confederação pelos profícuos trabalhos realizados, rogando  
 15 a Deus suas dadivosas bençãos sobre todas as progamações deste quadriênio.  
 16 <sup>105</sup>. Faz uso da palavra o irmão Presb. Alexandre Almeida, Secretário Geral das  
 17 UMPs e o irmão Anderson Pimentel Meneguice, presidente da Confederação Na-  
 18 cional de UMPs. **SUBCOMISSÃO X - Forças de Integração - CE-SC/IPB-2011**  
 19 **- DOC.CVI - Quanto ao documento 057 - Oriundo do(a): União da Mocidade**  
 20 **Presbiteriana - Ementa: Relatório do exercício 2010 da Secetaria Geral da**  
 21 **Mocidade. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento; 2. Aprovar  
 22 com os seguintes destaques: a) Nove visitas do Secretário Geral a Federações  
 23 e eventos sinodais, presbiteriais e locais, no período de julho a dezembro de  
 24 2010; b) Projeto quadrienal com doze metas de alta relevância como segue: Co-  
 25 memoração do "Dia da Mocidade Presbiteriana"; Encontrão Nacional de UMPs;  
 26 Encontrões regionais; "Workshops"de liderança para jovens; Reuniões com lide-  
 27 ranças em todos os Estados da Federação; Conferência teológica para jovens;  
 28 Congresso de Missões para jovens; Viagens missionárias em parceria com a  
 29 APMT; Participação no dia do "Mackenzie Voluntário"; Alcance de 60 Sinodais  
 30 organizadas até 2014; Alcance do número de 20.000 assinantes da revista da  
 31 Mocidade até 2014; Treinamento de jovens nos âmbitos de federações, confede-  
 32 rações sinodais e nacional. c) Dados estatísticos: Das 72 Confederações Sino-  
 33 dais, 49 estão organizadas como segue: 29 na região sudeste; 02 na região sul;  
 34 05 na região centroeste; 10 na região nordeste; 03 na região norte. d) Presença  
 35 do presidente e vice-presidentes regionais em 110 programações de UMPs lo-  
 36 cais, federações e sinodais em todos o país; e) Participação da diretoria em 34  
 37 reuniões administrativas e 12 reuniões conciliares em todo o país; e) Realização  
 38 de sete eventos em nível estadual, nacional e internacional, com destaque ao  
 39 SOS Nordeste para socorro às vítimas das enchentes nos Estados de Pernam-  
 40 buco e Alagoas nos dias 25 a 29 de agosto de 2010, e a viagem missionária  
 41 a Ayacucho, no Peru, nos dias 4 a 19 de janeiro de 2011; f) Reestruturação do  
 42 site da UMP e a reativação da Revista da UMP; g) Elaboração do calendário de  
 43 eventos e atividades para o quadriênio 2010 - 2014; h) Organização da Sinodal  
 44 do Acre; i) Encontro IPB Jovens em 2010 com o treinamento de 150 jovens. 3.  
 45 Determinar ao Secretário Geral da Mocidade que elabore, no prazo de 30 dias,  
 46 um projeto detalhado de suas atividades para o ano de 2011, a ser apresentado  
 47 à Mesa do SC-IPB. 4. Registrar voto de apreciação pelo desempenho do SGM  
 48 e parabenizar a respectiva Confederação pelos profícuos trabalhos realizados,  
 49 rogando a Deus suas dadivosas bençãos sobre todas as progamações deste

<sup>105</sup>Doc. CV - Quanto ao documento 082 - Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Masculino.

1 quadriênio. <sup>106</sup> Faz uso da palavra as irmãs: Sra Prof<sup>a</sup> Eunice Souza da Silva,  
 2 Secretária Geral das SAFs e Dna. Ana Maria Prado, presidente da Confederação  
 3 Nacional da SAF. **SUBCOMISSÃO X - Forças de Integração - CE-SC/IPB-2011**  
 4 **- DOC.CVII - Quanto ao documento 032 - Oriundo do(a): Trabalho Feminino**  
 5 **- Ementa: Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Feminino.** A CE/SC/IPB  
 6 - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento; 2. Aprovar com os seguintes desta-  
 7 ques: a) Realização do XVI Congresso Nacional de SAFs, no Galé-Eco Resort,  
 8 em Cabo de Santo Agostinho, PE, de 10 a 14 de março de 2010, com a pre-  
 9 sença de 750 pessoas; b) Eleição da diretoria para o quadriênio 2010 - 2014,  
 10 ficando assim constituída: Presidente: Ana Maria Prado; Vice-Norte: Maria da  
 11 Paz Magalhães Souza; Vice-Nordeste: Maria Ribeiro da Silva Moutinho; Vice-  
 12 Centroeste: Edicélia Tomaz Carneiro; Vice-Sudeste: Heloísa Helena Chagas  
 13 Monteiro Alves; Vice-Sul: Célia Mara de Oliveira Castilho; Sec. Executiva: Lú-  
 14 cia Araújo Martins; 1a Sec.: Sudonita Alvarenga Wing; 2a Sec. Keila Bastos  
 15 Monteiro; Tesoureira: Jocely Lopes Falcão; c) Tema do Quadriênio: "Não sou  
 16 eu quem vive mas Cristo vive em mim"(Gl.2:20); d) Realização do culto dos 126  
 17 anos da SAF em todo o Brasil e, em caráter oficial, na IPB de Itapema-SC, no  
 18 dia 06 de novembro de 2010, com a presença de 500 pessoas; e) Visitas aos  
 19 Institutos Bíblicos e Seminários da IPB com o propósito de assistir material e  
 20 espiritualmente aos estudantes, as quais terão continuidade no presente quadri-  
 21 ênio; f) Visitas às vítimas de enchentes em Palmares - PE, e União dos Palmares  
 22 - AL, com doação de R\$ 80.000,00, além de gêneros alimentícios, material de  
 23 limpeza, móveis, utensílios e eletro-domésticos; g) Intenso trabalho da Secretária  
 24 Geral, irmã Eunice Souza Silva, participando de encontros, congressos, cultos,  
 25 onde pode proferir mensagens e palestras, e, também, informando acerca das  
 26 resoluções do SC/IPB; h) Relevante participação, envolvimento e dedicação da  
 27 presidente CNSAF, irmã Ana Maria Prado, em reuniões em todas as regiões do  
 28 Brasil; i) Exposição da história da SAF no Museu Presbiteriano em Campinas-SP;  
 29 j) Dados estatísticos: 72 Confederações Sinodais, 284 Federações Presbiteriais,  
 30 2823 SAFs locais, 54.482 sócias, 168.326 reuniões de oração, 35.208 reuniões  
 31 evangelísticas, 119.748 Bíblias e porções da Bíblia distribuídas, 2.581.256 fo-  
 32 lhetos distribuídos, 4.570 trabalhos missionários, R\$ 1.453.686,09 em ofertas  
 33 missionárias, 31.697 assinantes da SAF em Revista; k) Do planejamento para o  
 34 presente quadriênio: realização de onze encontros regionais em 2011, promoção  
 35 do Terceiro Encontro de Mulheres Presbiterianas em 2012, e Encontro de Pas-  
 36 tores e Esposas de Pastores em 2013, elaboração de Cartilha para orientar os  
 37 trabalhos da SAF; 3. Apreciar o alentado relatório apresentado da Confederação  
 38 de SAFs, com detalhadas informações que envolvem todas áreas do trabalho  
 39 feminino. 4. Registrar voto de apreciação pelo desempenho da SGTF e parabe-  
 40 nizar a respectiva Confederação pelos profícuos trabalhos realizados, rogando  
 41 a Deus suas dadivosas bênçãos sobre todas as progamações deste quadriênio.  
 42 <sup>107</sup>. Faz uso da palavra o irmão Rev. Carlos Eduardo Aranha Neto, Secretário  
 43 Geral da UPA. **SUBCOMISSÃO X - Forças de Integração - CE-SC/IPB-2011 -**  
 44 **DOC.CVIII - Quanto ao documento 106 - Oriundo do(a): Trabalho da Adoles-**  
 45 **cência - Ementa: Relatório do exercício 2010 da Secretaria Geral do Traba-**  
 46 **lho da Adolescência.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento;  
 47 2. Aprovar com os seguintes destaques: a) Continuidade dos bem-sucedidos

<sup>106</sup>Doc. CVI - Quanto ao documento 057 - Relatório do exercício 2010 da Secretaria Geral da Mocidade.

<sup>107</sup>Doc. CVII - Quanto ao documento 032 - Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Feminino.

1 projetos "Pé na Estrada", "Alunos de Cristo", "Turma do Consolo", "Vale a Pena  
 2 Esperar", "Sede de Justiça", no presente quadriênio; b) Tema do quadriênio:  
 3 "Transformação"(Rm.12.2); c) Do planejamento de atividades: a realização do  
 4 Dia Nacional do Adolescente em todos os estados da Federação e do ReUPAS  
 5 de 07 a 10 de junho de 2012. 3. Determinar ao Secretário Geral de Adolescentes  
 6 que elabore, no prazo de 30 dias, um projeto detalhado de suas atividades para  
 7 o ano de 2011, a ser apresentado à Mesa do SC-IPB; 4. Quanto à consulta sobre  
 8 a participação dos sócios da UPA nos Congressos das Federações e no NaUPA,  
 9 dentro de uma faixa estreita de idade (somente entre os 14 e 17 anos), remeter  
 10 a matéria à Comissão de Revitalização das Forças de Integração. 5. Registrar  
 11 voto de apreciação pelo desempenho do SGA e parabenizar a respectiva Confe-  
 12 deração pelos profícuos trabalhos realizados, e rogando a Deus suas dadivosas  
 13 bênçãos sobre todas as progamações deste quadriênio. <sup>108</sup>. Faz uso da palavra o  
 14 irmão Rev. José Roberto Rodrigues Coelho, Secretário Geral da Infancia da IPB.  
 15 A palavra é passada ao Rev. Reginaldo José de Pinho Borges, Secretário Geral  
 16 da Terceira Idade. **SUBCOMISSÃO X - Forças de Integração - CE-SC/IPB-**  
 17 **2011 - DOC.CIX - Quanto ao documento 119 - Oriundo do(a): Trabalho da**  
 18 **Terceira Idade - Ementa: Relatório da Secretaria Geral da Terceira Idade.** A  
 19 CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento; 2. Aprovar com os se-  
 20 guintes destaques: a) Implantação da REPAPI (Rede Presbiteriana de Apoio à  
 21 Pessoa Idosa); b) Ações para a divulgação da REPAPI, tais como: diagnóstico  
 22 nacional, "workshops"regionais, oficinas, Idosonewsipb (blog); c) Realização de  
 23 "Workshops"em 2010 nos Estados de PE, PB, MG, ES, RN, AC, e com a agenda  
 24 para o presente ano em GO, MS, PI, PR, MG e DF; d) Elaboração da Cartilha  
 25 "Envelhecimento Consciente"; e) Ampla distribuição do Estatuto do Idoso; f) Am-  
 26 pla distribuição do CD-legislação do Idoso; 3. Determinar ao Secretário Geral da  
 27 Terceira Idade que elabore, no prazo de 30 dias, um projeto detalhado de suas  
 28 atividades para o ano de 2011, a ser apresentado à Mesa do SC-IPB 4. Registrar  
 29 voto de apreciação pelo desempenho do SGTI rogando a Deus suas dadivosas  
 30 bênçãos sobre todas as progamações deste quadriênio. <sup>109</sup> **SUBCOMISSÃO X**  
 31 **- Forças de Integração - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CX - Quanto ao documento**  
 32 **090 - Oriundo do(a): Sínodo Central Espírito-Santense - Ementa: Proposta**  
 33 **quanto ao MUSI.** Considerando: 1. Que a última edição do MUSI demonstra  
 34 claramente que o texto do artigo oitavo não foi publicado na íntegra, bem como,  
 35 não foi devidamente revisado quanto as regras gramaticais vigentes na língua  
 36 portuguesa; 2. Que o Artigo 17, párg. 2 contempla perfeitamente a excepcio-  
 37 nalidade da UCP e da UPA, mencionada no artigo oitavo, permitindo que sejam  
 38 sócios membros não comungantes, porém, alunos da Escola Dominical, a cri-  
 39 tério do conselho. A CE/SC/IPB - 2011, **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento;  
 40 2. Informar ao SCE que deve ser aplicado o Art.17, parágrafo segundo, para  
 41 a composição do quadro de sócios das UCPs e UPAs; 3. Reconhecer a falha  
 42 na publicação da última edição do MUSI, no que tange a consulta formulada; 4.  
 43 Remeter a matéria à Comissão de Revitalização das Forças de Integração para  
 44 a necessária adequação. 5. Agradecer ao Concílio consulente a preocupação e  
 45 o zelo com as Forças de Integração da IPB, e rogar as bençãos de Deus sobre  
 46 o mesmo. <sup>110</sup>. Aprova-se a Ata da segunda seção. Encerra-se a terceira seção

<sup>108</sup>Doc. CVIII - Quanto ao documento 106 - Relatório do exercício 2010 da Secretaria Geral do Trabalho da Adolescência.

<sup>109</sup>Doc. CIX - Quanto ao documento 119 - Relatório da Secretaria Geral da Terceira Idade.

<sup>110</sup>Doc. CX - Quanto ao documento 090 - Proposta quanto ao MUSI.

1 às dezenove horas e dezoito minutos com oração feita pelo Rev. José Roberto  
 2 Rodrigues Coelho **ATA DO(A) QUARTA SESSÃO REGULAR:** Às oito horas e  
 3 trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e onze, o presidente ini-  
 4 cia os trabalhos com o exercício devocional seguindo esta ordem: leitura bíblica  
 5 do salmo 143. 8-11; ora o Presb. Alexandre Henrique Almeida, Secretário Geral  
 6 da Mocidade; passa-se a palavra ao Rev. Davi Charles Gomes que convida ao  
 7 plenário à leitura de Atos 15 para reflexão e edificação. Ora a irmã Sra. Ana  
 8 Maria Prado, presidente da Confederação Nacional da SAF e impetra a benção  
 9 o Rev. Davi Charles Gomes. **COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO DOS TRABALHOS:**  
 10 Rev. Roberto Brasileiro Silva - Presidente do SC/IPB, Rev. Juarez Marcondes  
 11 Filho - Vice-Presidente; Rev. Ludgero Bonilha Moraes - Secretário Executivo e  
 12 Presb. Renato José Piragibe - Tesoureiro. O presidente chama a casa à ordem  
 13 para o início dos trabalhos das relatorias. Passa-se a palavra ao Rev. Roberto  
 14 Alves de Alencar para que o mesmo dê continuidade aos relatórios da subcomis-  
 15 são XIII. **SUBCOMISSÃO XIII - Entidades e Autarquias II - CE-SC/IPB-2011 -**  
 16 **DOC.CXI - Quanto ao documento 031 - Oriundo do(a): Hospital Evangelico**  
 17 **Dr. e Sra. Goldsby King - Ementa: Relatório Anual do Hospital Evangélico**  
 18 **Dr. e Dra. Goldsby King 2010.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Aprovar  
 19 2. Destacar: a) a boa estrutura física do hospital e boa quantidade de espe-  
 20 cialidades médicas; b) o comodato com o estado do Mato Grosso do Sul na  
 21 administração do Hospital da Vida que atende 34 municípios com uma popula-  
 22 ção de 735.920 pessoas; c) Quanto a Escola de Enfermagem Vital Brasil: o bom  
 23 número de profissionais formados e em formação; d) Agradecimento ao capelão  
 24 Rev. Antônio Balbino Martins pelos serviços prestados pelo mesmo. e) Quanto  
 25 ao Hospital da Mulher: a execução de 284 cirurgias eletivas; 2744 partos; o ser-  
 26 viço de banco de leite; UTI Neonatal com cerca de 25 internações por mês; f)  
 27 Quanto ao atendimento anual do Hospital Evangelico Dr. e Sra. Goldsby King:  
 28 - Internações: 20.932; Partos: 3.474; Cirurgias: 7.318; Consultas Ambulatoriais:  
 29 153.514; - Procedimentos ambulatoriais: 137.385 (pequenas cirurgias, curativos,  
 30 retiradas de gesso; imobilizações, injeções, inalação), Serviços complementares  
 31 ambulatoriais: 191.450 (exames radiológicos; exames laboratoriais, ECG, endos-  
 32 copia, ultrassom, tomografia, ressonância magnética, ecocardiograma, litotripsia,  
 33 colonoscopia, colangiografia, hemodialise, dialise peritonial, quimioterapia, radi-  
 34 oterapia); g) Considerando-se que o hospital é uma entidade filantrópica em sua  
 35 essência, registra-se o fato de haver dados escassos sobre a parte filantrópica  
 36 do hospital; 3. Tomar conhecimento que a Igreja Presbiteriana do Brasil através  
 37 do seu representante e do presidente do SC tem acompanhado o processo en-  
 38 volvendo a instituição, inclusive estando presente na região reunindo-se com a  
 39 instituição, liderança da igreja e autoridades locais; 4. Solidarizar-se com a ins-  
 40 tituição neste momento que ela está passando e reiterar a disposição de apoio.

41 <sup>111</sup>. Passa-se a palavra ao Rev. Amauri Costa de Oliveira. **SUBCOMISSÃO XIV**  
 42 **- Entidades e Autarquias III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXII - Quanto ao docu-**  
 43 **mento 075 - Oriundo do(a): Colégio Presbiteriano Agnes Erskine - Ementa:**  
 44 **Relatório quanto ao Colégio Presbiteriano Agnes Erskine.** A CE/SC/IPB -  
 45 2011 **RESOLVE:** Aprovar com os seguintes destaques: 1. Parabenizar a Direção  
 46 Geral do Colégio pela boa administração realizada; 2. O Programa de redução de  
 47 205 para 121 funcionários, conforme determinação do Conselho Deliberativo em  
 48 2003, no período de 01/07/2003 a 31/12/2010; 3. Os empréstimos contraídos em  
 49 2009 foram devidamente quitados; 4. Empréstimos contraídos em 2010 para in-

<sup>111</sup> Doc. CXI - Quanto ao documento 031 - Relatório Anual do Hospital Evangélico Dr. e Dra. Goldsby King 2010.

1 vestimentos em reformas e construções: Banco Itaú, no valor de R\$ 304.000,00;  
 2 Colégio Presbiteriano Quinze de Novembro, no valor de R\$ 270.000,00; 5. Con-  
 3 cessão de bolsas de estudos no percentual de 27,77%; 6. Aumento no número  
 4 de matrículas: 1094 alunos em 2010, com evasão de 6,2%, menor que a média  
 5 nacional; 7. Aprovação de alunos em vestibulares: Universidade Federal de Per-  
 6 nambuco, 24,12%; Universidade Federal Rural de Pernambuco, Instituto Federal  
 7 Tecnológico de Pernambuco e Universidade Federal dos Pampas, 37,93%; Uni-  
 8 versidade Estadual de Pernambuco, 19,51%, num total de 66,15%; 8. O projeto  
 9 "Sustentabilidade: ajude a mudar o mundo" foi realizado com apresentação de  
 10 pesquisas dos alunos no dia 23 de outubro de 2010; 9. A equipe Vanguarda,  
 11 composta de alunos das 7a. e 8a. séries do Ensino Fundamental foi vencedora  
 12 da "Olimpíada Cultural Contar Mais", cujo objetivo é estimular o prazer pela lei-  
 13 tura e escrita. 10. Registra-se no resultado financeiro de 2010 um déficit de  
 14 73.320,06 contra um déficit de 622.808,85 em 2009. 11. Solicitar à JPEF que  
 15 faça uma visita à Escola. <sup>112</sup>. Passa-se a presidência ao Rev. Juarez Marcondes  
 16 Filho, vice-presidente. **SUBCOMISSÃO XIV - Entidades e Autarquias III - CE-**  
 17 **SC/IPB-2011 - DOC.CXIII - Quanto ao documento 131 - Oriundo do(a): Es-**  
 18 **cola Presbiteriana de Alta Floresta - Ementa: Relatório do exercício de 2010**  
 19 **da Escola Presbiteriana de Alta Floresta. A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:** 1.  
 20 Aprovar o Relatório com os seguintes destaques: A. Parabenizar a Direção Geral  
 21 pelo bom trabalho administrativo realizado; B. Aumento no número de alunos em  
 22 2011, no percentual de 26,9%; C. Concessão de bolsas de estudos: 40 bolsistas;  
 23 D. Realização de cultos diários e reuniões de oração, cultos em datas especiais;  
 24 E. Participação nas Olimpíadas Brasileiras de Física e Astronomia, obtendo o  
 25 1o. e o 2o. lugares do Estado do Mato Grosso na prova de Física; F. Constru-  
 26 ção de 3 salas de aula, ampliação da cozinha e construção de 2 banheiros; G.  
 27 Participação no Dia Mackenzie Voluntário, com o envolvimento de cerca de 1000  
 28 pessoas; H. Início da construção do Ginásio Poliesportivo, com recurso de venda  
 29 de imóvel liberado através da Junta Patrimonial Econômica e Financeira, no va-  
 30 lor de R\$ 120.000,00. I. O obtenção de superávit de R\$235.830,21 no exercício  
 31 de 2010 contra um superavit de R\$25.621,25 em 2009. 2. Quanto à solicita-  
 32 ção referente à verba para término do Ginásio, encaminhar à Junta Patrimonial  
 33 Econômica e Financeira para avaliação. 3. Determinar que a Junta Patrimonial  
 34 Econômica e Financeira preste relatório ao SC/IPB-2014 quanto a resolução CLII  
 35 CE-SC/IPB-2004. <sup>113</sup>. Volta-se a presidência ao Rev. Roberto Brasileiro Silva.  
 36 Suspendem-se os trabalhos para um breve recesso às dez horas e cinquenta  
 37 e cinco minutos. Retomam-se os trabalhos às onze horas e quinze minutos.  
 38 Passa-se a palavra ao Rev. Emerson Fernandes Miranda. **SUBCOMISSÃO III**  
 39 **- Finanças III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXIV - Quanto ao documento 155 -**  
 40 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Solicitação**  
 41 **do Instituto Bíblico Eduardo Lane - IBEL de Retificação de numeração de lo-**  
 42 **tes. 1) Considerando a resolução LXXII-CE-SC 2010, como se segue: "Quanto**  
 43 **ao documento 131 - Ementa: Solicitação do IBEL para venda do Lote 01 do setor**  
 44 **12, Quadra 55 e Lote 02 do Setor 13, Quadra 30. Oriundo da JPEF sobre pedido**  
 45 **do IBEL para venda de imóvel de sua propriedade: Considerando: 1. Que o**  
 46 **Instituto Bíblico Eduardo Lane é possuidor de 31 lotes, todos em ruas asfaltadas**  
 47 **e bem localizados no município de Patrocínio - MG; 2. Que seu Conselho Deli-**

<sup>112</sup>Doc. CXII - Quanto ao documento 075 - Relatório quanto ao Colégio Presbiteriano Agnes Erskine.

<sup>113</sup>Doc. CXIII - Quanto ao documento 131 - Relatório do exercício de 2010 da Escola Presbiteriana de Alta Floresta.

1 *berativo solicita autorização para venda de dois lotes cujo produto da venda será*  
 2 *para reformas das instalações do IBEL; 3. Haver parecer favorável da JPEF; A*  
 3 *CE-SC 2010 Resolve: Autorizar a venda do lote 01 do Setor 12, Quadra 55, com*  
 4 *testada para a Rua Rio Branco e lote 02 do setor 13, quadra 30, lote 025 com*  
 5 *testada para Avenida Altino Guimarães."2) Considerando que o Conselho Deli-*  
 6 *berativo do IBEL solicita a retificação de numeração de lotes a serem vendidos;*  
 7 3) Considerando o parecer favorável da JPEF; A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 8 Que os lotes a serem vendidos devem ser assim nomeados: lote 531, setor 12,  
 9 quadra 55, com testada para a rua Rio Branco e lote 518, setor 12, quadra 55,  
 10 na esquina com testada para Rua Rio Branco e Avenida Altino Guimarães. <sup>114</sup>  
 11 **SUBCOMISSÃO III - Finanças III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXV - Quanto ao**  
 12 **documento 138 - Oriundo do(a): Conselho Deliberativo do Instituto Presbi-**  
 13 **teriano Mackenzie - Ementa: Cessão por Comodato de Fração de Terreno**  
 14 **do Mackenzie em Tamboré.** Considerando: a) Que o pedido envolve cessão por  
 15 comodato de patrimônio da Igreja Presbiteriana do Brasil; b) Que o documento  
 16 não tem parecer do órgão competente. A CE-SC/IPB-2011, Resolve: 1 - Tomar  
 17 conhecimento; 2 - Encaminhar o pedido à JPEF para a emissão do seu parecer,  
 18 apresentando relatório na CE-SC/IPB-2012. <sup>115</sup>. **SUBCOMISSÃO III - Finan-**  
 19 **ças III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXVI - Quanto ao documento 150 - Oriundo**  
 20 **do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Proposta do Mac-**  
 21 **kenzie concessão de direito de uso dos lotes8 e 9, Quadra 906, SGA Sul,**  
 22 **Brasília.** Considerando: 1) A análise prévia e o parecer favorável da JPEF; 2)  
 23 Que a cessão de uso dos referidos lotes atende a conveniência e oportunidade  
 24 da Igreja, que terá ao final a sua sede própria em Brasília; 3) Que a Minuta de  
 25 Contrato de Cessão de Uso preserva as garantias da Igreja (IPB) quanto à propri-  
 26 edade dos lotes; 4) Que existe na Minuta de Cessão de Uso a possibilidade futura  
 27 de uso e manutenção compartilhada; A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Aprovar a  
 28 referida concessão de direito de uso dos lotes 8 e 9, da quadra 906, SGA Sul,  
 29 em Brasília, DF, para expansão do Mackenzie. <sup>116</sup>. **SUBCOMISSÃO III - Finan-**  
 30 **ças III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXVII - Quanto ao documento 127 - Oriundo**  
 31 **do(a): Junta Patrimonial, Econômica e Financeira - Ementa: Relatório da**  
 32 **Junta Patrimonial, Econômica e Financeira.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 33 1-Tomar conhecimento; 2-Aprovar o relatório do exercício da JPEF em 2010, com  
 34 os seguintes destaques: a. A evolução positiva da renda de alugueis dos imóveis  
 35 de Brasília, que alcançou no ano de 2010 o total de R\$ 767.706,88 (setecentos e  
 36 sessenta e sete mil, setecentos e seis reais e oitenta e oito centavos) resultando  
 37 em um aumento de 4% em relação ao período anterior; b. Que o cadastro imobiliário encontra-se devidamente atualizado, em um total de 413 imóveis ativos em  
 38 2010; c. A elaboração da peça orçamentária de 2011, com previsão de aumento  
 39 em 12% sobre a receita de dízimos, alcançando a previsão de R\$ 22.000.000,00  
 40 (vinte e dois milhões de reais); d. A realização de exame de contas e docu-  
 41 mentos na Presidência, Secretaria Executiva, Tesouraria do SC-IPB, CRIE, JET,  
 42 CPSS, CHHM, Secretarias Gerais e Confederações Nacionais do Trabalho Fe-  
 43 minino e Mocidade. Auditorias nos seguintes órgãos: JMN, APMT, RPC, CNE e  
 44 PMC; e. Visita e inspeção em todos os seminários da IPB; f. O Fundo de Em-

<sup>114</sup>Doc. CXIV - Quanto ao documento 155 - Solicitação do Instituto Bíblico Eduardo Lane - IBEL de Retificação de numeração de lotes.

<sup>115</sup>Doc. CXV - Quanto ao documento 138 - Cessão por Comodato de Fração de Terreno do Mackenzie em Tamboré.

<sup>116</sup>Doc. CXVI - Quanto ao documento 150 - Proposta do Mackenzie concessão de direito de uso dos lotes8 e 9, Quadra 906, SGA Sul, Brasília.

1 préstimo desde o seu início alcançou a liberação de empréstimos para mais de  
 2 300 igrejas, sendo 37 no exercício de 2010. Registra-se também que o Fundo  
 3 de Empréstimo em 31.12.2010 apresentou o ativo realizável de longo prazo no  
 4 valor de R\$ 10.340.444,84 (dez milhões e trezentos e quarenta mil quatrocentos  
 5 e quarenta quatro reais e oitenta e quatro centavos) que está devidamente em-  
 6 prestado às Igrejas; g. O empenho dos membros da JPEF junto aos conselhos,  
 7 orientando quanto a fidelidade aos dízimos; h. Registra voto de apreciação pelo  
 8 excelente trabalho realizado pela JPEF. <sup>117</sup> **SUBCOMISSÃO III - Finanças III -**  
 9 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXVIII - Quanto ao documento 140 - Oriundo do(a):**  
 10 **Secretaria Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil**  
 11 **- Ementa: Crachá de identificação de pastores e presbíteros da IPB.** Apro-  
 12 vado em seu substitutivo nos seguintes termos: Considerando: 1 - Que a Casa  
 13 Editora Presbiteriana já possui uma identificação pessoal para pastores e presbí-  
 14 teros; 2 - Que sua existência não é garantia de acesso a locais públicos tais como  
 15 cadeias, hospitais, etc.; 3 - Que compete aos presbitérios a identificação dos pas-  
 16 tores; 4 - Que a implantação acarretará custo desnecessário; 5 - Ainda que tal  
 17 fato caracterize legislação, o que nos é vedado (artigo 104 CI/IPB). A CE-SC/IPB  
 18 2011 Resolve: 1 - Tomar conhecimento; 2 - Agradecer o cuidado do SE/SC; 3  
 19 - Declarar prejudicada a proposta. <sup>118</sup> **SUBCOMISSÃO III - Finanças III - CE-**  
 20 **SC/IPB-2011 - DOC.CXIX - Quanto ao documento 153 - Oriundo do(a): Hos-**  
 21 **pital Evangélico Escola de Enfermagem de Rio Verde - Ementa: Proposta**  
 22 **de captação de Recursos do Hospital Evangélico de Rio Verde.** Considere-  
 23 rando: a) As necessidades financeiras que o Hospital Presbiteriano Dr. Gordon  
 24 vem enfrentando nos últimos anos; b) A proposta da realização de uma ação de  
 25 divulgação junto às Igrejas Presbiterianas do Brasil em todo o território nacional;  
 26 c) Que a ação contará com uma elaboração de material de divulgação, constru-  
 27 ção de um site e abertura de uma conta bancária específica; **A CE-SC/IPB-2011**  
 28 **resolve:** 1) Tomar conhecimento; 2) Autorizar que se realize a campanha, com  
 29 acompanhamento da JPEF; <sup>119</sup> **SUBCOMISSÃO III - Finanças III - CE-SC/IPB-**  
 30 **2011 - DOC.CXX - Quanto ao documento 156 - Oriundo do(a): Patrimonial,**  
 31 **Econômico e Financeira - Ementa: Relatório de visita do Hospital de Rio**  
 32 **Verde.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1) Tomar conhecimento; 2) Endossar o  
 33 esforço e as ações dos seus representantes legais no sentido de sanar as dívidas  
 34 da Instituição e reverter tal situação; 3) Determinar que sejam tomadas providên-  
 35 cias no sentido de dotar a IPB com poder de "veto" no estatuto da Instituição. <sup>120</sup>  
 36 **SUBCOMISSÃO III - Finanças III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXI - Quanto ao**  
 37 **documento 030 - Oriundo do(a): Tesouraria do SC/IPB - Ementa: Relatório**  
 38 **do exercício da Tesouraria do SC/IPB.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 -  
 39 Tomar conhecimento; 2 - Aprovar o relatório com os seguintes destaques: a. Au-  
 40 mento em 16% da arrecadação de dízimos em relação ao ano anterior, atingindo  
 41 a cifra de R\$ 19.709.145,98 (dezenove milhões setecentos e nove mil cento e  
 42 quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos); b. O expressivo número de  
 43 235 novas igrejas que passaram a enviar dízimos ao Supremo Concílio em 2010;  
 44 c. O percentual apresentado de igrejas dizimistas por região: Sudeste 58%, Nor-

<sup>117</sup>Doc. CXVII - Quanto ao documento 127 - Relatório da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira.

<sup>118</sup>Doc. CXVIII - Quanto ao documento 140 - Crachá de identificação de pastores e presbíteros da IPB.

<sup>119</sup>Doc. CXIX - Quanto ao documento 153 - Proposta de captação de Recursos do Hospital Evangélico de Rio Verde.

<sup>120</sup>Doc. CXX - Quanto ao documento 156 - Relatório de visita do Hospital de Rio Verde.

1 deste 17%, Centro-Oeste 10%, Sul 8% e Norte 7%. d. O superávit do exercício,  
2 o aumento do imobilizado e do realizado a longo prazo; e. A divulgação dos 22  
3 Presbitérios em que todas as igrejas enviaram remessas à Tesouraria; f. A dispo-  
4 nibilidade de download de modelos, como recibo das cômputos pastorais, recibo  
5 de prestação de serviços e relatório de prestação de contas, no site da Tesoura-  
6 ria; g. A realização de "Workshops" para Tesoureiros de igrejas, que tem contado  
7 com a participação de pastores e lideranças, sendo uma atividade de extrema  
8 importância da IPB e que tem muito contribuído para esclarecimentos na área fi-  
9 nanceira das igrejas e Concílios; h. Parabenizar o Tesoureiro pelo excelente rela-  
10 tório que tem sido apresentado em material de qualidade e a relação das Igrejas  
11 dizimistas detalhadas por Sínodos e Presbitérios; i. Registrar voto de apreciação  
12 pelo excelente trabalho do Tesoureiro e sua equipe. 3 - Quanto ao Regimento  
13 Interno da Tesouraria da IPB, aprovar as seguintes alterações: a) No Capítulo  
14 I, Artigo 2, item IV, alterar a redação para: "Promover campanhas pró-dízimos  
15 juntamente com a JPEF/IPB"; b) No capítulo II, Artigo 3, item I alterar a redação  
16 para: "Dízimo das igrejas federadas"; c) No capítulo III, artigo 9 retirar o termo  
17 "borderô" da redação atual e suprimir o parágrafo 2, passando os parágrafos 3 e  
18 4 denominar-se 2 e 3 respectivamente; d) No capítulo IV artigo 17 acrescentar  
19 após o termo "notas fiscais", a redação "ou cupom fiscal identificado com CNPJ";  
20 e) No capítulo V artigo 20 parágrafo 2 acrescentar após o termo "presbitérios" a  
21 redação "e igrejas federadas"; f) No capítulo VII, artigo 24 substituir o termo  
22 "mensalmente" por "mediante solicitação"; g) No capítulo IX, artigo 27 substituir  
23 o termo "Junta de Missões Estrangeiras" por "Agência Presbiteriana de Missões  
24 Transculturais". h) Após estas alterações o Regimento Interno da Tesouraria da  
25 IPB passa a ter a seguinte redação: REGIMENTO INTERNO DA TESOURARIA  
26 DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - CAPÍTULO I: Do Tesoureiro e Suas  
27 Atribuições - Art. 1.º - O Tesoureiro da Igreja Presbiteriana do Brasil será eleito  
28 quadrienalmente pelo Supremo Concílio. § 1.º - O cargo de Tesoureiro deve  
29 ser ocupado preferencialmente por pessoa que tenha especialização na área. §  
30 2.º - O Tesoureiro do SC/IPB é membro ex-officio da Junta Patrimonial, Econô-  
31 mica e Financeira, sem direito a voto. § 3.º - O Tesoureiro será substituído, nos  
32 impedimentos ocasionais de até 30 dias, por funcionário da Tesouraria por ele  
33 indicado. § 4.º - Ocorrendo renúncia ou falecimento, assumirá a Tesouraria o  
34 Presidente da JPEF/IPB - Presidente da Junta Patrimonial Econômica e Finan-  
35 ceira da Igreja Presbiteriana do Brasil, que se afastará de suas funções na JPEF  
36 até que o Supremo Concílio ou sua Comissão Executiva eleja o substituto. Art.  
37 2.º - Compete ao Tesoureiro: I - Arrecadar os dízimos das igrejas e as demais  
38 verbas consignadas no orçamento e as ofertas destinadas aos fins do Concílio.  
39 II - Fazer os pagamentos consignados no orçamento. III - Manter em dia os re-  
40 gistros contábeis respectivos. IV - Promover campanhas pró-dízimos juntamente  
41 com a JPEF/IPB. V - Informar ao Supremo Concílio, nas reuniões ordinárias, a  
42 situação econômico-financeira da Igreja Presbiteriana do Brasil, mediante dados  
43 comparativos da evolução das finanças da Igreja, no quadriênio, ilustrada por  
44 gráficos, bem como a listagem por Sínodo e Presbitério, do andamento das con-  
45 tribuições das Igrejas. VI - Prestar à Junta Patrimonial, Econômica e Financeira  
46 da IPB, eleita pelo Supremo Concílio, todas as informações solicitadas e parti-  
47 cipar da elaboração da proposta do orçamento anual da Igreja. VII - Submeter  
48 anualmente à CE-SC/IPB, o balanço e a prestação de contas, acompanhados  
49 do respectivo parecer da JPEF/IPB, para aprovação. Parágrafo único - O tesou-  
50 reiro assinará isoladamente em nome da IPB cheques, ordens de pagamentos  
51 e documentos que instituem obrigações de caráter financeiro. CAPÍTULO II: Da

1 Arrecadação e das Receitas - Art. 3.º - Constituem receitas da Igreja Presbiteri-  
2 ana do Brasil: I - Dízimos das igrejas federadas. II - Ofertas, legados e doações.  
3 III - Rendas patrimoniais e financeiras. IV - Outras rendas permitidas por lei.  
4 Art. 4.º - As receitas arrecadadas diretamente pela Tesouraria ou por órgãos  
5 e entidades do Supremo Concílio deverão transitar obrigatoriamente por contas  
6 bancárias abertas em nome da IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. § 1.º -  
7 O Tesoureiro, por solicitação do interessado, autorizará os órgãos e entidades  
8 a abrirem contas bancárias para os fins mencionados no caput deste artigo e  
9 indicará o estabelecimento de preferência. § 2.º - As contas abertas na forma do  
10 parágrafo primeiro serão movimentadas através de procurações específicas ou-  
11 torgadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil, conforme determinam seus Estatu-  
12 tos. Art. 5.º - A Tesouraria e os demais órgãos autorizados a receber valores em  
13 nome da Igreja Presbiteriana do Brasil, adotarão, para esse fim, recibos em duas  
14 vias. Art. 6.º - Nos recebimentos de valores através da rede bancária deverão ser  
15 observados os seguintes procedimentos mínimos e indispensáveis: I - Identificar  
16 as entidades / pessoas que efetuaram o respectivo depósito e sua finalidade. II -  
17 Emitir extratos com especificação da receita § 1.º - Não sendo possível identificar  
18 o depositante, emitir recibo em nome de IGREJA NÃO IDENTIFICADA. § 2.º - To-  
19 dos os recibos serão emitidos com cópia para a Contabilidade. § 3.º - Anexar as  
20 cópias dos recibos ao comprovante do crédito bancário. § 4.º - A Tesouraria da  
21 Igreja Presbiteriana do Brasil poderá anexar aos comprovantes de crédito ban-  
22 cário, relativamente aos recebimentos de dízimos das igrejas vinculadas, relação  
23 dos respectivos recibos emitidos por sistemas integrados de processamento de  
24 dados. § 5.º - Para o recebimento de dízimos e outros valores por meio de co-  
25 brança magnética da rede bancária ou de transferência eletrônica dispensa-se a  
26 emissão de recibo de que trata o inciso II deste artigo, constituindo comprovante  
27 da Igreja depositária a respectiva cópia do "boleto"autenticada pela instituição  
28 financeira ou a "papeleta"emitida no ato da transferência eletrônica. Art. 7.º -  
29 O Tesoureiro deverá manter controle de arrecadação de dízimos permanente-  
30 mente atualizado, de modo a poder prestar em qualquer momento informações  
31 corretas aos Sínodos e Presbitérios sobre as Igrejas de sua jurisdição. Parágrafo  
32 Único - Mensalmente, ou quando solicitado, será emitido Demonstrativo de dízi-  
33 mos recebidos com identificação dos recebimentos, mês a mês e acumulados  
34 até o mês por Igreja, Presbitério e Sínodo. Art. 8.º - Nos recebimentos de va-  
35 lores através de cheques, vales postais e em espécie, deverão ser observados  
36 os procedimentos seguintes: I - Fotocopiar todos os cheques e vales postais re-  
37 cebidos, identificar sua origem e, em seguida, depositá-los em conta bancária  
38 da Igreja. II - Emitir o respectivo recibo. III - Emitir, no ato do recebimento, o  
39 respectivo recibo para os valores em dinheiro, depositando-os em seguida, em  
40 conta bancária. § 1.º - É expressamente proibido o recebimento de qualquer im-  
41 portância sem a emissão imediata do respetivo recibo. § 2.º - Todos os recibos  
42 serão emitidos com cópia para a Contabilidade. § 3.º - Anexar ao comprovante  
43 do depósito bancário as respectivas cópias dos recibos emitidos. CAPÍTULO III:  
44 Do Pagamento das Obrigações - Art. 9.º - Os pagamentos das obrigações da  
45 Igreja Presbiteriana do Brasil e de suas entidades deverão ser feitos por meio  
46 de cheques nominativos, emitidos obrigatoriamente com cópias para a Contabi-  
47 lidade, indicando a utilização do respectivo cheque e assinatura pelo emitente. §  
48 1.º - As cópias dos cheques emitidos na forma do caput deste artigo serão ane-  
49 xadas, obrigatoriamente, os respectivos recibos comprovantes das obrigações  
50 pagas. § 2.º - Para os pagamentos feitos por meio eletrônico na rede bancária,  
51 constitui-se documento da transação a "papeleta"emitida no ato da transferência

1 eletrônica, à qual deverão ser anexados os comprovantes das respectivas obri-  
2 gações quitadas. § 3.º - Cada órgão ou entidade deverá fazer resumo diário do  
3 movimento de cada banco e conciliar o respectivo saldo, cuja exatidão será certi-  
4 ficada pelo responsável pela movimentação da conta, no final do mês. O resumo  
5 e a respectiva documentação serão encaminhados à Tesouraria Geral para fins  
6 de contabilização. Art. 10 - Excetuam-se da obrigatoriedade imposta pelo artigo  
7 anterior os pagamentos de valores inferiores a 5 % (cinco por cento) do salário  
8 mínimo vigente, que poderão ser feitos através do CAIXA, mediante documenta-  
9 ção idônea. § 1.º - Para compor o CAIXA será emitido cheque em favor da Igreja  
10 Presbiteriana do Brasil. § 2.º - O saldo diário do CAIXA, em hipótese alguma, po-  
11 derá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente. § 3.º -  
12 No último dia útil de cada mês, o saldo remanescente no CAIXA será depositado  
13 em conta bancária. Assim, o saldo do CAIXA no último dia do mês será obrigato-  
14 riamente igual a ZERO. § 4.º - Cada órgão / entidade deverá fazer resumo diário  
15 do movimento do CAIXA para verificação do saldo, cuja exatidão será certificada  
16 no final do mês pelo responsável pela movimentação dos valores. O resumo  
17 e respectivos documentos serão encaminhados à Tesouraria Geral para fins de  
18 contabilização. Art. 11 - O TE-SC/IPB - O Tesoureiro do Supremo Concílio da  
19 IPB efetuará os pagamentos dos valores consignados no Orçamento Anual da  
20 IPB. Parágrafo Único - No caso de adiantamentos por conta de verbas, a pres-  
21 tação de contas e o acerto serão feitos imediatamente após a realização das  
22 despesas. Art. 12 - As obrigações contraídas pela Igreja Presbiteriana do Brasil  
23 deverão ser pagas rigorosamente em dia, respondendo a pessoa responsável  
24 pelo pagamento por eventuais acréscimos decorrentes de atrasos ou omissões.  
25 Art. 13 - Os comprovantes dos pagamentos efetuados deverão estar obrigatoria-  
26 mente em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil. Art. 14 - O titular do órgão ou  
27 entidade autorizada a movimentar conta bancária na forma do parágrafo primeiro  
28 do artigo quarto deste Regimento que emitir cheque sem a devida provisão de  
29 fundos, além de responder pelos danos que poderá causar à Igreja Presbiteriana  
30 do Brasil, informará a ocorrência imediatamente ao Tesoureiro da Igreja, com os  
31 esclarecimentos pertinentes. Parágrafo Único - O Tesoureiro analisará a ocorrên-  
32 cia, tomará providências para preservar o nome da Igreja Presbiteriana do Brasil  
33 e levará o caso ao conhecimento da Mesa da Comissão Executiva do Supremo  
34 Concílio. CAPÍTULO IV: Da Contabilização e dos Documentos Contábeis - Art.  
35 15 - A Contabilidade Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil será supervisionada  
36 pelo Tesoureiro e executada por profissional habilitado, contratado para esse fim,  
37 e observará os princípios básicos e normas geralmente aceitos. Art. 16 - Os  
38 documentos destinados à Contabilidade deverão estar revestidos das caracte-  
39 rísticas formais e legais prescritas pela legislação físico-tributária do País. § 1.º  
40 - Os comprovantes de transações comerciais a vista são Notas Fiscais, com a  
41 discriminação dos bens ou serviços adquiridos. Os de transação a prazo são  
42 Faturas para registro da obrigação e duplicata para quitação da dívida. § 2.º - Os  
43 comprovantes de serviços prestado por autônomos são recibos de prestação de  
44 serviços, com a sua discriminação e identificação do recebedor (CIC, INSS, ISS,  
45 CI ), observada a legislação que regula esta modalidade de trabalho. § 3.º - No  
46 caso de Nota Fiscal simplificada, discriminar, no verso ou em papel em anexo,  
47 os bens e/ou serviços adquiridos e assinar a declaração, de modo que se possa  
48 identificar o responsável pela informação. Art. 17 - Não sendo possível compro-  
49 var o gasto com Nota Fiscal, ou cupom fiscal identificado com CNPJ, em razão  
50 de o valor do bem / serviço ser inferior a 10% ( dez por cento ) do salário mínimo  
51 vigente, poderá utilizar recibo discriminativo assinado pelo responsável pela des-

1 pesa, a título de ressarcimento. Parágrafo Único - Não serão admitidos como  
2 comprovantes de despesas ticket de caixa, notas brancas e recibos incompletos.

3 **CAPÍTULO V: Dos Demonstrativos Contábeis - Art. 18 -** O exercício financeiro  
4 da Igreja Presbiteriana do Brasil coincide com o ano civil. **Art. 19 -** Mensalmente,  
5 após escriturado o movimento financeiro, conciliados os saldos bancários, será  
6 levantado Balancete de Verificação. Parágrafo Único - Os Balancetes relativos  
7 aos meses de março, junho, setembro e dezembro serão encaminhados à Junta  
8 Patrimonial Econômica e Financeira da IPB até o dia 30 do mês subsequente.

9 **Art. 20 -** O Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado do Exercício,  
10 levantados no dia 31 de dezembro de cada ano, serão publicados no jornal ofi-  
11 cial da Igreja, acompanhados de notas explicativas do Tesoureiro e do parecer  
12 da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira da IPB. § 1.º - A publicação de-  
13 verá ser providenciada pela SE-SC/IPB, no jornal Brasil Presbiteriano. § 2.º -  
14 Remeter, anualmente, a todos os Presbitérios e Igrejas federadas relatórios da  
15 TE-SC/IPB após aprovação da CE-SC/IPB.

16 **CAPÍTULO VI: Das Prestações de**  
17 **Contas - Art. 21 -** Anualmente, por ocasião da reunião ordinária da CE-SC/IPB,  
18 o Tesoureiro encaminhará à Comissão Executiva do Supremo Concílio, relatório  
19 circunstanciado sobre o movimento financeiro da Igreja Presbiteriana do Bra-  
20 sil referente ao ano anterior. § 1.º - Eventualmente, se solicitado, encaminhará  
21 à CE-SC/IPB, relatório do movimento financeiro da Igreja, referente ao período  
22 indicado na solicitação. § 2.º - O Balanço anual e o Relatório Financeiro serão  
23 acompanhados do parecer da auditoria feita pela JPEF/IPB. **Art. 22 -** Quadrie-  
24 nalmente, nas reuniões ordinárias do Supremo Concílio, o Tesoureiro informará  
25 a situação econômico-financeira da Igreja Presbiteriana do Brasil, destacando os  
26 principais fatos ocorridos no período.

27 **CAPÍTULO VII: Do Orçamento - Art. 23 -** O  
28 Tesoureiro prestará informações econômico-financeiras e apoio técnico à Junta  
29 Patrimonial, Econômica e Financeira e participará da elaboração do orçamento  
30 anual da Igreja Presbiteriana do Brasil, a ser aprovado pela Comissão Execu-  
31 tiva do Supremo Concílio. Parágrafo Único - As suplementações ao orçamento  
32 anual serão feitas mediante parecer da JPEF/IPB e da Mesa da CE-SC/IPB e  
33 aprovadas pela CE-SC/IPB, por carta voto. **Art. 24.** O Tesoureiro encaminhará à  
34 JPEF/IPB - Junta Patrimonial, Econômica e Financeira da IPB, mediante por soli-  
35 citação, demonstrativo da execução orçamentária, acompanhado de comentários  
36 e explicações dos fatos relevantes para avaliação do desempenho econômico e  
37 financeiro da IPB.

38 **CAPÍTULO VIII: Da Reserva Técnica - Art. 25 -** Será mantida  
39 pela Tesouraria Reserva Técnica em montante suficiente para fazer face às des-  
40 pesas orçamentárias relativas aos 3 ( três ) meses seguintes. § 1.º - O Tesoureiro  
41 aplicará as disponibilidades de recursos no mercado financeiro, através de ins-  
42 tituições de crédito de primeira linha, que ofereçam segurança, rentabilidade e  
43 liquidez para os ativos da Igreja Presbiteriana do Brasil. § 2.º - As aplicações  
44 referidas no parágrafo anterior deverão ser distribuídas por várias instituições de  
45 crédito e em várias modalidades, evitando-se a sua concentração em poucos  
46 estabelecimentos. § 3.º - A Reserva Técnica aparecerá no balanço anual des-  
47 tacada em rubrica própria.

48 **CAPÍTULO IX: Das Disposições Finais - Art. 26 -**  
49 Os órgãos e entidades da Igreja Presbiteriana do Brasil que, em razão das suas  
50 funções, forem autorizados a receber valores, a efetuar pagamentos e a manter  
51 e movimentar contas bancárias, deverão observar todo o disposto neste Regi-  
mento. § 1.º - Mensalmente e até o dia 5 do mês subsequente, os órgãos e  
entidades encaminharão à Tesouraria Geral da Igreja, prestação de contas rela-  
tiva ao movimento financeiro do mês anterior. § 2.º - As prestações de contas  
em desacordo com as prescrições deste Regimento serão devolvidas ao titular

1 do respectivo órgão para acerto no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a con-  
 2 tar da devolução. Art. 27 - Os adiantamentos concedidos pelas Agência Pres-  
 3 biteriana de Missões Transculturais e por outros órgãos são de sua exclusiva  
 4 responsabilidade e deverão ser regularizados através de prestação de contas à  
 5 Tesouraria da Igreja pelas próprias Juntas ou órgãos, no mês seguinte ao de  
 6 sua concessão, mantendo-se para esse fim controle atualizado. Art. 28 - O Te-  
 7 soureiro só poderá liberar aos órgãos as verbas do mês, mediante prestação de  
 8 contas das verbas liberadas no mês anterior. Art. 29 - Eventuais contas ban-  
 9 cárias existentes em desacordo com este Regimento serão regularizadas pelo  
 10 responsável, no prazo máximo de 60 dias, a contar da sua aprovação. Art. 30.  
 11 O Tesoureiro diligenciará para que todos os órgãos e entidades componentes  
 12 da contabilidade da Igreja cumpram as prescrições deste Regimento. Art. 31  
 13 - Este Regimento poderá ser alterado, no todo ou em parte, por proposição do  
 14 Tesoureiro, da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira da IPB, à Comissão  
 15 Executiva do Supremo Concílio, ou, ainda, por iniciativa da Própria CE-SC/IPB.  
 16 Art. 32 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão  
 17 Executiva do Supremo Concílio. Art. 33 - Este Regimento entra em vigor na data  
 18 de sua aprovação pela Comissão Executiva do Supremo Concílio, revogadas as  
 19 disposições em contrário. <sup>121</sup>. Suspendem-se os trabalhos para o almoço às  
 20 doze horas e trinta e dois minutos com retorno marcado para as quatorze horas  
 21 com oração feita pelo Rev. Vigor Freire de Almeida. Às quatorze horas e quinze  
 22 minutos reiniciam-se os trabalhos com oração feita pelo Rev. Eneziel Peixoto de  
 23 Andrade. Passa-se a palavra ao Rev. Amauri Costa de Oliveira. **SUBCOMISSÃO**  
 24 **XIV - Entidades e Autarquias III - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXII - Quanto ao**  
 25 **documento 061 - Oriundo do(a): Instituto Presbiteriano Gammom - Ementa:**  
 26 **Proposta de Alteração no Estatuto do Instituto Presbiteriano Gammom. A**  
 27 **CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE:** 1. Aprovar as alterações no Estatuto do Instituto  
 28 Presbiteriano Gammom, ficando o mesmo com seguinte redação: ESTATUTO  
 29 DO INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON CAPÍTULO I DA DENOMINA-  
 30 ÇÃO, SEDE E FINS **ART. 1º** - O INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON, fun-  
 31 dado em 1869, associação civil de finalidade educacional, sem fins lucrativos  
 32 e que emprega seus recursos financeiros exclusivamente em território nacional,  
 33 sucessor do Instituto Evangélico, com sede e foro na cidade de Lavras, MG, neste  
 34 Estatuto doravante designado simplesmente GAMMON, cujos bens e patrimônio  
 35 pertencem à IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, tem suas atividades regu-  
 36 ladas por este Estatuto, respeitada a legislação em vigor. **ART. 2º** - O GAMMON  
 37 visa manter, em ambiente de fé cristã evangélica reformada, firmada na Bíblia  
 38 Sagrada, ministração da educação infantil, de ensino fundamental, médio e su-  
 39 perior, bem como outros cursos e atividades correlatas, sem distinção de sexo,  
 40 raça e crença. **§ 1º** - O GAMMON mantém, com a IGREJA PRESBITERIANA  
 41 DO BRASIL, contrato de comodato pelo qual esta lhe cede, por empréstimo, os  
 42 bens originários, e os que lhe forem acrescentados por aquisições ou cedidos  
 43 a qualquer título, os quais serão sempre incorporados ao patrimônio da como-  
 44 dante e continuarão igualmente à disposição do comodatário, enquanto este es-  
 45 tiver fazendo uso dos bens emprestados para os fins aqui estabelecidos e na  
 46 forma contratual. **§ 2º** - A vinculação atual com a IGREJA PRESBITERIANA DO  
 47 BRASIL será explicitada em todas as instituições, documentos, solenidades e  
 48 impressos, em todos os níveis de atuação do GAMMON, suas Faculdades, seus  
 49 cursos, escolas e filiais existentes ou a serem criadas. **§ 3º** - As faculdades,

<sup>121</sup>Doc. CXXI - Quanto ao documento 030 - Relatório do exercício da Tesouraria do SC/IPB.

1 cursos, escolas e filiais existentes ou a serem criadas do GAMMON são subor-  
2 dinadas à ASSEMBLÉIA GERAL do INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON,  
3 nos termos deste Estatuto, respeitada a legislação em vigor. **§ 4º** - O GAM-  
4 MON dará cumprimento à sua finalidade estatutária diretamente por intermédio  
5 de sua matriz, de suas filiais e/ou mediante convênios com Universidades, Es-  
6 colas, Institutos, Fundações, Associações, Seminários ou outras instituições de  
7 ensino, pesquisa e extensão. **ART. 3º** - O GAMMON não distribui dividendos,  
8 nem parcela alguma de sua receita sob a forma de bonificação, participação em  
9 lucros, ou quaisquer rubricas que tenham os mesmos significados. **ART. 4º** - O  
10 GAMMON, para cumprir as suas finalidades e objetivos, dará continuidade ao  
11 funcionamento de suas Faculdades, seus cursos, escolas e filiais existentes ou a  
12 serem criadas com o mesmo espírito e determinação dos seus fundadores. **§ 1º**  
13 - Respeitando sempre a legislação em vigor, O GAMMON, por sua Assembléia  
14 Geral, poderá criar, remanejar, reativar, transferir, implementar, interromper, sus-  
15 tar ou suprimir qualquer curso, departamento, escola, filial ou unidade de ensino,  
16 de serviço ou órgão, somente mediante proposta a ser formulada pela Diretoria  
17 Geral e acompanhada de projetos, estudos, relatórios e pareceres técnicos que  
18 demonstrem a viabilidade técnica-econômica, necessidade ou conveniência da  
19 medida proposta. **§ 2º** - O Ensino Superior poderá ser ministrado em unidades  
20 isoladas ou reunidas em Centro Universitário ou Universidade, a critério do GAM-  
21 MON, por sua Assembléia Geral, observada a legislação pertinente. **CAPÍTULO**  
22 **II DA ASSEMBLÉIA GERAL** **ART. 5º** - A ASSEMBLÉIA GERAL do INSTI-  
23 TUTO PRESBITERIANO GAMMON, é o órgão superior de direção do mesmo,  
24 doravante denominada simplesmente Assembléia Geral. **§ 1-** A Assembléia  
25 Geral é formada por duas categorias de associados, a saber, Associado Vitalício  
26 e Associados Eleitos: I. **Associado Vitalício**, que é, com exclusividade, a Igreja  
27 Presbiteriana do Brasil, proprietária dos bens imóveis cedidos por comodato ao  
28 GAMMON, representado em número de dois, eleitos pelo Supremo Concílio ou  
29 por sua Comissão Executiva, com mandato de 04 anos. II. **Associados Eleitos**,  
30 em número de seis (06), eleitos pela maioria absoluta dos votos da Assembléia  
31 Geral, com aprovação do Associado Vitalício. **a** - A duração dos mandatos dos  
32 associados eleitos é de seis (06) anos, podendo cada um deles ser reconduzidos  
33 por processo eletivo somente para mais um mandato; **b** - Três (03) meses antes  
34 do término de cada mandato a Assembléia Geral promoverá novas eleições; **c** -  
35 Os indicados com vistas ao preenchimento de vacâncias, deverão apresentar os  
36 seguintes requisitos: -ser membro em plena comunhão e atuante em uma Igreja  
37 Presbiteriana do Brasil há, no mínimo, três (03) anos ou pastor presbiteriano; -ter  
38 formação acadêmica ou profissional, preferencialmente, em áreas afins ao GAM-  
39 MON. **d** - Na eventualidade de substituição total dos membros eleitos, os novos  
40 titulares, no primeiro exercício, terão mandatos com duração e escalonamento,  
41 por decisão e critérios do representante do Associado Vitalício. **e** - No caso de  
42 vacância por renúncia, perda de mandato, impedimento ou morte de membros  
43 da Assembléia Geral, a substituição dar-se-á por processo eletivo para um novo  
44 mandato, nos termos deste estatuto. **§ 2º** - Os membros não são remunerados  
45 por suas funções na Assembléia Geral, e nem tampouco podem ser pessoas que  
46 ocupem cargos remunerados no GAMMON. I - É vedada a contratação, para car-  
47 gos remunerados no GAMMON de parentes, até o terceiro grau, de membros da  
48 Assembléia Geral durante o mandato dos mesmos, salvo excepcionalidade de-  
49 finida pela Assembléia Geral. **§ 3** - Os associados não respondem solidária,  
50 nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo GAMMON. **§ 4** - Qual-  
51 quer associado eleito poderá ser destituído de seu mandato, em qualquer tempo,

1 por proposta justificada e aprovada por 2/3 dos membros da Assembléia Geral.  
2 **§ 5** - Os associados que faltarem a três (03) reuniões consecutivas, sem a de-  
3 vida justificativa aceita pela Assembléia Geral e devidamente consignada em ata,  
4 perderão seus mandatos. **I** - Quando se tratar de representante do Associado Vi-  
5 talício, dar-se-á imediata ciência à Comissão Executiva do Supremo Concílio da  
6 Igreja Presbiteriana do Brasil, para que esta tome as medidas cabíveis. **§ 6** -  
7 O Diretor Geral, o Vice-Diretor e demais funcionários do GAMMON não podem  
8 compor a Assembléia Geral. No entanto, poderão ser convocados às reuniões  
9 sempre que a mesma julgar necessário. **ART. 6º** - A Assembléia Geral reúne-se  
10 ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente sempre que convocada  
11 por seu presidente, ou por solicitação do representante do Associado Vitalício  
12 ou por solicitação de 2/3 dos associados. **§ ÚNICO** - O **quorum** para as reu-  
13 niões da Assembléia Geral é de metade mais um dos seus associados. **ART.7**  
14 - A Diretoria da Assembléia Geral é composta de Presidente, Vice-Presidente e  
15 secretários, eleitos por maioria absoluta de votos, em reunião ordinária, sendo  
16 de três (03) anos os seus mandatos, ressalvada a não recondução. **§ 1º** - A elei-  
17 ção e posse efetuar-se-á preferencialmente, no início da reunião ordinária anual  
18 da Assembléia Geral. **§ 2º** - Nos interregnos das reuniões ordinárias poderá  
19 a Diretoria da Assembléia Geral deliberar sobre questões de extrema urgência,  
20 **ad referendum** da primeira reunião da Assembléia Geral, e sempre por decisão  
21 unânime dos integrantes da diretoria da mesma. Deste ato lavrar-se-a ata mi-  
22 nuciosa da diretoria da Assembléia Geral. **ART. 8º** - Compete ao Presidente da  
23 Assembléia Geral: I. Convocar e presidir as reuniões da Assembléia e de sua  
24 Diretoria; II. Representar o GAMMON em juízo, cabendo-lhe, juntamente com  
25 outro membro da Diretoria, outorgar procuração **ad juditia**; III. Tomar conhe-  
26 cimento imediato de contratos e ou convênios a serem firmados pela Direção  
27 Geral, em nome do Gammon, que importem em vínculos institucionais ou one-  
28 rações relevantes, entendendo-se como tal as decisões que escapem à rotina  
29 administrativa do IPG; IV. Autorizado pela maioria dos membros da Assembléia  
30 Geral e em nome do Gammon, juntamente com o Diretor Geral, assinar escritu-  
31 ras públicas de aquisição, alienação, permuta, cessão em comodato ou hipoteca  
32 de bens móveis, observado o Art. 20º. **ART. 9º** - O Presidente é substituído, nas  
33 suas ausências ou impedimentos por um dos membros da Diretoria, obedecida  
34 a seguinte ordem de precedência: vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário.  
35 **ART. 10** - Ao Vice-presidente compete dar assistência ao Presidente em suas  
36 atribuições e substituí-lo em suas ausências ou impedimentos. **ART. 11** - Ao 1º  
37 Secretário compete: I. Secretariar as reuniões da Assembléia Geral e de sua  
38 Diretoria, lavrando suas atas; II. Zelar pelo bom funcionamento do expediente  
39 e pelos serviços da secretaria, tais como: convocações, pautas, expedição de  
40 correspondências, documentos gerais, etc. III. Supervisionar os registros e o  
41 arquivo dos papéis e dos documentos em tramitação ou arquivados na Assem-  
42 bléia Geral, que ficarão sob custódia da secretaria. **ART. 12** - Ao 2º Secretário  
43 compete dar assistência ao 1º Secretário em suas atribuições e substituí-lo em  
44 suas ausências ou impedimentos. **ART. 13** - Compete à Assembléia Geral: I.  
45 Acompanhar todos os assuntos que digam respeito e interessem aos fins para  
46 os quais o GAMMON foi criado; II. Supervisionar e acompanhar as atividades da  
47 Direção Geral, zelando para que a mesma atue consoante os objetivos e finali-  
48 dades do Gammon; III. Nomear e empossar, destituir ou exonerar os membros  
49 da Direção Geral do Gammon; IV. Tomar conhecimento dos Regimentos das Fa-  
50 culdades, escolas, filiais e unidades do Gammon, existentes e a serem criadas  
51 bem como das suas emendas ou reformas; V. Fixar os valores de salários dos

1 membros da Direção Geral bem como o reajuste anual dos mesmos; VI. Exami-  
2 nar e aprovar, com ou sem alterações, o Orçamento Anual proposto pela Direção  
3 Geral para o ano seguinte; VII. Encaminhar à Igreja Presbiteriana do Brasil, anu-  
4 almente, os relatórios de atividades e o balanço do ano anterior, os pareceres  
5 finais da auditoria externa e do conselho fiscal, e o orçamento do exercício se-  
6 guinte aprovados pela Assembléia Geral; VIII. Encaminhar à Igreja Presbiteriana  
7 do Brasil, quando da reunião ordinária do Supremo Concílio, relatório conden-  
8 sado do quadriênio; IX. Deliberar sobre a contratação de auditoria externa; X.  
9 Deliberar sobre a aplicação a ser dada aos eventuais resultados superavitários  
10 do exercício; XI. Deliberar sobre a criação e o funcionamento de novos cursos  
11 ou escolas de quaisquer níveis, sobre a incorporação de cursos ou escolas já  
12 existentes e sobre fusão, desdobramento, extinção ou desincorporação de fili-  
13 ais, escolas ou cursos, observado o **ART.4º, parágrafos 1º e 2º**; XII. Deliberar  
14 sobre a aceitação de doações, compra, venda ou oneração de imóveis, ressal-  
15 vado o disposto no **ART. 20º**; XIII. Tomar conhecimento prévio sobre reformas  
16 de prédios ou casas, bem como novas construções, mediante apresentação de  
17 projetos e orçamentos pela Direção Geral, ; XIV. Nomear até dois (02) repre-  
18 sentantes junto a FUNDAÇÃO GAMMON DE ENSINO em Paraguaçu Paulista,  
19 SP, enquanto durar a participação do GAMMON nessa Fundação; XV. Receber  
20 e apreciar o relatório dos representantes junto à Fundação Gammon de Ensino;  
21 XVI. Nomear o Conselho Fiscal, com mandato de três (03) anos, sendo três (03)  
22 membros efetivos e três (03) membros suplentes, escolhidos entre os membros  
23 das Igrejas Presbiterianas locais ou das circunvizinhanças;, referendados por  
24 seus respectivos Conselhos; XVII. Eleger os seus membros nos termos do ART.  
25 7º; XVIII. Nomear, sempre que julgar necessário, comissões de trabalho entre  
26 os seus integrantes, para fins específicos e por tempo determinado; **CAPÍTULO**  
27 **III DA DIREÇÃO GERAL DO GAMMON ART. 14** - A Direção Geral é o órgão  
28 executivo das atividades administrativas e educacionais do GAMMON visando a  
29 consecução das diretrizes oriundas da Assembléia Geral em consonância aos  
30 objetivos da instituição. **§ ÚNICO** - A Direção Geral do Gammon é subordinada  
31 a Assembléia Geral que traçará as diretrizes gerais, administrativas e educacio-  
32 nais para a instituição. **ART. 15** - A Direção Geral será composta de: I. Diretor  
33 Geral; II. Vice-Diretor Geral; **§ ÚNICO** - A Direção Geral do Gammon deverá ser  
34 constituída por evangélicos, preferencialmente membros da Igreja Presbiteriana  
35 do Brasil em plena comunhão, além da competência técnica em suas respecti-  
36 vas áreas. **ART. 16** - Os membros da Direção Geral são nomeados e exonerados  
37 pela Assembléia Geral, nos termos deste Estatuto. **§1º** - É vedada a contrata-  
38 ção, para cargos remunerados no GAMMON, de parentes até o terceiro grau, de  
39 membros da Direção Geral durante a vigência dos seus contratos de trabalho,  
40 salvo excepcionalidade definida pela Assembléia Geral; **§2º** - Os membros da  
41 Direção Geral darão dedicação exclusiva ao GAMMON. **ART. 17** - Compete à Di-  
42 reção Geral do Gammon: I. Apresentar à Assembléia Geral planejamento anual,  
43 incluindo orçamento; II. Diligenciar para que, em todas as faculdades, cursos,  
44 escolas e filiais existentes ou a serem criadas sejam cumpridas as finalidades  
45 e os objetivos definidos neste Estatuto; III. Receber, cumprir e fazer cumprir as  
46 decisões e diretrizes da Assembléia Geral; IV. Velar para que o Gammon cum-  
47 pra os seus objetivos evangelísticos, através da propagação das Boas Novas do  
48 Reino de Deus, mantendo sempre a postura de uma escola confessional "de-  
49 dicada à glória de Deus e ao progresso humano"; V. Estabelecer valores de  
50 encargos educacionais, taxas e anuidades dos serviços e do ensino, **ad referen-**  
51 **dum** da Assembléia Geral; VI. Contratar, por meio de processo seletivo, e demitir

1 servidores de todas as categorias necessárias e indispensáveis aos serviços do  
2 GAMMON e de suas filiais, estabelecendo seus salários de acordo com o regime  
3 de trabalho, respeitado o disposto nesse Estatuto. No caso de capelães, serão  
4 contratados exclusivamente ministros da Igreja Presbiteriana do Brasil; VII. Admi-  
5 nistrar as finanças e o patrimônio do GAMMON, apresentando, além do relatório  
6 de suas atividades, um balanço geral - compreendendo os balanços patrimonial  
7 e econômico-financeiro do exercício anterior à Assembléia Geral, em sua reu-  
8 nição ordinária; VIII. Encaminhar à Assembléia Geral, até 60 dias antes do início  
9 de cada exercício, o planejamento e o orçamento especificados no item I desse  
10 artigo; IX. Assessorar as reuniões da Assembléia Geral no que for solicitado; X.  
11 Cuidar para que haja o fiel cumprimento do Orçamento aprovado pela Assem-  
12 bléia Geral. **ART. 18** - Compete ao Diretor Geral do Gammon: I.Cumprir e fazer  
13 cumprir as decisões da Assembléia Geral; II.Convocar e presidir as reuniões da  
14 Direção Geral; III. Representar o Gammon ou designar o Vice-Diretor Geral para  
15 que o faça, conforme as Resoluções da Assembléia Geral; IV.Responder solidari-  
16 amente, com Vice-Diretor Geral pelos atos da Direção Geral; V .Assinar contratos  
17 e convênios ad referendum da Assembléia Geral; VI.Avaliar os resultados obtidos  
18 pela equipe cotejando-os com os planos de ação aprovados, e apresentar rela-  
19 tório de sua avaliação junto ao relatório anual à Assembléia Geral; VII. Assinar,  
20 juntamente com o responsável pela área contábil/financeira todos os documen-  
21 tos relativos à movimentação financeira do Gammon tais como cheques, recibos,  
22 requisições, quitações e outros. **§ único** - Na ausência do responsável especifi-  
23 cado inciso 7, o Diretor Geral poderá subestabelecer as competências definidas  
24 nesse item para o Vice-Diretor Geral sempre mantendo um mínimo de duas as-  
25 sinaturas; VIII- Contratar e demitir os capelães que atuem ou vierem atuar no  
26 GAMMON, ad referendum da Assembléia Geral; **ART. 19** - O Diretor Geral é  
27 substituído em suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Diretor Geral. CA-  
28 PÍTULO IV **DO PATRIMÔNIO** **ART. 20** - Nenhum imóvel ou outro bem de raiz  
29 poderá ser doado, vendido, permutado, gravado ou mesmo cedido em comodato  
30 sem que, em reunião convocada especialmente para esse fim com antecedência  
31 mínima de trinta (30) dias, seja essa transação aprovada por votação mínima  
32 de 2/3 da Assembléia Geral, dentre os quais figurando o voto do representante  
33 do Associado Vitalício e tendo, por fim, a autorização da Igreja Presbiteriana do  
34 Brasil, por intermédio do seu Supremo Concílio ou de sua Comissão Executiva.  
35 **ART. 21** - No caso de dissolução os bens do GAMMON, liquidado o passivo, se-  
36 rão transferidos para entidade ou entidades de fins educacionais e filantrópicos,  
37 com registro no Conselho Nacional de Assistência Social, indicada ou indicadas  
38 pela Igreja Presbiteriana do Brasil pelo voto de seu Supremo Concílio, e serão  
39 aplicados, necessariamente, de conformidade com as finalidades estabelecidas  
40 no ART. 2º deste Estatuto, ressalvados os bens recebidos em comodato ou por  
41 doação com destinação específica. **CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL** **ART.**  
42 **22** - O Conselho Fiscal é nomeado pela Assembléia Geral do Instituto Presbite-  
43 riano Gammon. **§ 1º** - O Conselho Fiscal será composto por três (03) membros  
44 efetivos e três (03) suplentes; **§ 2º** - Os integrantes do Conselho Fiscal serão es-  
45 colhidos entre os membros em plena comunhão das Igrejas Presbiterianas locais  
46 ou das circunvizinhanças. , referendados pelos seus respectivos Conselhos; **§**  
47 **3º** - Os membros cumprirão mandatos de três anos, podendo haver recondução  
48 para novos mandatos. **ART. 23** - Compete ao Conselho Fiscal: I. Examinar tri-  
49 mestralmente os livros e papéis do GAMMON, o caixa e a carteira, devendo os  
50 administradores ou liquidantes prestar-lhes as informações solicitadas; II. Lavar  
51 no livro de atas e pareceres do Conselho o resultado dos exames referidos no

1 inciso I deste artigo; III. Exarar no mesmo livro e apresentar à Assembléia Geral  
2 parecer sobre os negócios e as operações do exercício em que servirem, to-  
3 mando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico-financeiro; IV.  
4 Denunciar os erros, fraudes ou crimes descobertos, sugerindo providências úteis  
5 à Assembléia Geral; V. Solicitar ao presidente da Assembléia Geral convocação  
6 imediata da mesma, quando ocorrerem motivos graves e urgentes que compro-  
7 metam a estabilidade da instituição; VI. Praticar durante o período de liquidação  
8 da entidade, os atos a que se refere este artigo, tendo em vista as disposições  
9 especiais reguladoras da liquidação; VII. Requisitar, se necessário, à Assem-  
10 bléia Geral, o assessoramento de empresas especializadas em auditoria, que  
11 serão contratadas por tempo determinado e fim específico; VIII. As atribuições e  
12 poderes conferidos pela lei ao Conselho Fiscal não podem ser outorgados a ou-  
13 tro órgão da entidade, e a responsabilidade de seus membros obedece à regra  
14 que define a dos administradores; IX. O Conselho Fiscal poderá escolher para  
15 assistí-lo no exame dos livros, dos balanços e das contas, serviço de contabi-  
16 lidade legalmente habilitado, mediante remuneração aprovada pela Assembléia  
17 Geral. **ART. 24** - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, os funcionários do  
18 GAMMON e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, bem como os mem-  
19 bros de qualquer órgão da entidade ou de outra por ela controlada. **CAPÍTULO**  
20 **VI DISPOSIÇÕES GERAIS** **ART. 25** - Este Estatuto só pode ser reformado  
21 mediante proposta por escrito, assinada pelos membros da Assembléia Geral e  
22 anuência do representante do Associado Vitalício, em reunião convocada especi-  
23 almente para esse fim, com antecedência mínima de trinta (30) dias e aprovação  
24 pelo voto de, pelo menos, 2/3 dos seus membros. **ART. 26** - Os casos omis-  
25 sos serão resolvidos pela Assembléia Geral. **ART. 27** - Este Estatuto entra em  
26 vigor após sua aprovação pela Igreja Presbiteriana do Brasil, por voto de seu  
27 Supremo Concílio ou de sua Comissão Executiva e registro competente. **CA-**  
28 **PÍTULO VII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS** **ART. 28** - A Assembléia Geral  
29 e todos os órgãos vinculados, subordinados, instituídos ou co-instituídos pelo  
30 GAMMON, inclusive as Escolas e Filiais e a Faculdade Presbiteriana Gammon,  
31 que tenham suas atividades disciplinadas por Regimentos, farão as adaptações  
32 que se fizerem necessárias para adequá-los ao novo texto deste Estatuto, den-  
33 tro do prazo de seis (06) meses, a partir de sua aprovação, submetendo-os à  
34 aprovação dos órgãos competentes, nos termos deste Estatuto, respeitada a le-  
35 gislação em vigor. **ART. 29** - Este Estatuto, devidamente aprovado pela Igreja  
36 Presbiteriana do Brasil representada pelo seu Supremo Concílio ou por sua Co-  
37 missão Executiva, será registrado em Cartório de Títulos e Documentos da Co-  
38 marca de Lavras, MG, registrado sob o nº <sup>122</sup>. **SUBCOMISSÃO II - Finanças II -**  
39 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXIII - Quanto ao documento 146 - Oriundo do(a):**  
40 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório de visita a Rede**  
41 **Presbiteriana de Comunicação-APECOM. A CE-SC/IPB - 2011 RESOLVE: 1 -**  
42 **Tomar conhecimento; 2 - Aprovar o relatório com as seguintes observações: a)**  
43 **Que durante o ano de 2010 a instituição passou por diversos ajustes, com a fu-**  
44 **são da CNE (Comissão Nacional de Evangelização) e RPC (Rede Presbiteriana**  
45 **de Comunicação), resultando a APECOM (Agência Presbiteriana de Evangeli-**  
46 **zação e Comunicação) em cumprimento à decisão da RO/SC de 2010; b) Que**  
47 **as movimentações financeiras, no período de 2010, foram apresentadas bem**  
48 **como com seus devidos documentos; 3 - Determinar que a APECOM regula-**  
49 **rize a sua situação fiscal. 4 - Aprovar o Estatuto da APECOM, sucessora da**

<sup>122</sup>Doc. CXXII - Quanto ao documento 061 - Proposta de Alteração no Estatuto do Instituto Presbiteriano Gammom.

1 RPC, com a seguinte redação: **ESTATUTO APECOM - Agência Presbiteri-**  
2 **ana de Evangelização e Comunicação - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO,**  
3 **SEDE, FINALIDADE E PRAZO. Art. 1** - A Agência Presbiteriana de Evan-  
4 gelização e Comunicação, que adota a sigla APECOM, é uma associação sem  
5 fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.798.117/0001-50, com sede na  
6 Rua Maria Antonia, 249 - 1º andar, Vila Buarque, na Cidade de São Paulo - SP,  
7 CEP: 01222-010, sucessora, para todos os fins legais, da RPC - Rede Presbite-  
8 riana de Comunicação é órgão de evangelização e comunicação cristã da Igreja  
9 Presbiteriana do Brasil - IPB, organizada em conformidade com a Constituição  
10 Federal em vigor, bem como o ordenamento jurídico do país, notadamente, o Có-  
11 digo Civil vigente, de agora em diante denominada APECOM, cujas finalidades  
12 são: a) Coordenar o trabalho de evangelização e comunicação da Igreja Pres-  
13 biteriana do Brasil; b) Promover a produção, direção, coordenação, veiculação  
14 e distribuição de programas de TV, rádio, áudio e vídeo, nos meios de comu-  
15 nicação articulando-se de forma harmônica com todos os Órgãos, Agências e  
16 Autarquias da IPB; c) Promover e incentivar congressos, campanhas de evan-  
17 gelização, cruzadas evangelísticas e avanços missionários; d) Prestar serviços  
18 dentro de sua área de competência e de acordo com suas finalidades; e) As-  
19 sessorar o Supremo Concílio da IPB e sua Comissão Executiva na formulação  
20 de diretrizes, estratégias, planos de ação e de sua implantação nas áreas de  
21 evangelização, comunicação e marketing da IPB; f) Apoiar projetos de evangeli-  
22 zação, comunicação, divulgação e marketing de entidades e autarquias da IPB;  
23 g) Promover o uso da internet e das redes sociais na evangelização; h) Treinar  
24 e capacitar os membros da IPB nas áreas da evangelização e comunicação; i)  
25 Produzir material evangelístico, capacitando os membros da IPB a usá-los; j) Es-  
26 tabelecer parcerias com organizações missionárias de igrejas com as quais a  
27 IPB mantém relações fraternas visando a evangelização e a expansão do Reino  
28 de Deus na terra; k) Zelar pela qualidade técnica, adequação e linha editorial  
29 dos meios de comunicação eletrônicos da IPB, promovendo a identidade visual  
30 e sonora para uso em todos os meios de comunicação, visando a unificação de  
31 uma imagem institucional; l) Zelar pela observação dos Símbolos de Fé da Igreja  
32 Presbiteriana do Brasil no conteúdo de suas atividades e programações. Pará-  
33 grafo único - A APECOM funcionará por tempo indeterminado. **CAPÍTULO II -**  
34 **DOS ASSOCIADOS - DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO. Art. 2º** - São  
35 associados da APECOM a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), pessoa jurídica  
36 de direito privado, na categoria de organização religiosa, inscrita no CNPJ sob  
37 n. 00.093.385/0001-89, com sede e foro civil em Brasília - DF, e a Casa Editora  
38 Presbiteriana (CEP), pessoa jurídica de direito privado, de fins religiosos, inscrita  
39 no CNPJ 60.997.855/0004-03, com sede e foro civil em São Paulo - SP. Parágrafo  
40 único - Fica estabelecida para fins de representação social as seguintes cotas:  
41 IPB 99% (noventa e nove por cento) e CEP 1% (um por cento). **Art. 3º** - A ad-  
42 missão de novos associados poderá ser proposta por concordância escrita dos  
43 associados atuais, com aprovação do Supremo Concílio ou Comissão Executiva  
44 da Igreja Presbiteriana do Brasil. **Art. 4º** - A demissão de um dos associados  
45 dar-se-á por comunicação escrita, encaminhada ao Conselho de Administração  
46 da APECOM, com aprovação do Supremo Concílio ou Comissão Executiva da  
47 Igreja Presbiteriana do Brasil. **Art. 5º** - A exclusão de associados ocorrerá em  
48 caso de violação às normas deste Estatuto, bem como do ordenamento jurídico  
49 vigente, à ordem pública, à moral e aos bons costumes, por meio de procedi-  
50 mento escrito, no qual se assegurarão aos envolvidos os direitos ao contraditório  
51 e à ampla defesa. **CAPÍTULO III - DIREITOS E DEVERES (OBRIGAÇÕES)**

1 **DOS ASSOCIADOS.** Art. 6º. - Constituem direitos e deveres (obrigações) dos  
2 associados: I - comparecer a todas as reuniões do Conselho de Administração,  
3 votando e sendo votado, se for o caso, na forma estabelecida pelo Estatuto; II -  
4 nomear e/ou substituir membros do Conselho de Administração; e III - receber  
5 relatórios das atividades, propostas orçamentárias e relatórios financeiros para  
6 análise e aprovação. Parágrafo único - É dever de todo e qualquer associado  
7 cumprir fielmente este Estatuto, desempenhando as funções para os quais forem  
8 eleitos, assim como acatando todas as decisões dos seus órgãos deliberativos e  
9 administrativos, estatutária e legalmente proferidas. Art. 7º - Os associados não  
10 respondem com seus bens, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações so-  
11 ciais da APECOM, contraídos pelo Conselho de Administração. **CAPITULO IV**  
12 **- FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.** Art. 8º - O Conselho de Administra-  
13 ção é o órgão superior de deliberação e administração da APECOM e será assim  
14 constituído: 12 (doze) membros efetivos, sendo 11 (onze) representantes da IPB  
15 eleitos por seu Supremo Concílio e 01 (um) representante da CEP. § 1º - Dos re-  
16 presentantes titulares da IPB, 6 (seis) são ministros e 5 (cinco) presbíteros; § 2º  
17 - Dos 5 (cinco) representantes suplentes, 3 (três) são ministros e 2 (dois) presbí-  
18 teros. § 3º - O Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil  
19 é membro de ofício do Conselho de administração. § 4º - Os membros eleitos  
20 para o conselho de administração terão um mandato de 04 anos. **Art. 9** - A  
21 diretoria administrativa responde com seus bens, solidária ou subsidiariamente,  
22 pelas obrigações sociais da APECOM, e os demais conselheiros não respon-  
23 dem. Art. 10 - Os membros do Conselho de Administração não serão remunera-  
24 dos por suas funções tendo, porém, ressarcidas suas despesas de viagens,  
25 hospedagem e alimentação no exercício da função. **Art. 11** - Compete ao Con-  
26 selho de Administração: a) eleger sua diretoria, bianualmente entre os seus pares,  
27 composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro; b) contratar o  
28 Executivo; c) aprovar contratação e demissão de funcionários; d) aprovar proje-  
29 tos e orçamento anual encaminhando-os ao Comitê Gestor do Fundo Missionário  
30 da Igreja Presbiteriana do Brasil; e) aprovar e encaminhar anualmente à CE/SC-  
31 IPB e quadrienalmente ao SC- IPB o relatório de suas atividades no período; f)  
32 designar os bancos onde serão movimentadas as contas da entidade; g) aprovar  
33 os projetos de parceria e convênios; h) gerir toda a vida da APECOM cumprindo  
34 e fazendo cumprir as suas finalidades e administrar o patrimônio social. i) repre-  
35 sentar e defender os interesses de seus Associados; j) apreciar semestralmente  
36 o relatório do Conselho Fiscal e, anualmente, as demonstrações financeiras e  
37 contábeis (demonstração do resultado, balanço patrimonial, notas explicativas).  
38 k) supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelo Executivo; l) nomear, bian-  
39 nualmente, dentre seus membros, 2 (dois) representantes titulares e seus respecti-  
40 vos suplentes junto ao Comitê Gestor do Fundo Missionário da IPB. Parágrafo  
41 único - Compete ao Executivo: a) cumprir as determinações do Conselho de Ad-  
42 ministração; b) traçar planos e projetos, apresentando-os ao Conselho de Admi-  
43 nistração; c) coordenar, fazer executar e acompanhar o andamento dos projetos  
44 aprovados; d) prestar relatórios trimestralmente ao Conselho de Administração;  
45 e e) auxiliar o Conselho de Administração no planejamento e realizações de suas  
46 ações e reuniões. **Art. 12** - Qualquer pessoa que ocupe cargo remunerado  
47 na APECOM ou em seus órgãos, entidades, setores ou prestadores de servi-  
48 ços é inelegível para o Conselho de Administração. Parágrafo único - Pastores  
49 da IPB que prestarem serviços para a APECOM deverão ser designados pelos  
50 seus respectivos presbitérios recebendo suas cóngruas pastorais da APECOM.  
51 **Art. 13** - Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar e

1 presidir as reuniões do Conselho de Administração; b) representar a APECOM  
2 em juízo e fora dele, cabendo-lhe, juntamente com outro membro do Conselho  
3 de Administração, outorgar procuração "ad juditia"et "extra"; c) autorizar paga-  
4 mentos e movimentar contas bancárias em conjunto com o Tesoureiro, ou com  
5 procuradores nomeados pelo Conselho de Administração, com poderes especí-  
6 ficos; e d) fazer cumprir este Estatuto. **Art. 14** - O Presidente será substituído  
7 nas suas ausências ou impedimentos por um dos membros da Diretoria, obede-  
8 cida à seguinte ordem de precedência: Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.  
9 **Art. 15** - Ao Vice-Presidente compete assistir o Presidente em suas atribuições  
10 e substituí-lo em suas ausências ou impedimentos. **Art. 16** - Ao Secretá-  
11 rio compete: a) secretariar as reuniões do Conselho de Administração, lavrando  
12 suas atas; b) zelar pelo bom funcionamento do expediente e pelos serviços da  
13 Secretaria; e c) supervisionar os registros, manter o controle sobre as correspon-  
14 dências e o arquivo dos papéis e documentos em tramitação, mantendo-os sob  
15 sua custódia, arquivada na sede da APECOM; **Art. 17** - Ao Tesoureiro compete:  
16 a) manter sob sua guarda os valores recebidos, depositando-os em bancos que  
17 o Conselho de Administração indicar; b) efetuar os pagamentos devidamente  
18 autorizados, preferencialmente por cheques nominais, assinados em conjunto  
19 com o Presidente e/ou com um dos dois procuradores nomeados pelo Conse-  
20 lho de Administração, com poderes específicos; c) prestar relatórios trimestrais  
21 ao Conselho de Administração, quando de suas reuniões, ou quando solicitado;  
22 d) manter em dia e em ordem, a escrituração financeira de forma a assegurar  
23 sua exatidão e controle; e) providenciar e supervisionar a escrituração contábil,  
24 observando os princípios básicos de contabilidade geralmente aceitos; f) enca-  
25 minhar, trimestralmente, ao Conselho de Administração os balancetes e, até 10  
26 de fevereiro de cada ano, as demonstrações contábeis e financeiras do exercício  
27 anterior. **CAPITULO V - MODO DE CONSTITUIÇÃO E DE FUNCIONAMENTO**  
28 **DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 18**  
29 - O Conselho de Administração, órgão deliberativo da APECOM reunir-se-á: a)  
30 ordinariamente, uma vez por trimestre, mediante prévia convocação, a ser reali-  
31 zada, via Edital, fixado pela Diretoria, na sede da APECOM, com 10 (dez) dias  
32 de antecedência, para deliberar sobre aprovação das contas do ano em curso,  
33 já devidamente verificadas pelo Conselho Fiscal, bem como eleição da Diretoria,  
34 garantindo-se a 1/5 (um quinto) dos membros o direito de promovê-la; b) extra-  
35 ordinariamente, sempre que necessário, a exemplo da destituição de administra-  
36 dores e da reforma do Estatuto, mediante prévia convocação, a ser realizada, via  
37 Edital, fixado pela Diretoria, na sede da APECOM, com 10 (dez) dias de ante-  
38 cedência, garantindo-se a 1/5 (um quinto) dos membros o direito de promovê-la.  
39 **Art. 19** - Para a instalação da reunião é necessária a presença mínima de dois  
40 terços dos membros, em primeira convocação, e um terço, em segunda convo-  
41 cação, que ocorrerá após uma hora. **Art. 20** - As deliberações do Conselho de  
42 administração exigirão a maioria de votos dos presentes, salvo destituição de  
43 Diretores, reforma do Estatuto e dissolução APECOM que, por sua vez, depen-  
44 derão do voto de 2/3 (dois terços) dos presentes. **CAPITULO VI - FONTES DE**  
45 **RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DA APECOM. Art. 21** - Os recursos  
46 necessários à manutenção da APECOM serão provenientes de: a) bens móveis  
47 e imóveis que integrem seu patrimônio; b) doações, comodatos, legados, ofertas,  
48 campanhas, convênios, subvenções, rendimentos financeiros e quaisquer outras  
49 contribuições; c) subvenções estatais nos termos da legislação pertinente. d)  
50 Prestação de serviços, conforme as finalidades previstas no artigo 1º deste es-  
51 tatuto. **Art. 22** - A APECOM não distribui entre os seus membros, diretores,

1 empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, dividendos, bo-  
 2 nificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer título ou  
 3 pretexto, aplicando os resultados apurados, integralmente, em suas finalidades.  
 4 **Art. 23** - A aquisição ou alienação de bens imóveis terá que ser aprovada pelo  
 5 Conselho de Administração da APECOM e autorizada pela Igreja Presbiteriana  
 6 do Brasil, por intermédio do Supremo Concílio ou da sua Comissão Executiva.  
 7 **Art. 24** - No caso de extinção da APECOM, o remanescente de seus bens patri-  
 8 moniais será destinado integralmente à Igreja Presbiteriana do Brasil ou a quem  
 9 esta determinar. **Art. 25** - A movimentação bancária será feita por duas assi-  
 10 naturas, sendo uma, obrigatoriamente do Presidente ou do Tesoureiro e a outra,  
 11 de um dos dois procuradores nomeados pelo Conselho de Administração, com  
 12 poderes específicos. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL. Art. 26** - O  
 13 Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes,  
 14 de reconhecida competência técnica, eleitos pelo SC/IPB, podendo ser reeleitos,  
 15 apenas uma vez, no todo ou em parte. § 1º - O mandato dos membros do Con-  
 16 selho Fiscal será de quatro anos. § 2º - O Conselho Fiscal elegerá um de seus  
 17 membros como seu Presidente. § 3 - Havendo vacância, será ela suprida pela  
 18 CE-SC-IPB até o final do mandato. **Art. 27** - Ao Conselho Fiscal compete:  
 19 a) examinar semestralmente os livros e documentos da Tesouraria; b) apreciar e  
 20 dar parecer sobre as contas da APECOM, examinando os balancetes contábeis  
 21 mensais e o balanço anual e todas as operações patrimoniais; e c) apresentar  
 22 parecer ao Conselho de Administração. **Art. 28** - As contas, balancetes, balan-  
 23 ços, demonstrativos, documentos contábeis e relatórios financeiros da APECOM  
 24 serão submetidos anualmente a uma auditoria pela Junta Patrimonial, Econô-  
 25 mica e Financeira da Igreja Presbiteriana do Brasil - IPB. **CAPÍTULO VIII -**  
 26 **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. Art. 29** - Os casos omissos neste  
 27 Estatuto serão resolvidos pelo Conselho de Administração. Parágrafo único -  
 28 Fica automaticamente excluído do Conselho de Administração e do Conselho  
 29 Fiscal da APECOM qualquer membro que deixe de pertencer a membresia da  
 30 Igreja Presbiteriana do Brasil. **Art. 30** - É vedada a contratação para cargos re-  
 31 munerados de parentes consanguíneos até terceiro grau dos membros dos seus  
 32 conselhos. **Art. 31** - As reformas do presente Estatuto, no todo ou em parte, se-  
 33 rão propostas por qualquer membro do Conselho de Administração e aprovadas  
 34 por 2/3 do mesmo, entrando em vigor após a aprovação do SC-IPB ou de sua  
 35 Comissão Executiva e o respectivo registro competente. **Art. 32** - A reforma  
 36 deste Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação pelo Supremo Concílio  
 37 da Igreja Presbiteriana do Brasil e/ou sua Comissão Executiva e respectivo re-  
 38 gistro cartorário. **Art. 33** - São nulas de pleno direito todas as decisões que  
 39 porventura firam no todo ou em parte a Constituição da Igreja Presbiteriana do  
 40 Brasil.<sup>123</sup> **SUBCOMISSÃO XII - Entidades e Autarquias I - CE-SC/IPB-2011**  
 41 **- DOC.CXXIV - Quanto ao documento 054 - Oriundo do(a): Rede Presbiteri-**  
 42 **ana de Comunicação - Ementa: Encaminhamento do Estatuto da APECOM**  
 43 **para aprovação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento do  
 44 Estatuto da APECOM; 2. Registrar que a matéria já foi tratada na Subcomis-  
 45 são de Finanças II. 3. Agradecer a Rede Presbiteriana de Comunicação pelo  
 46 zelo na tratativa do referido assunto.<sup>124</sup> **SUBCOMISSÃO XII - Entidades e**  
 47 **Autarquias I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXV - Quanto ao documento 157 -**

<sup>123</sup>Doc. CXXIII - Quanto ao documento 146 - Relatório de visita a Rede Presbiteriana de Comunicação-APECOM.

<sup>124</sup>Doc. CXXIV - Quanto ao documento 054 - Encaminhamento do Estatuto da APECOM para aprovação.

1 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Estatuto da**  
2 **APECOM.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Tomar conhecimento; 2. Re-  
3 gistrar que o referido Estatuto já foi tratado na Subcomissão de finanças II. <sup>125</sup>.  
4 Poaa-se a palavra ao Rev. José Romeu da Silva. **SUBCOMISSÃO VI - Legis-**  
5 **lação e Justiça II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXVI - Quanto ao documento**  
6 **169 - Oriundo do(a): Secretaria Executiva do SC/IPB - Ementa: Solicitação**  
7 **de alteração no Manual de Atas Eletrônicas.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
8 Aprovar a redação das atas no tempo verbal do presente. <sup>126</sup>. **SUBCOMISSÃO**  
9 **VI - Legislação e Justiça II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXVII - Quanto ao do-**  
10 **documento 045 - Oriundo do(a): Sínodo Alagoas-Sergipe - Ementa: Voto de**  
11 **estranheza pela adoção da versão da Edição Revista e Corrigida da 1948,**  
12 **de João Ferreira de Almeida na Co-Edição Sociedade Bíblica do Brasil Casa**  
13 **Editora Presbiteriana - Anexo 3..** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Devolver ao  
14 proponente por não observância do artigo 63 da CI/IPB, visto ter vindo direta-  
15 mente do secretário executivo do Sínodo. <sup>127</sup> **SUBCOMISSÃO VI - Legislação**  
16 **e Justiça II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXVIII - Quanto ao documento 044 -**  
17 **Oriundo do(a): Sínodo Alagoas-Sergipe - Ementa: Voto de estranheza re-**  
18 **lativa ao item 10.3 Termo de aprovação do livro de atas, letra c do Manual**  
19 **para confecção de Atas Eletrônicas - Anexo 2..** A CE/SC/IPB - 2011 **RE-**  
20 **SOLVE:** 1 - Quanto ao termo de aprovação do livro de atas 10.3, alínea "c" não é  
21 incongruente com o artigo 88 da CI/IPB letra "i", sendo assim, o Manual para con-  
22 fecção de atas eletrônicas esta em harmonia com a CI/IPB. Giza-se que mesmo  
23 tendo as observações realizadas pelo concílio superior (ad quem), após a última  
24 ata do concílio inferior (ad quo), não se insere no corpo da ata as observações  
25 efetivadas, mas logo em seguida a assinatura do secretário de ata. Pois as ob-  
26 servações não fazem parte de nenhuma ata, até que venha a ser transcrita em  
27 ata de ato futuro do concílio inferior (ad quo). Por derradeiro, o artigo 88 alínea  
28 "i" da CI/IPB não vislumbrava no ano de 1950 a possibilidade de ata eletrônica,  
29 sendo assim, o item 10.3 do termo de aprovação do livro de atas, mantém o  
30 espírito da CI/IPB, e as observações deverão ser transcritas no livro de atas do  
31 Conselho. 2 - Quanto ao termo empregado pelo proponente (estranhar) não se  
32 deve aplicar a concílios superiores. <sup>128</sup>. **SUBCOMISSÃO VI - Legislação e Jus-**  
33 **tiça II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXIX - Quanto ao documento 133 - Oriundo**  
34 **do(a): Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB - Ementa: Rela-**  
35 **tório da Votação proposta de Emendas Constitucionais.** Considerando: 1  
36 - Que nem todos os presbitérios, conforme informações oriundas do plenário,  
37 receberam em tempo hábil para análise das propostas de emendas votadas na  
38 última Reunião Ordinária do SC/IPB, ou seja, anterior à Reunião Ordinária dos  
39 presbitérios; 2 - Que as Cartas Votos foram expedidas em tempo pelo secretário  
40 executivo, porém não recebidas em seus destinos por motivos alheios ao nosso  
41 secretário executivo. A CE/SC-IPB 2011 Resolve: 1 - Informar aos Presbitérios,  
42 através dos Sínodos, que fica prorrogado o prazo para envio das Cartas Votos  
43 até 20 de fevereiro de 2012. 2 - Que a solicitação de nova Carta Voto seja feita

<sup>125</sup> Doc. CXXV - Quanto ao documento 157 - Estatuto da APECOM.

<sup>126</sup> Doc. CXXVI - Quanto ao documento 169 - Solicitação de alteração no Manual de Atas Eletrônicas.

<sup>127</sup> Doc. CXXVII - Quanto ao documento 045 - Voto de estranheza pela adoção da versão da Edição Revista e Corrigida da 1948, de João Ferreira de Almeida na Co-Edição Sociedade Bíblica do Brasil Casa Editora Presbiteriana - Anexo 3..

<sup>128</sup> Doc. CXXVIII - Quanto ao documento 044 - Voto de estranheza relativa ao item 10.3 Termo de aprovação do livro de atas, letra c do Manual para confecção de Atas Eletrônicas - Anexo 2..

1 pela CE do Sínodo via AR (Aviso de Recebimento). 3 - Que o envio e a devo-  
 2 lução da Carta Voto sejam por AR (Aviso de Recebimento) imediatamente após  
 3 a solicitação.<sup>129</sup>. Retorna-se aos trabalhos às dezessete horas e cinco minutos.  
 4 Passa-se a palavra ao Rev. Saulo Pereira de Andrade. **SUBCOMISSÃO VIII**  
 5 **- Consultas e Outros Papéis I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXX - Quanto ao**  
 6 **documento 128 - Oriundo do(a): Secretaria Executiva do Supremo Concílio**  
 7 **da IPB - Ementa: Relatório da Secretaria Executiva do Supremo Concílio**  
 8 **da IPB.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE aprovar o relatório** com os seguintes  
 9 destaques: 1. Reconhecer o esforço e dedicação do Secretário Executivo e sua  
 10 equipe de trabalho, destacando-se que, no período de agosto a dezembro de  
 11 2010, foram expedidas 85.519 correspondências, respondidas 2.632 consultas  
 12 via e-mails, 328 via correio e 933 via telefone. Além disso foram feitos 332 aten-  
 13 dimentos pessoais no gabinete da secretaria, 15 viagens a diversas partes do  
 14 país e 22 recepções a delegações estrangeiras. 2. Apreciar o empenho feito na  
 15 Curadoria dos Museus e Arquivo Histórico, com destaque a duas novas expo-  
 16 sições no Museu Presbiteriano Rev. Júlio Andrade Ferreira e estudo de acordo  
 17 de cooperação com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que dará  
 18 assistência ao Arquivo Histórico da IPB em São Paulo. Além disso continua  
 19 crescendo o acesso ao projeto de divulgação no site da Secretaria Executiva.  
 20 Registra-se a preocupação do Curador com o museu hospedado no Seminá-  
 21 rio do Norte, que continua em estado precário aguardando definição da JURET  
 22 Norte-Nordeste e notificando a JET para que trate junto a JURET quanto a ma-  
 23 téria. 3. Lamentar que apenas 13 % das igrejas e presbitérios prestaram as  
 24 informações estatísticas, o que inviabiliza a análise dos dados apresentados. 4.  
 25 Parabenizar o Sr. Secretário e sua equipe pelo aperfeiçoamento contínuo do  
 26 sistema "iCalvinus" e a implantação do novo processo de votação eletrônica, o  
 27 que certamente agilizará o trabalho do Supremo Concílio e sua CE, bem como  
 28 dos Sínodos, Presbitérios e Igrejas assim que o sistema puder ser implantado  
 29 naquelas instâncias.<sup>130</sup>. **SUBCOMISSÃO VIII - Consultas e Outros Papéis I -**  
 30 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXXI - Quanto ao documento 067 - Oriundo do(a):**  
 31 **Presbitério Juiz de Fora - Ementa: Análise Teológica feito em Relação a**  
 32 **Bíblia de Estudos de Genebra.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Reconhe-  
 33 cer a preocupação do Concílio consulente com a pureza doutrinária da Igreja; 2.  
 34 Esclarecer que o artigo teológico das páginas 1596-1597 da Bíblia de Genebra,  
 35 Edição Revista e Ampliada, não deve ser analisado apenas em sua conclusão,  
 36 mas em todo o seu escopo, ou seja: faz a exposição dos argumentos advogados  
 37 pelos teólogos reformados batistas e pedobatistas, e apresenta a conclusão de  
 38 que ambos têm em comum a preocupação: a) de consagrar as crianças - um  
 39 por apresentação, outro por batismo; b) de criá-las nos caminhos do Senhor;  
 40 e c) de levá-las a declarar sua fé publicamente - um pelo batismo, outro pela  
 41 profissão de fé. 3. Esclarecer que o citado artigo apresenta de forma explícita  
 42 os argumentos em favor da posição pedobatista, em perfeita consonância com  
 43 nossos símbolos de fé.<sup>131</sup>. Passa-se a presidência ao Rev. Juarez Marcondes  
 44 Filho. **SUBCOMISSÃO VIII - Consultas e Outros Papéis I - CE-SC/IPB-2011**  
 45 **- DOC.CXXXII - Quanto ao documento 084 - Oriundo do(a): Sínodo Vale do**

<sup>129</sup>Doc. CXXIX - Quanto ao documento 133 - Relatório da Votação proposta de Emendas Constitucionais.

<sup>130</sup>Doc. CXXX - Quanto ao documento 128 - Relatório da Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB.

<sup>131</sup>Doc. CXXXI - Quanto ao documento 067 - Análise Teológica feito em Relação a Bíblia de Estudos de Genebra.

1 **Paraíba - Ementa: Consulta sobre Pastor Emérito.** Aprovado em seu substitu-  
 2 titutivo nos seguintes termos: A CE-SC/IPB 2011 Resolve: 1 - Informar que o  
 3 artigo 44 parágrafo único não permite ao pastor emérito o exercício do pasto-  
 4 rado na igreja em que recebeu o título; 2 - Informar que o título de emergência  
 5 não poderá ser dado no exercício do pastorado da igreja.<sup>132</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 6 **VIII - Consultas e Outros Papéis I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXXIII - Quanto**  
 7 **ao documento 033 - Oriundo do(a): Supremo Concílio 2010 - Ementa: Co-**  
 8 **memoração dos 500 da Reforma Protestante.** CONSIDERANDO: 1. Que  
 9 em 2017 comemorar-se-ão 500 anos da Reforma Protestante, um dos maio-  
 10 res marcos históricos para o Cristianismo; 2. Que os grandes eventos Nacionais  
 11 e Mundiais precisam de planejamento antecipado; 3. Que esta será uma exce-  
 12 lente oportunidade para uma divulgação expressiva dos princípios Reformados;  
 13 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Nomear uma Comissão de Planejamento das  
 14 Comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante, devendo a mesma apre-  
 15 sentar relatório na CE-SC-2012.<sup>133</sup> **COMISSÃO NOMEADA:** Rev. Alderi Souza  
 16 de Matos, Rev. Jailton Lima do Nascimento, Rev. Ludgero Bonilha Moraes, Preb.  
 17 Vicente Lúcio Gouveia de Deus e Presb. João Jaime Nunes Ferreira. Passa-se  
 18 a palavra ao Rev. Guilhermino Silva da Cunha. **SUBCOMISSÃO IV - Educação**  
 19 **Teológica I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXXIV - Quanto aos documentos 072,**  
 20 **105 - Oriundos do(a): Sínodo Piratininga; Sínodo Piratininga - Ementas:**  
 21 **Indicação de nome para composição da JURET/SP; Indicações de nomes**  
 22 **para JURET/SP.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1 -Tomar conhecimento; 2 -  
 23 Considerar prejudicados em virtude da inexistência de vaga para a JURET/SP  
 24 conforme o relatório da JET.<sup>134</sup> **SUBCOMISSÃO IV - Educação Teológica I -**  
 25 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXXV - Quanto ao documento 101 - Oriundo do(a):**  
 26 **Sínodo Rio Grande do Norte - Ementa: Encaminhamento de grade curricu-**  
 27 **lar e emendas do Seminário Teológico de Natal (STEN) para apreciação da**  
 28 **JET.** Considerando que: 1. O presente pedido trata-se de exame de idoneidade  
 29 do Seminário Teológico Evangélico de Natal; 2. A CE/2008-CXXXIV reafirmou  
 30 que é competência da JET aferir a idoneidade de Seminários. A CE/SC/IPB -  
 31 2011 **RESOLVE:** Encaminhar a solicitação à JET/IPB nos termos da resolução  
 32 supra-citada.<sup>135</sup> **SUBCOMISSÃO IV - Educação Teológica I - CE-SC/IPB-2011**  
 33 **- DOC.CXXXVI - Quanto ao documento 080 - Oriundo do(a): Educação Teo-**  
 34 **lógica - Ementa: Proposta à CE-SC/IPB 2011, sobre decisão da CE-SC/IPB**  
 35 **2010, Doc. XXIV - Quanto a Harmonização do Manual do Candidato com a**  
 36 **CI/IPB..** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Receber o documento sobre a har-  
 37 monização do Manual do Candidato ao Ministerio da Palavra e dos Sacramentos,  
 38 com a CI/IPB; 2. Aceitar a justificativa da JET pela não apresentação do Relató-  
 39 rio a esta CE, em virtude do não recebimento de nenhuma proposta ou sugestão  
 40 dos Concílios, quanto a aludida harmonização; 3. Não atender o pedido de re-  
 41 vogação do item 2 da decisão da CE/IPB-2010, doc. XXIV já referendado pelo  
 42 SC/2010, por não ser ele impeditivo ao trabalho de harmonização a ser feito pela  
 43 JET; 4. Estender o prazo para a harmonização, conforme solicitado pela JET até  
 44 a CE 2012, independente de receber ou não propostas ou sugestões dos Concí-

<sup>132</sup>Doc. CXXXII - Quanto ao documento 084 - Consulta sobre Pastor Emérito.

<sup>133</sup>Doc. CXXXIII - Quanto ao documento 033 - Comemoração dos 500 da Reforma Protestante.

<sup>134</sup>Doc. CXXXIV - Quanto aos documentos 072, 105 - Indicação de nome para composição da JURET/SP; Indicações de nomes para JURET/SP.

<sup>135</sup>Doc. CXXXV - Quanto ao documento 101 - Encaminhamento de grade curricular e emendas do Seminário Teológico de Natal (STEN) para apreciação da JET.

lios; 5. Estabelecer o prazo de até 31 de outubro de 2011 para que os Concílios  
 2 enviem suas propostas e sugestões à JET. <sup>136</sup>. **SUBCOMISSÃO IV - Educação**  
 3 **Teológica I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXXVII - Quanto ao documento 103**  
 4 **- Oriundo do(a): Sínodo Rio Grande do Norte - Ementa: Consulta sobre**  
 5 **Aplicabilidade do Manual de Preparo ao Sagrado Ministério.** Considerando  
 6 que o Manual do Candidato foi aprovado pelo Supremo Concílio A CE/SC/IPB  
 7 - 2011 **RESOLVE:** Informar ao Sínodo Consulente que a sua aplicabilidade é  
 8 imediata. <sup>137</sup>. **SUBCOMISSÃO IV - Educação Teológica I - CE-SC/IPB-2011 -**  
 9 **DOC.CXXXVIII - Quanto ao documento 091 - Oriundo do(a): Sínodo Central**  
 10 **Espírito-Santense - Ementa: Proposta de Curso de Teologia através do mo-**  
 11 **delo de ensino à distância.** Considerando ser matéria aprovada pelo SC/2010  
 12 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Não acolher a proposta por conflitar com de-  
 13 cisão já tomada pelo Supremo Concílio. <sup>138</sup>. **SUBCOMISSÃO IV - Educação**  
 14 **Teológica I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXXXIX - Quanto ao documento 083 -**  
 15 **Oriundo do(a): Sínodo Vale do Paraíba - Ementa: Proposta para Criação de**  
 16 **Matéria para os Seminários.** Considerando que a grade dos Seminários da IPB  
 17 já contempla a matéria "Gestão Eclesiástica", identificada como "TP-06/2"; não  
 18 se tratando assim, da criação de nova disciplina, mas definição de ementa da  
 19 matéria existente que é competência da JET. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 20 Referir o assunto à JET para analisar a proposta e tomar as providências ne-  
 21 cessárias. <sup>139</sup>. **SUBCOMISSÃO IV - Educação Teológica I - CE-SC/IPB-2011**  
 22 **- DOC.CXL - Quanto ao documento 079 - Oriundo do(a): Educação Teoló-**  
 23 **gica - Ementa: Proposta à CE-SC/IPB 2011, sobre Decisão da CE-SC/IPB**  
 24 **2010, Doc. XXVIII - Cassação de Diploma.** Ouvido o Presidente da JET e à luz  
 25 do relatório apresentado A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Apreciar o criteri-  
 26 oso trabalho feito pela JET, pela JURET - Brasil Central e pelo Diretor do SPBC;  
 27 2. Referendar a cassação feita pelo SPBC do referido diploma, ato este que  
 28 preserva a boa ética e probidade do ministério pastoral. <sup>140</sup>. **SUBCOMISSÃO**  
 29 **IV - Educação Teológica I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXLI - Quanto ao docu-**  
 30 **mento 035 - Oriundo do(a): Sínodo Noroeste do Brasil - Ementa: Projeto de**  
 31 **Consolidação da Extensão do Seminário Presbiteriano Brasil Central em**  
 32 **Rondônia.** Considerando que: 1. Os termos da resolução SC/IPB-2010-CXIII e  
 33 os documentos que a fundamentaram; 2. A apresentação do Projeto de Conso-  
 34 lidação SPBC-RO exigido pelo SC/IPB-2010, item 2 da supradita resolução, que  
 35 não é um novo Projeto, mas é uma repetição do mesmo apresentado em 2007  
 36 e 2009; 3. O quadro comparativo da evolução do número de alunos de 2007 a  
 37 2010 foi decrescente e irrisório, se comparado a outros Seminários da IPB, como  
 38 segue: SPBC-RO SPAS SPDNE 2007 - 23 alunos 111 alunos 136 alunos 2008  
 39 - 13 alunos 96 alunos 104 alunos 2009 - 13 alunos 86 alunos 131 alunos 2010 -  
 40 12 alunos 86 alunos 95 alunos 4. Que no quadro comparativo entre os seminá-  
 41 rios acima mencionados, o custo do curso por aluno (verba da IPB dividida pelo

<sup>136</sup>Doc. CXXXVI - Quanto ao documento 080 - Proposta à CE-SC/IPB 2011, sobre decisão da CE-SC/IPB 2010, Doc. XXIV - Quanto a Harmonização do Manual do Candidato com a CI/IPB..

<sup>137</sup>Doc. CXXXVII - Quanto ao documento 103 - Consulta sobre Aplicabilidade do Manual de Preparo ao Sagrado Ministério.

<sup>138</sup>Doc. CXXXVIII - Quanto ao documento 091 - Proposta de Curso de Teologia através do modelo de ensino à distância.

<sup>139</sup>Doc. CXXXIX - Quanto ao documento 083 - Proposta para Criação de Matéria para os Seminários.

<sup>140</sup>Doc. CXL - Quanto ao documento 079 - Proposta à CE-SC/IPB 2011, sobre Decisão da CE-SC/IPB 2010, Doc. XXVIII - Cassação de Diploma.

1 número total de alunos no ano de 2010) demonstra o que se segue: SPBC-RO,  
2 com 12 alunos - custo anual para a IPB: 279.230,77 : custo por aluno: 23.269,23  
3 SPAS, com 86 alunos - custo anual para a IPB: 465.384,62: custo por aluno:  
4 5.411,45 SPDNE, com 95 alunos - custo anual para a IPB: 465.384,62: custo por  
5 aluno: 4.898,78 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Não aceitar o plano de re-  
6 vitalização da extensão do Seminário Presbiteriano Brasil Central em Jiparaná/RO  
7 por não atender o decidido pelo SC-2010 Doc CXXXIV e por ser uma repetição  
8 do mesmo plano apresentado em 2007 e 2009. 2. Determinar ao Sínodo Noro-  
9 este do Brasil que apresente à JET em até 90 dias, a partir de seus presbitérios  
10 jurisdicionados, um novo plano de revitalização da extensão, trabalhando inten-  
11 samente para cumprir as metas determinadas pelo SC, que é no mínimo de 10  
12 novos alunos por ano (2011-2014). 3. Determinar que se promova, no âmbito do  
13 Sínodo, cursos de treinamento de pregadores leigos, plantadores de Igreja e en-  
14 contros de despertamento de vocação para o Sagrado Ministério. 4. Apesar da  
15 extensão não ter atendido o contido na decisão SC-2002 Doc CXII, que determi-  
16 nou o cumprimento das exigências mínimas para a criação da extensão e que a  
17 meta acima referida, de um mínimo de 10 alunos por ano, ficou longe de ser atin-  
18 gida, sendo que em 2010 houve apenas 1 aluno (10% do mínimo exigido) e em  
19 2011, 4 alunos (40% do mínimo exigido), a CE, sensível aos apelos do Sínodo  
20 Noroeste do Brasil e fiel a decisão do SC 2002 que determinou que houvesse  
21 um acréscimo de 10% ano após ano até chegar a 100% em 2012, equiparando  
22 aos outros seminários, caso cumprissem as metas: A) DETERMINAR A JPEF  
23 que estude se há diferença paga a menos dos anos 2009 e 2010 no valor de  
24 166.515 reais, conforme solicitação do Sínodo e se devido, pagar. B) DETER-  
25 MINAR que a verba de 2011 para a extensão seja no nível estabelecido pela  
26 resolução do SC 2002, doc CXII (90% da verba dos demais seminários da IPB).  
27 5. DETERMINAR a JPEF e a JET que acompanhem criteriosamente a utilização  
28 dos recursos para os fins pré-determinados, visando ao cumprimento das me-  
29 tas para o atendimento das exigências mínimas estabelecidas pelo SC/IPB.<sup>141</sup>.  
30 Suspendem-se os trabalhos para o jantar às dezenove horas e quarenta e um  
31 minutos com oração feita pelo Rev. Anderson Ribeiro. Retomam-se os trabalhos  
32 às vinte horas e quarenta e cinco minutos com oração feita pelo Rev. Ebenezer  
33 Emerick. Passa-se a palavra ao Presb. Renato José Piragibe, Tesoureiro do  
34 Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. **SUBCOMISSÃO I - Finan-  
35 ças I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXLII - Quanto ao documento 109 - Oriundo  
36 do(a): Presbitério Aliança - Ementa: Pedido de Criação de uma Comissão  
37 Especial para que apresente projeto Auxílio financeiro para a reconstrução  
38 das igrejas Presbiterianas afetadas pelas enchentes..** Considerando: 1) que  
39 a Comissão de Ação Social vem desempenhando um papel fundamental no au-  
40 xílio as Igrejas, Presbitérios e Sínodos das regiões afetadas pelas enchentes; 2)  
41 que a Junta Patrimonial Econômica e Financeira juntamente com a Tesouraria do  
42 SC/IPB vem prestando todo o apoio necessário para que o CAS cumpra o seu  
43 papel; 3) que a JPEF também vem prestando o serviço específico na recupera-  
44 ção dos templos e casas pastorais atingidos. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1-  
45 Agradecer a preocupação do presbitério proponente; 2-Abrir uma conta corrente  
46 "SOS" em nome da IPB específica para captação de recursos visando situações

<sup>141</sup>Doc. CXLI - Quanto ao documento 035 - Projeto de Consolidação da Extensão do Seminário Presbiteriano Brasil Central em Rondônia.

1 emergenciais; 3-Não atender. <sup>142</sup>. **SUBCOMISSÃO I - Finanças I - CE-SC/IPB-**  
2 **2011 - DOC.CXLIII - Quanto ao documento 141 - Oriundo do(a): Secretaria**  
3 **Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil - Ementa: Pedido de verba para**  
4 **apresentação do Módulo iCalvinus versão Presbitérios e Sínodos.** Consi-  
5 derando: 1) que a Secretaria Executiva vem ministrando "workshops"por todo  
6 Brasil; 2) que o sistema iCalvinus trouxe agilidade, praticidade e segurança nas  
7 reuniões da CE/IPB; 3) que dentro dos assuntos tratados nos "workshops"um de-  
8 les é o iCalvinus. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1) Autorizar a realização de um  
9 "workshop"específico para os secretários executivos dos sínodos ou um repre-  
10 sentante designado pelo sínodo capaz de repassar o treinamento em sua região;  
11 2) Recomendar que os sínodos repassem este treinamento aos presbitérios juris-  
12 dicionados; 3) Sugerir aos Presbitérios e Sínodos que desejarem um treinamento  
13 específico que agendem com o secretário executivo arcando com os custos ne-  
14 cessários a este evento; 4) Dotar no orçamento o valor de R\$10.000,00 visando  
15 auxílio na hospedagem deste "workshop". <sup>143</sup>. **SUBCOMISSÃO I - Finanças I -**  
16 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXLIV - Quanto ao documento 164 - Oriundo do(a):**  
17 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Possibilidade abertura de**  
18 **CNPJ de Congregações vinculadas às Igrejas e Concílios da IPB.** Conside-  
19 rando: 1-que a matéria é complexa; 2-que a JPEF solicitou prorrogação de prazo.  
20 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1) Atender o pedido; 2) Prorrogar o prazo até  
21 a próxima reunião da CE/IPB. <sup>144</sup>. **SUBCOMISSÃO I - Finanças I - CE-SC/IPB-**  
22 **2011 - DOC.CXLV - Quanto ao documento 099 - Oriundo do(a): Sínodo Rio**  
23 **Grande do Norte - Ementa: Solicitação de verba para aplicação em trabalho**  
24 **missionário e de edificação de templos próprios para as congregações do**  
25 **campo.** Considerando: 1-que os pedidos dos Conselhos referem-se a trabalho  
26 missionário; 2-que a solicitação versa sobre recursos para construção de templos  
27 sob administração do Comitê Gestor do Fundo Missionário; 3-que estes recursos  
28 financeiros ainda não foram locados ao CG, tendo em vista que a área do Cabuçu  
29 ainda não foi vendida. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Encaminhar o pedido ao  
30 Comitê Gestor do Fundo Missionário da IPB para análise. <sup>145</sup>. **SUBCOMISSÃO**  
31 **I - Finanças I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXLVI - Quanto ao documento 102 -**  
32 **Oriundo do(a): Sínodo Rio Grande do Norte - Ementa: Forma de entrega**  
33 **e destino dos dízimos dos pastores dos presbitérios.** A CE/SC/IPB - 2011  
34 **RESOLVE:** Informar que o SC-E/IPB 2010 respondeu a consulta do sínodo atra-  
35 vés da decisão SC-E/IPB-2010 - Doc LIX. <sup>146</sup>. **SUBCOMISSÃO I - Finanças I -**  
36 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXLVII - Quanto ao documento 028 - Oriundo do(a):**  
37 **Secretaria Executiva do SC/IPB - Ementa: Proposta da Universidade Fede-**  
38 **ral de São Paulo quanto ao Arquivo Histórico de São Paulo.** Considerando:  
39 1) que o Arquivo Histórico da IPB possui um amplo acervo acumulado ao longo  
40 dos anos, formado por documentos em suporte papel, fotografias, coleções de

<sup>142</sup>Doc. CXLII - Quanto ao documento 109 - Pedido de Criação de uma Comissão Especial para que apresente projeto Auxílio financeiro para a reconstrução das igrejas Presbiterianas afetadas pelas enchentes..

<sup>143</sup>Doc. CXLIII - Quanto ao documento 141 - Pedido de verba para apresentação do Módulo iCalvinus versão Presbitérios e Sínodos.

<sup>144</sup>Doc. CXLIV - Quanto ao documento 164 - Possibilidade abertura de CNPJ de Congregações vinculadas às Igrejas e Concílios da IPB.

<sup>145</sup>Doc. CXLV - Quanto ao documento 099 - Solicitação de verba para aplicação em trabalho missionário e de edificação de templos próprios para as congregações do campo.

<sup>146</sup>Doc. CXLVI - Quanto ao documento 102 - Forma de entrega e destino dos dízimos dos pastores dos presbitérios.

1 jornais, mapas e outros documentos em suportes diversos; 2) que esse acervo  
 2 guarda originais únicos, documentos esses que registram a memória da Igreja  
 3 Presbiteriana do Brasil; 3) que a simples acumulação e guarda desses registros  
 4 não permite que a comunidade tenha acesso à sua memória; 4) que os novos re-  
 5 cursos tecnológicos permitem que um grupo cada vez maior de pessoas possa  
 6 acessar documentos custodiados em instituições como arquivos e centros de  
 7 memória, tornando a distância uma variável irrelevante; 5) que é necessário oti-  
 8 mizar a disposição dos documentos nas prateleiras e a conservação do acervo;  
 9 6) que os fundos documentais não estão organizados atendendo os princípios  
 10 da Arquivologia; 7) que não há um instrumento de pesquisa (índice de assun-  
 11 tos) em fichas para os jornais; 8) que não há instrumentos de pesquisa para o  
 12 acervo documental; 9) que a proposta de convênio com a Universidade Federal  
 13 de São Paulo, através de seu Departamento de História permitirá uma série de  
 14 benefícios ao nosso Arquivo Histórico. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1) Ce-  
 15 lebrar o convênio com a Universidade Federal de São Paulo conforme proposta  
 16 apresentada, onde inclui a atividade de três estagiários; 2) Incluir no orçamento o  
 17 valor do convênio conforme proposta apresentada no valor aproximado de vinte  
 18 mil reais no primeiro ano. <sup>147</sup>. **SUBCOMISSÃO I - Finanças I - CE-SC/IPB-**  
 19 **2011 - DOC.CXLVIII - Quanto ao documento 130 - Oriundo do(a): Secretaria**  
 20 **Executiva do Supremo Concílio da IPB - Ementa: Proposta para Votação**  
 21 **Eletrônica nas reuniões da CE e SC/IPB.** Considerando: 1) que a contagem  
 22 de votos na CE/SC e no SC/IPB sempre traz dificuldades por ser um processo  
 23 visual e manual; 2) que é necessário uma modernização no processo de vo-  
 24 tação de matérias; 3) que a evolução tecnológica é a solução para essas difi-  
 25 culdades. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1-Autorizar a Secretaria Executiva a  
 26 dar prosseguimento aos estudos para implementação de soluções que atendam  
 27 as necessidades de um processo eletrônico na contagem de votos e de agili-  
 28 dade nas reuniões da CE/SC e do SC/IPB; 2-Apresentar relatório na próxima  
 29 reunião da CE/SC-IPB. <sup>148</sup>. **SUBCOMISSÃO XIV - Entidades e Autarquias III -**  
 30 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CXLIX - Quanto ao documento 139 - Oriundo do(a):**  
 31 **Escola Presbiteriana de Alta Floresta - Ementa: Solicitação de homologa-**  
 32 **ção do novo Estatuto da Escola Presbiteriana de Alta Floresta.** A CE/SC/IPB  
 33 - 2011 **RESOLVE:** Aprovar as alterações proposta, ficando a redação como se-  
 34 gue: ESTATUTO DA ESCOLA PRESBITERIANA DE ALTA FLORESTA Utilidade  
 35 Pública Municipal - Lei 1 585/94 TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS  
 36 Art. 1 - A Escola Presbiteriana de Alta Floresta, doravante denominada EPAF  
 37 com sede na Rua U - 6, n 600, Alta Floresta, MT, estatuto registrado no Cartório  
 38 do 2 Ofício desta cidade, Protocolo n.º A/1 fls. 061 vº, Registro n.º 259, é uma  
 39 Associação Civil, sem fins lucrativos, de finalidade educacional, social, cultural e  
 40 esportiva, que se propõe a ministrar educação em todos os níveis e graus, dentro  
 41 de princípios cristãos, reformados e presbiterianos de seus fundadores. § 1º -  
 42 Pertencem à Igreja Presbiteriana do Brasil todos os bens móveis e imóveis e con-  
 43 tinuarão à disposição da EPAF enquanto esta estiver fazendo uso dos bens para  
 44 os fins estabelecidos na forma estatutária. § 2 - A EPAF rege-se pelo presente  
 45 estatuto e pelas leis em vigor. § 3 - A duração da Sociedade é por tempo inde-  
 46 terminado. § 4º - A EPAF será responsável perante as autoridades públicas em  
 47 geral, incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funciona-

<sup>147</sup>Doc. CXLVII - Quanto ao documento 028 - Proposta da Universidade Federal de São Paulo quanto ao Arquivo Histórico de São Paulo.

<sup>148</sup>Doc. CXLVIII - Quanto ao documento 130 - Proposta para Votação Eletrônica nas reuniões da CE e SC/IPB.

1 mento, respeitando os limites da lei e deste Estatuto, a liberdade acadêmica dos  
2 Corpos Docente e Discente e a autoridade própria da Diretoria Geral. TÍTULO II  
3 DA CONSTITUIÇÃO E DIREÇÃO CAPÍTULO I - Da Constituição e dos Associa-  
4 dos Art. 2 - A EPAF compõe-se de duas categorias de associados, a saber: I -  
5 Associado Vitalício, que é única e exclusivamente a Igreja Presbiteriana do Bra-  
6 sil; II - Associados eleitos em número de 06 (seis). § 1º - Os Associados eleitos  
7 serão admitidos, mediante proposta apresentada por dois associados no pleno  
8 exercício de suas funções e aprovação do Conselho Deliberativo. § 2 - É direito  
9 dos Associados participarem das reuniões do Conselho Deliberativo e nelas votar  
10 e serem votados. § 3º - São deveres dos Associados: I - Cooperar para o desen-  
11 volvimento e maior prestígio da EPAF; II - Observar os estatutos, regulamentos e  
12 resoluções da EPAF; III - Comparecer as reuniões do Conselho Deliberativo para  
13 as quais forem convocadas. § 4º Compete ao representante do Associado Vitalí-  
14 cio empossar os associados Eleitos. § 5º O mandato dos Associados Eleitos é de  
15 03 (três) anos, permitida duas reconduções consecutivas. § 6º Os mandatos dos  
16 Associados Eleitos são renovados anualmente em 1/3 (um terço). § 7º Todos os  
17 Associados Eleitos ou reeleitos deverão ser previamente aprovados pelo repre-  
18 sentante do Associado Vitalício. § 8º Os Associados não respondem solidário,  
19 nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela EPAF. § 9º Os Associa-  
20 dos não são remunerados pelo exercício de suas funções, nem podendo servir  
21 como associado qualquer pessoa que ocupe cargo remunerado na EPAF. § 10º  
22 É vedada a contratação para cargos remunerados ou em Comissão na EPAF de  
23 cônjuges e parentes até o terceiro grau, de membros do Conselho Deliberativo e  
24 da Diretoria Administrativa. § 11º Os Associados Eleitos poderão ser destituídos  
25 de seus mandatos em qualquer tempo por proposta justificada de dois terços de  
26 membros do Conselho Deliberativo, ouvido o representante do Associado Vitalí-  
27 cio; por ausência injustificada a três reuniões consecutivas; ou pelo cometimento  
28 de falta grave que venha a provocar ou causar prejuízo moral ou material para a  
29 EPAF. §12º Os associados vitalício e eleitos deverão ser membros professos em  
30 plena comunhão com a Igreja Presbiteriana do Brasil. CAPÍTULO II - Do Con-  
31 selho Deliberativo Art. 3 - A Assembléia dos Associados se denomina Conselho  
32 Deliberativo, órgão superior de Direção da EPAF. Art. 4º Compete ao Conselho  
33 Deliberativo: I - Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e as suas próprias decisões;  
34 II - Aprovar o orçamento; III - Aprovar projetos propostos pelo Diretor Administra-  
35 tivo e que exijam dotações extra-orçamentárias; IV - Aprovar os balanços anuais  
36 e contratar serviços de Auditoria quando achar conveniente; V - Contratar e de-  
37 mitir a Diretoria Geral para EPAF, após aprovação do representante do Associado  
38 Vitalício e fixar seus honorários; VI - Indicar nomes de membros da Igreja Pres-  
39 biteriana do Brasil ao representante do Associado Vitalício, para composição do  
40 Conselho Deliberativo, preferencialmente pessoas residentes em Alta Floresta;  
41 VII - Deliberar sobre aquisição, venda, oneração, empréstimo de imóvel, pelo  
42 voto de 2/3 (dois terços) dos Associados Eleitos, ouvida a Comissão Executiva  
43 ou o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil; VIII - Propor alteração  
44 do presente Estatuto a ser aprovado pela Comissão Executiva ou o Supremo  
45 Concílio. Art. 5º - O Conselho Deliberativo reúne-se uma vez por semestre, e  
46 extraordinariamente quando convocado. § 1º - A convocação dos órgãos delibe-  
47 rativos far-se-á na forma do estatuto, garantindo a um quinto dos associados o  
48 direito de promovê-la. § 2º - Nas reuniões extraordinárias somente se deliberam  
49 os assuntos incluídos na convocação. § 3º - O quorum das reuniões é composto  
50 de quatro Associados, exceto nos casos em que este estatuto determine quorum  
51 diverso. Art. 6º - As decisões são tomadas pelo voto da maioria dos Associados

1 presentes, exceto nos casos em que este estatuto determine diversamente, sem-  
2 pre com a presença do representante do Associado Vitalício. CAPÍTULO III - Do  
3 Conselho Fiscal Art. 7º - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) conselheiros  
4 e 3 (três) suplentes. § 1º - O mandato dos membros titulares e suplentes do  
5 Conselho Fiscal é de 3 (três) anos, podendo seus membros serem reconduzidos  
6 por um único mandato. § 2º No caso de impedimento ou ausência dos membros  
7 titulares, os suplentes os substituirão na ordem de sua eleição pelo CD. § 3º - Os  
8 membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal permanecem no exercício de  
9 seus cargos até a posse do novo Conselho Fiscal. Art. 8º - São atribuições do  
10 Conselho Fiscal: I - Exarar o parecer conclusivo sobre o balanço de contas anual  
11 da EPAF, a partir dos relatórios, pareceres e outros documentos encaminhados  
12 pela Diretoria Administrativa, podendo solicitar as informações complementares  
13 que julgar necessárias ou úteis a deliberação. II - Fornecer pareceres sobre a  
14 gestão da Diretoria do CD para reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo ou,  
15 em qualquer ocasião quando solicitado pelo CD. CAPÍTULO IV - Da Diretoria  
16 Art. 9 - A Diretoria do Conselho Deliberativo é constituída pelo: I - Presidente; II  
17 - Vice-Presidente; III - Secretário. § 1º - O mandato da Diretoria é de dois anos;  
18 § 2 - Só poderão ser eleitos para cargos da Diretoria, Conselheiros em pleno  
19 exercício de suas funções. Art. 10 - Compete ao Presidente: I - Representar a  
20 Escola ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente. Parágrafo único. As  
21 procurações outorgadas serão assinadas pelo Presidente e mais um outro mem-  
22 bro da diretoria. II - Presidir as reuniões do Conselho e da Diretoria e, quando  
23 for o caso, dar o voto de desempate. Art. 11 - Compete ao Vice-Presidente: I -  
24 Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos. Art. 12 - Compete  
25 ao Secretário: I - Lavrar atas; II - Manter sob custódia o arquivo sempre em or-  
26 dem; III - Cuidar da correspondência. CAPÍTULO V - Da Direção Geral Art.13 - A  
27 EPAF é administrada por uma Diretoria Geral, composta por um Diretor(a) Ped-  
28 gógico e um Diretor(a) Administrativo, eleitos pelo Conselho Deliberativo. Art.14 -  
29 A Direção pedagógica e administrativa da EPAF, órgão de execução, supervisão,  
30 coordenação e controle das atividades da Escola, serão integradas por profissio-  
31 nais contratados pelo Conselho Deliberativo. § 1º - O Diretor (a) Pedagógico (a)  
32 será responsável por toda educação pedagógica da ESCOLA PRESBITERIANA  
33 DE ALTA FLORESTA, tendo subordinado a ele os Coordenadores, Professores e  
34 Auxiliares. § 2º - Compete ao Diretor (a) Pedagógico (a): I - Planejar, analisar e  
35 aprovar o plano de aula da escola, com base no projeto pedagógico da mesma;  
36 II - Acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes e metas  
37 estabelecidas no seu plano anual, redirecionando as ações quando necessário;  
38 III - Coletar, conhecer, interpretar e fazer cumprir regulamentos, estatutos, dire-  
39 trizes, normas e toda legislação vigente dos órgãos do sistema educacional; IV -  
40 Elaborar juntamente com os outros membros da diretoria executiva, o Regimento  
41 Escolar e Plano Pedagógico, submetendo-o à aprovação do órgão competente  
42 e fazê-lo cumprir; V - Fazer observar o cumprimento do horário, a pontualidade  
43 dos professores, professores auxiliares e alunos; VI - Exigir do professor reposi-  
44 ção de aulas a fim de completar a carga horária dos componentes curriculares;  
45 VII - Distribuir funções, atribuir responsabilidades e delegar poderes; VIII - Diag-  
46 nosticar juntamente com a equipe pedagógica da Escola os desvios que possam  
47 ocorrer no processo ensino-aprendizagem e procurar os meios para saná-los; IX  
48 - Assinar juntamente com o (a) secretário (a) os documentos Pedagógicos da  
49 escola; X - Aprovar as grades curriculares e o calendário escolar; XI - Autorizar  
50 pedido de matrículas e transferências; XII - Divulgar o Regimento Escolar a todo  
51 o pessoal envolvido no processo ensino-aprendizagem, aos pais e responsá-

1 veis; XIII - Enviar aos órgãos competentes e à entidade mantenedora relatórios  
2 pedagógicos das atividades da Escola quando solicitado; XIV - Aplicar medidas  
3 disciplinares aos educandos do estabelecimento, obedecendo à legislação sobre  
4 a matéria e o disposto neste Regimento; XV - Indicar ao Diretor Administrativo  
5 funcionários para contratação e dispensa, do corpo docente, quando estes não  
6 estiverem executando competentemente o que lhes foi atribuído; XVI - Convo-  
7 car e presidir as reuniões do corpo docente e da Associação de Pais e Mestres;  
8 XVII - Assistir e presidir às reuniões do Conselho de Classe; XVIII - Executar  
9 outras funções inerentes ao cargo e resolver os casos omissos de acordo com  
10 os dispositivos legais. § 3º - O Diretor (a) Administrativo (a) será escolhido pelo  
11 Conselho Deliberativo da EPAF, com objetivo de gerir administrativa e financeira-  
12 mente a ESCOLA PRESBITERIANA DE ALTA FLORESTA, bem como, bens mó-  
13 veis, imóveis e todas as construções e benfeitorias determinadas pelo Conselho  
14 Deliberativo, tendo subordinado a ele o Tesoureiro. § 4º - Em casos especiais a  
15 juízo do Conselho Deliberativo, o Diretor (a) Administrativo (a) trabalhará sem o  
16 auxílio do Tesoureiro. § 5º - Compete ao Diretor (a) Administrativo (a): I - Manter  
17 o Conselho Deliberativo informado quanto aos compromissos financeiros do es-  
18 tabelecimento, através de relatórios, estatísticas ou demais meios informativos; II  
19 - Cumprir todas as resoluções administrativas determinadas pelo Conselho De-  
20 liberativo; III - Abonar ou justificar faltas de professores e funcionários na forma  
21 da lei; IV - Manter a escrituração de documentos tais como: balancetes mensais,  
22 livro caixa, movimento diário; V - Efetuar os recebimentos e pagamentos via che-  
23 que com assinatura pessoal e assinatura do tesoureiro; VI - Manter em ordem a  
24 contabilidade; VII - Receber mensalidades escolares, assim como pagamentos  
25 rotineiros, ou aqueles aprovados pelo Conselho Deliberativo; VIII - Depositar to-  
26 dos os valores recebidos em conta bancária, em nome da Escola Presbiteriana  
27 de Alta Floresta; IX - Atender a solicitação dos pais quanto às declarações e  
28 similares referentes a pagamentos feitos neste departamento; X - Atender com  
29 cordialidade alunos, pais, funcionários e fornecedores da escola; XI - Manter  
30 atualizada a pasta de documentos de funcionários e vida trabalhista; XII - Atuar  
31 como preposto junto ao Ministério e Justiça do Trabalho; XIII - Emitir cobranças  
32 bancárias, judiciais e extrajudiciais, respeitando o Código de Defesa do Consu-  
33 midor; XIV - Contratar e demitir funcionários da Escola. XV - Supervisionar a  
34 escrituração das folhas mensais de pagamento, zelando pelo arquivo dos seus  
35 respectivos comprovantes. Seção I - Da Secretaria Acadêmica Art. 15 - Compete  
36 ao Secretário(a): I - Ter sob sua responsabilidade todos os livros, arquivos, do-  
37 cumentos da Escola e proceder todas as diligências exigidas ao funcionamento  
38 normal do estabelecimento e as explicitadas no Regimento Escolar; II - Substituir  
39 o(a) Diretor(a) Pedagógico na sua ausência ou impedimentos, quando se tratar  
40 de assuntos de sua competência. Seção II - Da Tesouraria Art. 16 - O tesoureiro,  
41 com formação profissional adequada, cuidará da administração financeira e pa-  
42 trimonial da EPAF, sob a orientação e supervisão do(a) Diretor(a) Administrativo.  
43 § 1 - Compete ao(a) Tesoureiro(a): I - Efetuar pagamentos, os quais serão assi-  
44 nados por ele e pelo(a) Diretor(a) Administrativo em conjunto; II - Receber valores  
45 e mensalidades; III - Manter em ordem os serviços da tesouraria, encaminhando  
46 a documentação necessária a contabilidade; IV - Depositar os valores recebidos  
47 em conta bancária em nome da EPAF; V - Elaborar com a direção administrativa  
48 a proposta orçamentária anual para o exercício seguinte. VI - Elaborar proposta  
49 dos valores dos serviços prestados com base em planilhas de custos detalhada;  
50 segundo critérios técnico-contábeis; VII - Apresentar relatórios, balanços, ba-  
51 lancetes e demonstrativos; VIII - Substituir o(a) Diretor(a) Administrativo na sua

1 ausência ou impedimentos, quando se tratar de assuntos de sua competência.  
2 § 2 - O tesoureiro responde com seus bens havidos e por haver pelas importân-  
3 cias sob sua guarda. Art. 17 - O Diretor Pedagógico e o Diretor Administrativo  
4 devem, quando convocados comparecer as reuniões da Diretoria do Conselho  
5 Deliberativo sem direito a voto. Art. 18 - Sempre que o Conselho Deliberativo  
6 aprovar a criação de uma nova Mantida deve, no que couber, designar a diretoria  
7 geral em atividade para acumular as funções de direção até à total implantação  
8 da nova instituição. TÍTULO III - DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS CAPÍTULO  
9 I - Do Patrimônio Art. 19 - O Patrimônio e a receita da EPAF constituir-se-ão dos  
10 bens e direitos que lhe couberem, pelos que vier a adquirir no exercício de suas  
11 atividades, pelas subvenções e doações oficiais e particulares. § 1 - A EPAF po-  
12 derá receber contribuições, doações, legados e subvenções, de pessoas físicas  
13 e jurídicas nacionais internacionais, destinados à formação e ampliação de seu  
14 patrimônio ou a realização de trabalhos específicos. § 2 - Os bens a serem ad-  
15 quiridos pertencerão à Igreja Presbiteriana do Brasil, que é a associada vitalícia.  
16 CAPÍTULO II - Das Rendas Art. 20 - As rendas da Escola e demais Mantidas  
17 serão as taxas e mensalidades escolares, receitas financeiras, administração de  
18 bens e imóveis, bem como de outras fontes permitidas por lei. Parágrafo único.  
19 A EPAF aplicará suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional  
20 integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus  
21 objetivos institucionais. TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 21 - Compete  
22 privativamente à assembléia Geral: I - Destituir os administradores; II - Propor  
23 alteração do presente Estatuto a ser aprovado pela Comissão Executiva ou o  
24 Supremo Concílio. § 1 - para as deliberações que referem-se os incisos I e II  
25 deste artigo é exigido a deliberação da assembléia especialmente convocada  
26 para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os crité-  
27 rios de eleição dos administradores. § 2º - O presente Estatuto somente poderá  
28 ser alterado por proposta do Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária,  
29 convocada para esse fim, mediante requerimento de cinco Associados Eleitos  
30 e do Associado Vitalício, com trinta dias de antecedência. § 3º - Todas as pro-  
31 postas de alterações devem obter dois terços dos votos dos Associados Eleitos,  
32 mais o voto do Associado Vitalício. § 4º - As alterações somente entrarão em  
33 vigor após aprovadas pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil ou  
34 por sua Comissão Executiva. § 5º - Da convocação da reunião extraordinária  
35 citada no § 2º, enviar-se-á cópia, com trinta dias de antecedência a todos os  
36 Associados. Art. 22 - Os casos de omissão serão resolvidos pelo voto de dois  
37 terços do Conselho Deliberativo e a expressa aprovação do representante do As-  
38 sociado Vitalício. Art. 23 - O presente estatuto entra em vigor e começa produzir  
39 efeitos legais se cumpridas as exigências estatutárias. TÍTULO IV - DAS DIS-  
40 POSIÇÕES TRANSITÓRIAS Art. 24 - Ficam mantidos os atuais mandatos dos  
41 Associados Eleitos até que o representante do Associado Vitalício faça recompo-  
42 sição escalonada do Conselho Deliberativo. Parágrafo único - Na recomposição  
43 escalonada do novo Conselho Deliberativo será obedecido o seguinte critério: I  
44 - Dois conselheiros para um mandato de um ano; II - Dois conselheiros para um  
45 mandato de dois anos; III - Dois conselheiros para um mandato de três anos.  
46 Art. 25 - Fica assegurado o registro como funcionário da EPAF aos que antes da  
47 vigência deste estatuto já faziam parte do seu quadro funcional na condição de  
48 cônjuge e ou parente até o terceiro grau, de membros do Conselho Deliberativo  
49 e da Diretoria Geral. Nota O presente estatuto foi aprovado no dia 10/02/11, Re-  
50 gistrado no dia , no Cartório do 2º Ofício Dalla Riva, da cidade de Alta Floresta,

1 Estado do Mato Grosso, registro nº 259, fls 063, livro A2. <sup>149</sup>. Passa-se a palavra  
 2 ao Rev. Ronildo Farias dos Santos. **SUBCOMISSÃO XI - Juntas, Comissões -**  
 3 **CE-SC/IPB-2011 - DOC.CL - Quanto ao documento 076 - Oriundo do(a): Co-**  
 4 **missão Nacional Presbiteriana de Educação - Ementa: Relatório da Comis-**  
 5 **são Nacional Presbiteriana de Educação.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:**  
 6 Aprovar o relatório com as seguintes observações: 1. O Relatório apresentado  
 7 corresponde ao período de julho/2010 a fevereiro 2011, período no qual foram  
 8 realizadas três reuniões destacando a preocupação com exploração de temas  
 9 relacionados com os objetivos e área de atuação da comissão; 2. Eleição da  
 10 nova diretoria realizada em 12 de agosto de 2010, ficando assim constituída:  
 11 Presidente - Rev. Lamartine Gaspar de Oliveira, Vice-Presidente - Rev. Gilson  
 12 Moreira, Secretário Executivo - Rev. Geomário Moreira Carneiro, Tesoureiro -  
 13 Presb. Paulo Santos Terra Nova; 3. Esclarecer que segundo artigo terceiro do  
 14 Regimento interno da CONAPE não existe função de Vice-Presidente na com-  
 15 posição da diretoria da comissão, razão pela qual, torna-se sem efeito a eleição  
 16 de membro para referida função; 4. Esclarecer que, com base no que preceitua  
 17 o art. 97 da CI-IPB em suas alíneas "a", "g" e parágrafo único, é competência  
 18 específica do SC/IPB formar sistemas e padrões de doutrinas e prática quanto  
 19 a fé. Assim, lembrar a dita comissão que os planos de produção de texto que  
 20 expresse a filosofia IPB quanto a educação formal, requer que seja submetido  
 21 a exame e aprovação do SC/IPB.<sup>150</sup>. Passa-se a palavra ao Rev. Saulo Pereira  
 22 de Carvalho. **SUBCOMISSÃO VIII - Consultas e Outros Papéis I - CE-SC/IPB-**  
 23 **2011 - DOC.CLI - Quanto ao documento 095 - Oriundo do(a): Sínodo Central**  
 24 **Espírito-Santense - Ementa: Encaminhamento de Consulta referente inst-**  
 25 **tuções funcionais em Congregação Presbiterial.** Considerando: 1. Que o  
 26 Concílio consulente solicita uma regulamentação da resolução SC-IPB 2010 -  
 27 Doc. 150. 2. Que tal regulamentação implicaria em legislar sobre o assunto,  
 28 A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE** encaminhar o assunto à Reunião Ordinária do  
 29 Supremo Concílio, uma vez que não é de sua competência a regulamentação  
 30 das Resoluções do Supremo Concílio. <sup>151</sup>. Passa-se a palavra ao Rev. José Ro-  
 31 meu da Silva. **SUBCOMISSÃO VI - Legislação e Justiça II - CE-SC/IPB-2011 -**  
 32 **DOC.CLII - Quanto ao documento 039 - Oriundo do(a): Sínodo Leste de São**  
 33 **Paulo - Ementa: Denúncia contra o Sínodo Leste de São Paulo.** CONSIDE-  
 34 RANDO: 1 - Que é facultado a qualquer membro em plena comunhão proceder  
 35 denúncia contra qualquer Concílio da IPB. 2 - Que o encaminhamento da de-  
 36 núncia protocolada pelo Diac. Isaías Alves da Costa contra o Sínodo Leste de  
 37 São Paulo obedeceu o que dispõe o art. 63 da CI/IPB. 3 - Que conforme o art.  
 38 22 do CD/IPB: "Compete ao Supremo Concílio processar e julgar privativamente  
 39 os Sínodos". A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Remeter à próxima RO do Su-  
 40 premo Concílio, pois trata de matéria privativa do mesmo. <sup>152</sup>. **SUBCOMISSÃO**  
 41 **VI - Legislação e Justiça II - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CLIII - Quanto ao docu-**  
 42 **mento 040 - Oriundo do(a): Sínodo Vale do Paraíba - Ementa: Proposta de**  
 43 **queda do item 2 da Resolução 223, Supremo Concílio Extraordinário 2010..**

<sup>149</sup>Doc. CXLIX - Quanto ao documento 139 - Solicitação de homologação do novo Esta-  
 tuto da Escola Presbiteriana de Alta Floresta.

<sup>150</sup>Doc. CL - Quanto ao documento 076 - Relatório da Comissão Nacional Presbiteriana  
 de Educação.

<sup>151</sup>Doc. CLI - Quanto ao documento 095 - Encaminhamento de Consulta referente inst-  
 tuções funcionais em Congregação Presbiterial.

<sup>152</sup>Doc. CLII - Quanto ao documento 039 - Denúncia contra o Sínodo Leste de São  
 Paulo.

1 CONSIDERANDO: 1 - Que a proposta original do Rev. Jorge Corrêa dos Santos  
 2 Filho, quanto a declaração de nulidade da Resolução 223 da SC-E/IPB - 2010  
 3 foi dirigida à CE/SC - IPB 2011 através do Presbitério Alto Tietê nos termos do  
 4 art. 63 da CI/IPB. 2 - Que o referido Presbitério em sua 50ª RO discutiu a ma-  
 5 téria e posicionou-se de forma diversa da proposta original. 3 - Que ao decidir  
 6 de forma diferente da proposta inicial deveria enviar nova proposta nos termos  
 7 de decisão tomada pelo PRAT e não o fez A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** Não  
 8 receber o documento e devolver ao Sínodo para que remeta ao Presbitério.<sup>153</sup>.  
 9 Passa-se a palavra ao Rev. Guilhermino Silva da Cunha. **SUBCOMISSÃO IV -**  
 10 **Educação Teológica I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CLIV - Quanto ao documento**  
 11 **081 - Oriundo do(a): Educação Teológica - Ementa: Relatório do exercício**  
 12 **da Junta de Educação Teológica.** A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1. Aprovar  
 13 o relatório com os seguintes destaques: a. número expressivo de reuniões de  
 14 julho de 2010 até agora. 4 reuniões do pleno da JET e 4 da Diretoria; b. Destacar  
 15 e apreciar a volta da numeração das atas para facilitar o acompanhamento his-  
 16 tórico das reuniões da JET; c. Apreciar o zelo no cumprimento das decisões do  
 17 SC-2010; d. Apreciar o zelo no acompanhamento dos mandatos das JURETs e  
 18 o equilíbrio da presença de representantes dos diversos Sínodos de cada região  
 19 abrangida pelas JURETs. e. Apreciar o apoio da JET a algumas iniciativas como  
 20 Cursos de Música nos limites das JURETs e o Projeto Despertando Vocações  
 21 que irá abençoar a todos os Seminários e Institutos Bíblicos da IPB, contribuindo  
 22 para reverter a síndrome de decréscimo no número de alunos; f. Apreciar o zelo  
 23 e o cuidado na preparação do provão do vestibular unificado, com uma comissão  
 24 de alto nível acadêmico e teológico; g. Apreciar os quadros comparativos que  
 25 dão uma clara idéia de como está a Educação Teológica na IPB; h. Apreciar a  
 26 realização de reuniões conjuntas da JET com Diretores e Capelães, visando à  
 27 equalização da qualidade do Ensino Teológico na IPB; i. Apreciar o cuidado no  
 28 acompanhamento do CPAJ e do convênio externo por ele celebrado com o Jo-  
 29 nathan Edward Center da Universidade de YALE (Hartford, USA); apreciar ainda  
 30 o número de módulos oferecidos pelo CPAJ em 2010 (42); o Centro está com  
 31 187 alunos no curso de Mestrado, 39 alunos no DMin, 124 alunos nos cursos de  
 32 especialização com educação à distância; o corpo docente do CPAJ conta com  
 33 12 professores residentes, sendo 8 Doutores e 4 Mestres, além de 4 professores  
 34 visitantes; o Corpo Docente produziu mais de 40 artigos em periódicos acadêmi-  
 35 cos, fez mais de 60 conferências, mais de 25 orientações de teses e dissertações  
 36 e 15 bancas de qualificação e defesa de dissertações com êxito; j. Registrar voto  
 37 de apreciação pelo zelo da JET quanto às informações da incompatibilidade na  
 38 composição de titulares e suplentes das JURETs ou seja pastores e presbíte-  
 39 ros de Sínodos diferentes para melhoria da representação sinodal nas JURETs.  
 40 2. Fazer as seguintes observações: a. Na JURET Norte-NE, há uma vaga de  
 41 Presbitero suplente a ser preenchida para o mandato até de 2014. Determinar a  
 42 JURET Norte-NE que entre em contato com os Sínodos da sua região para que  
 43 enviem tempestivamente candidatos com seus currículos; b. Quanto às obser-  
 44 vações com relação à JURET Sul, declarar vaga a suplência ocupada pelo Rev.  
 45 Osvaldo Henrique Hack, uma vez que foi eleito para a JET pelo SC-2010, com  
 46 mandato até 2014. Determinar a JURET Sul que entre em contato com os Sín-  
 47 odos da sua região para que enviem tempestivamente candidatos com seus currí-  
 48 culos; 3. Registrar voto de apreciação aos membros da JET e de louvor a Deus  
 49 pelas realizações dela, das JURETs, dos Seminários, dos Institutos Bíblicos e

<sup>153</sup> Doc. CLIII - Quanto ao documento 040 - Proposta de queda do item 2 da Resolução 223, Supremo Concílio Extraordinário 2010..

1 do Centro Presbiteriano de Pós Graduação Rev. Andrew Jumper. 4. Solicitar  
 2 aos sínodos que façam indicação de nomes para as JURETs nas suas respec-  
 3 tivas regiões, acompanhadas do currículo de cada candidato. <sup>154</sup>. Passa-se a  
 4 palavra ao Rev. Emerson Fernandes Miranda. **SUBCOMISSÃO III - Finanças III**  
 5 **- CE-SC/IPB-2011 - DOC.CLV - Quanto ao documento 171 - Oriundo do(a):**  
 6 **Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Relatório quanto a determi-**  
 7 **nação da CE-SC/IPB 2010 - Pedido de Renovação de Comodato.** Conside-  
 8 rando: 1) Que a JPEF deu parecer favorável sobre o assunto; 2) Que a Instituição  
 9 recebeu verbas Federais através do Ministério da Cultura, razão pela qual sofre  
 10 fiscalização quanto aos recursos recebidos; 3) Que pela leitura do Estatuto não  
 11 há a participação da IPB na Instituição; 4) Que a administração do CPC (Cen-  
 12 tro Presbiteriano de Convivência) está restrita tão somente a membros da Igreja  
 13 Presbiteriana de Brasília; 5) Que no contrato de Comodato firmado em dezembro  
 14 de 2000, consta a obrigatoriedade de submeter à CE-IPB o estatuto para fins de  
 15 aprovação, fato este que não foi cumprido, conforme, cláusula 15, assim descrita  
 16 "*A comodatária obriga-se a submeter à próxima reunião ordinária da Comissão*  
 17 *Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, o seu estatuto,*  
 18 *para fins de aprovação final. Obriga-se, ainda, às providências complementares*  
 19 *de homologação, por sua Assembléia geral, bem como pelo competente registro*  
 20 *em Cartório, das alterações eventualmente determinadas pela referida Comissão*  
 21 *Executiva". A CE/SC/IPB - 2011 RESOLVE: 1) Aprovar a renovação do como-*  
 22 *dato com o CPC (Centro Presbiteriano de Convivência) pelo período de vinte (20)*  
 23 *anos, com possibilidade de renovação; 2) Determinar: a) Ao CAS (Conselho de*  
 24 *Assistência Social) e JPEF para que, de comum acordo, com o CPC (Centro*  
 25 *Presbiteriano de Convivência) promovam as alterações estatutárias visando o*  
 26 *ingresso da IPB na nova composição do Conselho Deliberativo, prestando rela-*  
 27 *tório na CE/IPB-2012; b) Que, após a reforma estatutária, se cumpra a cláusula*  
 28 *15 do referido contrato de Comodato; 3) Determinar o envio do relatório anual-*  
 29 *mente das atividades desenvolvidas ao Conselho de Assistência Social da IPB;*  
 30 *4) Promover a publicação de relatório financeiro anual no Jornal Oficial da IPB.*  
 31 <sup>155</sup>. Passa-se a palavra ao Presb. Renato José Piragibe. A presidência é passada  
 32 ao vice-presidente Rev. Juarez Marcondes Filho. **SUBCOMISSÃO I - Finanças**  
 33 **I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CLVI - Quanto ao documento 036 - Oriundo do(a):**  
 34 **Secretaria Executiva do Supremo Concílio da IPB - Ementa: Comunicado da**  
 35 **Secretaria Executiva quanto a Publicação de Bíblias solicitadas pela Nossa**  
 36 **Missão e respectivo pagamento..** Considerando: 1) que o SC/IPB-2010, atra-  
 37 vés do Doc. LXIII, ítem IV da resolução tomou conhecimento do Projeto NOSSA  
 38 MISSÃO; 2) que a decisão encaminha o "Projeto Nossa Missão" à CNE, para que  
 39 estude a viabilização do mesmo; 3) que atualmente a APECOM é a autarquia  
 40 da IPB com as funções da extinta CNE; 4) que o projeto contempla uma parceria  
 41 para a distribuição de 15 mil Bíblias; 5) que a direção do Projeto Nossa Missão  
 42 interpretou equivocadamente o atendimento a sua solicitação feita ao presidente  
 43 do SC/IPB e ao secretário executivo do SC/IPB; 6) que esta interpretação equi-  
 44 vocada levou a direção do Projeto Nossa Missão a solicitar a confecção de 15  
 45 mil Bíblias junto a SBB, no valor total de R\$ 94.500,00; 7) que este valor está  
 46 pendente de pagamento na SBB; 8) que a SBB entendeu que a IPB autorizou  
 47 esta confecção, tendo em vista que a Bíblia foi prefaciada pelo secretário execu-

<sup>154</sup>Doc. CLIV - Quanto ao documento 081 - Relatório do exercício da Junta de Educação Teológica.

<sup>155</sup>Doc. CLV - Quanto ao documento 171 - Relatório quanto a determinação da CE-SC/IPB 2010 - Pedido de Renovação de Comodato.

1 tivo do SC/IPB, falando em nome da IPB. 9) que pese não haver autorização da  
 2 IPB para a devida confecção de Bíblias, convém o pagamento, tendo em vista  
 3 que o nome da IPB foi utilizado, mesmo sem autorização. A CE/SC/IPB - 2011  
 4 **RESOLVE:** 1-Solicitar ao SE/SC-IPB que encaminhe uma nova cópia do "Projeto  
 5 Nossa Missão" a APECOM, nos termos da decisão referida nos considerandos.  
 6 2- Informar a SBB que a partir desta data, somente por documento formal do pre-  
 7 sidente do SC/IPB pode autorizar novas compras de Bíblias em nome da IPB;  
 8 3 - Autorizar o secretário executivo a prefaciar a Bíblia feita em parceria com o  
 9 Projeto Nossa Missão; 4-Autorizar a Tesouraria do SC/IPB o pagamento desta  
 10 fatura junto a SBB com verba de EVENTUAIS.<sup>156</sup> Volta-se a presidência ao  
 11 Rev. Roberto Brasileiro Silva. **SUBCOMISSÃO I - Finanças I - CE-SC/IPB-**  
 12 **2011 - DOC.CLVII - Quanto ao documento 158 - Oriundo do(a): Patrimonial,**  
 13 **Econômico e Financeira - Ementa: Diretrizes de Gestão de pessoas da ad-**  
 14 **ministração direta e indireta.** Considerando: 1-que a JPEF cumpriu a deter-  
 15 minação desta CE-SC, conforme Doc. CLXXIII, elaborando proposta que visa  
 16 regulamentar a contratação de pessoal pelo vínculo da CLT; 2-que a proposta  
 17 contempla as situações hoje existentes no que pertine a pessoal e quadro de  
 18 funcionários, com suas respectivas classificações e salários; 3-que o Brasil, por  
 19 ser um país continental, apresenta relação salarial diferenciada por região geo-  
 20 gráfica, em que pese o exercício da mesma função ou cargo; 4-que a relação tra-  
 21 balhista deve avançar, seja por ocasião da contratação, seja pela funcionalidade  
 22 da Igreja, adotando-se para tanto as melhores práticas de gestão de pessoas; 5-  
 23 que a proposta contempla nova relação trabalhista, criando a Função Gerencial;  
 24 os Cargos Operacionais e os Cargos Profissionais, com respectivos níveis de in-  
 25 gresso, nomenclaturas, carga horária e principais atribuições, conforme anexos  
 26 I, II e III; 6-que a proposta, ao criar os novos quadros, contempla a extinção dos  
 27 atuais, na medida em que ficarem vagos; 7-que o plano proposto prevê a pro-  
 28 moção vertical (entre cargos operacionais) e horizontal (pelo tempo de trabalho),  
 29 contemplando dez níveis salariais (de "A" a "J"); 8-que as distorções salariais pra-  
 30 ticadas atualmente nos diversos órgãos e setores da Igreja, que podem acarretar  
 31 ações trabalhistas, as quais o plano equaciona e coíbe; 9-que o plano indica pa-  
 32 drões de conduta funcional e de ética para todos os níveis funcionais da IPB,  
 33 conforme anexo IV; 10-que a Tesouraria da IPB, pode desempenhar o acompa-  
 34 nhamento e as diretrizes traçadas pelo plano, promovendo a sua implantação;  
 35 11-que o status quo dos funcionários será preservado, mantido os atuais empre-  
 36 gos e salários, até que, de forma natural ocorra a vacância. A CE/SC/IPB - 2011  
 37 **RESOLVE:** 1 - Encaminhar aos presidentes de sínodos e órgãos da Igreja para  
 38 estudo e sugestões à Junta Patrimonial, Econômica e Financeira. 2 - Remeter à  
 39 próxima reunião da CE-SC/IPB 2012 para tratar da matéria.<sup>157</sup> **SUBCOMISSÃO**  
 40 **I - Finanças I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CLVIII - Quanto ao documento 159 -**  
 41 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Diretrizes**  
 42 **para atuação no Ministério - Estrutura de Cômruas Pastorais.** Considere-  
 43 rando: 1- que a JPEF cumpriu a determinação desta CE-SC, conforme Doc.  
 44 CLXXIII, elaborando proposta que visa regulamentar a contratação de pessoal  
 45 pelo vínculo da CLT; 2-que o Brasil, por ser um país continental, apresenta re-  
 46 lação salarial diferenciada por região geográfica, em que pese o exercício da  
 47 mesma função ou cargo; 3-que é necessário avançar na relação pastoral daque-

<sup>156</sup>Doc. CLVI - Quanto ao documento 036 - Comunicado da Secretaria Executiva quanto a Publicação de Bíblias solicitadas pela Nossa Missão e respectivo pagamento..

<sup>157</sup>Doc. CLVII - Quanto ao documento 158 - Diretrizes de Gestão de pessoas da administração direta e indireta.

1 les ministros que prestam serviços à Igreja, na forma do Art. 37 da CI-IPB; 4-que  
2 a proposta contempla nova relação ministerial, definindo critérios de tempo inte-  
3 gral/parcial, bem como as principais atribuições; 5-que o plano busca equacionar  
4 as distorções salariais praticadas nos diversos órgãos e setores da Igreja, o que  
5 pode acarretar no atual modelo ações de isonomia salarial; 6-que a Tesoura-  
6 ria da IPB, pode desempenhar o acompanhamento e as diretrizes traçadas pelo  
7 plano, promovendo a sua implantação; 7-que o status quo dos pastores será pre-  
8 servado, mantendo as suas funções atuais e congruas, até que, de forma natural  
9 ocorra a vacância. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1) Tomar conhecimento do  
10 plano de Diretriz de Gestão de Pessoas para atuação de pastores na adminis-  
11 tração direta e indireta da IPB e estrutura de cômruas; 2) Facultar que o mesmo  
12 seja extensivo, no que couber, as autarquias da Igreja; 3) Autorizar a Junta Patri-  
13 monial, Econômica e Financeira a continuar os estudos deste plano e apresentar  
14 na próxima reunião da CE-SC/IPB 2012. IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL  
15 DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO DE PASTORES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
16 E INDIRETA E ESTRUTURA DE CONGRUAS PASTORAIS PRINCIPAIS DIRE-  
17 TRIZES 1 - BASE LEGAL - CI/IPB: 1.1 - A atuação do ministro da IPB fora de  
18 sua igreja local seguirá o que regulamenta a CI/IPB, especificamente o que esta-  
19 becece os seguintes artigos: Art.37 - Os ministros poderão ser designados para  
20 exercer funções na imprensa, na beneficência, no ensino ou em qualquer outra  
21 obra de interesse eclesiástico. Em qualquer destes cargos terão a superinten-  
22 dência espiritual dos que lhes forem confiados. Art.38 - A atividade do ministro  
23 deve ser superintendida pelo Presbitério, ao qual, anualmente, prestará relatório  
24 dos seus atos. 1.2 - Deverá ser anotada na Carteira do Ministro a sua desig-  
25 nação, sendo que o Ministro deverá prestar relatório, além do que estabelece o  
26 Artigo 38 da CI/IPB, à Reunião Ordinária da CE/IPB e ao órgão a que estiver vin-  
27 culado. 2 - ESCOLHA PARA ATUAÇÃO: 2.1 - A escolha e designação do ministro  
28 será efetuada pelo órgão, pela CE/SC ou pelo SC/IPB, o que couber, conforme  
29 prevê a CI/IPB e o estatuto/regimento de cada órgão. 3 - ATRIBUIÇÕES DA TE-  
30 SOURARIA DO SC: 3.1 - A Tesouraria do SC/IPB ficará responsável por efetuar  
31 o pagamento do ministros, bem como todas as retenções legais. 3.2 - A Tesou-  
32 raria do SC ficará responsável por atualizar anualmente a tabela das Cômruas,  
33 conforme aprovado na Reunião ordinária da CE/IPB. 4 - DEDICAÇÃO: 4.1 - A  
34 dedicação do ministro deverá ser de tempo integral ou tempo parcial, conforme  
35 ajustado por cada órgão. No caso de tempo parcial, o valor das cômruas será  
36 proporcional à dedicação por tempo integral. 4.2 - Todos os ministros terão o  
37 mesmo valor base de cômruas conforme a sua atuação no ministério (Tabela  
38 I), havendo uma diferenciação de acordo com o seu local de residência (Tabela  
39 II). 4.3 - O Diferencial de Local de Residência (DLR) compreende um diferencial  
40 de cômruas para cada cidade, conforme o custo de vida da mesma. TABELA  
41 DE CONGRUAS PASTORAIS VIGÊNCIA A PARTIR DE 2011 TABELA I - VALOR  
42 DAS CÔNGRUAS ATUAÇÃO DO MINISTRO DEDICAÇÃO CONGRUAS Diretor  
43 de Órgão Tempo Integral - "valor a confirmar"; Secretário de Causa Tempo Inte-  
44 gral 6.000,00; Diretor de Seminário Tempo Integral - "valor a confirmar"; Docente  
45 - Professor de Seminário Tempo Parcial -Aulas - "valor a confirmar"; Capelão  
46 de Seminário Tempo Integral - "valor a confirmar"; Chefe de Gabinete Tempo  
47 Integral Conforme piso do presbitério - "valor a confirmar"; Missionário Tempo  
48 Integral - "valor a confirmar". TABELA II - DIFERENCIAL DE LOCAL DE RESI-  
49 DÊNCIA: MINISTÉRIO GRUPO I (CAPITAIS DO SUDESTE E DF) - Diretor de  
50 Órgão: - "valor a confirmar"; Secretário de Causas: - "valor a confirmar"; Diretor  
51 de Seminário: - "valor a confirmar"; Docente - Professor de Seminário: - "valor

1 a confirmar"; Capelão de Seminário: - "valor a confirmar"; Chefe de Gabinete: -  
 2 "valor a confirmar"; Missionário: - "valor a confirmar". GRUPO II (OUTRAS CA-  
 3 PITAIS) - Diretor de Órgão: - "valor a confirmar"; Secretário de Causas: - "valor  
 4 a confirmar"; Diretor de Seminário: - "valor a confirmar"; Docente - Professor  
 5 de Seminário: - "valor a confirmar"; Capelão de Seminário: - "valor a confir-  
 6 mar"; Chefe de Gabinete: - "valor a confirmar"; Missionário: - "valor a confirmar".  
 7 GRUPO III (CIDADES ACIMA DE 500 MIL HABITANTES) - Diretor de Órgão: -  
 8 "valor a confirmar"; Secretário de Causas: - "valor a confirmar"; Diretor de Semi-  
 9 nário: - "valor a confirmar"; Docente - Professor de Seminário: - "valor a confir-  
 10 mar"; Capelão de Seminário: - "valor a confirmar"; Chefe de Gabinete: - "valor a  
 11 confirmar"; Missionário: - "valor a confirmar". O Diferencial de Local de Residên-  
 12 cia (DLR) compreende uma verba extra diferenciada para cada cidade, conforme  
 13 o custo de vida da mesma. **FUNÇÃO ECLESIASTICA.** 1 - TÍTULO: Diretor de  
 14 Órgão - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: sua atribuição compreende atividades vol-  
 15 tadas para a direção de órgãos da igreja, através do planejamento e controle  
 16 de metas, políticas, ações e relacionamento institucional; 2 - TÍTULO: Secretário  
 17 de Causa - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: sua atribuição compreende atividades  
 18 voltadas para apoio às causas da IPB, conforme regulamentação interna; 3 -  
 19 TÍTULO: Chefe de Gabinete - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: sua atribuição com-  
 20 preende assessorar e apoiar o principal Gestor do órgão o qual está vinculado;  
 21 4 - TÍTULO: Diretor de Seminário - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: sua atribuição  
 22 compreende a Direção dos Seminários da IPB, conforme atribuições estabeleci-  
 23 das pela JET/JURET. 5 - TÍTULO: Professor - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: sua  
 24 atribuição compreende atividades voltadas a docência de disciplina específica  
 25 em dos seminários da IPB, conforme sua especialidade de conhecimento. 6 - TÍ-  
 26 TULO: Capelão do Seminário - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: sua atribuição com-  
 27 preende o apoio e orientação aos seminaristas, conforme atribuições estabele-  
 28 cidas pela JET/JURET. 7 - TÍTULO: Missionário - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:  
 29 atuação ministerial no campo designado pela JMN/IPB.<sup>158</sup> **SUBCOMISSÃO I**  
 30 **- Finanças I - CE-SC/IPB-2011 - DOC.CLIX - Quanto ao documento 149 -**  
 31 **Oriundo do(a): Patrimonial, Econômico e Financeira - Ementa: Proposta**  
 32 **orçamentária para 2011.** Considerando: Que o Supremo Concílio de nossa  
 33 Igreja aprovou um Plano de Diretrizes Orçamentárias (PDO), no qual estabelece  
 34 os parâmetros e as parcelas percentuais de gastos e estimativas de receitas da  
 35 IPB. A CE/SC/IPB - 2011 **RESOLVE:** 1-Destacar que os valores consignados no  
 36 orçamento foram obtidos a partir do PDO e estudo feito pela JPEF; 2-Registrar  
 37 que o orçamento IPB-2011 busca o equilíbrio financeiro entre Receitas e Despes-  
 38 sas; 3-Registrar que a proposta orçamentária preve a correção de cerca de 12%  
 39 sobre a execução relativa à 2010; 4-Reiterar o pedido de uma ação realmente  
 40 efetiva dos sínodos junto aos presbitérios jurisdicionados, conforme artigo 88,  
 41 letra J, da CI/IPB e decisão SC-1994, doc VII, com o fim de conscientizar as Igre-  
 42 jas locais, que somente a pontualidade e fidelidade na remessa dos dízimos à  
 43 Tesouraria do SC-IPB viabilizarão a realização de metas e programas da IPB, em  
 44 2011; 5-Autorizar o tesoureiro da IPB, ouvida a JPEF e os órgãos e autarquias  
 45 envolvidos, a remanejar verbas entre rubricas; 6-Determinar que os repasses  
 46 para todos os órgãos e autarquias, que constem neste orçamento sejam feitos  
 47 proporcionalmente a arrecadação dos dízimos; 7-Alocar verba para o IBEL no  
 48 valor de R\$ 34.000,00 da rubrica de eventuais, no intuito de manter professor as-  
 49 sistente para suprir ausência do Presidente do SC/IPB; PROPOSTA ORÇAMEN-

<sup>158</sup> Doc. CLVIII - Quanto ao documento 159 - Diretrizes para atuação no Ministério -  
 Estrutura de Côngruas Pastorais.

1 TÁRIA - IPB 2011 - DISCRIMINAÇÃO SAÍDAS/ENTRADAS: ADMINISTRAÇÃO:  
 2 1.768.800/22.618.295; 8,04% - PRESIDÊNCIA: 280.000; 1,27% - SECRETARIA  
 3 EXECUTIVA:330.000; 1,50% - TESOUREARIA: 490.000/22.000.000; 2,23% -  
 4 JUNTA PATRIMONIAL - 290.000/618.295; 1,32% - CRIE - 88.800; 0,40% - TRI-  
 5 BUNAL DE RECURSOS: 15.000; 0,07% - ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉ-  
 6 TODOS: 15.000; 0,07% - REUNIÕES - 260.000; 1,18% - ENSINO TEOLÓGICO -  
 7 3.562.500; 16,19% - JUNTA EDUCAÇÃO TEOLÓGICA - 120.000; 0,55% - SEMI-  
 8 NÁRIO PRESB. DO SUL - 425.000; 1,93% - SEMINÁRIO PRESB. DO NORTE  
 9 - 425.000; 1,93% - SEM. VER.DENOEL N. ELLER - 425.000; 1,93% - SEM.  
 10 PRESB.RIO DE JANEIRO - 425.000; 1,93% - SEM. PRESB.BRASIL CENTRAL  
 11 - 425.000; 1,93% - SEM. PRESB.DO NORDESTE - 425.000; 1,93 - EXTENSÃO  
 12 JI PARANÁ - 382.500; 1,74% - DOAÇÃO AO IBEL - 170.000; 0,77% - DOAÇÃO  
 13 AO IBN - 170.000; 0,77% - DOAÇÃO AO IBAA - 170.000; 0,77% - MISSÕES  
 14 E EVANGELIZAÇÃO - 11.880.000; 54,00% - COMITÊ GESTOR - 11.880.000;  
 15 54,00% - FORÇA DE INTEGRAÇÃO - 460.000; 2,09% - SEC. TRAB APOIO  
 16 PASTORAL - 15.000; 0,07% - SEC. TRAB. TERCEIRA IDADE - 35.000; 0,16%  
 17 - SEC. GERAL TRAB. MASCULINO- 35.000; 0,16% - SEC. GERAL TRAB. FE-  
 18 MININO - 35.000; 0,16% - SEC. GERAL DA MOCIDADE - 55.000; 0,25% - SEC.  
 19 GERAL DE ADOLESCENTES - 55.000; 0,25% - SEC. GERAL DA INFÂNCIA -  
 20 55.000; 0,25% - CONFEDERAÇÃO UPA - 35.000; 0,16% - CONFEDERAÇÃO  
 21 UMP - 35.000; 0,16% - CONFEDERAÇÃO UPH - 35.000; 0,16% - CONFEDE-  
 22 RAÇÃO SAF - 35.000; 0,16% - CONGRESSO DA INFÂNCIA - 35.000; 0,16%  
 23 - AÇÃO SOCIAL - 487.000; 2,21% - COMISSÃO DE AÇÃO SOCIAL - 90.000;  
 24 0,41% - COM. PREV. SAÚDE E SEG. - 67.000; 0,30% - PENSIONISTAS E JU-  
 25 BILADOS - 330.000; 1,50% - EDUCAÇÃO CRISTÃ/SECULAR - 241.000; 1,10%  
 26 - CONSELHO HINOLOGIA E MÚSICA - 26.000; 0,12% - CONAPE - 30.000;  
 27 0,14% - WORKSHOP TESOUREARIA E SECRETARIA EXECUTIVA - 120.000;  
 28 0,55% - CURADORIA DE MUSEUS - 65.000; 0,30% - DIVERSOS - 3.600.700;  
 29 16,37% - FUNDO DE EMPRÉSTIMOS - 1.760.000; 8,00% - IMOBILIZAÇÕES  
 30 - JPEF - 763.700; 3,47% - RESERVA TÉCNICA - 440.000; 2,00% - SECRE-  
 31 TÁRIOS GERAIS DE TEMPO INTEGRAL - 340.000; 1,55% - EVENTUAIS -  
 32 297.000; 1,35% - REPASSES DE ALUGUÉIS - 618.295; 100,00% - REPASSES  
 33 AO SEMINÁRIO DE BRASÍLIA/CAMPINAS - 437.000; 70,68% - EVENTUAIS -  
 34 101.295; 16,38% - RECOMPOSIÇÃO FUNDO DE RESERVA - 80.000; 12,94% -  
 35 T O T A I S- 22.618.295/22.618.295; 100,00% - DISCRIMINADO POR RUBRICA  
 36 - ADMINISTRAÇÃO - 1.768.800; 8,04% - ENSINO TEOLÓGICO - 3.562.500;  
 37 16,19% - MISSÕES E EVANGELIZAÇÃO - 11.880.000; 54,00% - FORÇA DE  
 38 INTEGRAÇÃO - 460.000; 2,09% - AÇÃO SOCIAL - 487.000; 2,21% - EDUCA-  
 39 ÇÃO CRISTÃ/SECULAR - 241.000; 1,10% - DIVERSOS - 3.600.700; 16,37% -  
 40 REPASSE DE ALUGUÉIS - 618.295; 100,00% - Total - 22.618.295 ; 100,00%.  
 41 <sup>159</sup>. Aprova-se a Ata da terceira e da quarta seção. Ora o Rev. Jailton Lima do  
 42 Nascimento e impetra a bênção o irmão Rev. Alexandre Antunes Pereira Santos  
 43 encerrando a Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Igreja Presbiteriana  
 44 do Brasil. E eu para tudo constar, lavrei a presente ata, que depois de lida é apro-  
 45 vada. **CE-SC/IPB-2011 - DOC. CLX - Aprovação das Atas** - Aprovadas todas  
 46 as atas; primeira sessão, segunda sessão, terceira sessão e quarta sessão.<sup>160</sup>

<sup>159</sup>Doc. CLIX - Quanto ao documento 149 - Proposta orçamentária para 2011.

<sup>160</sup>**CE-SC/IPB-2011 - DOC. CLX** - Aprovação das Atas